

A Defesa Nacional

JULHO
1948

NÚMERO
410

Coronel **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente
Ten.-Cel. **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário
Major **BELARMINO NEVES GALVAO**, Diretor-Gerente
1º Ten. **DIÓGENES VIEIRA SILVA**, Auxiliar

RIO DE JANEIRO

B R A S

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXIV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1948

N. 410

SUMARIO

	Pág.
EDITORIAL	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Raciocínio tático do oficial de engenharia — Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz	5
Funcionamento do E. M. Regimental — Ten.-Cel. Altair Franco Ferreira..	11
O Grupo de Artilharia fazendo parte do GT em 1º escalão — Na marcha para o combate e nas preliminares do combate ofensivo — Major João Paulo da Rocha Fragozo — Major Ubiratan Miranda — Capitão Nilton Freixinho.....	21
Defesa Antiaérea (Evolução) — Major José Campos de Aragão.....	39
E alguém pagou um tributo — Ten.-Cel. Elio da Cunha Garcia.....	47
Higiene Militar — Major Luiz Paulino de Melo.....	51
O "Cartão do Pontoneiro" (Continuação) — Major Samuel A. A. Corrêa...	57
O Emprêgo da Secção de Aviação do Grupo — Tradução do Cap. Aloisio Gondim Guimarães.....	69
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
A energia e a segurança nacional (Continuação) — Tradução do Cel. Renaro Baptista Nunes.....	73
A lei, a ordem e a disciplina — Ten.-Cel. Aluizio de Miranda Mendes.....	83
Indústria Siderúrgica Argentina — Tradução do Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	91
O Exército brasileiro é fator de despovoamento dos campos? — Major Victor Hugo Alencar Cabral.....	99
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
O índio como sentinela das nossas fronteiras — Ten.-Cel. Joaquim Vicente Rondon.....	105
Vale do rio São Francisco — Major Heitor Dulce Lyra.....	121
Apontamentos para a História da 3ª Região Militar — Major Riograndino da Costa e Silva.....	131
OPINIÕES	
A lei de promoções — Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz.....	137
DIVERSOS	
Um pouco de bom humor... — Cel. X.....	139
Boa vizinhança — Atividades de Artilharia na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos — Ten.-Cel. Walter J. Bryde.....	145
Apliação da Lei do Serviço Militar — Ten.-Cel. A. Castro Nascimento..	151
Um estudo sobre a bibliografia militar oficial do Exército Norte-Americano — Cap. Waldyr da Costa Godolphim.....	159
Devemos marchar unidos — Tradução do 1º Ten. Diógenes Vieira Silva..	169
Manobras da Escola de Estado-Maior.....	179
Notícias Militares.....	181
Noticiário & Legislação.....	187

DUAS "SEPARATAS" DE "A DEFESA NACIONAL"

Indispensáveis aos Oficiais instrutores e Graduados

A METRALHADORA BROWNING — .50

Um trabalho completo : — Nomenclatura — Desmontagem e Montagem — Funcionamento — Incidentes do tiro. — Mais de 40 figuras.

PREÇO : Cr\$ 5,00

* * *

A LINHA DE FOGO NA GUERRA

Direção de tiro — Transmissões — Deslocamentos — Ocupação de posição — Munição — Manutenção — Medidas de higiene — Proteção e segurança imediata — Disfarce — Pessoal — Instrução — Conclusões

PREÇO : Cr\$ 5,00

NOTA : Esta separata sairá por preço inferior ao previsto, anunciado em números anteriores.

*

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional": Caixa Postal n. 32 da Agência do Correio do Ministério da Guerra, ou por via rádio.

EDITORIAL

14 DE JULHO

Integrar séculos de dôr e de desespero, de escravidão e de injustiças, transformá-los no foco de luz vívida e intensa que brilhou em 14 de julho de 1789, espancando as trevas de um passado de opressão e de desigualdade, e iluminando o futuro com a sagrada conquista dos direitos do homem e da liberdade dos povos, é, por certo, tarefa digna somente das altas inteligências, conhecedoras da psicologia difícil do progresso do espírito humano.

14 de julho não é uma data isolada através do tempo, é um símbolo, é a resultante de forças eminentes que condensaram o mais belo e legítimo ideal, e que constituem a própria essência dinâmica da vida coletiva: — Direito e Liberdade.

O Direito, codificado em lei, desabrolha em Roma, no turbilhão das lutas para o aperfeiçoamento social da humanidade, e eleva-se, e resplandece. Depois, entra em penumbra ao troyel bárbaro e devastador das raças robustas do Norte, dilúvio necessário a uma civilização corrompida que se decompunha, decadente. Na idade-média a fé ilumina as almas, aperfeiçoa e dignifica os afetos.

Ressurge, então, o direito, e o imortal Carlos Magno estabelece o equilíbrio e a fraternidade entre o Império da Lei e o Império de Deus.

Abalado o Ocidente com a sua morte, corporifica-se o feudalismo, que racionalmente se impunha, e, a par do seu desenvolvimento progressivo, cresce, redobra de esforços a luta pela ci-

dadania e pela conquista das liberdades civis. Luta sem tréguas que a descoberta da Imprensa como explosão contínua do pensamento humano, amplia e intensifica, aproximando-a rapidamente de um fim vitorioso.

Batida assim a tirania por essas ondas de luz que lhe desvendaram os antros, o grito dos oprimidos se elevou, as suas vontades se conjugaram orientadas para um grande ideal humano de liberdade que explodiu em 14 de julho, como se fôsse um formidável vulcão social, de cuja cratera hiante se despe-nhassem montões de lavas incandescentes, avalanches de fogo, que demoliram, espalhadas pela espada e pelo pensamento abençoado da França, um passado de milênios, e inauguraram um mundo novo, onde o direito veio sobrepujar à fôrça, a inteligência aos preconceitos, os povos aos governos.

Em meio a êsse assoberbante incêndio purificador aparece a gloriosa Nação, no apogeu da sua beleza — plenitude de fôrça e esplendor de gênio — revelando, ao universo atônito, o Evangelho dos direitos e o Evangelho dos deveres sociais. Da árvore da humanidade os velhos troncos secos se desprendem para que outros com nova selva possam viver, florir e fortificar.

Assim nasceram no decurso dos tempos novas idéias e instituições.

A antiguidade é um exemplô, a História conserva ainda a palpação dessas grandes épocas, assinaladas hoje apenas por monumentos derrocados. Cada nova idéia que surge atrai a queda de um mundo, e dá o seu nome a uma nova civilização. O Oriente, a China, o Egito, Grécia e Roma, viram essas ruínas e sentiram essas ressurreições.

A França revolucionária foi a genitrix gloriosa do último renascimento; Mater abnegada da liberdade, da igualdade e da fraternidade; Média sublime que sacrificou a vida dos seus filhos em holocausto pelo evoluir de tôdas as Pátrias; núcleo social inconfundível que ao fulgor da sua fé, da sua coragem e do seu gênio acendeu o sol que produziu a radiosa e magnificente alvorada da consciência humana oprimida, como jamais outra igual iluminou a terra.

RACIOCÍNIO TÁTICO DO OFICIAL DE ENGENHARIA

Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, do E.M.E.

I — INTRODUÇÃO

A Doutrina de guerra que se consagra nos nossos Manuais e Regulamentos pode resumir-se num todo homogêneo compreendendo:

- Uma concepção da guerra;
- Um princípio de guerra;
- Um método de raciocínio.

Este último é, talvez, o principal dos elementos da doutrina, por isso que, tem em vista o fortalecimento da disciplina intelectual pela implantação de uma forma única no modo de encarar os problemas da tática e o estabelecimento de uma só linguagem a ser empregada no trato desses problemas.

Segundo Foch, "A realidade do campo de batalha é que ali nada se estuda. Faz-se o que se pode para se aplicar o que sabe. Onde, para se poder um pouco é necessário que se saiba muito e bem".

Sómente o método de raciocínio permite flexibilidade para essa aplicação.

Esse método, na nossa doutrina, em linhas gerais, consiste no seguinte:

— Realizar uma análise dos fatores que concorrem no problema e que o definem com precisão;

— Efetuar uma síntese depois de apreciadas as reações de uns sobre os outros desses fatores;

— Exprimir essa síntese numa decisão que toma a forma de um plano.

II — RACIOCÍNIO SOB O PONTO DE VISTA ENGENHARIA

Em tática cada caso é um caso. Não há dois casos idênticos. A variedade dos elementos é incomen-

surável; tudo se desenvolve no domínio dos imprevistos. Para cada caso particular é preciso encontrar-se uma solução apropriada a esse caso e a solução procurada aparece sempre por meio de um raciocínio.

O método estabelecido na doutrina é sempre o mesmo mas tem suas particularidades na aplicação à Engenharia, cujas missões, como sabemos, são particulares e complexas.

Os elementos fundamentais são invariáveis: exame da situação, missão, inimigo, terreno, meios. As finalidades, porém, são particulares.

O tempo de que dispõe um comandante de Engenharia para tomar decisões varia muito segundo os diferentes escalões ou as diferentes situações.

O comandante de Engenharia numa pequena unidade, geralmente, se encontra ante situações que lhe exigem decisão rápida.

O mesmo nem sempre acontece com os comandantes de Engenharia dos altos escalões que, via de regra, dispõem de maior tempo, têm o auxílio do seu Estado-Maior e ainda recebem relatórios de reconhecimentos e outros elementos que lhes facilitam o trabalho.

Esses exemplos indicam as situações extremas mas o processo mental aplicável a cada um dos casos é fundamentalmente o mesmo, variando apenas na extensão das minúcias. Quer isso dizer: o método de raciocínio não varia.

Nosso Manual Básico de Engenharia afirma: "Nas operações da Engenharia os obstáculos a superar são muitas vezes impostos, mais propriamente pelas leis natu-

rais e pelas condições físicas do que pela situação militar. Enquanto a resistência, o moral, os planos das forças inimigas interessam, principalmente, à direção tática, ao Engenheiro, mais preocupam o congestionamento das comunicações, as estradas interrompidas, as pontes destruídas e o problema de cumprir sua missão não obstante a insuficiência do tempo, de homens, de transportes e de materiais".

Daf surgiu a necessidade de particularizar o método.

Dentro dessas considerações, o raciocínio para a Engenharia consiste em:

— Estabelecer uma lista dos trabalhos necessários à operação que se vai realizar (necessidades);

— Verificar as disponibilidades em pessoal, material e tempo;

— Dar um balanço entre as disponibilidades e as necessidades;

— Concluir, finalmente, as possibilidades, isto é, ver o que é possível executar.

1. *Necessidades* — Do estudo da missão dentro da situação vivida, do terreno e do inimigo, se conclui tudo o que é desejável que se execute.

Verifica-se, assim, o que precisa ser feito com referência a:

- Comunicações;
- Fortificações;
- Destruições;
- Instalações;
- Combate.

Ter-se-á pois realizado um verdadeiro projeto das obras necessárias.

2. *Disponibilidades* — Pela consideração do fator "meios" e da reação dos demais fatores sobre o mesmo, faz-se a verificação do que se pode dispor em pessoal e material, bem como em tempo, tendo em vista a execução dos trabalhos julgados necessários.

Tem-se, desse modo, por bem dizer, um orçamento das verbas

de que se dispõe para execução do projeto acima referido.

3. *Possibilidades* — Da comparação das disponibilidades com as necessidades surgem, logicamente, as possibilidades.

Se as segundas se sobrepõem em valor — homens/dias (h/d) ou homens/hora (h/h) (1) — às primeiras, o que é raro, dadas a pequenez dos efetivos de Engenharia e a premência de tempo com que em geral se apresentam as operações, o problema estará resolvido com simplicidade.

As sobras se constituirão em reserva da Engenharia ou se destinarão ao aprimoramento dos trabalhos em execução.

Quando, porém, as disponibilidades são inferiores às necessidades, caso normal, como resolver o problema?

Apelar para os pedidos de reforço (já que os prazos dependendo sempre do inimigo, não podem ser dilatados) ou introduzir reduções nas necessidades, isto é, contentar-se com um menor volume de trabalhos ou estabelecer uma ordem de urgência para os mesmos.

4. *Decisão: Plano de Emprêgo da Engenharia* — Fixadas as possibilidades, feitas as reduções nos trabalhos desejados ou previstos os reforços necessários, nada mais resta do que lançar tudo num plano que será o "Plano de Emprêgo da Engenharia" e do qual se extrairão futuramente:

- As propostas a serem encaminhadas ao Comando;
- Os parágrafos para as O.G.O.;
- As ordens para os subordinados, se for o caso.

Desse plano, que em geral, é elaborado em minúcias apenas nos escalões altos, constarão os seguintes elementos:

- a) As missões a serem confiadas à Arma, na situação estudada.
- b) A importância e a ordem de urgência dessas missões, isto é, o estabelecimento da prioridade dos trabalhos.

(1) *Homem/dia*: Trabalho realizado por um homem num dia de oito horas;
homem/hora: Trabalho realizado por um homem numa hora.

c) A articulação geral dos meios orgânicos e suplementares, com a divisão dos trabalhos pelos diferentes escalões, se fôr o caso.

d) A regulação dos suprimentos, inclusive transportes e aproveitamento dos recursos locais.

III — ESTUDO DE UM CASO QUALQUER

Suponhamos que, no caso figurado no esboço anexo, constasse da ordem recebida pelo comandante da Engenharia, o seguinte:

1. Informações.

Os grossos inimigos não poderão atingir a linha do Rio R, antes do dia D + 10 e somente por volta do dia D + 15 poderão tentar a passagem desse curso d'água à viva força. Elementos ligeiros (cavalaria e blindados) poderão entretanto atingir a referida linha a partir do dia D + 8. Em qualquer caso, nossa superioridade aérea será assegurada.

3. Missão.

a. 1ª D.I.

Na frente compreendida entre as regiões de confluência dos Arroios M e O, barrar a direção X, Y, Z, concentrando o esforço nas alturas do Morro C (que deverá ser mantido a todo custo), a fim de impedir que o inimigo desemboque do Rio R. Vigiar atentamente o curso desse Rio e defender-lhe as passagens."

(a) Exame da situação.

Trata-se duma D.I. enquadrada, em situação defensiva, em frente normal, atrás dum obstáculo, com dois R.I. em primeiro escalão e um em segundo.

(1) Missão.

(aa) "Barrar a direção..."

Conclusão: Criar obstáculos que, devidamente batidos pelo fogo, impeçam a progressão do inimigo nessa direção.

(ab) "Concentrando o esforço nas alturas..."

Conclusão: Ainda necessidade de obstáculos porém em maior densidade ou maior valor na região do Morro C, que talvez, tenha de resistir isolado.

(ac) "Vigiar atentamente..."

Conclusão: Necessidade de bons observatórios para a D.I.

(ad) "Defender-lhe as passagens..."

Conclusão: Obstáculos eficientes nessas passagens. Destruição das pontes existentes.

(2) Inimigo.

(aa) "Os grossos inimigos..."

Conclusão: A Engenharia disporá de 15 dias para completar seus trabalhos. Poderá, portanto, estabelecer instalações de certo valor.

(ab) "Elementos ligeiros..."

Conclusão: A partir do oitavo dia os trabalhos já deverão apresentar uma certa solidez que permita atender à ação de elementos ligeiros.

(ac) "Cavalaria e blindados..."

Conclusão: Necessidade de urgência nos obstáculos contracarros, particularmente nos locais de possível acesso desses elementos. Campos de minas em toda a profundidade da posição.

(ad) "Nossa superioridade aérea..."

Conclusão: Não serão grandes as preocupações de camuflagem, etc. Contudo, não se poderão desprezar as possibilidades de um raide inimigo, donde a indispensabilidade de medidas contra pára-quedistas, a necessidade de uma reserva de pessoal para atender a possíveis estragos nas estradas causados por bombardeios aéreos esporádicos, etc.

(3) Terreno.

(aa) Aspecto geral: Acidentado, particularmente no subsetor L, elevações com comandamento em toda a extensão do Rio.

Conclusão: Facilidade para o estabelecimento de obstáculos artificiais. Facilidade para os observatórios cuja necessidade já foi concluída no exame da missão.

(ab) Obstáculos: O Rio C é um obstáculo importante, mesmo contra carros, uma vez destruídas as pontes.

Conclusão: Confirmada a necessidade de destruição das pontes.

(ac) Comunicações: Réde de estradas mais ou menos densa.

Conclusão: Necessidade de conservação e talvez de restabelecimento dessa réde, ou mesmo, sua reparação em pontos diversos.

(ad) Recursos locais: Há fazendas, povoações, bosques, etc.

Conclusão: Facilidades para instalação de depósitos de material de Engenharia, obtenção de material de fortuna, etc.

(b) Necessidades.

(1) Destruições.

2 Pontes a 150 h/d e 1,4 t..... 300 h/d 2,8 t

(2) Fortificações.

Não haverá a preocupação com a organização do terreno nem com a camuflagem, porque são trabalhos da responsabilidade da tropa que vai ocupar a posição.

(aa) Campos de minas.

Admitamos 20 km a 7 h/d por km..... 140 h/d 168 t

(ab) Obstáculos contracarros.

Fôssos triangulares:

100 m a 100 h/d..... 100 h/d

Campo de estacas de madeira:

1 km a 90 h/d e 20 t por km..... 90 h/d 20 t

Abatizes (em estradas):

100 m a 50 h/d por 100 m..... 50 h/d

Réde Brum:

1.000 m a 10 h/d por km..... 10 h/d 3 t

Total neste item..... 390 h/d 191 t

(3) Comunicações.

Admitindo uma extensão de 40 km para a réde de estradas e sendo o rendimento de 10 h/d por km para conservação das estradas, teremos:

40 x 10..... 400 h/d (por dia)

Para 15 dias de trabalho..... 6.000 h/d

Tonelagem variável de material, admitimos..... 500 t

(4) Instalações.

2 P.O. a 100 h/d..... 200 h/d

1 P.C. a 3.000 h/d..... 3.000 h/d

Total neste item..... 3.200 h/d

Tonelagem de material, estimativa..... 300 t

Resumo:

Comunicações..... 300 h/d

Fortificações..... 390 h/d

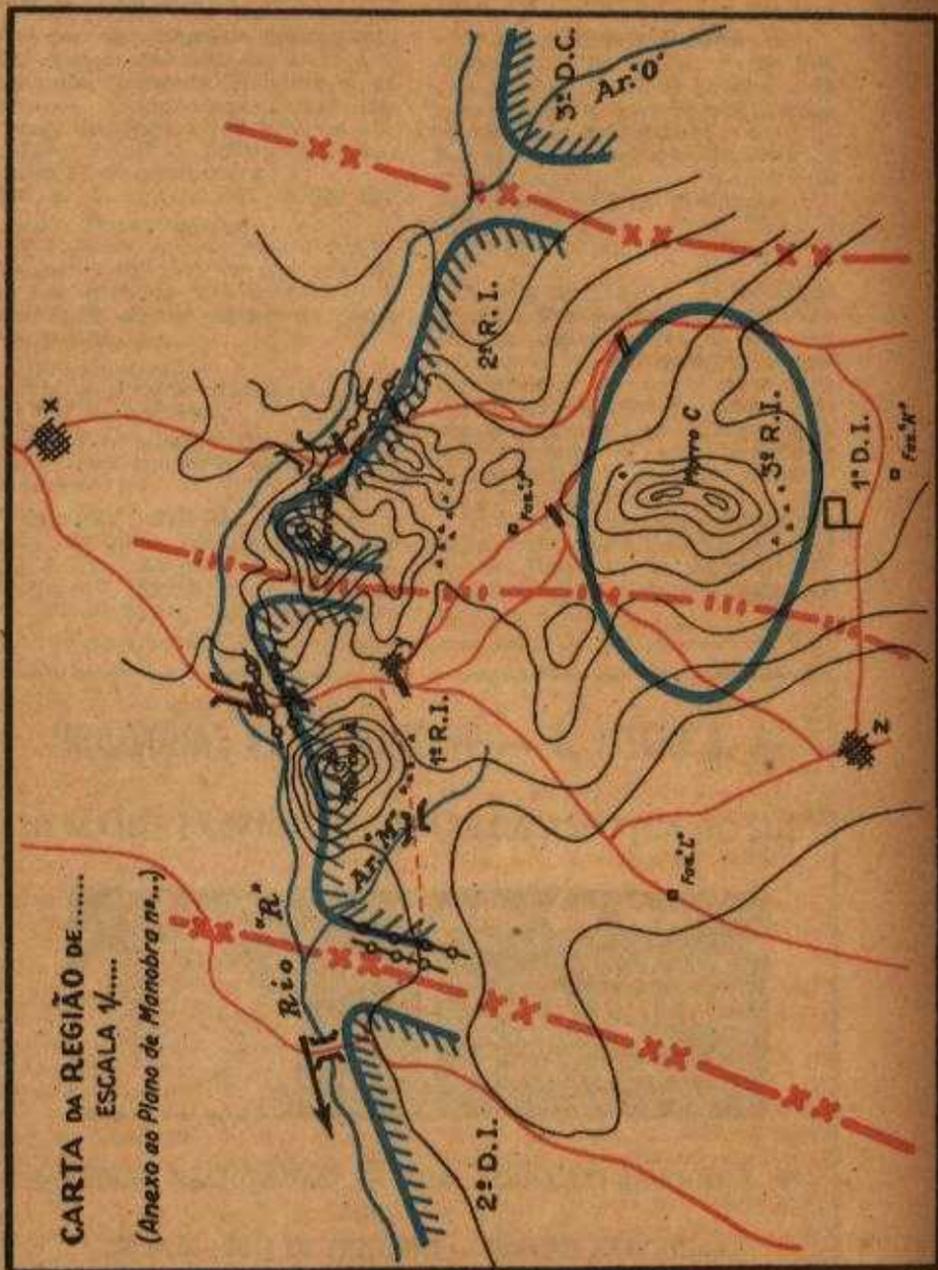
Comunicações..... 6.000 h/d

Instalações..... 3.200 h/d

Total das necessidades..... 9.890 h/d

Material..... 993,8 t

CARTA DA REGIÃO DE.....
ESCALA 1/.....
(Anexo ao Plano de Manobra n.º...)



(c) *Disponibilidades.*

Nada tendo sido referido é de supor-se a existência unicamente dos meios orgânicos da D.I. Um batalhão, portanto. Pelotões a 44 homens. Companhias a 132 homens. Batalhão a 396 homens.

Esse batalhão trabalhando durante 15 dias fornecerá:

396 x 15..... 5.940 h/d

(d) *Possibilidades.*

É bastante comparar-se o que há de disponibilidade com o que são as necessidades para concluir-se a existência de um déficit de quase 4.000 h/d.

(e) *Conclusão.*

Não se poderão realizar todos os trabalhos desejados.

Como resolver então o problema? Imediatamente surgem duas hipóteses:

Primeira: Solicitar o reforço da mão de obra. Suponhamos seja posta uma Companhia de Trabalhadores à disposição da Engenharia Divisionária, desde o primeiro

dia de trabalho. Teremos então:
180 x 15..... 2.700 h/d

O déficit ficaria reduzido a:
4.000 — 2.700..... 1.300 h/d

Segunda: Além do reforço da mão de obra, poderíamos economizar cerca de 2.000 h/d nos trabalhos de conservação de estradas empregando nêles a maquinaria apropriada do B.E. Teríamos:

2.000 — 1.300..... 700 h/d

Haveria agora um saldo de 700 h/d.

A que destiná-lo? Às eventualidades. Por exemplo: restabelecimento ou reparação de estradas interrompidas ou danificadas por bombardeios aéreos inesperados.

Balanco semelhante seria feito com referência aos transportes e aos suprimentos, considerando-se a tonelagem de material necessário acima calculada.

Uma vez terminado o raciocínio, coisa fácil seria a redação do "Plano de Emprego da Engenharia", contendo os elementos enumerados no item 4, acima.

INDÚSTRIAS CAMA PATENTE — L. LISCIO S. A.

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL



MATRIZ: SÃO PAULO — RUA RODOLFO MIRANDA, 97

FILIAIS: RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE —

BELO HORIZONTE — BAHIA — RECIFE

FUNCIONAMENTO DO ESTADO-MAIOR REGIMENTAL

TEATRALIZAÇÃO — DEMONSTRAÇÃO

Ten.-Cel. ALTAIR FRANCO FERREIRA,
da E.A.O.

Cenário — Casa rústica em Mato Alto, onde está instalado o P. C. do 5º R.C.Mtz. Dois modestos quartos, à direita e à esquerda, em cada qual encontrando-se uma mesa de campanha, duas cadeiras, duas arcas de arquivo e uma Carta da situação. Em cada um desses quartos funcionam à esquerda, os S-1 e S-4 e à direita, os S-2 e S-3, devendo as arcas respectivas possuírem, desenhadas, bem claro, essas iniciais de reconhecimento. As Cartas da Situação, em cavaletes, devem ser as do Distrito Federal, Esc. 1:25.000 (fólias 1, 2, 5, 6) e devem conter anotações e estar iluminadas na região do Vale do Rio Cabuçá e mais para S.W., até Pedra, Sepetiba. Entre os dois quartos, uma saleta central, com uma mesa e três ou quatro cadeiras. Capacetes pendurados, capotes, cartas dobradas completam o ambiente de um P.C. ocupado mais ou menos às pressas.

Personagens :

Coronel Cmt. do R. ;
Ten.-Cel. Subcmt. ;
Ten.-Cel. Cmt. G.O. 105 ;
Majores S-4 e S-3 ;
Caps. S-1 e S-2 ;
Ten. Of. Ligação.

Uniforme de campanha, equipamento e pistola, gorro sem pala ou descobertos quando nas cenas na sala, mas sempre com o capacete à mão, quando tiverem de sair.

Tempo necessário : 50 minutos.

1. **Apresentação :** (Feita pelo Chefe do Curso, antes de levantar o pano).

Senhores! Vamos lhes apresentar, sob modesta e desprezenciosa forma de teatralização, o trabalho do Comandante e dos oficiais que constituem o Estado-Maior de um Regimento de Cavalaria, ressaltando, tanto quanto nos for possível, a responsabilidade da decisão do Chefe e a disciplina intelectual que deve ser o apanágio de cada um dos componentes do seu Estado-Maior, os quais, trabalhando cada qual na sua tarefa, realizam a grande obra de selecionar e de oferecer elementos para tal decisão e, em seguida, traduzi-la em ordens e fiscalizar sua perfeita execução.

Não vamos representar uma peça teatral, não somos nem desejamos ser artistas à busca de contratos, a nossa demonstração não passa de uma tentativa para impressionar, de modo esquemático, como se processa e se sucede o trabalho de um E.M. regimental, na solução tática de um caso concreto, e tanto é assim, que muito freqüentemente havemos de interromper os diálogos para lembrar textos regulamentares ou salientar artigos de doutrina.

Por outro lado, os Senhores devem estar alertados de que a nossa demonstração não representa o sistema de trabalho; ela apenas encara um, dentre vários que podem ser adotados, mas a essência do que nela apresentarmos cons-

tituirá a expressão da doutrina única que deve orientar o trabalho de qualquer E.M. Também podemos lhes afirmar que o trabalho dos Senhores será muito mais proveitoso, se cada um souber viver mentalmente e com intensidade o papel de cada instrutor, que há de estar representando justamente aquilo que qualquer um dos Senhores há de realizar em qualquer tempo e, então não de concluir conosco que esse corpo vivo só persistirá convenientemente forte, se cada componente que o integrar no todo, vencendo quaisquer fraquezas íntimas de pretensão, de inveja, de intriga, de desconfiança e de comodismo, para só se alimentar dos sadios reflexos de lealdade, camaradagem e cooperação desinteressada.

2. Ambientação: (Feita pelo Chefe do Curso)

Nós vamos apresentar alguns momentos da vida do 5º R.C.Mtz., pertencente à 5ª D.C. do Exército Azul, na Campanha em que este está empenhado contra os Vermelhos, ao N. da Serra de Madureira (Mostrar na Carta).

Na madrugada de ante-onTEM, os Azuis, cobertos por poderosa força aérea, deram início a uma operação complementar tendente a desorganizar as retaguardas Vermelhas, com o desembarque de fortes contingentes nas praias de Sepetiba e de Pedra (apontar na Carta), surpreendendo as mal organizadas defesas dos Vermelhos, que cederam terreno, retirando sobre Santa Cruz e Campo Grande.

A nossa D.C. coube a missão de abafar as defesas dos Vermelhos na praia e penetrar no território inimigo, segundo o vale do Rio Babacú, por forma, pelos menos, a perturbar o tráfego da estrada de rodagem Rio-São Paulo.

Enquanto que os elementos hipo, em franca missão de busca de informações e de contacto, vão penetrando no território Vermelho e afastando o inimigo para o interior, novos desembarques vão se processando, inclusive a instalação de depósitos que já atingem nível capaz de suprir quase a totalidade das necessidades dos Azuis. No

correr do dia de ontem, o nosso 5º Mtz teria desembarcado, coberto pelo 20º Hipo e logo se dirigido para a região de Mato Alto-Carapiá, sendo logo seguido por outras unidades que, habitualmente, desde os tempos de paz, constituíam um "Grupamento Tático", tudo fazendo crer que tal grupamento venha a ser empregado dentro de breve prazo.

Também com o 5º Mtz, desembarcou o General Comandante da 2ª Bda., trazendo consigo certa missão e que, com o Comandante daquela Unidade, estaria concertando as operações que teriam de ser levadas a efeito para desorganizar, definitivamente, as retaguardas dos Vermelhos.

São 15,00 horas nos nossos relógios e vejamos o que se passa no P.C. do 5º Mtz, muito modestamente instalado numa das casinhas de Mato Alto.

CENA 1ª

(Dois quartos do palco, em cada um uma Carta da Situação, no da direita a do S-2/S-3, com poucas indicações.)
(Ao abrir o pano, o S-1 e S-3 conversam na sala deste.)

S-1 — (Olhando na Carta da Situação):

Bonito trabalho tem feito esse 20º Hipo, sempre empurrando esses "cueras".

S-3 — É..., de fato. (Caminhando para a Carta). Para a frente em que ele teve que se desenvolver... (mede na Carta), cerca de sete quilômetros..., e sempre "dando murro"...

Mas creio que ele agora está esgotado e, enquanto o tempo passa, os "cueras" vão criando raiz ali no Monteiro...

Não sei porque, mas tenho um palpito de que agora, nós é que vamos "fazer a cobra fumar"...

(Ao S-1, com interesse) E quanto a efetivos, já estamos todos reunidos aqui? Completos?

S-1 — Sim, o R. já está todo aqui, e a bem dizer, completo, para não falarmos daquele barco que explodiu de encontro a uma mina, por ocasião do desembarque. Era

gente do 3º Esq., e cerca de dez homens ainda não foram encontrados, além dos quatro feridos graves evacuados para bordo.

S-3 — E com êsses homens perdeu-se muito material? (*com convicção*) Sim, porque se não tiver havido perda de material, o esquadrão não sofrera no seu valor combativo.

S-1 — Não... Segundo me informou o S-4, perderam-se apenas alguns mosquetões. E, quanto ao moral... o Capitão soube explorar o fato com rara habilidade e o pessoal está animado de elevadíssimo valor combativo. Estive com eles hoje de manhã e pude constatar isso (*intrigado*). E o S-2?... Ainda não voltou do P.C. do 20°?

S-3 — Ainda não... e ele andava afobado, porque, afinal de contas, as únicas informações de que dispúnhamos eram as da foto-aérea de ontem... que aliás saíram bem ruazinhas... Olha, está chegando o Coronel.

(Entra o Coronel pela porta da saleta, acompanhado do Subcomandante e seguido pelo S-2)

Cel. — Salve!... Ótimo estamos todos aqui (*dirigindo-se ao S-3*). Manda chamar o S-4... Temos assunto importante a tratar (*dirigindo-se ao S-2*). Então... fêz alguma "boa pescaria" no 20°?

S-2 — Sim, Sr. (*com interesse*). Quer que exponha na Carta as informações colhidas? O meu Sgt. está passando para o Calco da Situação as localizações identificadas e suspeitas...

S-3 — (*interrompendo*)... e mais alguns detalhes sobre pontos já ocupados pelo 20°?...

Cel. — Não... vamos esperar o S-4... (*dirigindo-se ao Subcm.*). O General me disse que vamos atuar apoiados pelo 5º G.O., uma Cia. de Carros Leves e outra de Engenharia, provavelmente a L. do Cabuçu (*apontar na Carta*)... (*mudando de entonação de voz*). Alguém já se apresentou como elemento de ligação dessas unidades?... (*olhando o relógio*). Olha, o S-4 está demorando. Vamos marcar uma reunião para as... (*olhando o relógio*)... 17,00 ho-

ras, porque eu vou ao Observatório do III/20°, para ver, enquanto é dia, essa margem L. do Cabuçu.

(*Dirigindo-se ao S-3*) S-3 quer me acompanhar? No caminho eu lhe exporei a idéia do General.

S-3 — Até agora só os elementos de ligação da Artilharia chegaram até nós. Vou providenciar para mandar chamar os demais... ou será melhor chamar os respectivos comandantes, também, para a reunião das 17,00 horas?

Cel. — Não!... não é preciso... Talvez o Cmt. do G.O. ou seu S-3, sim. Bem, até logo. (*sdi, seguido pelo S-3*).

Todos — Até logo, Coronel.

PANO

Comentário: (Feito pelo Chefe do Curso)

Como os Srs. bem devem ter-se apercebido, começam a se delinear, nesses primeiros minutos da nossa demonstração, com bastante nitidez as funções características de cada elemento do E.M. e a maneira porque eles podem colher as informações de que necessitam.

Quase sempre o contacto pessoal é o único que resolve e é por isso que vimos os S-1 e S-3 trocando idéias, de início; o Cmt. vindo da Bda., já com alguma idéia de emprêgo de seu Regimento (ou G.T.); o S-2 vindo do P.C. do 20°, unidade de contacto que deve possuir interessantíssimas informações; o S-1 dizer que esteve no P.C./III, que no desembarque sofrera um acidente; o Cel. perguntar pelos elementos de ligação das unidades de apoio; e, finalmente, o S-3 aprontar-se para, com o Cmt. proceder a reconhecimentos no observatório de um elemento em contacto, para uma operação cujos detalhes, ele, S-3, só iria conhecer no caminho para aquele observatório.

Chamo a atenção dos Srs. para dois aspectos da atitude do Cmt. O primeiro, aquele desejo de transmitir aos seus auxiliares diretos, no mais curto prazo, a missão de que havia sido investido na Bda.; o segundo, é a preocupação que ele tem de fazer reconhecimento do provável terreno de ação en-

quanto é dia, porque, certamente, êle terá que tomar uma decisão e esta êle só a poderá tomar conhecendo o terreno em que terá de agir.

E o S-4?... Que será feito dêle?...

CENA 2ª

São 17,30 horas. Os "S" regimentais, o Cel., o Subcmt. e, mais tarde o Cmt. G.O. e o Oficial de Ligação do R junto ao General.

(Ao iniciar, o S-2 e S-3, na sua sala, à direita, diante de sua Carta; à esquerda, o S-4 assinala na sua Carta algumas localizações de órgãos de suprimentos; enquanto o S-1 olha atentamente, o Cel. e o Subcmt. entram juntos, pelo centro.)

S-4 — Bah! Tchê! aquela praia de Sepetiba está que...

Cel. — Atenção! (*palmas*) Reunião! (*dirige-se para a Carta do S-1*) (*Depois de ligeira pausa, enquanto os "S" se aproximam — Apontando na Carta*) Nós vamos atacar amanhã, devendo-nos aposar do maciço M. Luiz Bom — M. da Posse, desbordando Campo Grande por L., isto é, vamos atuar nesta faixa a L. do Cabuçú.

Ainda não conheço pormenores, além de que à nossa esquerda o 19º Hipo ultrapassará, como nós, os elementos do 20º e facilitará nossa ação, fixando agressivamente os defensores de Campo Grande e que havemos de contar com a cooperação do 5º G.O., da Companhia C.C.L. e de uma Cia. E. (*dirigindo-se ao S-2*) S-2! Quais as informações que nos pode dar?

S-2 — (*diante da Carta*) 1º — Na frente de contacto, as atividades do inimigo são de franca instalação defensiva em organizações pouco mais que sumárias, assinalando-se alguns panos de rede de arame e faixas de campos de minas.

Foram identificados:

— na região de Cantagalo: a 9ª Cia./12º R.I.;

— à W. do M. Cabuçú: a 8ª Cia. do 12º R.I.;

— na região do Rio da Prata: elementos de Inf. com alguns caminhões de tipo comercial.

2º — Na retaguarda imediata, há algum movimento, tendo-se conseguido identificar, na região de Estação de Paciência, a 2ª Cia. do 12º R.I. A estrada Rio-São Paulo foi bombardeada na madrugada de hoje, tendo sido danificada a grande ponte, mas o tráfego continua intenso, através de vau balizado e tenazmente defendido contra a aviação.

3º — O terreno favorece a defesa do inimigo entre a estrada e o rio, tanto quanto facilita o ataque amigo que fôr montado pelos contrafortes do M. Cabuçú.

Ao N. do Rio da Prata, que é importante obstáculo contracarros, o terreno não apresenta linhas que facilitem a defesa, mas há movimentos que podem encobrir elementos isolados de certo vulto, ou mesmo contra-ataques locais, à base de carros.

O Rio Cabuçú é obstáculo que divide, de modo estanque, as duas faixas de terreno.

4º — Está anunciado bom tempo para amanhã e está amanhecendo às 5,45 horas, desde logo com bastante visibilidade.

Cel. — Portanto... Conclusões...

S-2 — A conclusão que se pode tirar é que o inimigo defende Campo Grande com o 12º R.I., podendo apresentar no vale do Cabuçú o valor de dois batalhões, certamente reforçados.

Apresentar resistências com cerca de 1 km de profundidade na nossa zona de ação, al estafando o forte de sua D.C.C., ou melhor dizendo, oferecerá sérias dificuldades até o corte do Rio da Prata.

Ao Norte desse corte, são de esperar ações isoladas e, até mesmo, ações de carros, só permitindo o nosso desembarcar depois de convenientemente informados...

Cel. — (*interrompendo*). De acôrdo... sem desprezar, entretanto, possíveis ameaças de L., desse covão aqui do Rio da Prata; (*Entra o Coronel Comandante do G.O.*)

Cmt. G.O. — Boa tarde, Senhores.

Cel. — Boa tarde Coronel. Estamos tratando do ataque de amanhã...

Cmt. G.O. — E aqui estou para hipotecar meu incondicional apoio. (Entra o oficial de ligação do Regimento)

Of. Lig. — Com licença, Cel.! Trago uma ordem do Gen. Cmt. da Bda. (entrega a ordem, depois de algum embaraço na escolha do bôlso).

(O Cel. passa os olhos na ordem. Ansiedade geral)

Cel. — (ao Ten. Of. de Lig.) Tenente! Colheu algumas novas informações lá na Bda.?

Of. Lig. — (com interesse) Sim, Senhor. O G-2 da D.C. está lá, com armas e bagagens.

Há muita tropa de Infantaria em Campo Grande.

O 12º R.I. foi visto em Est. Eng. Trindade, com muita Artilharia. Há um G.O. na região de M. Luiz Barata...

S-2 — (que vinha acompanhando a exposição na Carta, interrompe) Como? um G.O.?... mas até agora nada se sabia a respeito? Sabe qual a origem dessa informação?

Of. Lig. — Bem... eu ouvi a conversa do G-2, no P.C. do Gen., acerca de uns civis fugitivos de Campo Grande que declararam haver visto muita Infantaria chegada ontem de caminhão, e reuniões em Eng. Trindade com canhões longos e finos, e mais alguns canhões curtos nas encostas L. do M. Luiz Barata, e que em Santa Cruz...

Cel. — Ora, Tenente (contrariado). Por que não iniciou suas informações citando tal origem. Certamente, tudo não passa do 12º R.I. com sua Cia.C.A.C. e sua Cia.Obz...

S-2 — (ao of. de lig.) Mas, você lá dizendo que em Santa Cruz...

Of. Lig. — Sim, o G-2 disse que em Santa Cruz estão se travando combates violentos.

S-2 — Isto é importante e vou até mandar registrar no meu Diário, pois vem confirmar a impressão de que aqui, no Cabuçú, o inimigo só pode empregar, por en-

quanto, o valor de dois batalhões. E agora (olhando o relógio) está quase na hora do relatório da tarde, da Aviação.

Cel. — (ao Of. de Lig.) É, Tenente. Vá até o P.C. da D.C., em Pedra, procure a Sec. de Interpretação e traga-nos esse relatório. Até logo (aos demais). E nós vamos descascar o abacaxi da Bda.

PANO

Comentário: (Feito pelo Chefe do Curso).

Creio, meus Srs., que ninguém porá dúvida, depois de que lhes mostramos, da indiscutível verdade da prescrição do parágrafo 5º do F.M. 101-5, que preconiza o trabalho em equipe, como essencial para o sucesso do E.M.

E o nosso Cel. é o primeiro a dar exemplo, dessa obstinação em dividir o trabalho.

Também convém assinalar o Método com que o S-2 expôs suas informações, método adquirido à força do hábito de tanto manusear e preparar documentos na forma do Modelo 2 (F.M. 101-5, fl. 102) e a síntese perfeita que fez das possibilidades do inimigo.

Em contraste, temos que lembrar as informações do Of. de Lig. pouco precisas, principalmente, porque eram de origem duvidosa e, também, a maneira do oficial expô-las, quase omitindo a mais importante delas.

Mas não errou o Oficial de Ligação. Com discreção e comedido, o Of. de Lig. deve colher e gravar na sua exercitada memória, tudo quanto ouve e que possa interessar à sua unidade, quanto à sua segurança e quanto ao cumprimento da missão de que estiver encarregado. É que as informações, antes de se tornarem militares, isto é, antes de serem cotejadas com outras, controladas, se apresentam sob a forma de gerais. A pouca prática do Ten. de Ligação não lhe permitiu distinguir essas informações gerais, vindas de fontes bem duvidosas e o seu zelo e o desejo de ser útil, levaram-no àquelas conclusões... Mas não foi

debalde o trabalho do oficial de ligação.

E, enquanto nós estamos aqui fazendo esses comentários, os oficiais do R., em torno de seu Cmt. ouvem a leitura da O.Op., cada qual anotando o que lhes interessa diretamente e acompanhando na Carta os detalhes que forem surgindo.

CENA 3ª

O Comandante e seus oficiais do E.M.R. e Cel. Cmt. G.O. reunidos em torno da mesa da saleta diante da Carta aberta.

Cel. — Então, como vêm a Bda. fez a partilha do leão, distribuiu tudo e ficou com o resto... (ao S-3) S-3, dá mais uma olhada na ordem e avance a tua opinião a respeito. (Ao S-4) S-4, e qual a nossa situação de suprimentos?

S-4 — Para o ataque de amanhã, estamos em boas condições. Há um Pôsto de Suprimentos Classe I em Quebra Carro, que hoje já nos forneceu rações tipo 2... (satisfação geral); Classe V, em Ponto 8 com crédito de 1 1/2 U.F. para todas as armas do G.T. (Com certo enigma). Quanto à gasolina e lubrificantes, é que estão meio curtas. Todavia estamos com os "tanks" cheios e não há previsão de grandes deslocamentos.

Cel. — Sim, mas... e o aproveitamento do êxito?...

S-4 — O Pôsto de Suprimento Classe III só abrirá amanhã à tarde, mas para Cia. de Carros, se houver necessidade, podemos dispor de todos os nossos camburões, o que corresponde a uma nova carga básica. Eu mesmo vou dar ordem para que esses camburões sejam reunidos junto à turma de lubrificantes da Sec. de Suprimentos.

As evacuações serão sobre Pedra. Ao longo da estrada Cabuçu-Mato Alto-Pedra e eu antevejo problemas de tráfego em Consulado, em Mato Alto e Ponto 8. A D.C. vai me dar, ainda hoje, uma Esquadra de tráfego do seu Pel. de P.E., com um "jeep" e eu manterei a turma de Depanagem alerta para qualquer eventualida-

de. A D.C. já instalou um P.T.D. em Pedra.

E, por enquanto, é só.

Cel. — Quer dizer que já está em condições de redigir o item IV, ou vai baixar ordem geral de Serviços?

S-4 — Talvez seja melhor estabelecer apenas as prescrições do item IV.

Cel. — Certo. E combina com o S-1 quanto ao Pôsto de reunião de P.C., à guarda respectiva, pois já vi que a D.C. não deu gente para isso (ao S-3). Desembuche.

S-3 — Confirmando o estudo da situação do S-2 e depois do reconhecimento que acabamos de fazer, parece que a única linha de ação para a ruptura, será a de manobrar pela direita da estrada, aproveitando os movimentos do terreno dos contrafortes do Morro Cabuçu.

A W da estrada, entre esta e o Rio Cabuçu, o terreno é terrivelmente plano e limpo, podendo ser facilmente flanqueado por tiros partidos da zona do 19°, o qual, portanto, nos terá que prestar cerada cooperação. E, então, ou podemos avançar com a direita, tanto quanto nos permitirem as circunstâncias, ou teremos que estabelecer objetivos intermediários para reajustar, parcialmente, o dispositivo, dêles só partindo mediante ordem.

Acho que, atingido o Corte do Rio da Prata, teremos rompido as defesas da cobertura de Campo Grande e ali, salvo melhor juízo, teremos que aguardar notícias do 19° e saber o que se passa na extrema direita, onde, se o IV/20° não tiver progredido, apresentar-se-á problema de cobertura para nosso flanco.

Cel. — Realmente, tudo muito claro. E ao Norte dêsse nosso O, ?

S-3 — Ao N. do Rio da Prata, vejo duas linhas de ação distintas, pois duas podem ser as atitudes do inimigo, a saber:

— ou o inimigo tentará retardar nossa progressão, hostilizando-nos de todos os pontos fortes existentes no terreno, e nós teremos que avançar desenvolvidos e desdobrados, vasculhando toda a zona;

— ou o inimigo reunirá meios para impedir nossa ação seja no corredor de Santíssimo, seja no nosso objetivo final, coberto apenas por algumas retaguardas; então a nossa linha de conduta se aproximará da de uma marcha de aproximação, sendo que em qualquer caso o M. do Viegas tem para nós grande importância.

Além do mais, é a faixa mais propícia e temível quanto a carros.

Por outro lado, como o objetivo se nos apresenta em ângulo, relativamente à direção inicial do ataque, parece interessante salientar que o nosso lance final só poderá ser realizado depois de dominada, ou pelo menos neutralizada a região de Campo Grande.

Cel. — (ao Cmt. do G. O.) Olha, Cel., isto é da sua seara.

Cmt. G. O. — Claro, e certamente eu estarei em condições de fazê-lo. Parece, todavia, que antes disso, muita coisa o meu Grupo terá que fazer em proveito dessa Cavalaria.

S-3 — (apressando-se) Evidentemente... e... (dirigindo-se ao Cel.) se o Cel. permite... creio que a proteção do ataque na zona do 19° será a sua ajuda principal, durante todo o ataque (aceno de aprovação do Cel.).

Cel. — (ao S-3). E como viu esse aproveitamento do êxito?

S-3 — Creio que só poderá ser lançado depois e tão logo se tenha pôsto a mão nos contrafortes do M. Viegas... (pausa) (como se estivesse raciocinando em voz alta)... e mesmo antes... se ousássemos mandar um elemento através da garganta de M. do Gago... Seria assunto para um Esq. Hipo.

Cel. — Sim a idéia é boa. Mas de onde tirar esse Esq. Hipo?

S-3 — Quem sabe se a Bda. não nos daria um dos Esq. do 20°?

Cel. — Não! e nem convém pedir, primeiro porque o 20° está verdadeiramente na "lona" e, depois, porque eu sei bem qual o feito do General.

(Ao S-3) Faça seus estudos para realizar a primeira linha de ação no tocante a essa fase, isto é, o aproveitamento do êxito através

do desfiladeiro de Santíssimo, tão logo tenhamos tomado pé em M. do Viegas.

(Ao S-1) S-1, pense nas Pirâmides e em 40 séculos e redija um aditamento ao Boletim, para ser lido ainda hoje nos Esquadrões, estimulando o pessoal e explorando a nossa estréia neste T. O., amanhã.

S-1 — Sim Sr., Coronel, e o Sr. determina alguma ordem particular sobre prisioneiros e evacuados?

Cel. — Não, combine com o S-2... (conclusivo) aplique as N. G. A. (levanta-se e junto à Carta) Senhores! eis a minha decisão: (pausa, os "S" se apressam para tomar notas).

Primeiro (gesto no dedo). Partindo das posições do 20°, atacar a cavaleiro de estrada, apossando-me sucessivamente das linhas Oa e O, (mostrar na Carta); esforço pela direita;

Segundo (dedo), coberto à direita pela ocupação de Cota 55, em ligação com o 19° à esquerda, prosseguir, devidamente informado, e em força, se necessário, para O₂ (mostrar).

Terceiro (dedo), cerrando a ligação com o 19°, face a Campo Grande, lançar-me ao objetivo da Bda., aproveitando o êxito pelo desfiladeiro de Santíssimo (pausa, como que meditando). No primeiro tempo... duas zonas, dois comandos... (forte). Enfim dois Esqs. no escalão de fogo;

— Canhões de assalto em acompanhamento do Esq. da direita, até O₁.

— Base de fogos: elementos do Esq. Cmdo. reforçados por um Pel. Carros, também até O₁.

— D. C. C., a partir de O₁, coordenada pelo Cmt. Esq. Cmdo., com o Pel. Cn. Assalto.

— Aproveitamento do êxito: a cargo da C. C. L., esclarecida pela Sec. de Esclarecedores do R.

(ao Cmt. G. O.) Cel., espero de seu Grupo:

— três séries de tiros, visando em cada uma delas neutralizar as A. A. reveladas e suspeitas e cegar os observatórios com vistas

profundas sobre nosso compartimento, antes de me lançar sobre cada uma das linhas (ou objetivos) expostos;

— proteção para meu flanco esquerdo;

— tiros de deter diante de cada uma das linhas sucessivas a atingir.

Ao N. de O₁ havemos de lhe pedir muitos "inopinados".

Cmt. G.O. — Bem... p'ra mim chega. O meu pessoal de Hgação já deve estar aí. O Cap. que lhe mandei é "crack" e está em condições de remover qualquer "galho"... dentro das possibilidades da técnica. Dentro de duas horas mandar-lhe-ei o Plano de Emprego do meu Grupo e não se esqueça de reservar alguns minutos amanhã para as minhas regulações. E agora, até amanhã...

Cel. — Não quer experimentar a nossa "gororoba"? O S-4 disse que suspendeu o fornecimento da "Tipo 3".

Cmt. G.O. — Não Cel., obrigado, não desejo retardar um minuto sequer o início dos nossos trabalhos de cooperação. Até amanhã, Senhores! E boa sorte!

Todos — Até amanhã, Coronel.
Cel. — Eu também vou indo para meu "palácio".

Subcmt. — Um momento, Coronel. Se eu bem compreendi suas ordens, o Sr. quer:

— atacar, amanhã, sucessivamente, O₂ e O₁, com dois Esq. no escalão de fogo, esforço pela direita, com o Pel. Cn. Ass.;

— parar em cada um desses objetivos e, principalmente, em O₁, para se reorganizar; cobrindo-se, por fim, face L. na Cota 55;

— prosseguir para o N. devidamente informado, em força, se necessário, até O₂, para então partir à conquista do objetivo final, em muito estreita ligação com o 19°, ao mesmo tempo desencadear a exploração de êxito sobre Bangú, através do desfiladeiro de Santíssimo.

— D.C.C., a partir de O₁, coordenada pelo Cmt. Esq. Cmdo.

Cel. — Ótimo. Podem providenciar na confecção das ordens.

S-2 — Então o Sr. quer ser informado... (lendo).

— Durante toda a noite e até a hora do ataque;

— se o inimigo se mantém ou reforça suas posições;

— Conquistado O₁;

— se há reuniões nos principais movimentos do terreno da nossa zona de ação;

— Se foram assinalados Blindados...

Cel. — E, também: o que se passa em Santa Cruz e em Est. Paciência, além das clássicas perguntas das N.G.A., para o caso. Pode elaborar seu Plano.

S-3 — E a hora do ataque, Cel.?

Cel. — A Bda. não fixou, portanto dependerá exclusivamente de nós. Faça o cálculo do tempo necessário aos reconhecimentos de detalhe, há ainda a regulação de Art... veja tudo isso e mande a proposta para a Bda. Quero atacar contra o sol, mas acho que nada antes das 9,00 horas possa ser realizado (ao S-1). Ainda nada de Certas?

S-1 — Não, a previsão da D.C. é liberar a correspondência só a D+5. Faltam ainda três dias.

S-2 — Meu Cel... acabam de chegar as informações da tarde, da Aviação.

Cel. — Alguma novidade?

S-2 — (Lendo *sófregamente* o relatório)... Não Senhor. Uma reunião de carros metralhada... ao N. de Bangú, registrando-se incêndios... Confirmam-se os combates de Santa Cruz. Trabalhos de O.T... É..., nada que possa influir na sua decisão.

Cel. — Sim, mas inclua no item I, o perigo de carros, como coisa iminente. Vou para o meu "chateau", jantarei lá, depois quero espichar as pernas. Estou cansado, pretendo repousar às 21,00 horas, já com a ordem assinada. Até logo. (Dirige-se à porta).

Todos — Até amanhã, Coronel.

PANO

Comentário: (Feito pelo Chefe do Curso)

Eis aí, meus Senhores, uma cena que, provavelmente, não havemos

de viver uma só vez e oxalá possamos vivê-la assim, nesse modular ambiente de cordialidade, de cooperação e de confiança que acabamos de imaginar para o 5º Mtz.

Vimos um Cel. cioso de sua personalidade e de sua responsabilidade, utilizando o seu E.M. dentro das atribuições de cada um de seus especialistas, consultando seus arquivos, pedindo suas opiniões, aceitando seus conselhos e sugestões, mas por fim, realizando o mais característico gesto de Comando, decidir...

E, a partir desse momento, todo o E.M. só teve uma preocupação, qual a de cada vez mais se integrar da ideia do Chefe, disciplinando suas inteligências para viver, como sendo suas as ordens que o Cel. dentro em breve há de assinar.

Resumindo a nossa demonstração:

— O Chefe é o único responsável pelas ações de sua unidade. Ele não pode alienar essa responsabilidade nem ao seu E.M., nem aos seus subordinados.

— Para poder decidir com acerto e ser informado convenientemente, o Chefe se faz cercar de alguns oficiais selecionados, que constituem o seu E.M. que pode ser Geral ou Especial;

— O E.M. Geral presta ajuda e assistência profissional ao Chefe, traduz suas decisões em ordens, planos ou instruções e fiscaliza a execução dessas ordens;

— Os E.M. classificam os assuntos em quatro grupos ou seções:

1º) *Pessoal*, em tudo o que diz respeito, ao indivíduo em si, à moral, ao conforto pessoal, à sua situação no conjunto da unidade e, finalmente, à unidade como resul-

tante de um conjunto de indivíduos;

2º) *Informações*, destinada a manter o Chefe e quaisquer outros interessados perfeitamente informados quanto à situação e às possibilidades do inimigo. Para isso, ela planeja e organiza meios e modos para coletar, cotejar, interpretar e difundir informações sobre o inimigo, sobre o terreno em suas mãos e sobre as condições atmosféricas;

3º) *Operações e instrução*, trata de tudo quanto se relacione com organização, operações e instrução da tropa. Por sua própria natureza, liga-se mais freqüentemente ao Chefe, mas nem por isso sobressai das demais em importância;

4º) *Suprimentos e evacuações*, trata dos assuntos de suprimentos, evacuações e transportes.

— Supervisionando e coordenando as ações dessas quatro atividades, estará sempre um Chefe de E.M. que, nas unidades de menor vulto, é o próprio Subemt.

O contacto pessoal será a forma normal de atuação do E.M., principalmente, nas pequenas unidades e para assegurá-lo, fora do âmbito da unidade, existem os Oficiais de Ligação, verdadeiros representantes do Comando junto ao elemento apoiado, vizinho ou de escalão superior.

E, por fim, lembro-lhes mais uma vez que esse organismo vivo que é o E.M. só poderá cumprir sua missão de intérprete da decisão do Chefe, se bem souber ligar a margem da concepção à da vitória através da ponte magnífica da

COOPERAÇÃO

vencendo, assim, o charco imundo das indecisões, baixezas e insucessos.



PARA VIVER TRANQUILO: Seguro de vida. PARA SEGURO DE VIDA:

PREVIDÊNCIA do SUL

O GRUPO DE ARTILHARIA FAZENDO PARTE DO GT EM 1º ESCALÃO

NA MARCHA PARA O COMBATE E NAS PRELIMINARES DO COMBATE OFENSIVO

Major JOÃO PAULO DA ROCHA FRAGOSO
Major UBIRATAN MIRANDA
Capitão NILTON FREIXINHO,
Instrutores da E.E.M.

1 — GENERALIDADES

Quando um grupo faz parte de uma unidade que marcha para o combate, torna-se provável seu emprêgo, devendo portanto tomar medidas que assegure o cumprimento de sua missão nas melhores condições. Assim a Unidade de Artilharia que faz parte de um GT de 1º escalão de uma DI, na marcha para o combate e nos preliminares do combate ofensivo, deve articular seus meios em profundidade de tal forma que possibilite em tempo oportuno seu apoio à unidade de Infantaria que se desdobra e toma contacto.

O GT em 1º escalão destaca sempre uma vanguarda "cuja missão principal é ganhar tempo e espaço para articulação e emprêgo do grosso do GT" C 100-5 n. 489.

A unidade de Artilharia do GT, normalmente um grupo (105 ou 75), deve inicialmente apoiar a vanguarda no seu desdobramento e tomada de contacto.

Entretanto "se a Artilharia do GT não puder apoiar rapidamente a vanguarda, uma parte da Artilharia é posta à sua disposição" C 6-20 n. 70.

"A rapidez das operações ofensivas exige que a Artilharia de apoio esteja pronta para desencadear o fogo, quando se apresentarem objetivos inopinados", inclusive contra Artilharia inimiga.

"Para tornar possível a execução dessa missão seus postos de observação e suas posições devem estar tão à frente quanto possível" C 100-5 n. 492.

"A rápida entrada em ação da maioria dos meios de Artilharia é indispensável para dar apoio e coesão à ação da vanguarda e proteger o desdobramento do grosso do GT" C 100-5 n. 492.

A unidade de Artilharia do GT tem a seu cargo a totalidade dos fogos.

"De preferência o desdobramento inicial da Artilharia deverá ser de tal ordem que, sem mudar de posição, possa proteger a tomada do dispositivo e apoiar o ataque do GT" C 100-5 n. 493.

Do exposto verifica-se que o grupo de Artilharia pertencente a um GT de 1º escalão, nos preliminares do combate ofensivo, apoia inicialmente a ação da vanguarda, protege o desdobramento do GT e apoia a ação do GT.

Ficam assim enunciadas as missões normalmente afetas às unidades de Artilharia que fazem parte do GT em 1º escalão nos preliminares do combate ofensivo.

A necessidade da oportuna e rápida entrada em posição da Artilharia de apoio a uma vanguarda ou à sua disposição, vai exigir durante a marcha para o combate e na aproximação, que seus reco-

nhcimentos se desloquem com os primeiros elementos da coluna e atuem com grande rapidez, tendo sempre em vista que "quando a vanguarda se desdobra, a Artilharia ocupa posição para apoiá-la" C-620 n. 70 letra B.

Isto implica em dizer que o grupo integrando um GT de 1º escalão não disporá de tempo para a realização clássica do reconhecimento partindo de uma zona de reunião.

Os preliminares do combate ofensivo exigem que uma unidade de Artilharia se desdobre partindo da formação de marcha.

Trata-se portanto de estabelecer: 1º) em que formação marchará um grupo, isto é, como estarão dispostos todos seus elementos na coluna do GT, para que possa cumprir nas melhores condições sua missão que impõe principalmente intervir com oportunidade e rapidez.

Esta articulação da Artilharia é função de dois fatores.

— da mobilidade do RI com que marcha;

— da rede de estrada e sua viabilidade.

2º) Como deverá atuar o Estado-Maior do Grupo tendo em vista o emprêgo da Artilharia:

1 — Antes da tomada de contacto;

2 — Na tomada do contacto.

II — ARTICULAÇÃO DO GO 105 NA COLUNA DO GT EM 1º ESCALÃO

Em qualquer caso o Grupo adotará dentro do dispositivo do GT uma articulação que facilite a execução dos reconhecimentos e sua rápida entrada em posição, a fim de apoiar a Infantaria no menor tempo possível. Esta articulação é fruto do estudo realizado pelo EM do GT.

Há três situações distintas, função da mobilidade do RI que integra o GT:

- GT com RI a pé;
- GT com RI totalmente motorizado;
- Grupo pôsto à disposição de Vg. motorizada.

a) GT com RI a pé

1º) Caso Geral.

Os elementos de reconhecimento mais avançados do grupo marcham junto da Vanguarda e o EM do grupo com o respectivo séquito desloca-se na tésta do grosso do GT.

O Grupo (menos os citados reconhecimentos e a Bateria de Serviço) desloca-se por Lanços de cobertura em cobertura atrás do RI, devido sua velocidade, portanto para a fase que procede a tomada de contacto, os lanços são previstos e sua execução regulada durante o deslocamento.

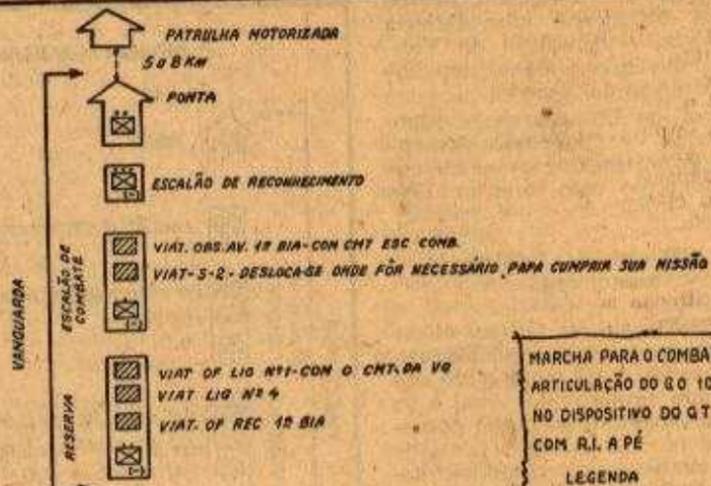
A Bia. Serv. normalmente permanece na zona de estacionamento e posteriormente se desloca mediante ordens, reunindo-se ao grupo.

A figura n. 1 indica uma articulação de G.O. -105 no dispositivo do GT, mostrando com detalhe como devem ser localizados os reconhecimentos da Artilharia.

Examinando êsse dispositivo, conclue-se que fica facilitada a futura tarefa da entrada em posição.

Na solução apresentada verifica-se que há 13 viaturas do grupo, marchando à frente do grosso do GT; sendo a posição da Artilharia na coluna, uma decisão CMT do GT, êste, muitas vêzes, devido a razões de ordem tática, não autorizará ter à frente do grosso aquelas 13 viaturas do reconhecimento da Artilharia; então, o Cmt. do Grupo deverá reduzir o número de viaturas, devendo, porém, guardar a possibilidade de tê-las à mão em tempo oportuno. Uma solução seria fazer marcha à frente, apenas a sua viatura e a do oficial de transmissões, seguindo as demais à retaguarda, tôdas se deslocando por lances de cobertura em cobertura. Outras soluções podem ser tomadas, desde que não acarretem perda de tempo para a entrada em ação do grupo.

2º) Caso particular — Por ser o inimigo forte em unidades motomecanizadas ou porque o grupo possa encontrar dificuldades em ultrapassar o grosso (estrada congestionada ou em más condições de tráfego), no momento de

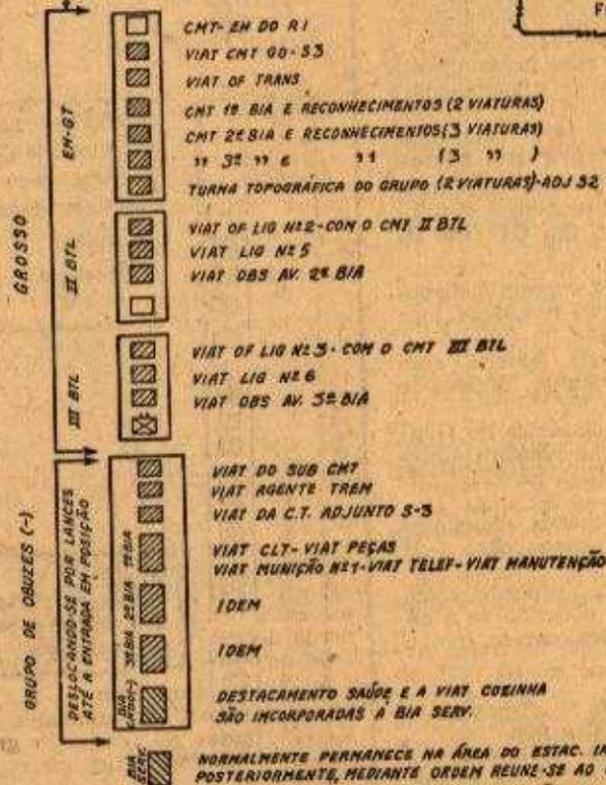


MARCHA PARA O COMBATE
ARTICULAÇÃO DO GO 105
NO DISPOSITIVO DO GT
COM R.I. A PÉ

LEGENDA

ARTILHARIA

FIG. 1



ocupar posição, tendo em vista a necessidade de rápido e oportuno apoio à Infantaria, uma Bateria será posta à disposição da Vanguarda, devendo marchar imediatamente atrás da Reserva.

O Cmt. da Bia. marchará junto do Cmt. da Vg. Os demais elementos do grupo escalonam-se na coluna como no caso anterior (Figura 1).

b) *GT com RI, totalmente motorizado*

A articulação do Grupo difere da empregada no caso precedente, porque sendo o RI motorizado sua velocidade de marcha é igual à do GO, não havendo, portanto, necessidade do Grupo marchar por lanços. A Artilharia marcha então incorporada à coluna.

Entretanto, cumpre assinalar que um RI motorizado deslocando-se em coluna aberta (12,5 VPK) e a 30 KPH, atinge uma profundidade de 36 km. Ora, se o grupo marchasse à retaguarda do RI, sua entrada em ação seria retardada, não podendo cumprir sua missão.

Em consequência das considerações acima, o grupo terá a seguinte articulação em um GT com RI motorizado (Fig. n. 2):

— Uma Bateria é posta à disposição da Vanguarda e marcha logo atrás da Reserva.

— O Cmt. desta Bateria com seus Reconhecimentos desloca-se junto do Cmt. da Vg.

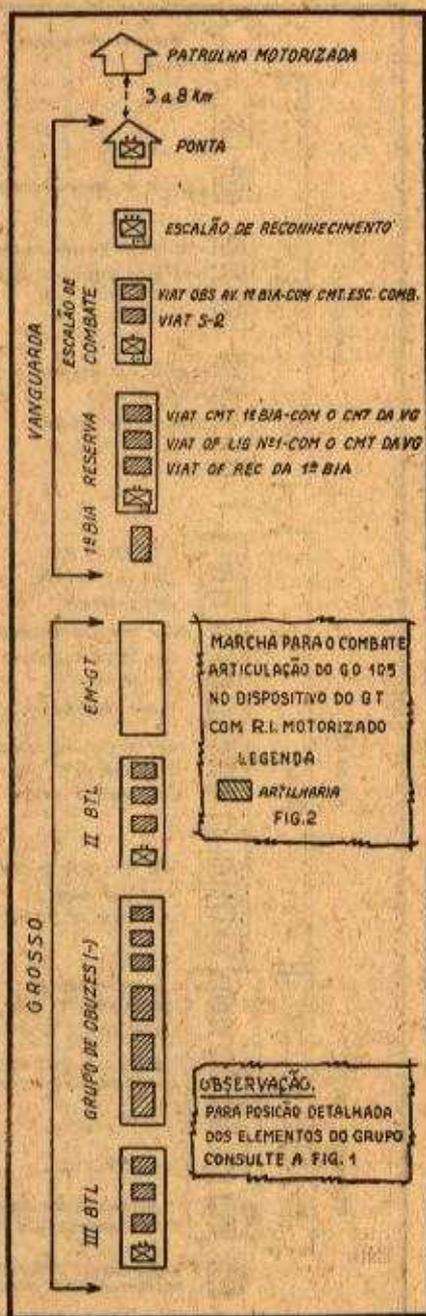
— Os Reconhecimentos do Grupo mantêm posição idêntica àquela assinalada no RI a pé (Fig. número 1).

— O Grupo (menos elementos destacados) desloca-se entre o II e III BTL.

— A Bia. Serv., procede como no caso anterior, podendo se a situação permitir deslocar-se com o GO.

c) *Grupo posto à disposição de VG Motorizada*

Quando a situação tática exigir, o GO 105 pode ser posto à disposição de uma Vanguarda Motori-



zada, que então será reforçada por tropas de outras armas.

Neste caso a articulação do grupo dentro da Vanguarda, deve ser a seguinte (Fig. n. 3) :

Junto do Cmt. do Escalão de combate marcharão o Cmt. da 1ª Bia. (com os respectivos reconhecimentos) e o Of. Lig. n. 1.

A 1ª Bia., deslocar-se-á atrás do Escalão de combate.

Junto do Cmt. da Vanguarda marcharão os Reconhecimentos do Grupo e das demais Baterias.

O Grupo (menos elementos destacados) desloca-se atrás da Reserva da vanguarda.

III — OS RECONHECIMENTOS, ESCOLHA E OCUPAÇÃO DA POSIÇÃO ATÉ A TOMADA DE CONTACTO

Estudaremos, agora, como atua o Estado-Maior desde a preparação da marcha até a entrada em posição do Grupo para apoiar a Vanguarda.

a) O *Planejamento* — Antes do início da marcha, o Estado-Maior do Grupo, em função da Missão do GT e da Decisão do respectivo Cmt. planejará a operação tendo em vista estudar possíveis zonas de posição, regiões de observatórios, pontes de liberação, lanços a realizar, dispositivo a adotar pelo Grupo durante a marcha, etc.

Este trabalho preparatório, que será presidido por um minucioso espírito de previsão será facilitado se o GT dispuser de fotografias aéreas da região onde vai operar.

Vejamos quais os pontos a serem analisados nos exames de situação pelo EM do Grupo :

S/2 :

Estudo do inimigo à vista do último Boletim de informações ;

Zonas prováveis de ocupação de posição ;

Zonas prováveis de observatórios ;

Zonas para as posições de espera (antes do contacto) ;

Estudo do terreno no que diz respeito à viabilidade dos itinerários, problemas de circulação ;

Equipamento de cartas ;

Utilização dos Aviãos.

S/3 :

Estudo da manobra a realizar pelo GT :

No caso de marcha por lanços, onde os locais de espera ;

Dispositivo a adotar pelo Grupo durante a marcha ;

Cartas a serem utilizadas para o tiro ;

Observatórios a conquistar pela Infantaria.

Of. Trans. :

Estabelecimento de um Código de Transmissões — referência do terreno ;

Prováveis zonas para o P.C.

S/4 :

Como será deslocada a Bia. de Serv. ;

Viaturas do trem de Munição que acompanham as Bias ;

Suprimentos durante a jornada.

Convém lembrar que o exame da situação é realizada mediante a análise dos quatro fatores : missão, inimigo, terreno e meios disponíveis. Os oficiais do EM do Grupo realizam seus estudos em conjunto ; não há propriamente um trabalho do S/2 separado daquele do S/3.

A manobra da Artilharia é função principalmente de três elementos da decisão do Cmt. do GT :

— a impressão sobre o inimigo ;

— a idéia de manobra ;

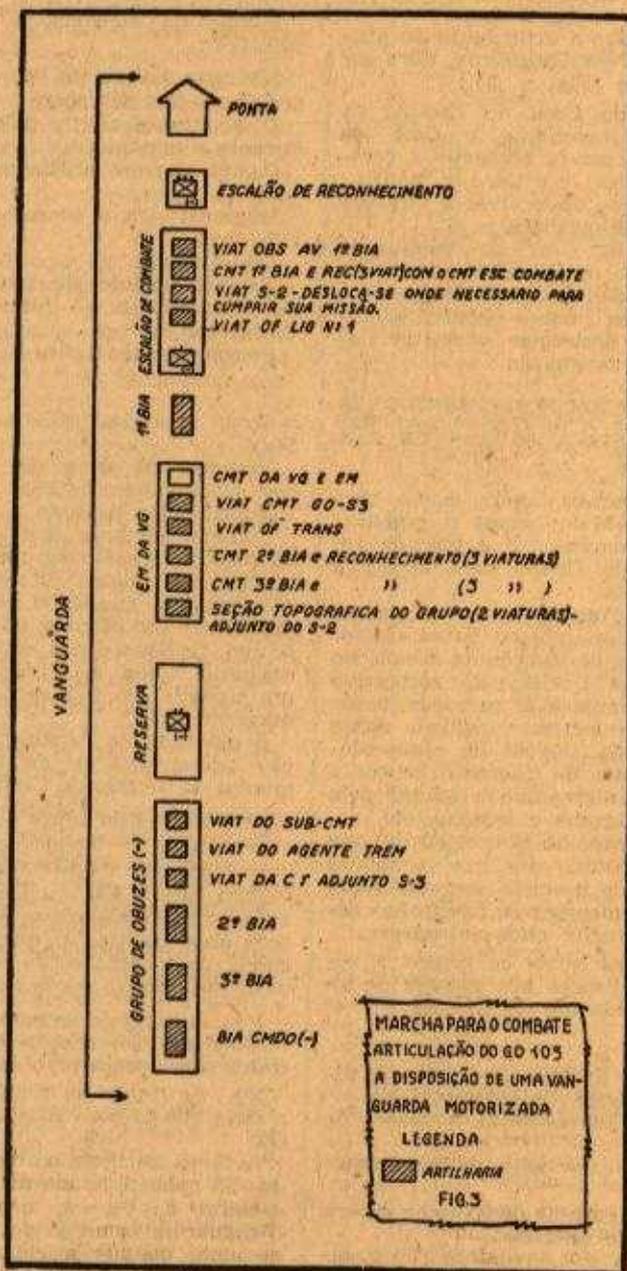
— condições de execução.

Para que o EM do Grupo preveja as possíveis zonas de posição e de observatórios as quais no decorrer da marcha serão reconhecidas, é necessário conhecer :

1ª) A linha do terreno até onde o Cmt. do GT admite que marchará sem encontrar o inimigo.

2ª) As linhas ou regiões sucessivas a atingir ou a conquistar pelo GT.

A partir da linha em que o Cmt. do GT admite a possibilidade de encontro da Vg com o inimigo, o Grupo já deve estar em condições de atuar, se necessário, com seus fogos, para isto é mister estar em condições de desdobrar-se, desde o momento que o VG ultrapasse tal linha do terreno.



O desdobramento do Grupo deve atender às seguintes circunstâncias:

1º) nos preliminares do combate ofensivo a Artilharia do GT em 1º escalão tem a seu cargo a totalidade dos fogos (apoio, longínquos, contra-Bia.).

2º) sendo a missão da Vanguarda nos preliminares uma ação nitidamente ofensiva, é lógico que o dispositivo da Artilharia, nesta fase do combate apresente as características do ataque, isto é:

— desdobramento inicial o mais à frente possível.

Combinando todos os fatores acima citados e levando em consideração o terreno, o EM do Grupo determina as possíveis regiões de desdobramento, que serão localizadas, portanto, na ordem de 2 a 3 km aquém da linha a partir da qual é provável o encontro com o inimigo e dos objetivos a atingir ou conquistar pelo GT.

Estas regiões de desdobramento deverão estar próximas do eixo de progressão e dos observatórios. Será, também, encarada a localização provável dos Pontos de Liberação, sucessivos, isto é, pontos característicos do terreno até onde o Grupo marcha em coluna e daí é conduzido pelos guias da Bateria às posições a serem ocupadas.

Tendo em vista assegurar a continuidade do apoio da Artilharia, supondo que o combate tenha exigido a entrada em posição do Grupo, logo na primeira região prevista, as possíveis zonas de desdobramento devem estar intercaladas no máximo da metade do alcance útil do material, ou seja de 5 em 5 km, entretanto o terreno e a manobra, a realizar pelo GT, sempre comandarão as posições sucessivas da Artilharia. Este processo permitirá à Artilharia (que a partir do momento que ocupa posição prossegue a marcha, por escalões) a manter-se em constante apoio da Infantaria que progride.

Para maior facilidade das transmissões durante a marcha, o terreno a ser percorrido deve ser referenciado por um sistema convencional. Os pontos importantes

do terreno, entrocamentos, as prováveis regiões de posição de observatórios, pontos de liberação, recebem letras ou números: A, B, C, D, a, b, c, 1, 2, 3, etc. É, assim, estabelecido um código para uso do GT. Todas as referências ao terreno deverão ser amarradas a estes pontos ou zonas previamente escolhidos.

Durante a progressão as mensagens trocadas entre os elementos do EM do Grupo e o EM do GT, e mesmo dentro dos oficiais do EM do Grupo, utilizarão este código, visto que o rádio é meio normal de transmissão, na situação tática considerada.

Exemplo:

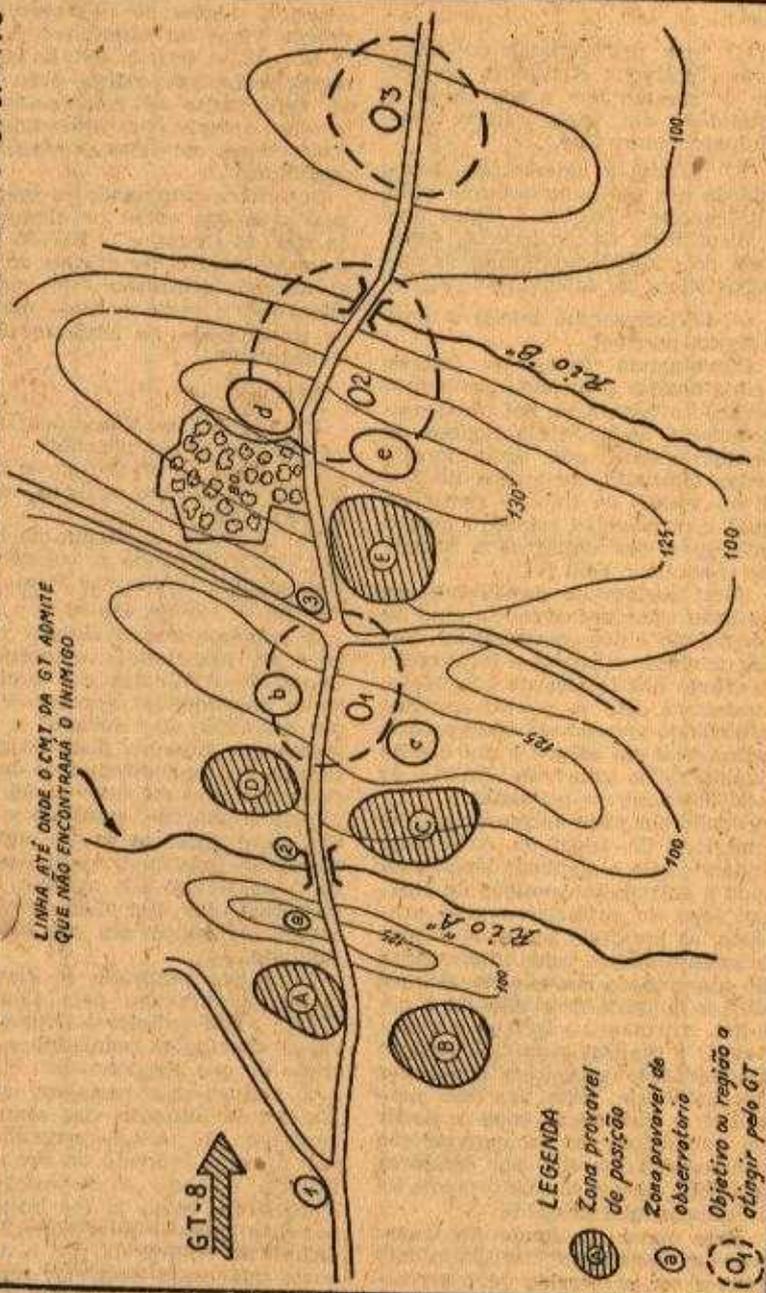
- 1º) do S/2 ao Cmt. do Grupo — "Região C reconhecida".
- 2º) Do Cmt. do Grupo ao Cmt. do GT — "Grupo ocupará região C, dentro 30 minutos".
- 3º) Do Cmt. do Grupo ao Subcmt. (que comanda a coluna) — "Desloque o Grupo até Ponto Liberação 3, ocupar região C".

O esquema anexo elucida como deve ser planejado o emprego do Grupo de Artilharia nos preliminares do combate ofensivo. Cumprir assinalar que durante a progressão, a situação pode exigir a escolha e o reconhecimento de posição não prevista quando foi planejada a marcha, portanto o S/2 não deve ficar preso às posições possíveis previstas, para isso o Cmt. do Grupo lhe atribue larga iniciativa nos reconhecimentos a serem realizados, em tal fase do combate.

Uma vez realizado o Planejamento e aprovado pelo Cmt. do G. O., o EM redigirá a Ordem Geral de Operações regulando a operação no que for possível.

É conveniente ressaltar, que o Exame da Situação visa sempre o emprego do Grupo centralizado, isto é, como unidade de tiro. Uma Bateria é posta à disposição da Vanguarda, como já foi estudado, somente quando a articulação do Grupo na coluna do GT é de tal sorte que possa acarretar uma ligeira demora na sua entrada em posição. Entretanto esta descen-

PLANEJAMENTO DO EMPREGO DO GRUPO DO GRUPO NOS PRELIMINARES DO COMBATE OFENSIVO



tralização é temporária; logo depois que a Bia. à disposição da VG tenha entrado em posição, se necessário, o restante do Grupo também entra em posição na mesma região, passando então aquela Bia. a atuar sob o Comando do G.O., cessando, assim, sua subordinação à Vanguarda. O Cmt. do G.O. deve sempre se empenhar no sentido de empregar seu Grupo centralizado, atendendo assim às características da Artilharia em qualquer fase do combate: ação em massa de seus fogos.

b) Atuação do EM do Grupo durante a progressão até a entrada em posição do Grupo

1º) Antes da Tomada de Contacto — Quando a marcha é iniciada todo o EM do Grupo está a par do Plano da Artilharia para operação. Vejamos como são realizados os reconhecimentos no decorrer da progressão.

(1) **Observador avançado da 1ª Bia.**, deslocando-se com o escalão de combate da VG, deve manter-se em condições de acionar os tiros de Artilharia, tão logo a Infantaria se desdobre, não necessitando esperar que o Grupo complete a instalação de seus observatórios. No caso da 1ª Bia. marchar com a Viat, atuará diretamente em ligação com seu Cmt. de Bia.

(2) O S/B, desloca-se com o escalão de combate, entretanto não se conserva na coluna, dirige-se para onde julgar necessário para cumprir a sua missão, que é reconhecer e selecionar as zonas de posições de Bateria e de observatórios.

O S/2, à medida que progride no terreno, vai reconhecendo as diferentes zonas previstas e pelo rádio comunica ao Cmt. do Grupo, utilizando o código já previamente estabelecido, o resultado desses reconhecimentos.

O reconhecimento do S/2 é sumário, não necessitando abandonar de muito seu eixo de progressão. As posições de bateria caracterizam-se numa fase do combate pela sua proximidade da estrada e

amarradas, se possível à vizinhança dos observatórios.

(3) **O Oficial de Ligação n. 1** — marchando junto do Cmt. da VG deve manter o Cmt. do Grupo sempre a par da situação do Btl. e dos planos de seu Cmt.

(4) **O Cmt. do Grupo** — com seu séquito, hem como os *Cmts. das Bias*, com os respectivos reconhecimentos marchando à testa do grosso, junto do EM do GT, acompanham a evolução dos acontecimentos, mantendo-se sempre ambientados e portanto em condições de agir, no momento oportuno.

2º) Na iminência da tomada de contacto.

(1) Estando iminente a tomada de contacto, a VG deve desdobrar-se e desenvolver-se.

O Cmt. do GT em entendimento com o Cmt. da Art. julga então oportuna a entrada em posição do Grupo e em consequência dá ordem ao Cmt. do Grupo, neste sentido.

Este então em função da situação escolhe a região para ocupar posição que neste momento já deve estar reconhecida, determina ao S/2 que venha ao seu encontro e reúne os Reconhecimentos das Bias e a Turma Topográfica, caso não estejam marchando consigo. Determina ao Subcmt. que avance com o Grupo até o Ponto de Liberação (PL) então escolhido em função da posição selecionada.

Quando o S/2 chega, apresenta um relatório verbal dos reconhecimentos realizados incluindo detalhes que não foram possíveis de dar pelo rádio.

Inteirada então dos detalhes do reconhecimento da posição selecionada o Cmt. do Grupo dá ordem para que os reconhecimentos das Bias e a turma topográfica iniciem seus trabalhos para reconhecimento e ocupação de posição.

Essa ordem é verbal e dirá em síntese:

- Situação;
- Onde a Infantaria vai iniciar seu desdobramento;
- Regiões selecionadas para cada Bia. — dentro da Zona escolhida;

- Locais de P.O.;
- Itinerários que vão ter à posição;
- Direção de vigilância;
- P.C.

(2) *Vejamos agora como decorrem geralmente estes trabalhos:*

O *Cmt. do Grupo* — Dadas as suas ordens, volta ao encontro do *Cmt. do GT*, com quem deve manter nesta fase do combate, estreito contacto.

(3) O *S/3* — Assume a direção dos trabalhos. Aguarda a chegada da *Bia. de Cmto.* para iniciar a instalação da *C.T.* Uma vez esta funcionando dá início à organização do *P.T.O.*

Oficial de Transmissões — Seleciona em ligação com o *S/3* o *PC* do *Grupo*, que deve ser localizado o mais próximo possível da posição das *Bias.*, a fim de facilitar as transmissões.

Selecionado o *PC* dá início à instalação do sistema de transmissões do *Grupo*.

O *Sgt. Ajudante* é encarregado de reconhecer e estabelecer o *Ponto de Liberação*, isto é, balizá-lo por meio de um sinal colocado à direita da estrada, de forma a ser facilmente identificável.

Subcomandante — Geralmente é o *Cmt. da Coluna*. Tão logo recebe a ordem do *Cmt. do Grupo*, aproxima o *G.O.* do *Ponto de Liberação* estabelecido pelo *Sargento Ajudante*, onde já deve encontrar os guias das *Bias.* para recebê-las e conduzi-las à posição.

Determina ao *Agente do Trem* que conduza à frente as 5 peças e o *Dest. Saúde*.

Uma vez as *Bias.* encaminhadas para suas posições, o *Subcmt.* toma a seu cargo o estabelecimento e organização do *P.C.*

Adjunto do S/2 — Inicia os trabalhos de levantamento do *Grupo*, tendo em vista inicialmente a *P.T.O.*

Cmts. de Baterias — Os *Cmts.* da *Bia.* iniciam o seu reconhecimento e uma vez selecionada a posição, providenciam o recebimento de sua *Subunidade* no *Ponto de Liberação* e a entrada em posição.

O *Cmt. da Bia.* no seu reconhecimento deve trabalhar com rapi-

dez. Posições de troca são logo selecionadas.

Escolhida a posição o cabo esclarecedor n. 1, imediatamente se encaminha para o ponto de liberação ao encontro do 1º *Sargento* que ali ficará aguardando a chegada da *Bia.*, a fim de servir de guia para a mesma.

Se for o caso, o reconhecimento da *Bia.* realiza a procura de minas e inicia seu levantamento antes da chegada do material.

(4) *Tempo necessário para abertura do fogo* — Decidida a ocupação de posição, é possível abrir fogo dentro dos seguintes prazos:

Uma *Bia.* (quando marchando com a *VG*) na base do observador avançado — 25 minutos;

Um *Grupo*, na base do observador avançado — 45 minutos;

Um *Grupo*, na base de um *P.T.O.* com regulação das três *Bias.* — 1 hora e 30 minutos.

Estes dados são verdadeiros quando há um afastamento máximo de 30 minutos do *Grupo* em relação ao ponto de liberação, por que este é o tempo necessário à ulatimação dos reconhecimentos para ocupação da posição, enquanto são realizados, o *Grupo* se aproxima. Se o *Grupo* estiver mais próximo do *P.L.* os dados acima continuam verdadeiros. No entanto, se estiver mais afastado, a estes dados deve ser acrescentado o tempo necessário para atingir o *P.L.* (subtraídos os 30 minutos).

Em vista da rapidez do trabalho de reconhecimento e ocupação de posição, podemos concluir pelos dados acima, que a *Infantaria* jamais espera pela *Artilharia* para o prosseguimento das suas operações; o tempo gasto pela *Artilharia* é comparável com o que a *Infantaria* necessita para desdobrar e desenvolver seus elementos, uma vez abandonada a formação de estrada.

(5) *Observadores avançados* — Os observadores avançados, são desde logo destacados para junto das unidades de *Infantaria*, como tivemos oportunidade de verificar. Sua principal missão é localizar objetivos e conduzir o tiro sobre

éles. Seu trabalho será muito facilitado se existir íntima ligação com o Capitão da Cia. de Infantaria e com os observadores da Cia. de Mtr. pesados atuando na sua zona. Logo que encontre um lugar adequado, de onde possa observar, o Obs. Av. da Art. manda um dos seus auxiliares tomar contacto (ou éle o faz pessoalmente), com esses elementos de Infantaria, informando-os de sua localização. Tal contacto é essencial para permitir aos Cmts. da Cia. Inf. e de Pelotões, pedirem fogo sobre objetivo que venham localizar. Isso também permitirá um emprêgo mais eficiente e uma melhor coordenação do fogo da Art. com as armas da Infantaria. É responsabilidade mútua dos Obs. Av. da Inf. e da Art. o estabelecer e manter contacto na zona avançada.

Por causa de sua maior dotação normal de munições e facilidade de suprimento, a Artilharia leva vantagem sobre os petrechos pesados da Infantaria.

Os morteiros da Infantaria exigem uma quantidade de munição relativamente grande para neutralizar objetivos de pequenas dimensões, por isso os observadores avançados de Infantaria e Artilharia devem cooperar a fim de reservar as respectivas munições para os objetivos apropriados. O remuniamento dos morteiros de Infantaria é feito a mão, sua pequena dotação orgânica sendo consumida rapidamente é possível que se venha a defrontar com dificuldades no movimento.

IV — DESLOCAMENTOS DURANTE O COMBATE

Como procede o Grupo de Artilharia (GO 105) depois da tomada de contacto a fim de assegurar a continuidade de seu apoio: o deslocamento da observação e do material — o movimento por escalões.

Acabamos de examinar como geralmente se desenrolam os acontecimentos, até a entrada em posição do Grupo.

Estudemos, agora, como atuará o Grupo a partir deste momento, a fim de assegurar a continuidade do apoio de seus fogos.

Apoiada pelos fogos da Artilharia a Vanguarda atua por forma a vencer as resistências que vão surgindo na sua zona de ação e continuar sua progressão; o Grupo mantém-se portanto em posição.

Para acompanhar a progressão da Infantaria, a Artilharia lança mão de dois meios:

— O deslocamento da observação;

— O deslocamento do material, por escalões, desde que a progressão da Infantaria se aproxime do limite do alcance útil do material (9.000 metros para o G.O. 105). Com as possibilidades deste alcance os deslocamentos do material vão ser pouco numerosos, talvez de um a dois numa mesma jornada.

Daí se infere, que a ação da Artilharia na marcha de aproximação é tomada de contacto vai se fundamentar principalmente no perfeito deslocamento da observação.

Vejamos como se processam as operações:

1) *Plano do Cmt. do Grupo* — O Cmt. do Grupo organiza o deslocamento da sua unidade, de acôrdo com o Cmt. da tropa apoiada (RI), porque a manobra dessa unidade tem grande influência no tempo e no processo de operação, bem como na escolha da nova posição.

O Cmt. do Grupo deve planejar o deslocamento da sua observação tantas vêzes quantas forem necessárias para permanecer em condições de apoiar a Infantaria com eficiência.

Para que as Bias. de tiro e o PC possam se deslocar para a frente é mister que os Cmts. de Bias, os Obs. Avançados, os Oficiais de Ligação e a Turma Topográfica do Grupo, façam reconhecimentos prévios e continuados dos itinerários, posições para as Bias., locais para as linhas de viaturas, locais para os PC, etc.

Os resultados desses reconhecimentos vão sendo relatados ao Cmt. do Grupo, o qual os utilizará como base, quando fizer ou mandar fazer o reconhecimento final.

Proseguindo a Infantaria, no seu avanço, chegará o momento em que as Bias. para prover o fogo que a Infantaria necessita são obrigadas a se deslocar para a frente.

Este deslocamento poderá ser efetuado por todo o Grupo ou por escalões dentro do Grupo.

O deslocamento do Grupo de uma só vez traria o inconveniente da não continuidade de apoio, a qual, em princípio, deve ser evitada. No âmbito do Agrupamento, poder-se-á deslocar os Grupos por escalões, sem o inconveniente acima apontado.

O deslocamento por escalões dentro do Grupo poderá ser feito das seguintes maneiras:

— por baterias isoladas (1 — 1 — 1);

— em dois escalões (2 Bias. — 1 Bia. ou 1 Bia. — 2 Bias.).

Só a análise dum caso concreto poderá dizer qual a melhor solução.

Ilustremos o nosso estudo com a seguinte hipótese: "O Grupo vai se deslocar em dois escalões: — 1ª, constituído pelas 2ª e 3ª Bias. e parte do PC.

— 2ª, constituído pela 1ª Bia. e o restante.

2) *Deslocamento da observação.*

a) *Deslocamento do Observador Avançado* — O observador avançado e sua turma se deslocam desde que isto se torne necessário para melhorar a observação e para conservar o contacto com elemento de Infantaria de 1º escalão, em proveito de que se encontra observando.

b) *Deslocamento dos observatórias das Bias.* — O PO de Bia. é deslocado frequentemente, sempre com a idéia de melhoria da observação.

A turma do obs. av. compreende o obs. av., o sgt. de reconhecimento e um operador de rádio.

A turma do PO consiste de oficial de reconhecimento, o cabo auxiliar de tiro, o sgt. de tiro, o cabo esclarecedor n. 1, um operador de rádio e vários telefonistas.

Quando o of. de reconhecimento é designado para obs. av. é desfalca o PO, organizando sua turma com o cabo aux. de tiro e um operador de rádio.

Quando o PO antigo deve ser mantido até a instalação do novo, o Cmt. de Bia. deverá ir para este, levando consigo o cabo esclarecedor n. 1, um operador rádio e dois telefonistas, nas viaturas do comando e telefônica n. 1. O sgt. de tiro e um telefonista permanecem em função, no antigo PO, até a instalação do novo.

Quando o antigo PO não interessar mais por outras razões quaisquer, o Cmt. de Bia. faz sua mudança com todo o pessoal e equipamento de uma só vez.

No novo PO, são as transmissões inicialmente feitas por meio de rádio. Tão logo, porém, seja possível, instalam-se os demais meios de transmissões.

O circuito telefônico será um novo ou o do antigo PO aumentado.

3. *Deslocamento das Bias. de tiro e do PC.*

a) Continuando a Infantaria seu avanço o Cmt. do Grupo resolve então deslocar suas Bias. de tiro.

Com cada elemento de tiro desloca-se uma parte do PC.

Este deslocamento é feito tendo em vista poder continuar o apoio e encurtar as redes de transmissões, que se vão alongando, dificultando sobremodo o problema da sua manutenção.

b) *O reconhecimento e as ordens em consequência* — Desde que o momento de deslocar as Bias. e o PC se aproxima, o Cmt. do Grupo estuda as informações recebidas dos reconhecimentos, relativas ao terreno na nova zona. Determina ao Subcomandante ou S/3 que faça um reconhecimento final quanto à organização na nova zona.

Suponhamos que o Subcmt. fez o reconhecimento.

(1) O pessoal e viaturas seguintes acompanham o Subcmt. no reconhecimento.

Viat. S/2	{ Subcmt. S/2 (RAD) Sd. motorista
Viat. Of. Trns.	{ Of. Trns. (RAD) Sgt. ajudante 2º Sgt. telefonista (motorista)

(2) O pessoal e viaturas seguintes constituem a turma de reconhecimento do Subcmt. — Da Bia. de Cmdo.

Viat. Telef. n. 2	{ Cabo Telef. Sds. Telef. — 3 Sds. reservas — 2 Sd. Oper. rádio (da Viat. S/2) Sd. motorista (telefonista)
Viat. Telef. n. 3	{ Cabo Telef. Sd. Oper. da central Sds. Telef. — 3 Sd. Oper. rádio (da viat. of. Trns.) Sd. motorista (telefonista)
Viat. Top. n. 1	{ Adj. do S/2 Sd. metralhador 2º Sgt. topógrafo (motorista)
Viat. Top. n. 2	{ 3º Sgt. topógrafo Cabos topógrafos — 3 Sds. reservas — 2 Sd. topógrafo (motorista)

— De cada Bia. de Obuses.

Viat. Reconhec.	{ Cmt. da Bia. Cabo Telef. Cabo esclarecedor n. 2 Sd. rádio (RAD) Sd. motorista
Viat. Telef. n. 1	{ Sds. Telef. ns. 1 e 2 Sd. Telef. (motorista)

— Dest. de Saúde.

Viat. do médico	{ Sgt. enfermeiro (motorista)
--------------------	----------------------------------

c) Os comandantes de Bias. preparam as posições para imediata ocupação. A zona é pesquisada e limpa de minas.

Quando possível os circuitos telefônicos e os trabalhos topográficos são completados antes das Bias. iniciarem seus deslocamentos.

Quando o tempo é curto, o tiro é iniciado à base da P.T.O.

Desde que os PO já estejam à frente das novas posições de Bias.

os circuitos telefônicos são lançados tão logo estas estejam estabelecidas.

Os itinerários para a nova área são balizados.

O movimento das Bias. é coordenado com os planos de Infantaria.

4. Deslocamento do 1º escalão — O Cmt. do Grupo, que se encontra com o Cmt. do RI, manda

em código a seguinte mensagem para o Subcmt.:

"Desloque o Grupo, por escalões, dois — um, para a vizinhança de XXXXX."

O Subcmt. decide deslocar as 2ª e 3ª Bias., deixando a 1ª em posição.

Para isso, também em código, determina pelo rádio ao S/3, utilizando canal B:

"Desloque o 1º escalão composto das 2ª e 3ª Bias."

O S/3 recebendo a mensagem determina que as 2ª e 3ª Bias. iniciem seu movimento com seus rádios do canal B.

Na 1ª Bia., todos os observadores e oficiais de ligação continuam nas suas missões, utilizando o canal A.

O 1º escalão segue para nova zona pelos itinerários balizados:

a) Da Bia. de Cmdo.

Viat. da C. T.	Adj. S/3 2º Sgt. Trns. 2º Sgt. operações 2º Sgt. calculador Sd. motorista
Viat. do P.C.	1º Sgt. Cabo C.H. Cabo metralhador Sd. metralhador Cabo calculador Sds. Oper. Rádio — 2 Sds. ordenança — 2 Sd. motorista
Viat. rádio n. 1	2º Sgt. rádio Cabo centro-mensagens Sds. Oper. rádio — 2 (SCR 619-TG5) 3º Sgt. mecânico de rádio Sd. metralhador Sd. Oper. rádio
Viat. piloto	Sgt. mecânico de avião Sd. reserva (motorista)
Viat. agente de trem	Sd. agente de trem (motorista)

b) 2ª Bateria.

c) 3ª Bateria.

Chegando à nova zona as Bias. ocupam posição o mais rapidamente possível e mudando para o canal A reiniciam o tiro.

As transmissões rádio são estabelecidas na nova GT, utilizando como base os rádios do S/2 e do Of. Trns.

Somente uma Bia. (a 2ª Bia.) regula no ponto de vigilância. A outra, a 3ª, é somente colocada no ponto de vigilância por meio de

um levantamento expedito. A pontaria é verificada por uma salva observada pelo observador que regulou a 2ª Bia.

5. Retomada do tiro pelo 1º escalão e deslocamento do 2º escalão — Quando o 1º escalão está em posição e pronto a reiniciar o tiro o Subcmt. manda pelo canal B, para a retaguarda, ao S/3, a seguinte mensagem:

— "Desloque o 2º escalão."

Recebida a mensagem a 1ª Bia. inicia seu deslocamento, com seus rádios no canal B.

Os seus obs. av. trabalhando agora com a nova CT. Os elementos que constituem o 2º escalão são:

a) Da Bia. de Cmdo.

Viat. do Subcmt.	{ S/3 Cabo Dact. do Cmdo. Sd. Oper. rádio Sd. motorista
Viat. Telef. n. 1	{ Adj. Of. Trns. Cabo Telef. Sds. Telef. — 3 Sds. reserva — 2 Sd. motorista (telef.)
Viat. Rádio n. 2	{ 3º Sgt. chefe centro mensagens Cabo rádio Sds. Oper. rádio — 3 Cabo C.V. Cabo calculador Cabo mecânico rádio (motorista)
Viat. pista aterragem	{ Sd. Aux. campo aterragem Cabo metralhador Sd. motorista
Viat. Manuten.	{ Of. manutenção 2º Sgt. manutenção 3º Sgt. mecânico de auto Cabo mecânico de auto (motorista)

b) 1ª Bateria

c) do Dest. Saúde

Viat. médico	{ Of. médico Sgts., cabos e sds. enfermeiros
--------------	---

Este escalão se movimenta para a frente pelas estradas balizadas e entra em posição na nova área.

Uma viatura telefônica de cada bateria é deixada atrás para recolher os fios telefônicos já lançados.

6. *Retomada do tiro de apoio pelo Grupo* — Tão logo ocupe posição, entra o 2º escalão no canal A.

Quando necessário é a Bia. de Serviço trazida para a nova zona. O S/4 faz o reconhecimento para a nova localização de escalão de retaguarda. Estudos de novos planos são iniciados prevendo o próximo deslocamento do Grupo.

7. *Emprego do rádio durante o deslocamento* — As Bias. se deslocam no canal B e passam para o A, assim que entram em posição.

Todos os Observadores e Oficiais de ligação das Bias. ou Bia.

que permanecem em posição, mantêm-se no canal A.

O aparelho-base da C.T. que normalmente opera no canal B, se desloca com o 1º escalão e opera no canal A até que o deslocamento do 2º escalão esteja terminado.

V — A OBSERVAÇÃO AEREA NOS PRELIMINARES DO COMBATE OFENSIVO

Durante a marcha para o combate e a marcha de aproximação, os aviões do Grupo são empregados para reconhecimento e observação. Para realizar esta missão o padrão de voo a adotar é a figura de um "oitto" voltado perpendicularmente à direção de marcha e estendendo-se cerca de oito quilômetros à frente da VG. Se a situação é pouco clara serão previstas saídas de meia em meia ou de

hora em hora; quando a situação se esclarece, um avião pode ser conservado em vigilância à frente, nos flancos e na retaguarda pronto também para observar o tiro.

Os aviões levantam voo, de pistas estabelecidas no último estacionamento.

Logo que o Grupo ocupar posição a pista de aterragem deve ser localizada de um a dois quilômetros à retaguarda das posições de Bia., donde os aviões continuam a operar.

VI — AS TRANSMISSÕES

1. *Durante a marcha* — O meio principal de transmissões é o rádio operando no canal B. As mensagens devem ser curtas e de preferência em código para se obter rapidez e sigilo. Já foi dito que quando se dispõe de cartas, fotocartas, ou mosaico, de antemão são escolhidos pontos e zonas de referência, os quais são numerados ou recebem uma letra, ficando assim estabelecido com código a ser usado na transmissão das ordens.

Após a ocupação de posição, as transmissões da CT são inicialmente feitas pelo rádio (canal A) ali a chegada das viaturas telefônicas quando será lançado inicialmente um circuito direto entre cada Bia. e a CT.

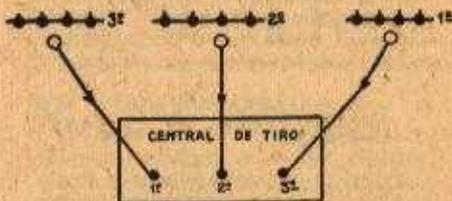


Fig. 5

VII — O GRUPO EM APOIO A UM ATAQUE DE GT

No seu plano de ataque (traduzido em Ordens), sem dúvida preparado, mas sob premência de

tempo, o Cmt. do GT deve ter sempre em mente que o reforço de fogos de outros Grupos nunca é de esperar porque o Grupo do seu GT não está ligado à A.D. nem pelo fogo nem pela topografia. Aliás, se existe GT é porque o Cmt. da Divisão não julga ainda oportuno intervir, o que fará pela dissolução desses mesmos GT.

Por outro lado, as previsões para o emprêgo do Grupo devem ser feitas levando em consideração que este só pode fornecer apoio eficiente a um Btl. de cada vez. As concentrações (de Bia. ou do Gr. inteiro) apoiam o atacante até a chegada deste ao limite da margem de segurança, quando então o tiro é suspenso ou alongado. Quanto aos "fogos previstos", não é possível desencadeá-los a horário. Somente a locação dos fogos pode ser prevista e o desencadeamento a pedido através de um oficial de ligação ou de um Obs. Av.

Para uma ação coordenada do R.I., o repertório de tiros previstos em função da manobra da Infantaria resulta das seguintes considerações:

- 1 — Necessidade de fogos precedendo imediatamente o ataque;
- 2 — Fogos contra resistências já assinaladas pelos Cmts. dos Btls. aos Oficiais de ligação;
- 3 — Btl. Inf. a ter prioridade de fogos;
- 4 — Locação geral de fogos de deter após a conquista do objetivo do R.I. ou após determinados objetivos intermédios;
- 5 — Coordenação dos fogos de Grupo com o dos obuses da Inf. e outras armas de apoio;
- 6 — Fogos de Artilharia a desencadear além da distância de apoio imediato (zonas de reunião de reservas, itinerários de aproximação, etc.);

- 7 — Convenções a serem usadas para desencadear, suspender ou alongar o tiro, o que é feito através dos meios de transmissões da Artilharia, e pedido dos Oficiais de ligação ou dos Obs. Av. ;
- 8 — Outras considerações, tais como :
- 9 — Regulações, hora de abertura de fogo, etc. ;

- 10 — Zona de ação do R.I. ;
- 11 — Missões de cegar, etc.

Referências :

C-100-5

FM 6-101

Notas de Fort Sill — EE.UU.

Reconhecimento, escolha e ocupação no Grupo — Major Jardel Fabrício.



VENDA DE LIVROS

Todo o oficial que não tem outra aspiração que as glórias e os espinhos da carreira que com estusiasmo na juventude abraçou, deve procurar manter-se em dia com a sua evolução.

Atrazar-se é viver desambientado ; a desambientação traz o desânimo, a descrença...

Mantenha-se em forma lendo a única revista especialmente militar do Brasil e adquirindo os livros particularmente escolhidos editados por esta Cooperativa e os quais ela lhe oferece com tôdas as facilidades.

DEFESA ANTIAÉREA

EVOLUÇÃO

Major JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO,
Instrutor da E.E.M.

1 — GENERALIDADES

O desenvolvimento alcançado pelos meios aéreos, na guerra que se findou, foi de tal forma marcante que a "Arma Aérea" criou uma terceira dimensão no campo da luta; a batalha, agora, tomou forma volumétrica, deixando, assim, de ser apenas de superfície.

Dêste modo, na guerra atual, muitas vezes, ante a quase impossibilidade de uma manobra de ruptura ou de ala, busca-se já, com audácia, o *envolvimento vertical*; não como lance esporádico num conjunto de operações de envergadura, mas como processo normal e aconselhável, sempre que se disponha de unidades de pára-que-distas em condições de, lançadas à retaguarda adversa, assegurarem o ritmo e a velocidade acelerados, que tanto caracterizam a guerra do século.

A "Arma Aérea" impôs máximas como estas:

— "não se pode conceber, hoje em dia, operações terrestres com abstenção dos elementos aéreos;

— nenhuma operação terrestre ou anfíbia de grande envergadura poderá ser realizada, com êxito, sem que se disponha do domínio do ar."

2 — PARALELO HISTÓRICO ENTRE OS MEIOS AÉREOS E OS DE DEFESA CONTRA AERONAVES

Num esboço histórico, ligeiro, focalizemos o que se passou em

face do aparecimento do avião e logo a seguir a sua utilização como meio de guerra.

Sem relutância podemos aceitar como fases gerais de caracterização evolutiva da Aviação as seguintes:

1ª Fase — a primeira grande guerra mundial;

2ª Fase — a guerra da Espanha;

3ª Fase — a segunda grande guerra mundial.

E não erraremos se condicionarmos a estas mesmas fases a evolução dos meios de defesa antiaérea.

Apenas acabava o notável Santos Dumont de dar ao mundo a realidade do voo do mais pesado do que o ar, dirigido, e um punhado de sagazes oficiais franceses, em 1907, já iniciava os primeiros ensaios do tiro contra alvos aéreos. Dir-se-ia a confirmação sábia da lei: "reação igual e contrária à ação", pois, desde o momento em que se obtinha o avião (a predeterminação de utilizá-lo como engenho de guerra precedera mesmo a sua realização) no espírito de técnicos militares entusiastas surgia, desde logo, a necessidade da concepção de um meio capaz de se opor a tão perigoso engenho.

Já em 1907, apelaram os franceses para a balística. Foram em busca de um canhão que permitisse o tiro antiaéreo. Experimentaram um 105 mm de campanha voltado para o céu. Embora com resultados precários, no que con-

seguiram, firmaram, contudo, um novo conceito na arte da guerra: o de defesa antiaérea, isto é, meios ligados ao solo e destinados a se opor aos engenhos aéreos.

a) 1ª Fase — 1ª Grande Guerra Mundial.

Se bem que o avião, como máquina de guerra, tenha sido pela primeira vez empregado na guerra balcânica de 1912-1913, não começou a representar papel importante em operações militares senão por ocasião da Guerra Mundial de 1914-1918.

Como era natural, com a grande facilidade de transpor as frentes em contacto, foi a aviação inicialmente empregada na busca de informações. Mas pouco e pouco foram se ampliando suas atividades, seja prolongando a ação da artilharia, pelas possibilidades da observação vertical, seja cooperando no combate, agindo com bombas e atacando a metralhadoras tropas terrestres.

Mas se de um lado a Aviação já se encontrava no desenvolvimento de sua infância a defesa antiaérea era ainda embrionária, ao irrom-

per o conflito. Havia, pois, nítida vantagem para o meio de ataque sobre o de defesa.

Nem franceses e nem alemães tinham, ainda, organizado a fabricação de armas antiaéreas.

Nos primeiros momentos da guerra, verdadeira "pane" cria o aparecimento de um avião no céu cruzando as linhas de contacto. Na carência absoluta de meios antiaéreos, os beligerantes lançam mão de tôdas as improvisações possíveis, visando agir contra o avião. Em pleno curso da luta, o registro sempre crescente dos sucessos da Aviação veio mostrar a necessidade de ser emprestada à defesa antiaérea o papel importante que as operações impunham. Na França, como na Alemanha, o problema do tiro antiaéreo foi levado ao gabinete de balísticos que, finalmente, à luz do cálculo vão determinar os princípios básicos para a técnica do tiro antiséreo e para a construção do material.

Na França, durante a guerra, os progressos da artilharia antiaérea foram apreciáveis, e o quadro estatístico a seguir esclarece melhor:

Aviões abatidos pela defesa antiaérea dos aliados:

Janeiro de 1916.....	0 avião (zero)
Janeiro de 1917.....	60 aviões
Janeiro de 1918.....	120 aviões
De janeiro a novembro de 1918.....	242 aviões

No fim da luta tinham os aliados 42.000 homens na defesa antiaérea; dispunham de 900 ca-

viões antiaéreos e de 800 projétores.

Quanto aos meios aéreos em presença:

AVIÕES

Época	Franceses	Alemães
Janeiro de 1916.....	783	800
Janeiro de 1917.....	1.450	1.350
Janeiro de 1918.....	3.000	2.100
Novembro de 1918.....	3.600	2.800

Do ponto de vista de comparação entre o meio de ataque e o de defesa não se podia dizer que a antiaérea tivesse conseguido invalidar a ação aérea; mas à pre-

sença de barragens de fogo nos céus de pontos sensíveis muito se devia em face de resultados pouco compensadores, alcançados por aviões em missões de bombardeio.

Do ponto de vista aéreo, não obstante a vitória aliada ter sido conquistada pelos exércitos em terra, a Aviação firmara-se como arma capaz de revolucionar, inteiramente, os processos de guerra.

b) 2ª Fase — Guerra da Espanha.

Enquanto os meios aéreos continuaram num ininterrupto evoluir, o conflito da Espanha veio encontrar a antiaérea quase paralisada. As estatísticas acusando grandes gastos de munição, para se abater um avião, haviam deixado, novamente, em suspenso o problema do tiro antiaéreo e muito técnico militar interrogava:

— “Valeria a pena dispender somas tão vultosas com resultados tão fracos?”

A Espanha tornou-se um particular campo experimental, para a Alemanha, Rússia e Itália no que concerne ao emprêgo de meios aéreos. Novamente técnicos militares são acionados. Comissões de estudos e fabricantes de material retomam intensamente o assunto, apresentando e experimentando na batalha de Espanha novos tipos de canhões, aparelhos de escuta, projetores e balões de barragens, procurando, a toda prova, acompanhar as altas “performances” das aeronaves em ação. Foi aí que a Aviação consolidou, de certo modo, os princípios táticos de emprêgo ensaiados na 1ª Grande Guerra. Foi aí, também, que se consolidou a antiaérea alemã; sentiu-se a necessidade de um canhão para as grandes alturas (aparecendo pela primeira vez os famosos 88 mm) e outro para as baixas alturas e mesmo o emprêgo de armas automáticas para os aviões que se arrojasse a muito baixas alturas.

Se na 1ª Grande Guerra Mundial tinham se verificado muitos casos de combates aéreos, somente, entretanto, no conflito da Espanha a Aviação de Caça tomou a importância devida; em consequência, começou-se a experimentar o emprêgo conjugado dos meios antiaéreos e da Aviação de Caça. Criando-se, deste modo, um outro conceito, o de: Defesa Aé-

rea, que tanto se desenvolveu no curso da 2ª Guerra Mundial.

c) 3ª Fase — 2ª Grande Guerra Mundial.

Pode dizer-se que o decênio de 30 foi áureo para os meios aéreos.

Os Estados-Maiores dos exércitos europeus já não escondiam a proximidade de um novo conflito. De há muito os estudiosos da arte da guerra tinham compreendido que não se repetiria o caráter semi-estático da contenda de 1914-1918. A teoria do General Douhet, preconizando a decisão pela força aérea, tinha encontrado um campo propício, particularmente, no exército alemão.

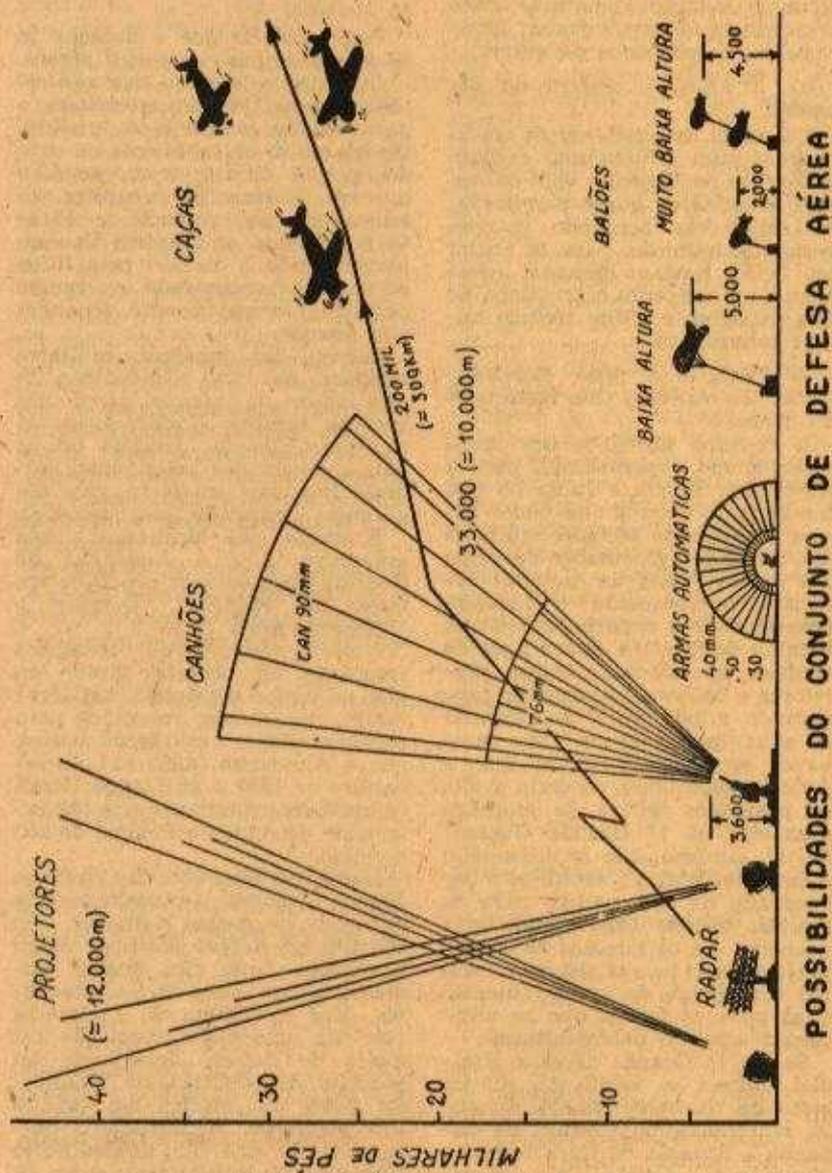
Sairam, os técnicos militares alemães, da luta convencidos do alto valor do ataque aéreo nas guerras futuras. Confirmavam já a necessidade do domínio do ar para que um dos beligerantes pudesse imprimir em terra, com segurança, o ritmo de suas operações.

E, ainda, não terminara a luta espanhola e já a Alemanha de Goering iniciava uma produção em massa de “Heinkel”, “Dornier” e “Messerschmitt”.

É neste ambiente de verdadeira saturação do poderio aéreo, em que os meios de defesa antiaérea foram, novamente, relegados para segundo plano, em alguns países, que a Alemanha inicia a 1 de setembro de 1939 a 2ª Grande Guerra, quando experimentou a “Blitz” levando de roldão a Polónia ao seu domínio.

Havia no momento em que se iniciou o conflito o conceito de que os meios de defesa antiaérea não constituíam defesa positiva contra a aviação; que eles apenas aumentavam os riscos para os atacantes. Mas a batalha da Inglaterra veio dar uma nova orientação aos meios de defesa, desfazendo tal conceito. Aí a doutrina de “Douhet” foi posta em prática em toda a sua plenitude. A Luftwaffe convencida de que um desequilíbrio flagrante se manifestava entre os meios de ataque e os de defesa lançou-se decidida a liquidar a Grã-Bretanha, em pouco tempo.

Nas forças aéreas germânicas o símbolo do poderio está no seu



bombardeiro de mergulho, o "Stuka" que é decantado "como tendo no seu piquê uma qualidade melodramática que terrifica e provoca pânico; que sugere a imagem de uma águia se precipitando sobre a presa".

Mas a batalha da Inglaterra veio mostrar uma nova vitalidade dos meios de defesa, que pouco e pouco, foi se consolidando para, finalmente, estabelecer um perfeito equilíbrio de reação ante os meios de ataque.

Foi na Inglaterra que a noção de *defesa aérea* desenvolveu-se extraordinariamente. E, assim, em cooperação com a Aviação de Caça os meios antiaéreos deixaram em suspenso novamente a decantada "vitória exclusiva pela força aérea".

Técnicamente se explica, hoje, facilmente, porque foi invalidade a investida aérea alemã sobre a Grã-Bretanha. Foi graças a este maravilhoso invento que se chamou de "Radar". Mantido em segredo durante todo o desenrolar das operações, o "Radar" realizava o milagre que os obsoletos aparelhos de escuta, "Elascop" alemães, não conseguiam igualar. Sem dúvida, foi o "Radar" um fator decisivo. Acompanhou, ou melhor, ultra-

passou o progresso da aviação de ataque com suas avançadas características de velocidade e raio de ação. Ia o "Radar" localizar os "raides" alemães ainda muito longe, do outro lado do canal. E acompanhava, em detalhes, as formações, muito antes de atingirem os objetivos. Havia, pois, tempo suficiente para alertar as defesas antiaéreas, a expedir os caças suficientes a interceptar o "raide" adverso; e mais ainda, guiava a aviação de caça ao ponto em que se devia dar o combate aéreo. Assim, enquanto se travava a luta e alguns atacantes conseguiam prosseguir, eram, estes, recebidos sobre os pontos sensíveis debaixo de densas rajadas de fogo antiaéreo.

Quando os alemães, num desespero de causa, lançaram as bombas voadoras já encontraram a Inglaterra com uma defesa antiaérea bem desenvolvida, para combater com os meios ativos as famosas V-2, e atenuar os seus danos com uma equipe altamente treinada em defesa passiva.

O quadro abaixo tirado de uma estatística inglesa é muito eloquente, quanto à eficiência antiaérea, em face às bombas voadoras.

Bombas constatadas.....	2.547
Bombas que falharam.....	474
Bombas destruídas pela AAA.....	937
	<hr/>
Bombas destruídas pela Av. de Caça.....	475
	<hr/>
Bombas que incidiram em Londres.....	541

Cita, o Major Seversky, no seu notável livro "Vitória pela Força Aérea": "De 8 de agosto a 31 de outubro, perderam os alemães 2.375 aviões na Inglaterra, no curso de ataques à luz do dia. O cálculo do Ministério do Ar, bem modesto, não inclui os aviões destruídos em combates noturnos, nem os aparelhos avariados, nem os numerosos aviões que se perderam sobre o canal e na sua retirada dos céus ingleses. Num só dia, 15 de setembro, a Luftwaffe deixou 185 de

seus aviões na Inglaterra. Essa investida total matara alguns milhares de ingleses, destruiu vasto total de propriedade britânicas, sacrificara alguns pilotos, juntamente com aviões da RAF, esmagara algumas guarnições antiaéreas, mas estrategicamente nada deu a Hitler".

Sete anos de esforços nazistas, concentrados na mais completa preparação aérea terminaram assim numa espetacular vitória dos meios de defesa.

Para não ficarmos somente na apreciação do teatro de guerra europeu, analisemos as estatísticas do teatro de operações do Pacífico, em uma das zonas de Defesa Aérea.

ESTATÍSTICA DO COMANDO AMERICANO

Aviões inimigos constatados.....	800
Destruidos pela AAA.....	394
Destruidos pela Av. de Caça.....	167
Provavelmente destruidos pela AAA.....	112

Perdas aliadas 168 aviões destruídos em terra e no ar.

Vimos, pouco depois da vitória dos meios de defesa aérea, na Grã-Bretanha, o reverso da medalha; assistimos o extraordinário poder aéreo aliado, feito, ir profundamente ao âmago da Alemanha e feri-la mortalmente, nos seus centros principais de produção bélica; acompanhamos, admirados, uma defesa aérea de características tão decantadas como a germânica ir cedendo paulatinamente, para pouco depois, se verificar a gigantesca operação de desembarque na Normandia, apoiada, integralmente, pelo maior golpe aéreo já desferido numa frente de batalha.

Do outro lado do mundo a bomba atômica lançada sobre Hirochima e Nagazaky, condicionou a derrota do Japão.

Foi, pode dizer-se, com os meios de ataque apresentando uma vitalidade superior aos de defesa que chegamos ao último capítulo da guerra.

Trouxe a energia atômica novos problemas para as pesquisas dos técnicos militares, que certamente, buscarão não só pensar em utilizá-la como elemento de ataque bem como de defesa.

3. Conclusões do resumo histórico.

— Ficou inteiramente provado que o conceito de defesa anti-aérea surgiu quase que simultaneamente ao aparecimento do avião;

— que uma luta entre os meios de ataque aéreo e os de defesa anti-aérea, esteve em curso em todas as guerras modernas;

— que o poder aéreo é elemento decisivo hoje em dia, e a isto teremos que sempre associar a idéia de como combatê-lo;

— que na guerra futura não será apenas a aviação a preocupar os beligerantes, mas tudo o que seja capaz de voar buscando a vitória;

— que, finalmente, serão de capital importância os meios anti-aéreos, não só para o campo da luta, mas na profundidade do país inteiro a fim de preservarem as fontes de potencial que irão permitir alimentar a batalha onde quer que seja travada.

4. Observações em face das tendências atuais.

Não devemos formar entre aqueles que sustentam que já se vislumbra a guerra futura consistindo na troca de projetis dirigidos, até que um dos lados seja reduzido a impotência.

“É um erro”, diz o General Gavin, em recente estudo, referindo-se a tal aspecto. E continuando mais adiante: “nossos cientistas civis e chefes militares são quase unânimes em afirmar que os projetis dirigidos sozinho, controlados pela mais perfeita mesa de botões, não poderão ganhar a guerra; o homem terá sempre de acercar-se do adversário. Por fim, torna-se imprescindível ocupar o terreno conquistado para assegurar a vitória final”.

Não temos dúvidas, contudo, que os projetis dirigidos terão sempre ampla aplicação, talvez, deslocando mesmo a aviação de bombardeio para plano secundário. Mas não se deve esquecer que já se pensa em empregar este tipo de avião para transportar os projetis dirigidos até as proximidades dos objetivos, a cerca de algumas centenas de quilômetros, sendo, então,

lançados e controlados à distância, funcionando, assim, o avião de bombardeio para tele-comandar projetis dirigidos; por outro lado já se cogita de projetis antiaéreos autodirigidos, com raio de ação de centenas de quilômetros.

É ainda o "Radar", este maravilhoso engenho que vem possibilitando nos Estados Unidos, principalmente, as pesquisas científico-bélicas e, a se pensar para breves dias numa "Artilharia Antiaérea" à base exclusiva de projetis dirigidos.

CRONÓGRAFO
REGISTRA COM PRECISÃO ATÉ UM QUINTO DE SEGUNDO
A DURAÇÃO A VELOCIDADE, A DISTANCIA, ETC...

UNIVERSAL
Geneve
RELÓGIOS E CRONÓGRAFOS DE PRECISÃO



E ALGUÉM PAGOU UM TRIBUTO

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA,
Instrutor da E. A. O.

A revolução que no ano findo assolou a vizinha República do Paraguai, deu à Cavalaria oportunidade de cobrar, e com juros, o tributo a que se achou com direito, por ter sido esquecido que ela é uma arma que deve estar, tanto quanto possível, em condições de fazer campanha, pois a ninguém cabe saber quando vai chegar a oportunidade de seu emprêgo.

A revolução paraguaia, a que nos referimos, é do conhecimento de todos os nossos leitores, de vez que os ensinamentos dela decorrentes, atraíram nossa atenção pela própria natureza de nossas atividades e profissão, e mesmo pela ampla divulgação que tiveram na imprensa.

Nos primeiros dias de março, a guarnição de Concepción, com o apoio da tropa do Território Militar do Chaco, revolta-se, levantando um efetivo da ordem de 4.000 homens, na sua maioria de infantaria, e alguma cavalaria improvisada.

O governo, como primeira parada contra a revolução, organiza em São Pedro sua base de operações, onde reúne elementos voluntários, ao mesmo tempo que desloca de Asunción algumas tropas regulares.

Os revolucionários, com a iniciativa das operações, recalcam fracos elementos de cobertura do governo, às pressas lançados sobre o Rio Ypané, alcançam o Ar. Pi-

ripucú, onde são detidos, embora ameaçando, por vèzes mui seriamente, a base de São Pedro, quase envolvida, em que pesem certas informações em contrário.

O Ar. Piripucú não é um curso d'água de valor para efetivos bem maiores dos que lá se defrontavam, entretanto a natureza de suas margens — pantanosas e matosas — fazem dêle um obstáculo sério, embora possa ser desbordado pelas cabeceiras.

Nesse período, o comando legal leva para êsse teatro a sua 1ª D.C., porém a pé, de vez que seus cavalos não estão em condições de produzir o esforço de uma árdua campanha, de modo que seus homens, não puderam receber a instrução a cavalo. Outro motivo que tenha talvez reforçado a decisão do emprêgo da 1ª D.C. a pé, deve ter sido a dificuldade de alcançar aquela região por terra, desde que o rio Paraguai era a via mais fácil e mais rápida.

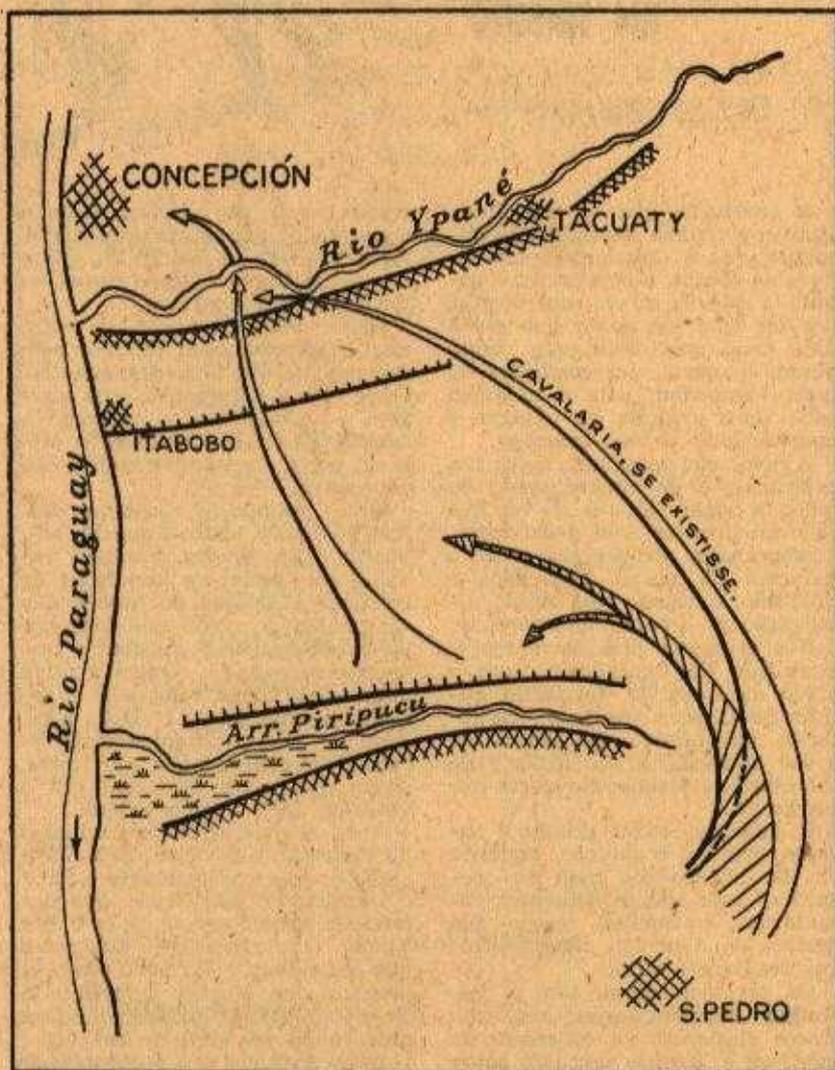
Após as operações preliminares no Piripucú, o governo desborda a ala esquerda revolucionária e força o retraimento das forças, que defendiam aquele arroio, para o Rio Ypané. Ignoramos se os elementos que defendiam o Piripucú eram os mesmos que vieram guarnecer o Ypané. Quer nos parecer que sim, observando os efetivos em luta; por isso sentimos aí a oportunidade para o emprêgo da cavalaria. Se

o governo tivesse cavalaria a cavalo — o terreno era impraticável para elementos de outra natureza — poderia ter transformado o reatamento do Piripucú numa derrota aplastante, por certo evitando o tributo que pagou :

- pesadas perdas ;
- despesas avultadas para os cofres públicos ;

— desgaste e perda de copioso material, além do susto, motivado pela inesperada descida dos revolucionários sobre a capital da República.

Se houvesse cavalaria a cavalo, destacamentos bem móveis, lançados sobre as passagens do Ypané, em coordenação com outros mais fortes, atuando diretamente sobre



as retaguardas inimigas, teriam fatalmente dado fim à guerra.

O Paraguai pagou bem caro, nesse caso de luta interna sua deficiência em cavalaria. Estudemos as causas determinantes dessas deficiências, muitas das quais, frequentemente usadas entre nós, e imaginemos um caso de conflito externo, com nossos cavalos, por economia recolhidos às invernadas, à última hora, pesados, gordos e sem trabalhos ou, ao contrário magros e também sem trabalho, para suportarem missões próprias de nossa arma, e veremos que o tributo que vamos pagar será, sem dúvida mais pesado do que aquele que sofreu o Paraguai.

Não houve, no caso desse país amigo, uma determinação doutrinária, mas somente uma questão administrativa, econômica.

A substituição dos elementos hipos pelo motor requer um estudo minucioso de uma série longa de fatores, para que amanhã não

torçam as orelhas os responsáveis por tais decisões.

Com o gênero de vida que leva o nosso gaúcho, fácil será ter homens a cavalo, contudo não se terá uma cavalaria capaz de durar em campanha, com seus homens e unidades, dotadas dos reflexos indispensáveis para realizar, na prática, as características essenciais da arma — mobilidade e potência de fogo — e, muito menos uma artilharia capaz de acompanhá-la, dando-lhe o apoio que ela não pode dispensar.

Convém ressaltar que não somos, em absoluto, contra certas transformações que têm sido feitas; somos, disso fazemos questão de dizer, contra o desaparecimento do espírito do cavaleiro, do gosto pelo cavalo e pelo prazer de seus cuidados, da certeza em que nele repousa, por ora e em certos teatros, o êxito de muitas operações.

"QUEM VÊ AS BARBAS DO VIZINHO ARDER, PÔE AS SUAS DE MÓLHO."

EMPRESA DE TRANSPORTES MINAS GERAIS Ltda.

RIO : Rua Beneditinos, 20 - 23-1970
 SAO PAULO : Rua Hipódromo, 1465 - B-1111
 B. HORIZONTE : Rua Arapé, 115 - 2-7347
 NITEROI : Trav. Luiz Paulino, 29 - 2-1355
 SANTOS : Rua Visconde do Rio Branco, 12 - 6-535 (PROV.)

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
 A UM OUTRO COMPANHEIRO
 E COMUNICA A NOSSA DIREÇÃO

HIGIENE MILITAR (*)

Maj. méd. PAULINO DE MELLO, da D.S.E.

1. — GENERALIDADES

a) A higiene militar tem por fim a aplicação de medidas sanitárias, de natureza prática, com o objetivo de preservar a saúde, prevenir e dominar as doenças no meio militar. O fito primordial é manter o pessoal militar em condições da mais perfeita aptidão física e mental para o combate.

Comentário — E assim é. O objetivo primeiro do Serviço de Saúde, quer em tempo de paz, quer, principalmente, em tempo de guerra, é a conservação dos efetivos humanos, para que os chefes militares possam levar avante os seus planos, baseados nos homens de que dispõem.

Para cumprimento da sua missão, o Serviço de Saúde se vale de dois meios: a preservação e a recuperação dos efetivos, isto é, evitando que as tropas sejam atingidas pelas doenças infecto-contagiosas, de carência e outras e fazendo com que voltem à atividade, em sua plenitude física e mental, mercê de tratamentos médico-cirúrgicos e complementares, os homens de que necessita o comando para obtenção daquilo que ele tem em vista: a Vitória.

O Serviço de Saúde é, portanto, um serviço provedor: provedor da matéria prima — o homem — indispensável para que o comando possa impor, no campo de batalha, a sua vontade ao inimigo.

E já Homero, na *Iliada*, reconhecendo o valor do médico, fez

dizer a um dos generais gregos do Cêrcio de Tróia: "Salve Machaon, filho de Esculápio, porque ele só, vale muitos guerreiros".

b) Em várias guerras do passado, maior era o número de baixas causadas por doenças do que as decorrentes dos combates. Como resultado da aplicação inteligente de medidas sanitárias modernas, a percentagem de mortalidade por doenças diminuiu acentuadamente. Não obstante temos que admitir que é necessário continuemos a prestar grande atenção ao problema sanitário, de vez que subsistem ainda as mesmas possibilidades de ameaça de doenças várias.

Comentário — A peste dos Filisteus, que remonta às tradições do período bíblico, quando este povo asiático dominou Israel, é a mais remotamente conhecida das devastações das pestes ligadas à guerra. Thucydide, o historiador da guerra do Peloponeso (Sparta e Atenas — 431-404 A.C.), conta-nos os males causados pela varíola e o tifo exantemático.

A peste bubônica ceifou a Itália, no século VI, vinda do Egito com as hostes de Justiniano I, Imperador do Oriente, que combateram os vândalos e persas e dominaram o Egito e a Itália.

Na guerra da Criméia (1854-1856), para 7 milhões de jornadas de tratamento para doenças infectuosas, apenas 1.234.000 foram gastas com os feridos; o tifo exantemático, as disenterias, as infecções

(*) Tradução adaptada do Cap. I do Manual FM 21-10 — Military Sanitation, americano, com comentários do tradutor.

tíficas e a pneumonia dizimaram milhares de homens do exército napoleônico na campanha da Rússia, em 1812; para 420.000 doentes, o exército alemão, na guerra de 1870, contou 116.000 feridos; na campanha de Itália (1859) para 5.000 mortes por doenças o exército francês teve 3.664 mortes por ferimentos; na guerra austro-prussiana, de 1866, a proporção foi de 14% para 11%; na guerra russo-turca, no exército russo, a proporção foi de 18.500 para 44.400; na guerra russo-japonesa, para 100.000 soldados mortos, 80.000 tiveram como causas diversas doenças; na campanha francesa do México e na guerra Civil Norte-Americana a proporção foi de 3 x 1. Na campanha de Madagascar, os franceses, num total de 14.000 homens, tiveram 7 mil mortos por doenças, e apenas 2 mil por feridas de guerra; na guerra do Transval, os ingleses tiveram 10 mortos por doenças para cada 1 ferimento de guerra, e, ainda mais grave, na guerra hispano-americana a proporção foi de 14 por 1; na guerra do Chaco, o paludismo atacou, em 1933, 90% dos homens do Exército paraguaio, impedindo uma ação de grande envergadura que, então, empreendia.

A situação, porém, assim não podia continuar. E a aplicação de medidas de natureza higiênica inverteram os termos do problema, e já na guerra de 1914/1918 se verificou que de 100 mortos na campanha, apenas 14 o foram em consequência de doenças. Surgiram, então, novos estudos, novas pesquisas e, principalmente, maior autoridade para as diretrizes traçadas pelo Serviço de Saúde dos diversos países. Exemplo dos primeiros dessa nova mentalidade, tivemo-lo na campanha da Abissínia, onde a experiência de Aldo Castellani, fez com que, numa expedição de 500.000 soldados e 100.000 trabalhadores, apenas 1.241 casos de malária, 435 de disenteria, 585 de tifo-paratifo e 1 de varíola, fossem verificados, num meio em que as condições eram terrivelmente contrárias a

esse êxito, obtido através de drásticas, mas oportunas medidas sanitárias. E, entretanto, ainda na 1ª Grande Guerra, os aliados tiveram na África Oriental, em um exército de 58.000 homens, 50.768 casos de malária.

Outro exemplo: o sarampo, em 1917, incidiu no exército americano em 240 por mil do seu efetivo, baixando em 1941 a 57; e a mortalidade por doenças venéreas, em iguais épocas, passou de 10 para 0,60 por mil.

Mercê dessas providências sanitárias, a varíola que foi o terror da idade média e da metade do XIX século; o cólera que dizimou os combatentes da guerra russo-polaca, da Criméia, das guerras de 1866, de 1870, da nossa guerra com o Paraguai (onde do 4º trimestre de 67 ao 4º trimestre de 68, só o cólera foi responsável por 54% do total dos óbitos verificados nos soldados brasileiros) e, de certo modo da de 18; a desintéria, mortífera na guerra do Transval; o tifo exantemático que destruiu 1/4 do efetivo do exército sérvio, na guerra de 18; a malária, de que tanto se serviu Napoleão para as suas vitórias sobre os Italianos; o tétano de tão acentuada incidência na Criméia, na guerra de Secessão, na guerra Franco-Prussiana, na guerra hispano-americana, na 1ª Guerra Mundial, (quando os ingleses tiveram 2.385 casos, os franceses 6.050 e os alemães 4.500 óbitos) — na 2ª conflagração desapareceu das estatísticas dos exércitos que, como o americano e o brasileiro, imunizaram as suas tropas, sendo de salientar que na F.E.B. tivemos para mais de 2.500 feridos e acidentados, sem que se observasse um só caso da doença; a febre amarela, a meningite cerebro-espinhal-epidêmica, a peste, o cólera, a febre tifóide, a difteria, a gangrena gasosa, a escarlatina, o escorbuto e outras entidades que tanto contribuíram para a dizimação dos efetivos, estão, hoje em dia praticamente controladas, e essa conquista da civilização permitiu que milhões de pessoas,

combatentes e não combatentes, deixassem de morrer durante a última grande guerra. Os verdadeiros desastres sanitários de outras épocas, desapareceram da história da medicina preventiva de nossos dias.

Até mesmo as doenças causadas pelo frio, pelo calor, fadiga, má alimentação, esgotamento nervoso, depressão moral, encontram, hoje, combate eficaz, através de medidas sanitárias.

A tragédia militar de Dunquerque não se seguiu o fracasso sanitário, antes certo, decorrente da gangrena gasosa, graças à sulfanilamida preventiva e largamente utilizada.

Graças às sulfas e penicilina a mortalidade da pneumonia baixou de 24 para 6 %. A letalidade pela meningite caiu de 34 para 4 %. O Choque foi eficientemente combatido pelo plasma e outras medidas para sua prevenção.

c) Os princípios básicos em que se assenta a higiene militar são os mesmos da medicina preventiva na vida civil, não obstante exigir o meio militar, freqüentemente, a aplicação de medidas sanitárias bem diferentes daquelas que são exigidas nas populações civis. Nos estabelecimentos militares, é mais densa a aglomeração de grupos de indivíduos pertencentes à vida militar, que nos das comunidades civis. As medidas sanitárias devem adaptar-se, permanentemente, ao meio ambiente e à missão militar de cada unidade ou grupo militar. De magna importância é, portanto, que oficiais e praças, sem exceção, estejam familiarizados com os fundamentos em que se apóia a higiene militar, e que todos prestem sua cooperação para observar e fazer executar as medidas determinadas pelo regulamento ou dispositivos relacionados com o serviço de saúde. Todos os oficiais, das armas e dos serviços, devem estar em condições, pelo perfeito conhecimento da matéria, de levar a efeito e manter a continuidade das medidas sanitárias correntes, em suas próprias unidades.

2 — OBJETIVO

O objetivo do manual de Higiene Militar é proporcionar uma informação fundamental sobre os princípios do serviço sanitário e sobre as medidas indispensáveis a toda a oficialidade e pessoal de tropa, qualquer que seja a hierarquia e em todas as armas e serviços do Exército.

3 — FINALIDADE

É finalidade deste manual compendiar considerações essenciais que dizem respeito à prevenção de doenças contagiosas, alojamento da tropa, destino dos detritos, depuração da água, higiene do rancho, destruição de insetos, asseio corporal, primeiros socorros, etc.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS SANITÁRIOS

a) Chefes Militares — Os chefes militares, qualquer que seja o grau, são responsáveis pela situação sanitária e pela execução dos dispositivos regulamentares do serviço sanitário, dentro de suas respectivas unidades e dentro dos limites das zonas sujeitas à sua jurisdição. Devem-se tornar conhecedores, no mais alto grau, das questões técnicas e das recomendações dos oficiais do Serviço de Saúde, tendo sempre em mente que os comandantes, serão sempre os únicos responsáveis pela adoção e execução das medidas higiênicas indispensáveis para correção das deficiências de natureza sanitária.

Comentário — Dentre essas medidas, deverá o comandante prestar particular atenção às seguintes: imunização do pessoal (varíola, tétano, infecção tífica e paratífica, tifo exantemático, febre amarela, tuberculose, etc.); combate ao alcoolismo; às moléstias venéreas, tuberculose, tracoma e outras doenças infecto-contagiosas; proteção do pessoal contra os acidentes provocados pelo excessivo calor, pelo frio e pela fadiga; provisão de abrigos e vestuário conveniente para os ho-

mens da tropa; qualidade, preparação técnica, suficiência e conservação dos alimentos fornecidos à tropa, tomando as devidas precauções quanto ao destino a dar aos detritos e restos do rancho; lavagem e desinfecção adequadas dos pratos e demais utensílios do rancho; higidez de todo o pessoal de qualquer categoria, que empregue atividades nas diversas dependências do rancho; destino do lixo e dos excreta humanos e animais; proteção do pessoal contra insetos, roedores e outros vetores de doenças; manutenção de um elevado nível de asseio no quartel ou nos edifícios ocupados pela tropa; ventilação adequada dos alojamentos e medidas para que seja evitada a superlotação nos lugares de reunião; instrução sanitária dos militares e civis em serviço no quartel ou estabelecimento e suas dependências; seleção dos locais de acampamentos, bivaques e de instrução levando na devida consideração os fatores circunvizinhos a esses locais e do próprio quartel, que possam afetar a saúde da tropa; suprimentos, potabilidade, canalização, distribuição da água servida à tropa; no sentido de que toda a oficialidade, praças e demais pessoas sob sua jurisdição estejam familiarizadas com os princípios básicos da higiene e de saúde pública e que todos cooperem observando e executando as medidas prescritas; na divulgação de ordens e preceitos apropriados no que se refere à higiene e ao estado sanitário da tropa, atentando, porém, que essas ordens e esses preceitos não produzirão resultados satisfatórios, a menos que umas e outras sejam inteligentemente ordenados e implicitamente obedecidos por todos, desde o chefe até o menos graduado, providenciando ainda para que recursos, em pessoal e material, sejam obtidos e postos à disposição, para execução de todas as medidas necessárias à manutenção dos efetivos pela medicina preventiva.

Entre nós a noção de que ao médico cabe a responsabilidade pela execução das medidas de higiene

ainda perdura em espíritos menos esclarecidos e, na Itália, esse erro foi pôsto em foco, analisado, para, em seguida ser sanado, sem que, porém, fôsse antes causa de muitos dissabores e de muitos melindres. Essa situação não se depara no Exército americano. Ao comando, *unicamente ao comando*, compete fazer executar as medidas de higiene em benefício de seus comandados, agindo o médico como seu consultor e conselheiro sobre o assunto e, em seu nome, e por sua delegação, fiscal técnico do exato cumprimento dos dispositivos referentes às regras sanitárias. Essa, a boa doutrina.

SERVIÇO DE SAÚDE

1 — GENERALIDADES

O Serviço de Saúde é o organismo encarregado de investigar as condições sanitárias da tropa, de prestar esclarecimentos sobre o assunto e de aconselhar sobre os locais de acampamentos, fontes de abastecimento de água e sua purificação, destino do lixo e dos detritos do rancho; sobre preceitos alimentares e higiene do rancho; sobre o alojamento da tropa; sobre a influência da instrução na higiene pessoal; destruição de inseto e bem assim sobre a execução de toda e qualquer medida que tenha por fim a prevenção das doenças. Os oficiais médicos são, pois, assessôres do comando e inspetores técnicos.

As suas recomendações servirão de base às autoridades superiores correspondentes para a determinação e emprégo de medidas sanitárias necessárias à saúde da tropa. No caso em que tais recomendações sejam de aplicação prática, deverão ser apresentadas de maneira conveniente para que possam ser expedidas depois como ordens. Os oficiais médicos não têm ação de comando fora das dependências do seu serviço; quando, entretanto, o comandante ou chefe de uma unidade ou grupamento de unidades autorizar um oficial médico a emitir ordens em seu

nome, com a finalidade de eliminar omissões ou deficiências sanitárias, — o que é de se aconselhar — as funções e responsabilidades dêsse médico aumentarão na proporção do que lhe foi atribuído. O serviço médico tem a seu cargo a execução das medidas sanitárias que requerem perícia profissional, tais a imunização artificial, inspeção dos alimentos, inspeções de saúde; essas atividades não exigem recursos diversos dos que são próprios ao S.S., não dependem de mão de obra ou de pessoal necessário para realizações, como por exemplo, purificação da água, destruição dos insetos, asseio rigoroso do aquartelamento, destino dos detritos, etc. Daí decorre a responsabilidade exclusiva do comando na execução das medidas de ordem sanitária em benefício da tropa.

2 — INSPETORES SANITARIOS

O médico-chefe de uma unidade ou grupamento de unidades, é o encarregado da direção de todas as atividades atinentes à higiene dentro da sua unidade ou grupamento de unidades. O inspetor sanitário, onde houver, é o auxiliar de médico-chefe da unidade ou grupamento, debaixo de cujas ordens exerce suas atividades, com a responsabilidade concreta de zelar pelo funcionamento dos serviços sanitários da unidade.

3 — REGRAS SANITARIAS

a) *Generalidades* — As medidas sanitárias que se tenham de observar e pôr em vigor por qualquer unidade, grupamento de unidades, estabelecimento ou Região Militar constarão de diretrizes sanitárias expedidas pelo Estado-Maior do órgão interessado. Ditas determinações, chamadas "Ordens de Serviço" se ajustam sempre às normas gerais traçadas nos regulamentos ou dispositivos básicos do Exército que interessem à matéria, constituem a adaptação dessas regras gerais às condições específicas de um meio ambiente determinado e são publicadas de acordo com dispositivos regulamentares em vigor. Qualquer que seja, porém, a forma pela qual essas normas sanitárias sejam expedidas, têm elas o mesmo caráter de execução para todo o pessoal interessado. As determinações que contenham devem ser expostas com clareza e em condições de serem postas em prática; nunca, porém, com um caráter restritivo que impeça iniciativa pessoal dos chefes subordinados.

b) *Preparação e expedição de diretrizes técnicas* — O médico-chefe da unidade é o responsável pela preparação das diretrizes sanitárias a serem observadas, o qual, por sua vez, as submete à consideração da autoridade superior correspondente, cabendo a esta expedí-las uma vez aprovadas.

ESQUADRIAS "PADRÃO" S. A.

SERRARIA E FABRICA DE ESQUADRIAS

Portas Compensadas — Madeiras em geral para Construções

SERRARIA SINPA

Em ROLANDIA

Norte do Paraná

AV. TIRADENTES, 1110

Caixa Postal 5.556

Telefones: 4-5010 e 4-5000

SÃO PAULO

O "Cartão do Pontoneiro" (*)

Major SAMUEL A. A. CORREIA

No artigo anterior focalizámos o cálculo das vigas de madeira e de aço; vimos como, de maneira fácil e rápida e com alguma aproximação, podemos dimensionar ou verificar os tabuleiros de pontes mais comuns.

Mas o *Cartão do Pontoneiro* ainda nos fornece outras tabelas e fórmulas, indicadas para o caso das pontes em treliça (H-10 e H-20), pontes Bailey, pontes de equipagem, de concreto, etc.

Em consequência da diferença do nosso material em relação ao americano, ocorreu-nos suprimir do cartão a utilizar entre nós, os dados relativos às pontes em treliça e de equipagem, substituindo-os por outros.

• Não é absolutamente desejo de introduzir modificações, tão do gosto de nós brasileiros, mas adaptação do *Cartão* às nossas realidades e necessidades.

Assim sendo, teremos:

— Para as pontes Bailey:

CARGA MÁXIMA QUE A PONTE BAILEY TIPO MR, PODE SUPORTAR COM SEGURANÇA

		VÃO																		
		9	12	15	18	21	24	27	30	34	37	40	43	46	49	52	55	58	61	64
m. pés		30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	160	170	180	190	200	210
TIPO	SS	40	52	28	26	22	18	13	10											
	DS			80	67	64	51	44	31	23	18	13	10							
	TS						80	62	52	40	34	23	18	13	10					
	DR							75	64	50	40	31	23	19	13	10				
	TD									80	70	57	48	40	31	23	18	12		
	DT										80	67	65	56	50	40	31	23	18	
	TT														80	70	57	50	40	29

Tabela 3

Utilização: Num vão de 90 pés, a ponte Bailey tipo DS permite com segurança a passagem de veículos de peso bruto até 44 ton.

Observações:

As vigas da ponte Bailey são constituídas de painéis de 10 pés de comprimento, reunidos nas seguintes combinações que caracterizam o tipo:

- SS: 1 treliça, camada simples
- DS: 2 treliças, camada simples

(*) Conclusão do artigo publicado sob o mesmo título no nosso número de fevereiro do corrente ano (Nota da Redação).

- TS : 3 treliças, camada simples
- DD : 2 treliças, camada dupla
- TD : 3 treliças, camada dupla
- DT : 2 treliças, camada tripla
- TT : 3 treliças, camada tripla

— Para as pontes de concreto armado :

Tendo somente laje :

$$P = \frac{177 e^2}{1000 L} - \frac{58 e L}{1000}$$

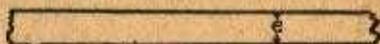


Fig. A

P = peso bruto do veículo (em ton.) que pode atravessar com segurança (pontes de 1 ou 2 vias)

e = espessura da laje em centímetros (exclusive, naturalmente qualquer camada protetora colocada como piso de uso)

L = lance ou vão, em metros

Exemplo : Calcular a capacidade dum pontilhão de concreto armado constituído de uma laje de 20 cm de espessura ; vão = 3 m

Solução :

$$e = 20 \text{ cm}$$

$$L = 3 \text{ m}$$

Substituindo na fórmula acima os termos conhecidos, teremos :

$$P = \frac{177 \times 20^2}{1000 \times 3} - \frac{58 \times 20 \times 3}{1000} = 23.6 - 3.5 \sim 20 \text{ ton.}$$

A fórmula empregada foi obtida por transformação e adaptação da seguinte fórmula americana :

$$W = \frac{375 t^2}{100 L} - \frac{45 tL}{1000}, \text{ em que fizemos :}$$

$$W = P$$

$$t = \frac{e}{2.54}$$

Considerando o vão em metros, tivemos :

$$P = \frac{375 \times e^2 \times 0.3048}{100 L \times 2.54 \times 2.54} - \frac{45 e L}{1000 \times 2.54 \times 0.3048}$$

$$P = \frac{177 e^2}{1000 L} - \frac{58 e L}{1000}$$

Com vantagem esta fórmula pode ser substituída pela tabela abaixo :

**CARGA MÁXIMA QUE AS LAGES DE CONCRETO ARMADO
PODEM SUPORTAR COM SEGURANÇA (em ton)**

Esp. de pés	Esp. de cm.	ESPESSURA TOTAL DA LAGE																
		15	18	20	23	25	28	30	33	36	38	41	43	46				
		6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18				
3.0	10	11	15	20	26	33	40	49	57	67								
3.7	12	8.0	12	16	20	26	32	39	46	54	62							
4.3	14	5.9	8.7	12	16	20	25	31	37	44	51	59	67					
4.9	16		6.5	9.2	12	16	20	25	30	36	42	49	56	63				
5.5	18			6.9	9.6	13	16	20	25	30	35	40	46	53				
6.1	20				7.1	9.8	13	16	20	24	29	34	39	45				
6.7	22					7.1	9.7	13	16	19	23	27	32	37				
7.3	24						7.0	9.1	12	15	19	23	27	31				

Tabela 4

— Tendo vigas em T :

Empregaremos, das fórmulas abaixo, a que der o menor valor para

P :

$$P_1 = \frac{47 e E}{100 L} - \frac{36 L (L_1 e + bh)}{1000 L_1} \quad \text{ou}$$

$$P_2 = \frac{12 b E}{1000} - \frac{15 L (L_1 e + bh)}{100000}$$

P_1 ou P_2 = peso bruto do veículo (em ton.) que pode atravessar com segurança (em pontes de 1 ou 2 vias).

L = lance ou vão, em metros.

L_1 = espaçamento entre as vigas, considerado de eixo a eixo e dado em cm.

E = espessura total, incluindo a da laje e a da viga; é igual a $e + h$.

h = espessura da parte saliente da viga; dada em cm.

e = espessura da laje em centímetros (exclusive, naturalmente, qualquer camada protetora colocada como piso de uso).

b = largura da parte saliente da viga em centímetros.

Exemplo: Calcular a capacidade de um pontilhão de concreto armado de 12,20 m de vão, constituído de vigas e laje com as seguintes dimensões:

$$L_1 = 50 \text{ cm}$$

$$E = 30 \text{ cm}$$

$$h = 20 \text{ cm}$$

$$e = 10 \text{ cm}$$

$$b = 15 \text{ cm}$$

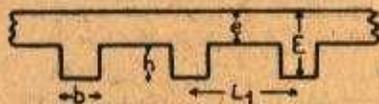


Fig. B

Solução :

Fórmulas :

$$P_1 = \frac{47 e E}{100 L} - \frac{36 L (L_1 e + bh)}{1000 L_1} \quad e$$

$$P_2 = \frac{12 b E}{1000} - \frac{15 L (L_1 e + bh)}{100000}$$

Substituindo os termos conhecidos por seus valores, teremos :

$$P_1 = \frac{47 \times 10 \times 30}{100 \times 12.20} - \frac{36 \times 12.20 (50 \times 10 + 15 \times 20)}{1000 \times 50} =$$

$$= 11,5 - 7,0 = 4,5 \text{ ton., ou}$$

$$P_2 = \frac{12 \times 15 \times 30}{1000} - \frac{15 \times 12.20 (50 \times 10 + 15 \times 20)}{100000} =$$

$$= 5,4 - 1,5 = 3,9 \sim 4,0 \text{ ton.}$$

Logo, o pontilhão permite a passagem em segurança de veículos até 4 ton.

As fórmulas empregadas foram obtidas por transformação e adaptação das seguintes fórmulas americanas :

$$W_m = \frac{10 t D}{L} - \frac{28 L (St + bd)}{1000 S} \quad e$$

$$W_s = \frac{76 b D}{1000} - \frac{29 L (St + bd)}{100000} \quad e$$

em que fizemos :

$$W_m = P_1$$

$$D = \frac{E}{2,54}$$

$$W_s = P_2$$

$$t = \frac{e}{2,54}$$

$$S = \frac{L_1}{2,54}$$

$$d = \frac{\frac{h}{2}}{2,54}$$

Considerando o vão em metros e b em centímetros, tivermos:

$$P_1 = \frac{10 \times e \times E \times 0.3048}{L \times 2.54 \times 2.54}$$

$$\begin{aligned} & \frac{28 L (L_1 \times e + b \times h) \times 2.54}{1000 \times L_1 \times 0.3048 \times 2.54 \times 2.54} = \\ & = \frac{47 e E}{100 L} - \frac{36 L (L_1 e + bh)}{1000 L_1} \quad e \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} P_2 &= \frac{76 \times b \times E}{1000 \times 2.54 \times 2.54} - \frac{29 L (L_1 \times e + b \times h)}{100000 \times 0.3048 \times 2.54 \times 2.54} = \\ &= \frac{12 b E}{1000} - \frac{15 L (L_1 e + bh)}{100000} \end{aligned}$$

— Tendo vigas de aço (tipo I) com laje de concreto armado:

$$P = \frac{22.7 A h}{L L_1} - 0.041 L e, \quad \text{sendo:}$$

P = peso bruto do veículo (em ton.) que pode atravessar com segurança (em pontes de 1 ou 2 vias).

A = área da secção da mesa inferior de uma viga de aço I em cm^2 ,

h = altura da viga I em centímetros.

L = lance ou vão, em metros.

L_1 = espaçamento entre as vigas, considerado de eixo a eixo e dado em cm.

e = espessura da laje em centímetros (exclusive, naturalmente qualquer camada protetora colocada como piso de uso).

Exemplo: Calcular a capacidade de um pontilhão de 12.20 m de vão, cujas características são:

$$A = 30 \text{ cm}^2$$

$$h = 38 \text{ cm}$$

$$L_1 = 50 \text{ cm}$$

$$e = 12 \text{ cm}$$

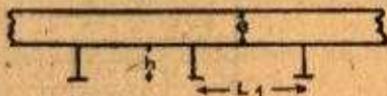


Fig. C

Solução:

$$\text{Fórmula: } P = \frac{22.7 A h}{L L_1} - 0.041 L e$$

Substituindo os termos conhecidos por seus valores, teremos :

$$P = \frac{22.7 \times 30 \times 38}{12.20 \times 50} - 0.041 \times 12.20 \times 12 = 36.4 \text{ ton.}$$

Logo, o pontilhão permite a passagem em segurança de veículos até 36 ton.

A fórmula empregada foi obtida por transformação e adaptação da seguinte fórmula americana :

$$W = \frac{480 A d}{L S} - \frac{32 L t}{1000}, \text{ em que fizemos :}$$

$$W = P$$

$$d = \frac{h}{2.54} \quad S = \frac{L_1}{2.54} \quad t = \frac{e}{2.54}$$

Considerando o vão em metros e A em cm², tivemos :

$$P = \frac{480 \times A \times h \times 2.54 \times 0.3048}{L \times L_1 \times 2.54 \times 2.54 \times 2.54} - \frac{32 \times L \times e}{1000 \times 0.3048 \times 2.54} = \frac{22.7 A h}{L L_1} - 0.041 L e$$

* * *

Os cavaletes serão calculados pela tabela abaixo :

CARGA MÁXIMA QUE CADA ESTACA DE CAVALETE
PODE SUPORTAR COM SEGURANÇA (em ton.)

Secção da estaca		Máxima altura da estaca s/ contrav.		Carga máxima por estaca (ton.)		
Retangular	circular	pés	m.			
poeg.	cm.	pol. cm.				
6 x 6	15 x 15	7	18	15	4.6	9
6 x 8	15 x 20	8	20	15	4.6	12
8 x 8	20 x 20	10	25	20	6.1	16
8 x 10	20 x 25	11	28	20	6.1	20
10 x 10	25 x 25	12	30	25	7.6	25
10 x 12	25 x 30	13	33	25	7.6	30
12 x 12	30 x 30	14	36	30	9.1	36

Tabela 5

Permite ela resolver dois tipos de problemas :

1°. Determinar a capacidade dum cavalete constituído de 4 estacas de 11" de diâmetro.

Solução :

— a tabela nos dá : 20 ton. por estaca.

— como são 4 estacas, teremos : $20 \times 4 = 80$ ton.

Logo, o cavalete pode suportar com segurança a carga de 80 ton.

2°. Determinar o número de estacas de 8" por 10" a utilizar em cada cavalete duma ponte de 2 vias de 40 ton., sabendo-se que :

— o péso morto suportado pelo cavalete é : 5 ton.

— o impacto é : 20 ton.

Solução :

— péso total que cada cavalete deve suportar :

$$40 \times 2 + 20 + 5 = 105 \text{ ton.}$$

— a tabela nos dá : 20 ton. para cada estaca.

— precisaremos então de : $105 \div 20 = 5.25 \sim 6$ estacas.

É necessário, entretanto, fazer algumas verificações, tendo em vista as regras práticas abaixo :

1. *Estacas* — O maior intervalo das estacas (centro a centro) deve ser 5 vezes a altura do chapéu ou da soleira.

As estacas exteriores devem estar correspondendo pelo menos às vigas extremas do tabuleiro.

Assim sendo, se o chapéu e a soleira forem peças de 8" por 10", devemos ter : $5 \times 10 = 50$ " de intervalo no máximo.

Ora, com 6 estacas, numa via de 22' de largura, teremos :

$$\frac{22 \times 12}{5} = 52.8", \text{ que ultrapassa o intervalo máximo.}$$

Aumentando o número de estacas para 7, teremos :

$$\frac{22 \times 12}{6} = 44", \text{ que está dentro do intervalo permitido.}$$

Logo, cada cavalete deve ter 7 estacas de 8" por 10".

2. *Chapéus e soleiras* :

— sendo de secção circular, o diâmetro deve ser pelo menos 2" maior do que o da estaca.

— sendo de secção retangular, sua secção deve ter pelo menos as mesmas dimensões da estaca ; sempre de cutelo ; no mínimo, 6" por 8".

3. *Contraventos* — Se os cavaletes têm mais de 4' de altura, deve-se usar contraventos transversais em todos êles ; e, pelo menos de 3 em 3 lances, contraventos longitudinais entre tôdas as estacas dos cavaletes.

4. *Sapatas* — Seu comprimento em pés, não deve exceder sua espessura em polegadas.

5. Para a confecção da tabela foi considerado :

— esmagamento entre o chapéu e a estaca (compressão perpendicular às fibras) de 500 libras por polegada quadrada.

— máxima altura da estaca, sem contraventamento : 30 vezes a menor dimensão.

Conhecida a tabela, sua aplicação e algumas regras práticas que complementam sua utilização, vejamos como foi ela calculada.

E teremos :

— Carga máxima que cada estaca deve suportar

$$P = \frac{P_1 + P_2 + P_3}{n}, \text{ sendo :}$$

P_1 = peso bruto do veiculo, considerado total ou parcial, conforme éle caiba ou não num lance.

P_2 = peso de um lance do tabuleiro.

P_3 = impacto, considerado igual a $\frac{P_1}{4}$.

n = número de estacas de cada cavalete.

— Esmagamento a que está sujeito o chapéu (ou a soleira) em virtude da carga P

$P = R S$, sendo :

R = Taxa de trabalho do material ao esmagamento, feita igual a 500 libras por polegada quadrada para a confecção da tabela.

S = área do contacto, entre a estaca e o chapéu (ou soleira).

Façamos um exemplo, para fins de verificação da fórmula encontrada :

— Determinar a carga que pode suportar uma estaca de 8" por 10".

Solução :

$R = 500$ libras por polegada quadrada.

$S = 8 \times 10 = 80$ polegadas quadradas.

Fórmula : $P = R S$.

Substituindo os termos conhecidos, teremos :

$P = 500 \times 80 = 40000$ libras ou 20 ton., valor que confere com o da tabela e satisfaz também ao esforço de compressão, como podemos verificar se utilizarmos a fórmula respectiva :

$P = kRS$, sendo :

k = coeficiente destinado a atender à flambagem ; será igual a :

$$1, \quad \text{se } \frac{L}{d} < 11$$

$$\left(1 - \frac{L}{60d} \right), \quad \text{se } 11 < \frac{L}{d} < 40$$

R = taxa de trabalho do material à compressão.

S = secção da estaca.

L = altura da estaca, sem contraventamento.

d = menor dimensão ou diâmetro da estaca.

Com efeito, substituindo os termos conhecidos e considerando:

$R = 1600$ libras por polegada quadrada.

$\frac{L}{d} = 40$ (situação mais desfavorável) teremos:

$$P = \left(1 - \frac{40 \times 8}{60 \times 8} \right) 1600 \times 8 \times 10 = 42000 \text{ libras} = 21 \text{ ton.}$$

O cavalete a que se refere a tabela n. 5 consta do regulamento americano FM 5-10, não estando ainda sua utilização vulgarizada entre nós; é indicado quando o leito do rio tiver boa consistência.

Nos casos em que haja lama ou areia é mais indicado outro tipo, em que as estacas são cravadas.

E, para determinar P, aplicaremos então uma das duas fórmulas:

— bate-estacas

$$P = \frac{100 p h}{6 (S + 2.54)}$$

— bate-estacas pneumático

$$P = \frac{2 p H}{S + 0.25}, \text{ sendo:}$$

p = peso do maço ou martelo, em ton.

h = altura de queda do maço em metros.

S = penetração média da estaca, em cm, por pancada, durante as últimas 6 pancadas.

H = curso do martelo (cm).

Façamos um exemplo, para fins de aplicação da fórmula encontrada:

— Determinar a carga que uma estaca pode suportar, se:

p = 0.4 ton.

h = 2.1 m.

S = 0.5 cm.

Solução:

$$\text{Fórmula: } P = \frac{100 p h}{6 (S + 2.54)}$$

Substituindo os termos conhecidos por seus valores, teremos:

$$P = \frac{100 \times 0.4 \times 2.1}{6 (0.5 + 2.54)} = 4.6 \text{ ton.}$$

Logo, a estaca suportará a carga de 4.6 ton.

Observação :

As fórmulas empregadas foram obtidas pela adaptação e transformação das fórmulas americanas :

$$P = \frac{2 w h}{S + 1.0} \quad e \quad P = \frac{2 w H}{S + 0.1}$$

em que consideramos :

h em metros

H em centímetros

S em centímetros

p em toneladas, e tivemos :

$$P = \frac{2 \times p \times h}{0.3048 \left(\frac{S}{2.54} + 1.0 \right)} = \frac{100 p h}{6 (S + 2.54)} \quad e$$

$$P = \frac{2 \times p \times H}{2.54 \left(\frac{S}{2.54} + 0.1 \right)} = \frac{2 p H}{S + 0.25}$$

* * *

De muita utilidade é também a tabela ao lado, organizada tendo em vista o T 9-2800 e o Cartão americano.

Antes de aplicá-la, façamos alguns comentários a respeito da classificação das pontes pelos americanos : consideram eles que uma ponte de 15 ton. permite a passagem de veículos cujo peso bruto (peso total do veículo, incluindo guarnição, equipamento e carga útil transportada) seja igual ou menor do que 15 ton.

É evidente que este conceito simplista desperdiça algumas toneladas da capacidade da ponte, que seriam aproveitadas em cálculo mais rigoroso.

Dai a utilidade da tabela referida, que permite, com maior aproximação, verificar se as vigas das pontes suportam a passagem de tal ou qual veículo ; em caso positivo, é razoável aceitar que a ponte também resistirá.

Nela encontramos os pesos equivalentes dos veículos mais usados, que devem ser comparados com a capacidade da ponte :

- se o peso equivalente for igual ou menor do que a capacidade da ponte, o veículo pode passar com segurança na velocidade normal.
- se o peso equivalente não exceder de mais de 25 % a capacidade da ponte, o veículo pode passar *com cuidado*.
- se o peso equivalente exceder de mais de 25 % a capacidade da ponte, o veículo não pode passar.

Vejamos então alguns exemplos, tirados, os dois primeiros, do FM 5-10 :

1. Um caminhão de 6 ton., cujo peso bruto é de 18 ton., pode atravessar numa ponte de 16 ton., de 18 pés de lance ?

PESO EQUIVALENTE DE VEÍCULOS, UTILIZAVEL EM TABULEIROS
CONSTITUIDOS DE VIGAS, EM LANCES DE 10 A 40 PÉS

Peso do reboque:	Ton.	Ton.	Ton.	LANÇE OU VÃO												
				m	30	37	43	46	49	55	61	73	85	98	11	12
Peso do trator:				pés	10	12	14	15	16	18	20	24	28	32	36	40
Peso bruto normal:																
CARROS BLINDADOS																
Reconhecimento M3A1	5				4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5
Leve: M8	8				5	5	6	6	7	7	8	8	8	8	8	8
CARROS DE COMBATE																
Leve, M5	14				11	13	14	14	1	1	1	1	1	1	1	1
Medio M4	34				21	25	29	30	31	34	1	1	1	1	1	1
TRANSPORTES																
1/4 ton. (jeep)	2				1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
1/2 ton., todos os tipos	3				3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
3/4 ton., todos os tipos	4				3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4
1 1/2 ton., todos os tipos	5				1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	1	1
2 1/2 ton., todos os tipos	8				6	6	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8
4 ton., socorro	11				6	7	7	7	8	8	8	9	9	10	10	10
4 ton.	13				8	9	10	10	10	11	11	12	12	13	13	13
6 ton.	18				12	13	14	15	15	15	16	16	16	16	17	17
10 ton., socorro pesado	16				11	12	13	13	14	14	14	14	15	15	15	16
TRATORES DE RODAS COM SEMI-TRAILERS																
4-5 ton. e semitr., oleo, F-2	12	6	9		10	10	10	10	10	10	10	10	11	11	12	1
5-6 ton. e semitr., pon- ção	14	8	10		11	11	11	11	11	11	11	11	10	11	11	12
TRATORES DE LAGARTAS																
D-4, com dozer	7				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
D-7, com dozer	15				14	15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
D-8, com dozer	22				20	21	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
VEÍCULOS COMBINADOS																
1/2 ton c/ rbq de 1 ton	4	3	2		3	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4
1 1/2 ton c/ rbq de 1 ton	6	5	2		6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	1	1
2 1/2 ton c/ rbq de 1 ton	9	8	2		6	6	7	7	7	7	7	8	8	8	9	9
1 1/2 ton c/ obuz 105	6	5	2		6	6	6	6	6	6	6	5	6	5	6	6
2 1/2 ton c/ obuz 105	9	8	2		6	6	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8
2 1/2 ton c/ obuz 155	11	8	6		9	9	9	9	9	9	9	9	9	8	8	9
4 ton c/ obuz 155	16	13	6		9	9	10	10	10	11	11	11	12	12	13	13
6 ton c/ 90 mm AA	23	18	9		13	13	14	15	15	15	16	15	16	16	17	18
2 1/2 ton c/ rbq de 8 ton	17	8	3		10	10	10	10	10	10	10	11	11	12	13	14
4 ton c/ rbq de 8 ton	20	20	13		10	10	10	10	10	11	12	13	14	14	15	16
6 ton c/ rbq de 16 ton	31	18	22		17	17	17	17	17	17	17	18	20	21	22	23
6 ton c/ rbq de 20 ton	37	18	28		21	21	21	21	21	21	21	21	21	23	23	24

Use o peso bruto normal do veículo

O peso do trator de rodas é o peso líquido sem carga no 5º eixo.
O peso bruto normal é igual ao peso do mais pesado dos dois veí-
culos, acrescido da metade do peso do mais leve.

Tabela 6

Solução :

— pelo conceito simplista inicialmente exposto, a resposta é negativa ;

— pela tabela : a resposta é positiva, pois o peso equivalente do veículo considerado é 15 ton., inferior a 16 ton.

2. Um carro de combate médio, M4, cujo peso bruto é de 34 ton., pode atravessar numa ponte de 25 ton., de 15 pés de lance ?

Solução :

— a tabela nos dá para peso equivalente do veículo considerado : 30 ton., superior a 25 ton. ; logo, o M4 não pode atravessar a ponte na velocidade normal ;

— mas como o peso equivalente não excede de 25 % a capacidade da ponte, pode ele passar *com cuidado*.

3. Um caminhão de 6 ton., cujo peso bruto é de 18 ton., pode atravessar num pontilhão de 12 ton., de 20 pés de vão ?

Solução :

— a tabela nos dá para peso equivalente do veículo considerado : 16 ton., superior a 12 ton. ;

— e como : $(1.25 \times 12) > 16$, o caminhão não pode passar.

Observação — O peso equivalente dum veículo é obtido multiplicando-se seu CLE pelo coeficiente G, ambos referidos ao lance ou vão dado.

*
* *

Finalizando este estudo, condensaremos a seguir as tabelas, fórmulas e explicações indispensáveis ao *Cartão do Pontoneiro*, que podem ser destacadas pelos camaradas interessados e coladas numa tira de cartolina ; esta, para facilidade de manuseio, poderá ser dobrada em sanfona.

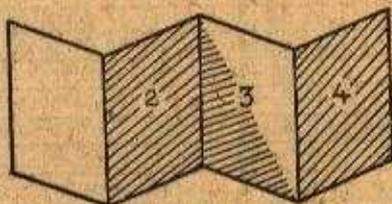


Fig. D

E com a divulgação do *Cartão do Pontoneiro*, que julgamos de muita utilidade particularmente aos Oficiais de Engenharia, esperamos ter contribuído, embora muito modestamente, para atualização da nossa Arma, cujas possibilidades de emprego na guerra atual são excepcionais, pois hoje, mais do que nunca, o suor economiza o sangue.

EMPREGO DA SECÇÃO DE AVIÕES DO GRUPO

AT-350 — ARTILLERY SCHOOL, U.S.A.

Tradução do Capitão ALOYSIO GONDIM
GUIMARAES, Instrutor de Artilharia
do C.O.R. e C.P.O.R.

I — INTRODUÇÃO

A secção de aviões de observação é um elemento orgânico do Grupo e empregada segundo o ponto de vista do Cmt. do Grupo.

Os escalões superiores podem, entretanto, controlar ou coordenar o seu emprego. A secção de aviões deve ser empregada tendo em vista:

- a) Busca de informações;
- b) Busca de objetivos;
- c) Ajustagem do tiro.

A secção compreende o seguinte pessoal e material:

- 2 pilotos;
- 2 mecânicos;
- 2 observadores (Quaisquer oficiais do Grupo);
- 1 Viatura 3/4 de toneladas;
- 1 Viatura 1/4 de toneladas;
- 1 Reboque 1/4 de toneladas;
- 2 Aviões.

II — EMPREGO

Temos 2 (dois) problemas a encarar:

- a) Escolha da faixa de aterragem;
- b) Emprego dos aviões:
 - a) Escolha da faixa: A localização da faixa tem grande influência no rendimento e na técnica operacional da secção.
 - 1) Condições que deve satisfazer:
 - a) Próxima ao P.C. — a fim de facilitar o contacto pessoal com

as equipagens, supervisão e transmissões;

- b) Os aviões devem trabalhar com segurança. Em consequência:

A pista deve ser plana, ter dimensões compatíveis com o avião empregado, sem obstáculos nas proximidades, possibilidades de disfarce, ao abrigo dos tiros, necessitar pequeno movimento de terras para sua utilização e ser utilizável quaisquer que sejam as condições atmosféricas.

- 2) Reconhecimento e escolha. O Cmt. do Grupo deve manter o piloto ao par da situação, da região de desdobramento, hora de entrada em posição, itinerário escolhido para o deslocamento, etc. Após o trabalho preparatório na carta, o reconhecimento no terreno poderá ser feito:

- a) Do ar (Ganha-se tempo, porém, às vezes o campo escolhido não é utilizável: natureza do solo);

- b) Conduzindo-se o reconhecimento em viatura (Em terreno montanhoso este tipo de reconhecimento é incompleto pois não leva em conta as correntes de ar);

- c) Pela combinação dos dois tipos acima descritos.

- 3) Deslocamento — Desde que seja conhecida a nova área de desdobramento, o piloto e o sargento mecânico reconhecem a área do ar, e escolhem 2 ou 3 locais possíveis e os caminhos de acesso aos mesmos.

Após o trabalho acima, reconhecem os locais selecionados do ar, em viaturas; e escolhem o melhor. O piloto determina ao Sargento mecânico as medidas referentes a movimentos de terras, disfarce, etc., e caso o reconhecimento do Grupo esteja na região, êle põe o Cmt. ao par do trabalho que realizou, e solicita as ligações telefônicas necessárias. Ao voltar ao antigo campo, determina à equipagem de terra deslocar-se para o novo campo nas viaturas orgânicas. Quando o novo campo estiver pronto, os aviões abandonam o campo antigo.

Quando o Grupo se deslocar de dia, 1 avião deve ser usado para controle do tráfego; quando o deslocamento é noturno os aviões se deslocam na manhã seguinte.

4) Segurança da faixa — Responsabilidade do Cmt. do Grupo. Em princípio a faixa deve estar no interior do perímetro de defesa de uma unidade qualquer ou, em último caso, suficientemente próxima a fim de que seja possível estacionar, à noite, os aviões no interior do perímetro de defesa.

b) *Emprego dos aviões:*

- Busca de informações;
- Busca de objetivos;
- Ajustagem do tiro;
- Verificação do disfarce amigo;
- Estação rádio de trânsito;
- Reconhecimento;
- Contrôle de tráfego.

1) Busca de informações: — O PO aéreo proporciona a melhor observação possível do campo de batalha, não limitada a uma única posição ou pequena área; — porém o tempo disponível é relativamente curto. Antes do vôo, o piloto e o observador devem ser informados:

I — Situação das tropas amigas e inimigas;

II — Áreas desenhadas à nossa observação terrestre;

III — Do "porque" da missão;

Do que êles devem observar;

De quando e como devem informar das observações feitas.

As informações acima devem, em princípio, ser dadas no P.C. do Grupo. Durante o cumprimento da missão, o observador deve anotar tôdas as informações colhidas, tudo que viu ou sentiu. Logo após a aterragem tanto o piloto como o observador devem ser submetidos a um interrogatório, pelo S2, a fim de esclarecer e completar o relatório do observador.

2) Busca de objetivos — é a finalidade principal da secção, acrescida da possibilidade de ajustar os tiros sobre os mesmos. Os melhores objetivos são: artilharia e "tanks" inimigos que se denunciavam, seja pela poeira da partida dos tiros, seja pelo clarão, seja por numerosas pistas convergindo em um único ponto, etc.

A regulação nos AA é usualmente conduzida do ar. O observador deve informar de todos os objetivos vistos e o Cmt. do Grupo decidirá quando e como batê-los. A melhor posição para a observação é função do inimigo e do terreno.

3) Ajustagem dos tiros — Os processos são os mesmos que os usados pela observação terrestre, devendo-se levar em conta a variação do ângulo de observação, em consequência do deslocamento do observador. Procurar pelo balizamento materializar a linha de tiro. Escolher um ponto de referência bem nítido a fim de não perder o objetivo. Usar fumígeno quando a observação fôr difícil. Quando a duração do trajeto fôr grande, o observador deve solicitar o "Caíndo".

4) Verificação do disfarce amigo — Deve ser feito de 3 posições:

- a) Vertical a grande altura;
- b) Vertical a baixa altitude;
- c) Obliqua, mesma altura que os PO inimigos, e vindo do inimigo para nós.

5) O avião em vôo pode trabalhar como estação de trânsito

quando fôr difícil a ligação entre 2 estações de terra.

6) Reconhecimento — o Comandante do Grupo e oficiais do E.M. freqüentemente deverão usar o avião nos reconhecimentos a fim de ter uma melhor impressão do terreno e da posição relativa dos diversos elementos. Um reconhecimento aéreo preliminar é de grande valia para o Cmt. do Grupo na escolha de posições.

7) Contrôlo do tráfego — A secção aérea pode ser usada para contrôlo do tráfego e supervisão nos deslocamentos. Quando se tratar de etapas longas é necessário prever, reconhecer e aparelhar campos de pouso intermediários para o reabastecimento dos aviões.

III — SUMARIO

1. O rendimento máximo da secção aérea é obtido quando a mesma dispõe de pessoal treinado e o Cmt. do Grupo e seu E.M. conhecem suas possibilidades e limitações.

2. O pessoal da secção é normalmente insuficiente, necessitando reforço a fim de prover a própria segurança, mão de obra para movimento de terras e as transmissões.

3. Manter a faixa de aterragerm próxima ao P.C. a fim de facilitar a ligação; a localização da faixa é problema de comando.

4. É essencial uma ligação por contacto pessoal antes do vôo e um interrogatório quando finda a missão.

Corta os resfriados

Instantina

Alivia as dores



AOS REPRESENTANTES

A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDÊNCIAS JUNTO AOS
TESOUREIROS DAS UNIDADES OU AOS ASSI-
NANTES COM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DAS
ASSINATURAS DO CORRENTE ANO

A ENERGIA E A SEGURANÇA NACIONAL (*)

de Coronel BOYER.

Trad. do Coronel RENATO BATISTA NUNES.

II

Na primeira parte deste trabalho lembramos algumas definições e, particularmente, a do "Escravo Mecânico" e estabelecemos o balanço energético do carvão de pedra, em algumas nações.

Para completá-lo, vamos examinar rapidamente os balanços das outras formas de energia: petróleo, hidro-eletricidade, energia nuclear, a fim de estabelecer um balanço geral e algumas conclusões de conjunto sobre as relações existentes entre a energia disponível e a segurança nacional.

A ENERGIA PETRÓLEO

Os produtos relativos ao petróleo.

Os produtos naturais do petróleo compreendem os petróleos brutos, os gases naturais e os óleos dos esquistos. Os brutos líquidos têm um poder calorífico médio de 12.000 calorías por quilo e os gases naturais 10.000 por metro cúbico. Como se encontram muitas vezes informações fornecidas em volume, é bom lembrar que a densidade do bruto médio pode ser de 0.85 ou 0.8, e a das essências é de 0.76. (1)

Uma parte restrita do bruto é utilizada diretamente; a maior parte é refinada. A refinação acarreta uma perda de 10 a 12% e, dos 90% de produtos refinados é preciso descontar 9 a 10% de óleos lubrificantes, breus e coques,

parafina, que não são praticamente utilizados como fontes de energia e, enfim, 0.7% de gás butano que serve geralmente para usos domésticos. Esses algarismos são naturalmente médias.

Quanto aos óleos dos esquistos, são normalmente consumidos como lubrificantes.

As reservas de petróleo.

As estimativas variam entre limites assaz afastados: 70 a 80 bilhões de toneladas para os Estados Unidos, 4 a 9 para a Rússia, 1 a 6 para a Saudi Arábia, 0.1 a 0.7 para o Irak, etc. São susceptíveis de retificação em função das novas jazidas descobertas e do aprofundamento das perfurações utilizáveis. Estas últimas são atualmente da ordem de 1.800 metros.

Em 1947, para as reservas mundiais, aceita-se como um mínimo 7 bilhões de toneladas, e como prováveis 20 bilhões. A repartição geográfica dos 20 bilhões de toneladas será de 3.8, ou 19%, para os Estados Unidos; 1.3, ou 6.5%, para as Caraíbas; 0.2, ou 1%, para as Índias Neerlandesas; 4.7, ou 23.5%, para a Rússia; 5.7, ou 27.5%, para a Saudi Arábia; 4.7, ou 22.5% no golfo Pérsico. O Oriente Médio guardará, somente ele, a metade das reservas mundiais.

Essas reservas são equivalentes a 600 bilhões de toneladas de carvão, algarismo a cotejar com as reservas de carvão que se elevam a 8.150 bilhões de toneladas.

(*) Conclusão do número de junho.

(1) Note-se, de passagem, que o "barril" vale 0.159 m³, ou 0.135 tons.; que o "galão U.S.A." vale 3.785 l., ao passo que o "galão inglês" é de 4.5435 l.

A repartição entre as diferentes nações é, porém, modificada pelas riquezas "controladas". Os Estados Unidos, retêm 58 %, dos quais 35 % no próprio território e 19 controlados (40 % da Saudi Arábia — totalidade de Bahrein; 50 % de Koweit; 23.75 do Irak; 49 % do Iran Sul, etc.).

A Grã-Bretanha atinge 22 %, dos quais 2 nos territórios e 20 % controlados (47.5 % repartidos com a Holanda no Irak; totalidade do Egito e de Kabar; 50 % de Koweit; 51 % do Iran Sul, etc.). A Rússia encontra 11 % no seu território, mas garantiu para si a concessão do Iran Norte, e controla atualmente a Rumânia e a Hungria. A Holanda 5 % (de sua parte no Irak).

A França só possui seus direitos sobre 23.75 do Irak, o que pode representar uma reserva de 160.000 milhões de toneladas. No futuro, tenta garantir-se direitos na Venezuela e na Flórida, elevando seu aprovisionamento no exterior de 4 a 6 milhões de toneladas.

A produção de petróleo.

A produção mundial de petróleo passou de 280 milhões de toneladas em 1938, a 372 em 1945 e a 390, em 1946. Aumentou, portanto, de 4 %, em média, por ano. O acréscimo é principalmente devido aos Estados Unidos, de 171 a 250, e à Venezuela, de 28 a 55. É possível que em futuro próximo a aceleração venha do Oriente Médio.

Segundo as taxas de extração atuais, as reservas de petróleo permitirão a exploração durante uns 50 anos, o que se pode comparar com os 6.000 de carvão.

Oito principais produtores totalizam 94 % da produção: Estados Unidos, Venezuela, México, 79 %; Iran, Irak, Saudi Arábia, 8 %; Rússia, 7 %. A Rumânia está em declínio: 8.3 milhões de toneladas em 1936; 6.6 em 1938; 4.6 em 1945, e 4 em 1946. O Oriente Médio progride rapidamente: 14.6 em 1939; 19 em 1944; 26.7 em 1945, e 32.3 em 1946.

Além de sua parte no Irak, cêrca de 1 milhão de toneladas por ano, a França dispõe somente das 72.000 toneladas de Pechelbronne, 10.000 toneladas de óleos de esquistos do Autun e do Hérault, e do gás natural de Saint-Marcet — Saint-Gaudens, não desprezíveis, porque representam o equivalente de 100.000 toneladas de bruto.

Os gases naturais.

Convém prestar atenção à produção de gases naturais, propana, butano, que se desenvolve rapidamente. Nos Estados Unidos, passou de 2.833 milhões de metros cúbicos por mês, em 1938, a 5.045 em 1945, e atingiu mesmo 6.612 milhões em janeiro de 1946. Isto representava 40 % da energia-petróleo extraída, e 24 % da energia total consumida nos Estados Unidos.

Um metro cúbico de gás pode ser considerado como equivalente, em média, a 1.4 de petróleo bruto, ou 1.235 de essência refinada.

A Argentina atingiu igualmente uma produção importante: 52 milhões de metros cúbicos por mês. No seu plano para 1950, a Rússia prevê 700 milhões de metros cúbicos por mês.

A Itália tira de Piacenza 460.000 metros cúbicos por mês. Na França, Saint-Gaudens — Saint-Marcet, forneceram 85.1 milhões de metros cúbicos em 1945, isto é, mais de 7 milhões por mês, e calcula-se que essa produção poderia ter sido triplicada, pelo menos.

O consumo do petróleo.

A procura de petróleo ultrapassa sempre a produção; acredita-se que os pedidos orçarão por 410 milhões de toneladas em 1950, e 480 em 1960.

Em 1938, somente os Estados Unidos absorviam 50 % da produção; a Rússia 7 %; a Grã-Bretanha 3 %; a Alemanha 2 %; a França 1.7 %, e a Suíça 0.7 %.

Na França, o consumo de essência passou de 2.3 milhões de toneladas em 1935, a 3 em 1938 e 1939. Em 1946, as chegadas e as divisas

limitaram-no a 2 milhões, ao passo que os pedidos eram de 3.

Parece interessante expor um balanço de petróleo, pelo menos esquematicamente, para mostrar as transformações e as perdas entre a extração e a utilização. Tomaremos para exemplo o da França em 1938:

Produção francesa:

82.000 tons. de bruto
13.000 tons. de refinações de síntese (2)

95.000 toneladas.

Importações:

6.981.000 tons. de bruto
1.175.000 tons. de refinados

8.156.000 tons. de brutos e refinados

Tratado nas refinarias francesas:

82.000 tons. brutos nacionais
6.981.000 tons. brutos de importação

7.063.000 tons. de brutos, que produziram 6.870.000 de tons. de produtos refinados na França.

Produtos refinados:

13.000 tons. refinados nacionais de síntese
1.175.000 tons. refinados de importação
6.870.000 tons. refinados na França

8.058.000 tons. de refinados
Depois de diversos reajustamentos relativos às evaporações, variações de stocks, etc., os recursos elevam-se, finalmente, a 7.063.000 toneladas.

A utilização dos recursos foi a seguinte:

Consumo francês..... 5.220.000 tons., ou 74 %
Navios franceses..... 1.220.000 tons., ou 17,2 %

6.440.000 tons.

Navios estrangeiros..... 86.000 tons., ou 1,2 %
Reexportações..... 537.000 tons., ou 7,6 %

623.000 tons.

Na realidade, as estatísticas só consideram como "consumo" as 5.220.000 toneladas, excluídos os consumos de "carvoeira".

Vê-se claramente as divergências que as estatísticas podem apresentar, quando as condições do seu estabelecimento não são especificadas.

O balanço do petróleo.

Tal como se fez com o carvão, pode-se estabelecer um balanço

do petróleo. O da França, em 1938, era o seguinte:

Produção: 82.000 toneladas de bruto e 13.000 de refinados de síntese.

Importação: 6.981.000 toneladas de bruto, e 552.000 de refinados. (3)

Consumo: 5.552.000 toneladas. (4)

Com o auxílio das equivalências, transformam-se essas quantidades em trilhões de calorías por habitante, e enfim, em escravos mecânicos.

(2) É de notar que os produtos de síntese ocasionam consumo de carvão; há aqui um duplo emprêgo parcial com o balanço do carvão, mas, para a França, a correção a fazer seria de pouca importância.

(3) Excedente das importações sobre as exportações.

(4) Não compreendidas as carvoeiras dos navios franceses.

Resultado: em 1938, cada francês utilizou 2.6 escravos-petróleo, dos quais 0.02 de origem nacional, e 0.4 do Irak "controlado".

O quadro seguinte, com as mesmas reservas feitas para o carvão, dão a fisionomia da situação petrolífera:

Eservos-petróleo por habitantes	1939	1938	1944	1945	1946
Estados Unidos:					
Produção nacional.....	23	23.2	32.3	32.2	34.2
Produção controlada.....	10	11.3	17.2	17.3	18.5
Grã-Bretanha:					
Produção nacional.....			0.6	0.6	0.6
Produção controlada.....		4.8	6.0	5.6	5.4
França:					
Necessários.....	1.0	2.6	0.8	1.6	1.7
Produção nacional.....	0.1	0.1	0.8	1.0	1.0
Produção controlada.....	0.4	0.4	(0.4)	(0.4)	0.4
Alemanha:					
Necessários.....		1.9	—	—	—
Produção nacional.....		0.15			0.35
Rússia:					
Produção.....	1.5	3	1.8	2.3	2.6

A ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA

As quedas d'água.

É mister certa prudência na exploração das informações relativas à energia hidro-elétrica, de um lado, em razão das unidades empregadas e, de outro, de confusões possíveis entre a energia utilizável, a potência instalada e a energia produzida.

As unidades empregadas são geralmente o quilowatt-hora (energia), ou o cavalo-vapor (potência). Lembremos que o cavalo-vapor vale 0.736 kW, e o cavalo-hora (energia) 0.736 kWh. Há, igualmente, o Cavalo-Fôrça inglês, de 0.745 kW, e o quilovolt-ampère, kVA, unidade de potência instalada, que corresponde ao quilowatt.

A energia utilizável corresponde ao volume de água (débito) que poderia ser captado sob a altura de queda utilizável, nas condições de equipamento atuais. Dadas as

variações do débito, segundo as estações do ano, esta energia é avaliada em bilhões de kWh para um ciclo anual. As vezes, deduz-se desse cálculo uma potência utilizável média expressa em milhões de kW. (5)

A potência instalada resulta do número e das características dos grupos turbogeradores instalados (não compreendidos os pequenos grupos de serviço próprios da usina). Ela é, geralmente, superior à potência utilizável, porque deve atender aos períodos de "ponta", às avarias de um grupo, e à manutenção dos grupos por revezamento.

A energia produzida é muito irregular, pois é resultante das variações diversas do volume de água, diárias e periódicas (estações), ligado às chuvas, degelos, e das variações dos pedidos. Conta-se por bilhões de kWh a energia total fornecida durante um ciclo

(5) Um ano tem 8.760 horas.

anual. Deduz-se, às vezes, desse cálculo, uma potência média de produção, expressa em milhões de kW, a que se denomina, geralmente, *potência disponível*.

A título de ilustração, em 1941, na França: a energia produzida foi de 12.85 bilhões de kWh, correspondendo a uma potência disponível de 1.464 milhões de kW, ao passo que a potência instalada era de 3.888 milhões de kW (ou kW), isto é, 25.6% da potência disponível.

Na mesma data: 645.260 kW estavam em construção, 2.565.000 em projeto, e 1.513.500 suplementares considerados como possíveis. No total, a *potência utilizável média*, equipada e não equipada, era então avaliada em 6.2 milhões de kW, correspondendo a uma *energia utilizável* de 54 bilhões de kWh por ano.

O equipamento hidro-elétrico.

O equipamento hidro-elétrico compreende as barragens que formam os reservatórios e as usinas propriamente ditas.

As usinas são muito numerosas, e as de melhor rendimento são as grandes instalações modernas:

Niagara: 670.000 kWA equipados, ou, 14.5% dos 4 milhões de kW disponíveis.

Colorado (Boulder dam): reservatório de 37 bilhões de metros cúbicos, 1.300.000 kWA equipados, que fornecem 6 bilhões de kWh por ano.

Tennessee: 2.3 milhões de kWA equipados em 1945, para fornecer 12 bilhões de kWh por ano.

Dniepr: 560.000 kWA e 1.5 bilhão de kWh por ano.

Genissiat: prevista para 260.000 kWA e 1.5 bilhão de kWh por ano.

Kembs: 150.000 kWA para 0.8 de bilhão de kWh por ano, etc.

Uma estatística tentou medir o esforço de equipamento relativo dos diferentes países em 1938, isto é, a relação entre a potência instalada e a potência utilizável: Estados Unidos, 42%; Canadá, 15.3%; França, 25%; Itália, 47%; Suíça, 47%; Noruega,

14%; Suécia, 12%. Essas informações têm apenas valor relativo, tanto mais quanto a potência instalada num rio é geralmente superior à potência fornecida por esse rio. O dado verdadeiramente expressivo é a relação entre a potência disponível (equipada, por definição) e a potência média utilizável. Em 1941, ela era, para a França, de 23.6%.

A potência utilizável.

É muito difícil fazer-se uma idéia da potência mundial utilizável, desde que algumas grandes possibilidades sejam desprezadas: bacia do Amazonas com 7 milhões de km. quadrados, bacia do Congo com 3.7, bacia do Níger com 2.1, bacia do Yant-Tsé, etc.

Um recenseamento certamente incompleto dá a indicação de 125 milhões de kW, ou 1.000 bilhões de kWh por ano, com a repartição seguinte: Canadá 34%, Estados Unidos 17.5%, Suécia 12%, Noruega 7.6%, Iugoslávia 7.2%, França, 5.9%, Itália 4.8%, Polónia 3%, Espanha 2.9%, Alemanha 0.8%, Grã-Bretanha 0.5%.

No que concerne à França, a potência disponível deve passar de 13.4 kWh, em 1946, a 28 em 1955, representando, então 52% dos recursos.

A potência instalada.

A potência mundial instalada é certamente superior a 20 milhões de kWA, e parece repartir-se como se segue: Estados Unidos 48%, Rússia 16%, Itália 10%, Suíça 10%, França 8%, Suécia 8%, Noruega 3%, Canadá 0.5%, Áustria 0.3%. Esses valores devem ser considerados como provisórios.

Na França, a potência instalada é de 1.517 milhões de kWA, e deve dobrar em 1955.

A Rússia tem igualmente um plano importante de melhoramentos, elevando o equipamento de 3 a 6 milhões de kWA.

A produção de energia hidráulica.

A produção mundial hidro-elétrica é, certamente, superior a 175 bilhões de kWh por ano, tanto mais

quanto as estatísticas desprezam, geralmente, as instalações inferiores a 1.000 kWa.

Os Estados Unidos produziram 34.6 bilhões de kWh em 1929, 44.6 em 1938, 74.1 em 1944, 79.9 em 1945. A Suíça e a Itália devem oscilar entre 8 e 15, a Suécia e a Noruega 7, a Austrália 2.5, e a Rússia entre 30 e 40, com um plano de 82 em 1950.

A França passou de 6.2 bilhões de kWh em 1929, a 10 em 1938, depois, por um maximum de 10.7 em 1941, 8.10 em 1944, 9.7 em 1945, 13 em 1946 e, enfim, o plano Monnet prevê 20.5 para 1950.

Os pedidos franceses, que eram de 20 bilhões de kWh em 1938, crescem regularmente de 5 a 10 % por ano, notadamente por causa do desenvolvimento da tração elétrica.

A Argélia e Marrocos já estão parcialmente equipados. A produção hidro-elétrica argeliana era de 80 milhões de kWh em 1943, e deverá passar a 250 em 1950. Há trabalhos iniciados no Níger, mas

nada parece haver sido empreendido no Congo.

As centrais térmicas.

A produção hidráulica não é suficiente para satisfazer a procura e sendo, por outro lado, irregular, é necessário apelar para as centrais térmicas a fim de estabelecer o equilíbrio.

Algumas destas correspondem à recuperação de baixos produtos: centrais minerais, alimentadas com carvões que não compensam o transporte; centrais siderúrgicas que funcionam com o gás excedente dos altos fornos; centrais que empregam resíduos petrolíferos (Petit-Jean, em Marrocos), e com "fuels" que chegam aos portos por preços baixos (projeto de central em Brest).

Outras, ao contrário, chamadas de distribuição, instaladas nos locais de consumo (região parisiense) queimam carvão de boa qualidade.

A título de indicação, em 1939, a produção térmica francesa repartia-se assim:

Centrais minerais.....	4.9 bilhões de kWh
Centrais de distribuição.....	1.5 bilhões de kWh
Centrais siderúrgicas.....	1.4 bilhões de kWh
Centrais a fuel.....	0.2 bilhões de kWh
Centrais diversas.....	0.2 bilhões de kWh

O quadro abaixo mostra a proporção entre a produção térmica

em % da produção total de eletricidade:

Milhões de kWh por ano	1929	1938	1944	1945	1946	1950 previsões
U.S.A.:						
Térmicas.....	62.8	71.8	156.6	142.5	—	—
Hidráulicas.....	34.6	44.6	74.1	79.9	—	—
Total.....	97.4	116.4	230.7	222.4		
% Térmica.....	62 %	62 %	68 %	64 %		
Grã-Bretanha:						
Térmicas.....		24.4	38.2	37.3	—	—
França:						
Térmicas.....	6.2	8.7	5.5	7.9	10.8	15.5
Hidráulicas.....	6.2	10.	8.1	9.7	13	24
Total.....	14.4	18.7	13.6	17.6	23.8	39.5
% Térmica.....	57 %	47 %	40 %	45 %	45 %	40 %

O rendimento da transformação carvão-elétrica merece ser melhorado. Para a economia francesa, um ganho de apenas 10 % liberaria perto de um milhão de toneladas de carvão.

Em 1939, a central de Saint-Denis consumia 0.541 kg. de bom carvão por kWh. A melhor central posta em serviço nos Estados Unidos, em 1946, conseguiu 0.390 kg. para um kWh.

A ENERGIA ATÔMICA

A energia nuclear.

Segundo Einstein, a matéria confundindo-se com a energia, uma

massa de 1 kg. poderá desaparecer fornecendo 25 bilhões de kWh.

Até o presente, só se conseguiu a "desintegração" de corpos radioativos, e a "cisão" ("fission") de alguns.

Há uma importante diferença de natureza e de intensidade entre a desintegração e a cisão. A primeira interessa somente às camadas de electrônios periféricos, e relativamente desprende menos energia em maior tempo. A segunda, que é uma ruptura dos núcleos atômicos, libera muita energia, e pode fazê-lo em pouco tempo:

Desintegração completa:

de 1 kg. de rádioio.....	0.52 milhão de kWh
de 1 kg. de urânium 235.....	0.53 milhão de kWh

Cisão:

de 1 kg. de urânium 235.....	1 milhão de kWh
de 1 kg. de plutônio.....	3.9 milhões de kWh

Até hoje, a energia nuclear tem sido obtida partindo-se de derivados do urânium natural:

O urânium 235 e o plutônio. (6)

Outros corpos, entretanto, são também "cindíveis" (fissionables ou fissíveis) como o Americanium, ou Americum 95, Curium 96, um isótopo do Neptunium 93, etc. Alguns desses corpos serão obtidos partindo do thorium 90.

Os recursos em corpos radioativos.

A crosta terrestre conterá 4 milionésimos de urânium e 12 de thorium, mas de maneira assaz disseminada. Os calçamentos de Paris têm 10 gr. de urânium por tonelada.

Existem jazidas importantes de thorium na América, no Brasil e nas Índias. As de urânium encontram-se no Colorado, no Canadá (Great Bear Lake), na Tchecoslováquia (Joachimstal), no Congo

Belga e no Turkestão. Lê-se na imprensa que os Russos instalaram uma usina atômica no Cáucaso (Soukhoun).

Atualmente, pesquisam-se ativamente esses minerais, e guarda-se segredo das descobertas. Em fevereiro de 1947, soube-se, no entanto, que uma importante jazida de urânium teria sido descoberta na Argentina (província de Cordoba).

Na França, conhecem-se, desde muito, várias pequenas jazidas, notadamente na região de Autun. Sabe-se, igualmente, que o minério existe em Madagascar (Antsirabé) e no Tonkim.

Em 1947, calculam-se as reservas em 30.000 de toneladas de urânium natural contendo 0.7 %, ou 210 toneladas de urânium 235 cindível. Essa reserva será equivalente a cerca de 90 bilhões de toneladas de carvão, algarismo a cotejar com as reservas de carvão que somam 8.150 bilhões de toneladas, e com

(6) 235 U e 239 P.
93 94

as reservas de petróleo equivalentes a 22 bilhões de toneladas de carvão. Essas proporções situam a importância próxima provável da energia nuclear.

A produção mundial de urânium em 1938, foi de 1.370 toneladas, das quais: Congo Belga 77 %, Canadá 15.5 %, Turkestão 4.4 %, Tchecoslováquia 1.7 %, Portugal 0.73 %, Colorado (U.S.A.) 0.22 %. Depois, não se publicaram mais as informações.

Se, segundo se diz, os Estados Unidos possuem 1.000 bombas atômicas de 2 kg. de urânium 235 ou de plutonium, seu stock atual deve ser, pelo menos, de 2 toneladas de corpos radioativos cindíveis.

A central atômica.

Nos começos de 1947, podia-se conceber uma central atômica sob a forma seguinte:

Uma pilha de urânium revestida de grafite, controlada por barras de cádmium ou de aço, ou Boro, produz calor a baixa temperatura (150° ou 200°).

A pilha é varrida por uma corrente de hélio-gás não ativável, que retira o calor e troca-o nas caldeiras.

O vapor produzido é utilizado em turbinas a vapor conjugados com geradores elétricos dos tipos usuais.

Os Americanos avallam em 60.000 francos o custo de 130 kg. de urânium natural que contém 1 kg. de urânium 235, cuja cisão é equivalente a 2.950 toneladas de carvão, cujo valor é de 1.770.000 francos.

A utilização do urânium será compensada se o custo da transformação pilha-caldeira for inferior a 1.710.000 francos.

As despesas de exploração são pequenas, e os Americanos calculam que a amortização dos estudos foi coberta pelo encurtamento da guerra resultante da bomba de Hiroshima. Subsiste apenas a amortização das construções.

É de notar que sobram 139 kg. de urânium 238, provavelmente recuperáveis pela transformação em plutonium cindível, sendo mesmo o quilograma de plutonium mais vantajoso do que o de U 235. Não se

tem publicado atualmente o preço do plutonium.

M. Juliet Curie avalia que com 10 centrais de 300.000 kWh., consumindo cada uma 1 tonelada de urânium por ano, as necessidades de energia elétrica da França seriam satisfeitas.

O transporte desse "combustível" corresponderia a um vagão por ano e a um navio por século!

Há, entretanto, uma dificuldade; atualmente, as instalações para a separação do urânium 235, ou de preparação do plutonium absorvem uma energia mecânica da ordem de 1 a 2 milhões de kWh por quilograma, isto é, que ha um grande "adiantamento" de energia a fazer, e um gasto importante de energia para os "serviços" da central.

Em seguida, o autor apresenta o balanço do consumo de energia na França, computando outras fontes de produção (lenha, carburantes de substituição, moinhos de vento, tração animal), para concluir que, tomando o consumo de 1938 como referência 100 %, a "convalescença energética" foi de 46 % em 1944, de 62 % em 1945, e de 87 % em 1946, o que revela uma recuperação sempre crescente no último decênio.

Apresenta um quadro demonstrativo do consumo de energia industrial, estabelecido em trilhões de calorías e em escravos-mecânicos, do qual se vê que os Estados Unidos dispuseram de 82 escravos-mecânicos por habitante, em 1946, todos de origem nacional; a Grã-Bretanha, de 39, dos quais 6.1 de importação; e a França de 14, dos quais 3.5 de importação. E chega às seguintes

CONCLUSÕES

Esse quadro nos mostra por que os Franceses lutam por emparelhar com o nível de civilização material crescente dos Estados Unidos, e a própria Grã-Bretanha se esfalta: 82 escravos-mecânicos além-Atlântico; 33 escravos nacionais além-Mancha, e 10 a 11 na França.

Os
do Sa
1 escr
ante
na m
hões
ano
250
— ga
cravo
ciona
menor

E
deio,
ciona
de cr
Estad
a que
milhã
biliza
seu a
ções
tanha
dade
calor

Se
a da
volve
dução
mais
zados
sufic
limit

trulo
em
tom

acor
desr

Os 5 milhões de toneladas anuais do Sarre, a custo nos forneceria 1 escravo-mecânico, mas, se mediante perfurações, encontrássemos na metrópole ou na União 14 milhões de toneladas de petróleo por ano — os Americanos extraem 250 numa superfície pouco inferior — ganharíamos, de um jato, 10 escravos-mecânicos de origem nacional e, então, alcançaríamos, pelo menos, o nível da Grã-Bretanha.

E assim chegamos, por um rodeio, às questões de Defesa nacional. Sem entrar em minúcias de cálculo, pode-se dizer que os Estados Unidos puderam conduzir a guerra porque dispunham de 100 milhões de calorías por homem mobilizado e por ano (compreendido seu auxílio a outras forças das nações unidas), e que a Grã-Bretanha pôde conservar uma autoridade suficiente com 70 milhões de calorías por homem e por ano.

* Segundo a taxa britânica, que é a da economia máxima, e desenvolvendo todos os esforços de produção, a França não poderia manter mais do que 1.300.000 mobilizados: Guerra, Ar, Marinha. É suficiente? Em todo o caso, é o limite imposto pelo balanço ener-

gético nacional atual, e ainda assim, supondo que o rendimento, isto é, o equipamento, seja o dos Estados-Unidos.

N. DO TRAD. — *O Brasil ainda não acabou de ser descoberto... nem mesmo pelos brasileiros. Vivemos, em relação a problemas de magna importância, como este da produção de energia, na fase contemplativa de nossas imensas possibilidades, longe das realizações práticas e ousadas. Ousadas, sim, se for preciso sacar contra o futuro, pois a timidez, em casos como este, orça pela incuria. Os nossos rios despejam no mar um incalculável e inesgotável poder energético; jazem em nossos linhitos e esquistos, situados a distâncias econômicas dos nossos maiores centros populosos e industrializados, algumas centenas de bilhões de toneladas de óleos e outros subprodutos, à espera de destilação (sem falar no próprio carvão do sul) enquanto todas as atenções e debates se polarizam no nosso petróleo incerto, como se só ele pudesse resolver o problema da "energia", base da independência relativa do país e da segurança nacional.*

Quando um homem de guerra tem o sentimento íntimo de ser instruído, quando percebe que sabe o bastante para se orientar facilmente em circunstâncias difíceis, seu caráter se fortalece, torna-se capaz de tomar com propósito decisões nítidas, e de lhes dar execução.

Ao contrário, o homem que sabe que é ignorante e que necessita aconselhar-se com outros, mostra-se indeciso, perplexo e prestes a se desmoralizar. — General Pencker, citado por Foch.

ECONOMIZE SEU DINHEIRO COMPRANDO NA

"CASA APIS"

O maior sortimento de meias, camisas, lenços, cuecas, gravatas.

A única que vende diretamente das fábricas aos consumidores.

LUCRO EXAGERADO É ROUBO

212. RUA DA ALFANDEGA. 212

A LEI, A ORDEM E A DISCIPLINA

Pelo Ten.-Cel. ALUIZIO DE M. MENDES

Diz São Tomás de Aquino, o Doutor Angélico, que a lei, na sua acepção geral, é um preceito da razão, ordenado para promover o bem comum, emanado de autoridade competente, e por ela promulgado. Logo, um preceito contrário à razão e ao bem geral não é lei senão ato arbitrário e tirânico. Para que promova o bem comum deve a lei, antes de tudo, prover a felicidade e ventura da coletividade, deixando, em absoluto, de se ocupar dos indivíduos e só o fazendo quando contribuam para o bem-estar geral. É, pois, a lei o princípio eterno, natural, humano e divino, que ordena o mundo físico, moral e social para permitir a existência da ordem, da paz e do trabalho dentro de condições de estabilidade e livres de coações, violências e arbitrariedades, a fim de que possam imperar a Justiça e o Direito.

Há, por conseguinte, segundo a Suma Teológica, a lei eterna, a lei natural, a lei humana e a lei divina a que estamos todos sujeitos e a cujos preceitos devemos todos obedecer, por serem preceitos de razão, tendo por fim promover não só o bem geral — o bem comum — que satisfaz a todos, mas também a ordem, emanção imediata do princípio imutável da harmonia universal.

A lei eterna é a lei suprema, que rege todas as coisas e da qual dependem todas as outras leis, uma vez que estas não são mais do que suas derivações ou determinações particulares. Tem por preceito constante e determinação irrevogável a Ordem, a Harmonia e a Sucessão entre todos os seres, que

formam o universo. Consta de um único mandamento tão essencial e necessário como a própria eternidade; é ela que acomoda, sujeita e disciplina tudo o que existe na indispensável ordem, sem a qual não é possível a revolução dos mundos e a evolução dos seres.

A manifestação ou impressão da lei eterna no homem chama-se lei natural, que é uma luz do entendimento prático por meio da qual pode o homem dirigir-se e governar-se, executando conscientemente os mandados da lei natural e, não, da maneira como os cumprem os seres irracionais por instinto e de modo inconsciente. Os princípios do entendimento prático se apoiam no conceito do Bem, isto é, no reconhecimento, por parte da razão, das três espécies de benefícios que aperfeiçoam a natureza humana.

Decreta o preceito supremo desta lei que se considera bom:

1º) tudo o que serve para conservar ou desenvolver a vida física;

2º) tudo que serve para perpetuar a espécie;

3º) tudo o que aperfeiçoa o homem como ser racional.

Segue-se que a razão prática de cada homem reconhecerá e impor-se-á como obrigatório tudo o que é essencial para conservar os bens enumerados, conquanto estabeleça entre eles a devida subordinação, porque o bem da inteligência precede em dignidade, ao da conservação da espécie e este ao da conservação do indivíduo. Almentar-se e nunca atentar contra a própria vida é a primeira e essencial obrigação para a conservação

do indivíduo. Da mesma forma que deve haver quem aceite os encargos e dulçores da paternidade e da maternidade, jamais executando ato algum contrário aos fins da procriação. Pôsto que o homem seja feitura de Deus e, ademais ser inteligente, como tal, destinado a viver em sociedade, impõe-se-lhe o dever de honrar a Deus e tratar aos semelhantes conforme exija a natureza das relações que, com êles, se mantenham. Não é, pois, tratá-los como se êles fôsem nós mesmos e, sim, de acôrdo com as relações de hierarquia e subordinação que com êles mantivermos, muito embora devamos, neste particular, observar o imperativo da lei divina.

Tudo o que a lei natural não enumera ou não concretiza é objeto da lei humana, quer dizer, um preceito da razão, ordenado para promover o bem geral da sociedade, emanado de autoridade legítima e por ela promulgado. A autoridade legítima é o poder competente da sociedade, que é obrigado a velar pelo bem comum como se fôsse o seu próprio. E é indispensável que este poder seja não só competente mas também legítimo e reconhecido pela maioria absoluta dos membros da sociedade. Só assim poderá obrigar o acatamento e a obediência às leis, que é um dever perante a própria consciência e diante de Deus. Toda lei que não emana de autoridade competente, oposta ao bem comum e em contradição com a própria razão ou que fira direitos legítimos e essenciais dos membros da sociedade não é humana, não é lei e, como tal, não deve ser obedecida.

Finalmente, a lei divina é a que Deus impôs aos homens quando lhes deu a conhecer na ordem sobrenatural. Conhece-se a lei divina com o nome de Decálogo, termo grego que significa dez palavras, porque dez é o número dos mandamentos divinos.

É a essência admirável que, na ordem moral, constitui sabedoria imperecível, tão sublime e imutável tem sido, tão perfeita e indispensável se tem mantido na sua forma primitiva que, não obstante

os vendavais e cataclismos sofridos pela humanidade através dos séculos, nunca houve gênio capaz de corrigi-lo, alterá-lo ou modificá-lo.

Pensam os homens poderem, às vezes, estabelecer princípios arbitrários, prepotentes ou tirânicos na falsa convicção de que construirão algo de durável, ou, na doida presunção de que, desrespeitando a grande e verdadeira Lei e seus correlários, podem impunemente sobreviver e se immortalizar. Vã quimera!... Porque se falhar a justiça humana, a divina é irrevogável e fatal. Tarda mas não falha.

Para acatar, portanto, a lei e nos sujeitar a ela só há um meio que é de mister utilizar: a Honradez.

Os romanos, pôsto que pagãos, conceberam admiravelmente que não se pode ser honrado no vício, no crime, na desordem de toda a espécie, sequer mesmo na indiferença ou na apatia. E constituíram então um duplo templo, dedicado à Honra e às Virtudes, mas, de tal jeito que, para se atingir o da primeira era indispensável passar pelo das segundas, querendo com isto dizer que não há homem honrado se não fôr preliminarmente virtuoso. Porque, somente por meio delas, se ençaminha o homem ao fim sobrenatural na medida em que se pode e se deve procurá-lo neste mundo.

Dentre as principais virtudes morais, que os homens de bem devem praticar, destacam-se a Prudência e a Justiça.

Uma regra moral do entendimento prático, que põe no homem tato e discreção suficiente para ordenar sua própria vida e comandar, em cada caso, seus subordinados, tal é, em suma, o que se chama *Prudência*, cuja propriedade é de reunir em si todas as outras virtudes de forma que nenhuma possa existir sem ela, nem ela possa coexistir sem o concurso de todas as outras.

Para que um ato de prudência seja considerado perfeito é preciso o concurso de muitas condições. Umás são partes integrantes essenciais, outras virtudes adjuntas e ordenadas a atos secundários em conexão com o principal; por último, o ato principal da prudência en-

tranh
dirigi

Os
parte
memó
sado
du p
na p
ão di
e pu
o que
esper
garan
regra
res;
do te
obter
ção o
tânci
que
comp

As
a ato
o pri
lho e
práti
de so
tânci
sos
empe

O
Prud
dond
por e
rigir
com
cheg

Di
vária
come
mos,
cível

El
pósit
a vir
const
do e
Estad
arma
no g
famí
litar
que
nece
um
rado

In
mal
atos
dent

tranha tantas classificações como o dirigido e governado.

Os elementos constitutivos ou partes integrantes são os seguintes: memória ou recordação do passado; inteligência ou conhecimento do presente tanto no geral como no particular; docilidade e respeito ao disposto por antecessores sábios e prudentes; sagacidade em saber o que, num momento dado, se pode esperar de alguém; firmeza e segurança de juízo para aplicar as regras gerais aos casos particulares; providências ou determinações do tempo e lugar de cada ato para obter o fim apetecido; circunspeção ou conhecimento das circunstâncias; precaução contra tudo o que possa ser obstáculo ou possa comprometer o êxito da empresa.

As virtudes adjuntas e ordenadas a atos secundários em conexão com o principal são a virtude do conselho e as duas virtudes do bom senso prático, uma referente à maneira de se portar nos casos e circunstâncias ordinárias e outra nos casos extraordinários e de grande empenho.

O ato próprio ou principal da Prudência é o mandato executivo, donde se deduz que ela é a virtude por excelência, que serve para dirigir e comandar, isto é, governar com energia e decisão, quando é chegado o momento oportuno.

Disso também se infere que há várias espécies de prudência: o comando ou governo de nós mesmos, o da família, o da sociedade civil e o da militar.

Eis por que vem muito a propósito citá-la, de um lado, por ser a virtude suprema e, de outro, por constituir elemento fundamental do exercício cívico do governo do Estado e do comando das forças armadas. Dizer da sua influência no governo de nós mesmos, no da família, no da sociedade civil e militar parece dispensável de vez que já conhecemos as condições necessárias e suficientes para que um ato de prudência seja considerado perfeito e correto.

Insta, entretanto, salientar os malefícios que advêm de certos atos ou atitudes dos grandes imprudentes, tanto na vida individual

como na coletiva. No afã de tudo reformar pelo bel prazer de modificar, desprezando as recordações do passado e as mais caras tradições, desrespeitando o disposto por predecessores sábios e prudentes sem nenhum conhecimento ou circunspeção pelas circunstâncias contemporâneas, desfigura-se a própria fisionomia das nossas instituições e renegam-se as nossas mais caras originalidades. E assim se desnacionalizam todos os costumes individuais e coletivos, fazendo com que o país vá, passo a passo, caindo debaixo da malfazeja influência de outros...

Desconsiderar a sagacidade em saber o que se pode esperar de alguém, falta de firmeza na aplicação das regras gerais aos casos particulares e no de governar ou comandar com decisão e sabedoria, falta de providências adequadas para se obter o fim visado ou de precauções contra o que possa obstar ou comprometer o êxito da missão, é tudo o que se poderia chamar de mais imprudente e desastrado, sobretudo, porque implica absoluta falta de tato e de discreção no seu mais alto grau.

É, pois, a Prudência a previsão absolutamente consciente e a firme determinação em se levar avante o que se planejou, arquitetou e pensou. É a imprudência é a improvisação em todos os seus domínios desde a conversação maledicente, caluniosa e injuriosa até as autoridades levianas menosprezadoras das leis ou improvisadoras de normas jurídicas impróprias e perigosas.

É a imprudência que desagrega as nações com o enfraquecê-las por atos e medidas impensadas e inoportunas, fruto do interesse individual ou de facções. É também ela a causadora da maioria dos infortúnios, que afligem os homens na sua insensata corrida aos prazeres e alegrias fáceis da existência. Para o homem sábio e prudente o que deve fixar-lhe a atenção e a inteligência não são os gozos e diversões da vida senão os meios de evitar o mais possível os males inumeráveis de que ela está semeada segundo o aforismo aristoté-

lico: "Quod dolore vacat, non quod suave est. persequitur vir prudens".

No domínio militar, a prudência é a base de toda disciplina porque permite, nas melhores condições, instruir, educar, ensinar a obedecer e a comandar, punir e recompensar, tendo em vista apenas o interesse geral ou coletivo, o interesse supremo da defesa nacional. "A la guerre — disse Napoleão — un grand désastre désigne toujours un grand coupable", quer dizer, um grande imprudente ou na preparação anterior ou na execução posterior.

É por meio desta suprema virtude que se põe ordem em tudo e a ordem é a tranquilidade da paz.

Seu complemento indispensável é a Justiça, sem a qual todas as construções humanas se desfazem no insondável abismo do nada. Ser justo é querer o Direito, respeitá-lo e promovê-lo. E o Direito consiste apenas em se dar o seu a seu dono, qualquer que seja a pessoa e em toda e qualquer circunstância, consoante o estabelecido nas leis e regulamentos e pela forma estabelecida pelas normas jurídicas.

Prudência e Justiça são, pois, os dois pilares mestres da vida individual e coletiva, o fundamento indispensável da organização social, porque a sua existência permite a tranquilidade espiritual, a ordem e a disciplina sociais sem os exaltados, os descontentes ou inadaptados ao regime da sociedade. Eis no que se esteia a grandeza de muitos povos e a estabilidade das suas por vezes milenárias civilizações. Nelas a Lei é um pulcro ato de prudência e o seu respeito por parte de todos — o seu acatamento geral — a manifestação sábia e sincera da mais diáfana justiça.

Por isso, o respeito à lei e o seu integral cumprimento é uma obrigação moral, herança ancestral que nos cabe legar íntegra aos nossos descendentes.

A Justiça tem por objeto o Direito, isto é, tem por fim manter a paz e harmonia entre os homens, fazendo com que cada um respeite as pessoas, atribuições, faculdades e

bens legitimamente adquiridos e possuídos pelos demais.

Devemos atender, para averiguar quais os direitos legítimos dos outros, de início, o que dita a razão natural; depois, os convênios estabelecidos entre os homens prudentes e, por último, as disposições de autoridade legítima.

Limita-se o direito, enquanto objeto da virtude da justiça, a impor a ordem nas relações dos particulares entre si ou, estendendo-se, nas destes com o conjunto da sociedade.

Destarte, atentar livre e exponetaneamente contra o direito de outro, ou dar a outro direito que não lhe assiste, isto é, negar o que outro natural e razoavelmente deve e pode querer é, precisamente, o que se chama injustiça.

O ato primordial da Justiça é o julgamento, que consiste em determinar com exatidão o que cada qual deve dar-se, ou, em particular, discernir em plena consciência e diante de provas irrefutáveis, até onde se estendem os deveres e os direitos de cada um.

Julgar é, portanto, um dos atos mais sérios e de maior responsabilidade dos homens e, máxime, das autoridades a quem incumbem acima de tudo impor a ordem, distribuir a justiça ou promover o direito, alheio às injunções ou tráfico de influências.

A base da convivência geral, dentro de uma sociedade humana organizada, é, pois, o acatamento à norma jurídica. Sem isto o regime social desaparece e a anarquia substitui a ordem, por isso que, sendo a sociedade um agregado orgânico de seres humanos e todos, sem exceção, sujeitos de direitos iguais, estariam eles sempre inclinados a exigir o reconhecimento desses direitos e a reclamar seu inteiro respeito de modo unilateral, se preceitos jurídicos não lhes impuser o cumprimento de obrigações correlativas. É o direito que estabelece o correto equilíbrio entre as prerrogativas e os deveres que reciprocamente têm os associados e é desse equilíbrio que nasce e se mantém a ordem geral e a disciplina social.

Para presidir e deslindar estas relações recíprocas, para manter o equilíbrio jurídico dentro do Estado, conta este com determinados agentes do poder público. Estes agentes, que representam os poderes do Estado, são chamados agentes de direito, entidades organizadas sob esta mesma norma jurídica para regular as relações dos particulares entre si (ou destes para com a sociedade) e sem outra ingerência do que o respeito ao Direito, que é o mais forte esteio da Justiça e a base da disciplina porque, na essência das coisas, ser justo é querer o direito e exercê-lo em toda a sua plenitude. Por isto que a Justiça é também :

"le respect, spontanément éprouvé et réciproquement garanti, a la dignité humaine, en quelque personne et dans quelque circonstance qu'elle se trouve compromise et à quelque risque que nos expose sa defense".

É verdade que os agentes do poder público, por serem prudentes e justos, dispõem de potestades estabelecidas em lei — que é a expressão positiva do direito e emanção da própria divindade — limitando as faculdades das autoridades ao indispensável à manutenção da ordem e à direção da máquina estatal para os objetivos finais a que deva atingir o próprio Estado. Além disso, se estes poderes dispõem de atribuições especiais para impor aos governados, aos subordinados em suma, o respeito à lei estão também, iniludivelmente, submetidos a idênticas obrigações cuja inobservância ou falta os fazem passíveis das mesmas sanções como se fôsem meros cidadãos.

Não há poderes arbitrários dentro do Estado moderno qualquer que seja a doutrina política em que eles se inspirem, nem tão pouco autoridade com faculdades de proceder de modo discriminário. Dentro da ordem militar a justiça, o direito e a disciplina se inspiram nesta mesma essência e são absolutamente idênticas, em que pese o rigor e exigências das suas normas jurídicas, que regulam as relações de subordinação dos indivíduos entre si. As autoridades, por

mais elevada que seja sua hierarquia política ou sua natureza civil ou militar, estão sujeitas em sua atuação — à Lei — a qual devem sua origem, seu poder e também o seu destino... Têm, de fato, a faculdade indeclinável de exigir coercitivamente dos governados ou subordinados o cumprimento integral da lei, principalmente numa democracia, e tudo isto dentro da mais completa isonomia. Portanto têm a irrecusável obrigação de se não afastarem dos seus honrosos mandatos nem os excederem por negligência ou interesses ocultos. Se forem elas as primeiras a menoscabarem as próprias leis, donde derivam, ficariam moralmente incapacitadas de exigirem seu respeito aos demais associados.

Portanto é do supremo interesse de todos — governantes e governados — afirmar o Direito e fortalecê-lo como a mais salutar prática política. Porque, com seu desaparecimento, desfez-se a ordem jurídica, substituída pelo arbítrio, que faz surgir a intranquilidade, gerar o alarme e a desordem, tornando-se cada vez mais difícil o restabelecimento do clima de confiança mútua, que é fundamental para que a coletividade política possa desempenhar suas finalidades presentes e suas aspirações futuras. Esta confiança tão indispensável à tranquilidade da paz interna e externa repousa exclusivamente na lei e na sua fiel observância. Qualquer violação dos preceitos legais ou dos mandamentos deles decorrentes conspira contra a ordem pública porque, em semelhante conjuntura, ninguém se sentiria seguro nos seus direitos nem garantidos nos seus interesses, inculcando e estimulando a omissão de deveres sagrados.

Para que estas garantias legais sejam eficazes, merecem ser completadas pela indeclinável resolução do povo de viver dentro desse estado de direito. E só assim se pode explicar por que — não obstante a analogia que existe entre quase todas as leis das nações civilizadas — haja Estados que se ajustam rigorosamente às normas do direito, e Estados que, de fato, não são es-

tados de direito por causa de suas autoridades e do seu próprio povo que defraudam as leis ou não as cumprem, faltando dêste modo duplamente aos seus deveres: Primeiro, porque a missão essencial das autoridades é *cumprir e fazer cumprir as leis*; segundo, porque devem incentivar a ação da vontade popular a fim de conduzi-la aos roteiros legais, educando-a, guiando-a e, logo em seguida, recolhendo os seus impulsos, seus anelos, inspição e mandatos. Fora daí — e na desobediência franca — a autoridade é coatora se os meios preventivos não lograrem os fins apetecidos.

Não resta dúvida que o Estado moderno é, em sua verdadeira concepção democrática, a violência organizada de tal forma que o seu aparelhamento somente entrará em jogo quando, na ordem interna, falhar a noção do respeito incondicional à lei e às autoridades legítimas; na ordem externa, quando periclitarem os recursos políticos normais, exigindo a aplicação de outros meios mais poderosos impostos pela própria violência.

Do ponto de vista de organização é de mister encarar nos Estados:

- 1°) a organização do território;
- 2°) a organização da violência;
- 3°) a organização do consentimento;
- 4°) a organização da estabilidade.

Quanto mais democrático fôr o Estado mais bem organizado deve ser o seu território, a sua violência, o seu consentimento e a sua estabilidade. No Estado ideal a organização da violência estará quase inteiramente eliminada e o que dela restar, evoloverá da força bruta às formas mais elevadas da persuasão. Isto porque, inclusive na medicina, as sangrias, as operações e purgas não são, via de regra, indispensáveis nem tão correntes como dantes; igualmente, no domínio do governo ou do comando já há remédios mais eficazes do que o látigo e a espada. Contudo, até chegarmos a este estado avançado da evolução política, a organização da violência e do consentimento são e serão ainda por muito

tempo os dois polos onde girará a organização da estabilidade.

Mas, de todos os problemas acima expostos o mais importante de todos é o da organização do consentimento, porque — como muito bem diz a Declaração de Independência norte-americana — “os justos poderes do governo derivam do consentimento dos governados”, declaração que não é original da carta de alforria do povo norte-americano por remontar ao XIV século, onde era doutrina aceita em toda a Europa ocidental; e o problema das relações entre o comando ou governo e os governados, assim como a obediência, vem sendo pôsto em equação desde muito antes, desde os tempos mais remotos.

E como há várias modalidades de consentimento, desde o ponto de vista racional até o legal e voluntário, inúmeras são também as formas da sua organização. O acomodamento entre as organizações do território, da violência e do consentimento acarreta necessariamente a organização da estabilidade. Quando faltar este equilíbrio, surgem então as grandes comoções sociais, que não são outra coisa senão a falta de adaptação e, consequentemente, pura manifestação de indisciplina.

É a injustiça, a imprudência e a impunidade as causas diretas da falta de adaptação social e de disciplina individual e coletiva. E para corrigir é de mister o emprego racional das sanções.

Modernamente dispõem muitos grupos de sanções tão poderosas, ou mesmo mais, do que a dos governos e comandos militares. O médico tem à sua disposição brometos e, incluso, a camisa de força; o mestre, a reprimenda e a expulsão; o industrial, o *contrôle* do emprego e, em parte, o do salário; a igreja tem as penitências neste mundo e os castigos mais severos no de além. As receitas dos médicos e as ordens dos sindicatos são também tipos de direção que, muito embora não leyem implícita o que comporta as das autoridades políticas ou militares, diferem — em última análise — muito pouco do

conteúdo destas. E como não é possível a ninguém evitar o crime, homicídio e contravenções ou infrações de toda a espécie no estado atual da vida contemporânea, a aplicação das sanções penais e disciplinares é indispensável como recurso obrigatório para se obter a obediência e, conseqüentemente, o consentimento outorgado pela maioria. O grande perigo, o perigo capital, reside na impunidade, produto exclusivo do medo e da cordia.

A autoridade militar, mais do que qualquer outra, funda-se no princípio do seu próprio nome e na aplicação serena, prudente, equânime, porém, inflexível e enérgica das sanções penais e disciplinares sempre e todas as vezes que o fizerem mister. De há muito que se vem criando — na imprensa e em figuras — a mentalidade "psicológica", que se generaliza com a idéia de que o bom comando ou bom governo é maneirosso, acomodatício e hábil (... na impunidade); aquêle que conhece psicologicamente seus comandados e sente suas aspirações e desejos... daí para se não punir nem corrigir dá apenas um passo e passo muito pequeno à segurança do Estado, à disciplina e à subordinação sociais ou militares porque, cientificamente falando, é impossível, numa coletividade por menor que seja, haver absoluta uniformidade de conduta, de atitude e de compreensão.

Quando as manifestações de rebeldia tomam aspectos coletivos, insuflados por insinuações alheias e suspeitas, mais se torna necessária a imediata e enérgica repressão.

Da obediência à lei decorre a ordem e da ordem a subordinação e o espírito de disciplina e somente assim podem os homens gozarem da verdadeira liberdade. O Estado constitucional ou Estado de Direito tem por objetivo, precisamente, a salvaguarda desta liberdade. E para que ela possa objetivamente existir é necessário uma organização social, destinada a mantê-la e, não, destinada a sufocá-la. E com medo disto aconteceu muitas vezes

o abuso do extremo oposto de tal licenciosidade, que o respeito à lei e às autoridades acaba por desaparecer. O que cumpre é manter a igualdade de direitos e a igualdade de oportunidade asseguradas a todos. Porque o estímulo e a moia última da Liberdade acha-se no fundo da alma humana: sua implantação e sua defesa na sociedade é sempre obra do heroísmo e requer uma inesgotável energia espiritual e atitude de incessante e zelosa vigilância. Arruinado o alicerce moral da Liberdade, que é a disciplina consciente, afrouxa-se aquela disposição heróica, essa energia se dissipa e a vigilância se relaxa, desaparecendo do mundo a Liberdade para se refugiar na alma dos mártires.

É, pois, de mister um estado mental ou espiritual dos indivíduos e corporações, que sirva de medida de seu contentamento e bem-estar na paz ou de sua própria vontade de fazer tudo alegremente e de levar avante destemidamente — quaisquer que sejam — todas as tarefas, que na guerra lhe forem assinalado. Daí o dizer-se que os que estão impregnados desse estado moral estão imbuídos do espírito de disciplina, que não é absolutamente privilégio dos militares, por significar o estado de quem está treinado — pela educação e exercícios apropriados — na prática da sujeição às regras de conduta e de comportamento e de submissão à autoridade legítima e constituída.

A disciplina, em sua última expressão, é a mais bela manifestação do princípio eterno, que sujeita todos os seres e os subordina para que sempre e irrevogavelmente se mantenha inalterável a harmonia universal. Só assim se pode conciliar o domínio da liberdade e o da disciplina, que nada tem de antagônico nem de contraditórios, porque, como muito bem disse Henri Chetelier: "O domínio da liberdade e o da disciplina são inteiramente distintos. A disciplina é o respeito voluntário à lei, seja a lei social estabelecida, escrita nas formas legais pelos homens, que receberam para isso incumbência na-

cional, seja a lei científica que achamos inscrita desde a origem dos tempos no livro da natureza. O selvagem se revolta contra a lei; o homem civilizado a aceita com todo o reconhecimento. A liberdade não consiste em se violar a lei; muito ao contrário disso: deve ser a revolta contra toda a violação da lei, contra a injustiça, contra o arbítrio”.

Os fundamentos das instituições armadas, desde as falanges macedônicas e legiões romanas até os

exércitos nacionais, residem no espírito de disciplina e de subordinação, quando nelas pontificam chefes justos e prudentes, virtuosos e honrados. Qualquer que tenha sido a vicissitude por que tenha passado o nosso Exército, — mercê de Deus — não nos tem faltado Chefes desse jaez e de nobres índoles capazes de nos conduzirem na vereda segura do verdadeiro governo e comando das Forças Armadas: Disciplina, subordinação e constância, eis o nosso lema!

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer — livro das livrarias desta capital —

Os regulamentos RIPQT, R. O. T. (1ª, 2ª, 3ª partes) e I. S. C., remetemos com abatimento de 10 % — Para maior facilidade procure as fôlhas de pedidos em nossos números anteriores

INDÚSTRIA SIDERÚRGICA ARGENTINA

Coronel D. EDUARDO A. GARIMALDI

Extrato do Boletim n. 352, do Círculo Militar,
pelo Tenente-Coronel NEWTON FRANKLIN DO
NASCIMENTO

PRÓLOGO

São do General de Brigada Benjamim Rattenback, as seguintes palavras que servem de prefácio à obra do Coronel Garimaldi:

— "O trabalho do Coronel Garimaldi representa valiosa contribuição para ilustrar nosso corpo de oficiais. Nesse trabalho encontramos, não só os antecedentes dos primeiros passos, já históricos, para solução da indústria siderúrgica em nosso país, mas, também, os esforços e contratempos encontrados, até chegar ao promissor resultado atual.

Mais uma vez, cabe-nos comprovar o que significa o ardor e a fé nas próprias forças, a iniciativa e o amor à responsabilidade, junto ao anelo supremo de fazer a Pátria grande e forte. Hoje a indústria argentina já possui seu prestígio consolidado e todos abrigamos a grata convicção de que o futuro do aço argentino se acha assegurado.

No que se refere à defesa nacional, é inegável a influência que sobre ela exerce a indústria siderúrgica, influência que tende a crescer nos anos subseqüentes. O Coronel Garimaldi aprecia a importância que se dá à siderurgia nos estudos superiores do Exército, onde, a par dos jogos de guerra operativos, se escutam conferências, se discutem e trocam idéias sobre a técnica e, em particular, sobre os problemas siderúrgicos e onde as viagens táticas e operativas se alternam com as viagens técnicas às fábricas militares do País.

Seria uma redundância de minha parte, querer repetir aqui a importância do problema siderúrgico, tanto na ordem geral de nossa economia, como na particular da defesa nacional. Só desejo manifestar que o autor faz muito bem ao realçar, no seu trabalho, os princípios fundamentais desse problema, uma vez que suas asserções e verdades são por demais recentes, sendo de crer que sejam assimiladas pela maioria de nosso corpo de oficiais. E o que têm custado difundi-las em uma instituição como a nossa, se vê justamente através do longo e penoso caminho percorrido por essa indústria, dentro do ambiente estritamente militar.

Em seu conjunto, o trabalho do Coronel Garimaldi representa uma justa homenagem aos homens que tiveram fé em nossa própria capacidade e converteram numa realidade o velho anelo do "aço argentino".

INTRODUÇÃO

Certos acontecimentos que se desenrolam silenciosamente na vida dos homens, têm marcante influência e são decisivos em seu futuro; isso igualmente acontece com os povos em que fatos políticos não compreendidos e inadvertidos em seu início, se tornam transcendentais para seu futuro.

Do mesmo modo, soluções às vezes inesperadas de problemas industriais, se impulsionam e contribuem para que certas indústrias alcancem um desenvolvimento im-

previsto, destruindo definitivamente conceitos e teorias que não se basearam na realidade ou foram sustentados deliberada e tendenciosamente, com fins que o tempo e os fatos põem em evidência. Nesse novo horizonte aparecem, todavia, novas e múltiplas objeções e constituem, por assim dizer, uma última resistência ao progresso e então, sob o amparo de ninharias magnificadas e argumentos mesquinhos, procura-se num supremo esforço impedir o êxito da solução almejada.

Estamos fazendo referência ao acontecido, segundo nosso parecer, à fabricação do aço na Argentina, seu início, sua realidade e seu futuro.

Sobre a transcendência e a necessidade de possuir uma indústria siderúrgica firmemente desenvolvida, quaisquer que sejam os meios e formas que se empreguem e adotem, achamos desnecessário nos estender, porque seria recair em conceitos que, seja por falta de visão, ou por influência de interesses fortuitos, não podem ser ignorados por quem considere estas questões com o sentido da realidade e do alcance que exigem.

Se, de maneira concludente, não se admite discussão sobre esta necessidade, que afeta não só a defesa nacional, mas também o desenvolvimento normal do País, mal pode a indicação de algumas dificuldades, imperfeições e até a presença de "discutíveis erros", suscetíveis sempre de "ser buscados ou encontrados" em questões tão complexas, postergar uma solução definitiva à espera de condições mais favoráveis e formas perfeitas, como durante tanto tempo tem ocorrido com a fabricação do aço e, com ela, atrasando-se o efetivo progresso industrial da Nação.

Após essas brevíssimas considerações, passemos diretamente a nosso tema, trabalho destinado aos camaradas das forças armadas e que desenvolveremos mais com o caráter de proporcionar uma informação geral, do que o de produzir um trabalho eminentemente técnico.

Cumpra assinalar que nos referimos somente à fabricação de aço, excluindo tudo quanto se refere à laminação, relaminação, etc., e indústria metalúrgica.

Põe-se, assim, ao alcance de todos, valiosos antecedentes, entre eles, alguns que eram desconhecidos para muitos e se vinculam direta ou indiretamente ao "Plano Siderúrgico Argentino", sobre o qual se escutaram, no Congresso da Nação, ao debater-se a lei correspondente, estas opiniões:

"... porém algum dia será útil que o Congresso renda tributo aos homeris que através da história da Nação, trabalharam pela existência de uma siderurgia Argentina..."

PLANO DE TRABALHO

Para melhor compreensão do trabalho que nos propusemos desenvolver e para sua mais clara ordenação, julgamos necessário destacar que, ao tema central que versa sobre a Indústria Siderúrgica Argentina, julgamos conveniente estendê-lo a outras questões inseparáveis, como único meio de obter um apanhado integral de um problema que se acha intimamente vinculado a outras indústrias e à economia geral do País.

Consoante este propósito, enquadramos nossas tarefas de acordo com o plano seguinte:

1) Realidade da indústria até o ano de 1937 e alguns conceitos gerais relativos à mesma.

2) A Fábrica Militar de Aços e a influência que tem exercido para o desenvolvimento, não só da indústria siderúrgica, baseada na regeneração do ferro velho, mas, também, na indústria metalúrgica em geral, desde que começou a funcionar normalmente, em setembro de 1947.

3) Razões por que essa fábrica proporcionou uma demonstração efetiva das possibilidades da indústria siderúrgica, quando se adquiriu confiança de que técnicos e mão de obra argentinos, eram capazes de alcançar soluções técnicas aparentemente impossíveis.

4) Com respeito à fábrica propriamente dita mostraremos que o processo de construção, instalação e colocação em condições de fundir e laminar, tão cheios de dificuldades e contratempos, alcançou o êxito que, se existe, evidencia, além de outras qualidades, um claro e firme sentido de responsabilidade e verdadeiro patriotismo.

5) Evolução da indústria siderúrgica desde 1937 até 1947 e síntese das medidas mais importantes adotadas para sua implantação sobre bases racionais e seguras, cujo desenvolvimento, alcançado no dito decênio, modificou tão substancialmente as opiniões, contribuindo decisivamente para mostrar a necessidade de alcançar, quanto antes, uma solução quase integral, como a que proporcionara o *Plano Siderúrgico Argentino*.

6) A Sociedade Mista Siderúrgica Argentina desenvolveu parte do que se conhece sob o nome de *Plano Siderúrgico Argentino* e, em breve síntese, expor-se-á em que consiste sua finalidade, fazendo-se também, uma descrição bastante geral das instalações com que contara o grande parque industrial da Sociedade Mista e outras questões que a ela se prendem.

7) A etapa que culmina hoje com o *Plano Siderúrgico Argentino*, começou há dez anos, com a instalação da Fábrica Militar de Aços, a que se seguiram o Parque Siderúrgico de Palmas e a Exploração Minéria de Zapla, com o complemento que significam várias Fábricas Militares Metalúrgicas em pleno funcionamento, servindo de influência preponderante para o desenvolvimento da indústria particular.

8) Ao Ministério da Guerra deve a Nação a realidade de sua indústria siderúrgica. O Exército Argentino, em todos os tempos, levou a civilização aos confins do País, instalando outrora fortins e, agora, quartéis; na ordem industrial representa, na atualidade, um papel análogo, em que as fábricas militares representam postos avançados exercendo verdadeira função de fomento para a economia na-

cional e cuja ação culminou com a realização do Plano Siderúrgico Argentino.

DEFINIÇÕES

Siderurgia — Arte de extrair e trabalhar o ferro.

Metalurgia — Arte de beneficiar os minerais extraído e elaborando os materiais que o contém.

Ferro — É um metal abundante, que quase nunca se encontra em estado livre na natureza, senão geralmente oxidado e, o procedimento para obtê-lo em estado natural, consiste em separá-lo do oxigênio, por meio do carbono. Seu uso em estado puro, é insignificante.

Alto-Forno — É um grande cilindro de aço revestido de material refratário, onde com o mineral de ferro e coque metalúrgico se fabrica o "gusa".

Gusa — É o ferro corrido que se obtém do alto-forno em primeira fusão; ferro com uma elevada proporção de carbono. Matéria prima para fabricar o aço. Vulgarmente chama-se "ferro fundido de 1ª fusão".

Aço — Ferro puro combinado com uma quantidade muito pequena de carbono (no máximo até 1,7 %); com a adição complementar de pequenas proporções de outros corpos, se obtém os "aços especiais".

Corrida — É a "sangria" do alto-forno ou a ação de descarregá-lo do gusa ou aço, em estado líquido, respectivamente.

Laminados:

Palanqueta — Ferro laminado ou forjado em barras de secção quadrada de pequena longitude lateral; e

Tocho — Ferro laminado ou forjado em barras de secção quadrada de relativamente grande longitude lateral.

Carvão de pedra ou carvão mineral — Substância fóssil, betuminosa, escura ou quase negra, que mesmo não ardendo com tanta facilidade como o carvão vegetal, produz mais calor.

Hulha — Sinônimo de carvão de pedra ou mineral.

Coque ou coque metalúrgico — Carvão procedente da combustão incompleta ou da destilação da hulha ou carvão de pedra ou mineral e que já não contém os diversos corpos voláteis que ela encerrava.

Nota — O carvão de pedra ou carvão mineral ou hulha, tal qual se extrai das minas, não pode ser utilizado nos altos-fornos por ser demasiado brando para suportar o peso do mineral e ao desfazer-se impede que a combustão seja suficientemente ativa para produzir a temperatura necessária. Por isto se emprega o coque metalúrgico mais resistente e caracterizado pela sua superfície porosa.

CAPITULO I

ALGUNS CONCEITOS GERAIS IMPERANTES ATÉ O ANO DE 1937

a) *Sobre a fabricação do aço:*

Profissionais argentinos e estrangeiros, de bastante renome, em variados estudos, trataram em todos os seus aspectos e possibilidades, do problema da fabricação do aço no país, das fontes de matéria prima, processos aplicáveis, etc., podendo-se, também, assegurar que não foram deixados de lado os fatores que incidem direta ou indiretamente nessa produção. Outrossim, haviam-se divulgado com frequência, caprichosas e tendenciosas teorias sobre o assunto, mas é certo e indiscutível que, até meados de 1937, só contávamos com uma muito antiga, pequena e imperfeita fábrica de aços, que atualmente se chama "Estabelecimentos Metalúrgicos Vulcano".

Foram instalados em 1896 por Joan Pinoges e iniciaram a produção com um forno de três toneladas, que aumentou sucessivamente a seis do tipo *Siemens Martin*, de capacidade de oito toneladas cada um, para alcançar, em 1937, a uma produção de quase 10 mil toneladas de aço em lingotes. Instalou-se outra fábrica em 1919, com dois fornos *Siemens Martin*, de 15 toneladas cada um,

a de *Pedro Vassena*; foi efêmera a duração de seu funcionamento e embora obtivesse resultado muito favorável, tanto em rendimento técnico como econômico, no ano de 1923, depois de uma série de acontecimentos de ressonância em sua época, passou às mãos de capitalistas americanos e paralisou definitivamente suas atividades no ano seguinte.

Esta realização, fruto da iniciativa e decisão de quem foi, um verdadeiro "pioneiro" da Indústria Argentina, não foi compreendida nem apoiada suficientemente, pelo que não iniciou a época do desenvolvimento que podíamos esperar para esta indústria, perfeitamente sadia e promissora e que havia custado tanto sacrifício de capitais e energias.

É indubitável, a nosso ver, que esse esforço de tão clara e alta significação, não passou inadvertido para os "altos interesses estrangeiros" e não é desatinado supor que pudesse existir interesses em paralisar quanta tentativa que se materializava em uma demonstração efetiva e evidente das reais possibilidades da fabricação do aço.

Para impedir, retardar ou dificultar a implantação desta indústria, que com seus produtos diminuiria as cifras de importação de aços que, por motivos mui especiais sempre proporcionaram magníficos negócios, observamos que, talvez, houvesse interesse em manter e afirmar não só a idéia de "impossibilidade" de sua radicação e desenvolvimento, atribuindo-a a razões materiais e econômicas, mas também o conceito da "falta de capacidade técnica, de experiência, etc.", de técnicos e mão de obra argentinos.

Achamos útil mencionar, como dado ilustrativo, que é vultoso o tributo que o país tem pago ao estrangeiro em aquisições de aço, artefatos, maquinarias, etc., chegando a oscilar, geralmente, entre 25 e 30 % do valor total do comércio de importação, ou sejam aproximadamente, de 200 a 300 milhões de pesos ouro, por 1,2 a 1,6 milhões de toneladas nos diferentes grupos.

Des-
prolon-
o melo-
inician-
do pa-
procu-
pio ar-
conv-
que t-
pecuá-
que t-
pelo-
ros"
riorm-
ferirm-
que c-
natur-
tosos
passer-
nem c-
A ad-
te, m-
intent-
cerce-
cando
tais:

b)
fabric-

A m-
equiv-
tem d-
ceitos
mente
pesso-
rúrgic-
exten-
que c-

De
nos a
de o
por v-
cação
de fer-

Dir-
possu-
compl-
to de
a exp-
minér-
grau
tante,
rias
ment-
que,
míld-
argen-
rança
do aç-
ções

Desta maneira, continuava e se prolongava o atraso, ao retardar-se o meio e caminho mais efetivos para iniciar a etapa da industrialização do país, ao mesmo tempo que se procurava manter firme o princípio arcaico de que nada era mais conveniente a nossos interesses do que fomentar o incremento "agropecuário" da Nação. Conceito este que também pode ser explorado pelos "altos interesses estrangeiros" (talvez vinculados aos anteriormente mencionados, ao nos referirmos à importância do aço), que comerciavam a produção e, naturalmente, absorviam seus vultosos benefícios, sem que participassem nêles, como todos sabem, nem os produtores, nem o Estado. A adoção de uma política diferente, muitos pensaram, significaria intentar contra os verdadeiros aliados da economia nacional, atacando-a em suas bases fundamentais: a agricultura e a pecuária.

b) *Sobre matérias primas para fabricar aços:*

A nosso ver, cabe supor que por equívoco, ou intencionalmente se tem divulgado e afirmado os conceitos acima expostos, tão diretamente vinculados e ao mesmo passo contrários à indústria siderúrgica, como igualmente outros extensivos a fatores fundamentais que com ela têm relação.

De modo particular, referimo-nos a algumas das matérias primas de origem mineral, necessárias, por via direta ou indireta, à fabricação do aço, tais como o minério de ferro, carvão, refratários, etc. . .

Diremos, a este respeito, que possuímos um conhecimento pouco completo de nosso subsolo, do ponto de vista geológico geral e tanto a exploração como a extração de minérios, acusam um precário grau de adiantamento. Não obstante, não têm faltado algumas sérias investigações e indícios veementes de nossa riqueza mineral que, desde muito tempo, tem permitido com análise sadia e critério argentino, abrigar fundadas esperanças sobre o futuro da indústria do aço, embora algumas interrogações se apresentem a respeito da

possibilidade de obter ferro ou carvão de ótima qualidade.

Está claro que "os altos interesses estrangeiros", a que já se fez menção, também podem ter influído para que se mantivesse oculta a realidade e não se despertasse o otimismo. Tem sido tão hábil a política desenvolvida nesse sentido, que assim como se generalizou a opinião de "nossa negativa capacidade de direção e técnica" e se proclamaram as dificuldades dos problemas inerentes à fabricação do aço, muitos chegaram até a convencer-se de que nosso país não encerrava em seu subsolo "riquezas minerais" capazes de alimentar, nem sequer parcialmente, a indústria siderúrgica.

Um dos muitos técnicos especialmente contratados pelo Governo e o perito que talvez influira na opinião pública, sobre problemas atinentes à fabricação do aço, expressou, entre outros, estes conceitos definitivos e terminantes (1925): "A ausência de matéria prima impossibilita o estabelecimento de tal empresa, sobre base econômica. Não se conhecem no país minerais de ferro e carvão e não é razoável esperar que se os encontrem na Argentina em quantidades adequadas, para manter uma empresa".

Experimentamos agora a inconveniência e os prejuízos que ocasionam tais conceitos. Por outro lado é interessante conhecer esta opinião sobre o Chile: "No Chile, onde os pesquisadores não têm deixado pedra por examinar, há poucos anos (1914), foram descobertos abundantes e excelentes minerais de ferro, sendo esse país um forte exportador de minérios de ferro".

Outro eminente investigador, referindo-se à Argentina, foi mais otimista, dizendo (1923): "Há grandes zonas argentinas que, geologicamente, são apenas conhecidas em seus traços mais gerais, especialmente nas zonas patagônicas, os bosques impenetráveis das Missões, e as paragens áridas de Puna. Não temos nenhum motivo para não esperar que algum dia possam encontrar-se minas de ferro para

servir de base a uma "Indústria Siderúrgica Nacional".

Muitas outras opiniões podíamos ainda mencionar, mas julgamos desnecessário e diremos somente que o ano de 1940 marcou um período de verdadeira esterilidade, mas felizmente, na atualidade, o subsolo nos tem revelado alguns de seus recônditos segredos referentes à riqueza de minérios que guarda em suas entranhas.

Assim, por exemplo, se encontram em exploração, com resultados muito lisongeiros, as minas de ferro de Zapla, na Província de Jujuy, pela Direção Geral de Fabricações Militares e as de carvão, de Rio Túrbio, no território de Santa Cruz, pela Direção Geral de Combustíveis Sólidos e devemos destacar que estas jazidas nem sequer têm merecido menção dos muitos especialistas que vinham "descobrir e ajudar desinteressadamente" o progresso da Nação.

Tampouco nos cabe estranhar que com freqüência, encontramos em publicações e informações estrangeiras, notícias bastante interessantes sobre nossa riqueza mineral, que por certo não recomenda muito em favor do zelo e patriotismo com que muitas vezes tem sido encarada esta classe de investigações e estudos.

Depreende-se disso que no lapso de tempo que chega até 1937, permaneceram em letargia tôdas as atividades industriais siderúrgicas, o que permitiu apenas o desenvolvimento de uma ou outra usina metalúrgica de alguma magnitude e a proliferação de pequenas.

Os meios legais de aplicação pelo Governo, até 1937, no que se refere a esta ordem de atividades industriais (leis, regulamentos, tarifas, etc.), faziam-se sentir e influíam sobre elas mui desfavoravelmente e podemos supor, como bem possível, que muitas das autoridades e técnicos tivessem sido influenciados pelos conceitos gerais a que já se fez alusão.

Em vão resultou que algumas organizações particulares recorressem aos Poderes Públicos, em procura de medidas de apoio que, sem o "cáriter de profesionismo", te-

riam contribuído para o desenvolvimento desta indústria, proporcionando-lhe uma certa estabilidade. A medida fundamental, que consistia na estrita proibição de exportar ferro velho, apareceu no ano de 1928, depois que vultosas quantidades, cerca de um total de 600.000 toneladas, foram encaminhadas ao Velho Mundo.

Os fretes e os direitos aduaneiros, que incidem sobre algumas matérias primas indispensáveis à fabricação do aço, importantes naquela época, que também não se ajustavam às normas gerais de prática em quase todos os países do mundo (situação que em parte tem melhorado atualmente), requeriam reajustamento dos primeiros e a modificação da Tarifa de Avaliação para os segundos, a fim de pôr paradeiro a situações tão anormais como a imposta em conjunto, pela agravação de direitos aduaneiros, superiores aos das matérias primas utilizadas em artigos manufaturados, (motores elétricos, etc.).

O ressurgimento industrial do primeiro após-guerra pode ser, em consequência, caracterizado, de um lado, pela competição estrangeira e, do outro, pela inércia ou incompreensão dos governos.

Quase se poderia afirmar que a política industrial e comercial seguida na Argentina tem sido a resultante de imposições dos países que tinham interesse em manter o mercado, para colocar seus produtos, ou melhor, que se interessavam particularmente em nossa produção agro-pecuária.

Não obstante, cumpre reconhecer-se que o problema da implantação da indústria siderúrgica mantinha em muitos estreitos círculos técnicos e industriais, uma permanente inquietação e preocupação, mas, um avanço efetivo para materializar sua defesa em forma racional não pôde alcançarse, por não se vencerem as resistências opostas sistematicamente às medidas julgadas eficazes e conducentes à iniciação da verdadeira etapa da industrialização do País.

A criação, no ano de 1936, da "Comissão de Estudos" para fo-

mento das indústrias siderúrgicas e metalúrgicas e dos interessantíssimos trabalhos que realizou, significam, sem dúvida, a mais séria contribuição ao estudo integral da fabricação de aço, outras indústrias e questões conexas.

Mas é de comentar que de suas conclusões nada de definitivo e terminante se materializasse em forma de leis e decretos que modificassem a realidade exposta precedentemente, proporcionando-lhes uma orientação e firmeza definitivas.

Os estudos realizados pela aludida comissão, mostraram de que modo se ia abrindo caminho à opinião sobre a necessidade de implantar e impulsionar a indústria siderúrgica (em que pese as condições particulares nas quais se encontrava o país), suas efetivas possibilidades técnicas e econômicas e que o fato de precisar de ferro, não significava fundá-la, em bases fictícias, pósto que o decreto de sua criação dizia: "Não é indispensável que o país possua mi-

neral de ferro economicamente explorável, pois são muitas as nações que adquirem do exterior a matéria prima necessária".

Com este resumo e breve exposição procuramos demonstrar quanto se fez, efetivamente, antes de 1937, em relação à indústria da fabricação de aço.

Porém, como se verá mais adiante, ao Ministério da Guerra, coube assentar as bases do início da construção da Fábrica Militar de Aços, o Plano Siderúrgico Argentino e a criação da Sociedade Mista Siderúrgica Argentina.

E, ao terminar este rápido esboço do Capítulo I da obra do Coronel Garimaldi, mais uma vez façamos nossas as palavras de Sua Excia. o Sr. General Rattenback:

"Em seu conjunto, este trabalho representa uma justa homenagem aos homens que tiveram fé em nossa própria capacidade e converteram numa realidade o velho anelo do "aço argentino".

(Continua)

MOINHO SANTA CLARA S.A.

INDÚSTRIA DE FARINHA DE TRIGO

OS MELHORES PRODUTOS

FARINHA DE TRIGO

FARELO E FARELINHO

LARGO DO TESOURO Nº16
2º Andar - Salas 20 a 26

C. POSTAL 1559-TEL 25648
— SÃO PAULO —

AVISO

As transferências de residências devem ser comunicadas
VIA RADIO ao nosso diretor gerente.

Coopere com a administração da Revista que não terá
motivos para reclamações.

O Exército Brasileiro é fator de despovoamento dos Campos !

Major VITOR HUGO ALENCAR CABRAL,
Aluno da E. E. M.

I — INTRODUÇÃO

Acredito que em uma primeira impressão, para quem não penetre profundamente no mérito da questão, para alguém que desconheça a vida de campo e a vida de caserna, no Brasil; ou que conheça em parte, um dos dois meios de vida, de modo unilateral, seja levado a afirmar a tese, isto é, que o Exército Brasileiro é um fator para o despovoamento dos Campos.

Por outro lado, a negativa nos dará sempre um pouco de trabalho meditativo e imporá um estudo mais firme e mais profundo dos dois ambientes, uma vez que a matéria tem sido tratada escassamente, em umas poucas discussões parlamentares, sem a devida repercussão, muito embora ela constitua sempre uma grave acusação ao Exército, até mesmo quando se quer negar outros valores positivos, de ação daquele, no seio da Sociedade Brasileira. No próprio meio militar, a indagação desta questão tem sido feita quase que individualmente, muito modestamente, por alguns curiosos e não adiantarei muito se disser que ela é tratada automaticamente, sem meditação, como praxe, por ocasião das inclusões e dos licenciamentos em que alguns se dão ao trabalho de anotar a procedência dos recrutas recém-incluídos e o destino dos mesmos quando licenciados; muitas destas estatísticas estão perdidas e não prestaram o serviço que era de se desejar.

Procuraremos os dados da equação em algumas observações feitas ao acaso, quando como "troupiér" e numa retrospectiva de vida, de elemento advindo do campo.

Tentaremos, tanto quanto possível, partir de um ponto que nos coloque longe de idéias preconcebidas, uma vez que na realidade se deseja uma conclusão justa; e se contraria a quem quer que seja, salientar os erros ou falhas a fim de que se possa encontrar meios de reajustar a questão.

Faremos todo o esforço para sintetizar o estudo de tão complexo caso e como orientação teremos que dividi-lo em partes: — a vida no campo e a vida na caserna, nas quais nos deteremos o tempo extritamente suficiente para tirarmos algumas conclusões e baseados nestas, apresentarmos finalmente algumas sugestões.

II — O CAMPO

Como dissemos anteriormente, somos elemento advindo do campo que vivendo há 20 anos na caserna, ainda nos sentimos presos, pelo menos por uma indizível saudade daquele primeiro ambiente; tanto assim, que não perdemos vaza para passarmos uma temporada nos sertões natalinos, onde experimentamos um verdadeiro reencontro de nós mesmos e como que nos retemperamos para a luta contra a realidade da nossa vida trabalhossamente artificial.

Na caserna, temos recebido anualmente os nossos campesinos, vin-

dos para cumprirem os seus deveres militares, como se fôsem "dos nossos". Temos memorizado um formulário quase que afetivo, composto de perguntas familiares, que respondido com a maior satisfação pelos vaqueiros ou gauchos, nos satisfaz a natural e saudosa curiosidade de como vão as coisas pelo nosso chão. Isto tem sido muito útil para inspirarmos confiança, para ambientarmos melhor e com mais naturalidade os companheiros, desajustados, lembrados da amplidão dos campos, da vida livre de artificios e preconceitos, espantados com o turbilhão cidadão, aperreados com a falta de tempo e consequente pressa para tudo, êles que levavam uma vida calma, mansa, pacífica e com um tempo enfadonhamente comprido.

Neste primeiro instante, sempre tivemos a impressão de que se não fôra um temor vago, indefinido, de represálias, nenhum deles amanheceria no dia seguinte no quartel e muito menos, na cidade. Por um, dois e até três meses, sentimos que êles conservam inabalavelmente a idéia de retornarem aos campos. Os espíritos mais rebelados, mais inamoldáveis, que menos compreendem esta tremenda mudança de estado, vão à deserção, fato que verificamos com maior freqüência, exatamente nos primeiros tempos da vida militar. E vale a pena acrescentarmos que estas deserções são resultantes não só d'êste desajustamento, d'êste desequilíbrio, verificado na mudança do estado civil para o militar, como uma compressão disciplinar intensiva, logo de comêço, quando o natural seria que se fôsse enquadrando-os aos poucos, suavemente.

Para melhor compreendermos a grandeza da mudança de estado é necessário que voltemos um pouco mais na vida do nosso caboclo, antes da sua entrada num pátio de quartel, antes mesmo do Doutor Prefeito, mandar afixar o edital de sorteio e convocação. Não exagerariamos se retrogradássemos ao dia do nascimento do nosso experimento. Sim, porque desde af co-

meça a tragédia militar do nosso Jéca, por uma questão histórica e econômica. Neste grande dia, o pai do nosso Bastião ou Benedito, Chico ou Zéca tem a preocupação de fixar-lhe o nome o que êle poderá fazê-lo em cartório ou na Igreja; geralmente foge do cartório, porque êste constitui uma fonte para o recrutamento, êle o sabe; e o recrutamento para êle é um inimigo histórico e econômico; histórico, porque êle julga que seu filho, amanhã será arrancado à força para sentar praça; será caçado, como ouviu falar, à maneira de um bicho do mato, para ser soldado, coisa ruim, sem sentimentos, etc., etc.; econômico, porque lhe rouba um braço à sua lavoura, um amparo à sua velhice, uma proteção à sua vida. Furtado a esta primeira obrigação para com o Estado, o caboclo cresce e se põe homem, com uma liberdade ampla, com uma "disciplina natural de causa e efeito — perfeita honestidade da natureza e absoluta inviolabilidade de suas leis". Na vida cabocla não há lugar para artificialismos; sua sociedade é a da família; por conseguinte é simples e rudimentar; êle não faz idéia dos grandes ajuntamentos e ao esbarrar com êles naturalmente se atordôa, fica assustado e sua primeira idéia é a de fugir a tudo aquilo. Tem instintos de cooperação, solidariedade, de defesa mútua mas não chega aos limites dos sentimentos de iguais naturezas. Supomos que tudo na vida do caboclo é embrionário, está em princípios, mesmo quando se torna adulto ou atinge a velhice. Sua inocência é infantil, muito embora sua crueldade seja de fera. Sua imaginação chega aos limites da Fazenda, da Vila, nem sempre ao do Distrito, Município, Estado, Pátria talvez nunca venha a saber o que seja. Que lutas tivemos para ampliar certos conhecimentos do caboclo; como êle resiste! Mas tudo, supomos, pela pouca habilidade na passagem do seu primitivo estado para um outro grandemente ampliado.

Creemos chegado o momento para uma primeira conclusão: "O ca-

boclo
cialm
Ma
rico,
com
é o
Coro
em
balha
cia o
sita
beças
tígio
saiba
guard
lado,
nand
verifi
multo
cresce
mismo
do no
nalme
metro
gistra
prova
que e
e pre
um el
É p
já ad
e faça
cabo
polici
mada,
beça,
calçad
çadas
nem r
É p
mitre;
adesão
à fard
apais
xada;
conhe
prováv
que se
poraçã
sté ter
lisonje
que a
com o
primei
ao Ex
Um
contrib
à fard
de rec
ravana

boço é histórica, econômica e socialmente aversa à farda".

Mais tarde estes fatores histórico, econômico e social, esbarram com um outro de ordem política; é o que provém do interesse do Coronel, dono do trato de terra em que nasceu, criou-se e trabalha o nosso homem. Ele precisa de um voto a mais, é necessário de aumentar o número de cabeças, que constituem o seu prestígio; é precisa de cabra que saiba empunhar uma arma para guardar-lhe as costas; por outro lado, o nosso homem já vai se tornando independente do pai e este verifica que não o terá à mão por muito tempo. Dado o interesse crescente do Coronel, o conformismo do pai e o indiferentismo do nosso futuro soldado, este é finalmente levado pela mão do primeiro ao Cartório, onde é registrado, "ferrando", o nome, como prova de que já se alfabetizou, de que existe, de que já tem idade e preenche as condições para ser um eleitor do seu patrão.

É possível que a este tempo éle já admire, ou pelo menos respeite e faça melhor juízo do soldado ou cabo comandante do destacamento policial, vestido na sua farda gomada, "kepi" no cocuruto da cabeça, rabo de galo preso à cintura, calçado com suas chinelas trançadas e contando grandezas que nem nos mais altos postos existe.

É possível, repetimos, que admire; mas isto está longe de uma adesão formal. Ele se acostuma à farda do polícia, via de regra apaisanada, tremendamente relaxada; quanto ao Exército éle desconhece completamente e é bem provável que, dada a rivalidade que sempre existiu entre as corporações policiais e o Exército, éle até tenha ouvido referências pouco lisonjeiras ao último. Concluimos que a farda que tem mais contacto com o caboclo é possivelmente a primeira a aumentar a sua aversão ao Exército.

Um fator histórico também vem contribuindo para esta resistência à farda. É o do antigo processo de recrutamento, no qual uma cavavana se dirigia aos campos e

la arrebanhando à força, contra a vontade do Coronel e do próprio caboclo, todos os elementos aptos ao serviço militar. Tal como na mais remota caça ao índio, cioso da sua vida livre; tudo era feito com violência e sem conforto. O preto, então, tendo o complexo hereditário e reflexo, da rebeldia contra o preamento na África e a escravidão na América, é um revoltado, contra qualquer recrutamento.

Daí, este fato que se observa nos nossos dias, de negação, de retraimento, de furto a qualquer autoridade que chegue ao interior para qualquer missão, seja de observação, seja de estudo, seja de estatística.

O caboclo vê no estranho um inimigo, que se infiltra no seu meio, para relacionar-lhe o nome, a moradia, para amanhã facilitar o arrebanhamento de soldado.

Contudo o nosso caboclo já apresenta progressos, indo ao Cartório, sujeitando-se ao sorteio, admitindo a obrigatoriedade do Serviço Militar. Já registramos com mais frequência o voluntariado embora como um meio de vêr-se livre da obrigação em menos tempo e o mais cedo possível.

Um belo dia, na porta da Prefeitura, pregado com sabão, sujo da máscara de fumo do escrivão, é afixada uma relação de convocados.

O nosso experimento está na relação, mas:

- mora longe;
- há muito que não vem à cidade;
- viu o papel, mas não soube ler;
- leu o papel, mas não tomou conhecimento;

Também pode acontecer que a relação não seja feita e nem afixada.

Mas, dois casos se dão:

- O nosso convocado torna-se um insubmisso; ou
- "senta praça".

O primeiro caso, acarreta uma vida fugidia, sempre suspensa, sempre desconfiada, cada vez mais atropelada. E ainda, um certo dia,

por perseguição política, por uma intriga qualquer, é denunciado, levado ao quartel, para responder por um crime que é absolutamente não reconhece, nem mede a extensão e contra o qual se rebela. E quem foi encarregado de Conselho, num Corpo de Tropa, bem conhece a odisséia de um processo de insubmissão, que paulifica até os julgadores.

O segundo caso, começa por uma cena semelhante à de velório, em que todos sabem que dentro em pouco o finado, dentro de um caixão ou de uma rede, sairá para o Cemitério de onde nunca mais voltará. Já presenciamos uma destas cenas e por maiores explicações que déssemos, não conseguimos tirar a má impressão.

Passagem paga, toca-se o nosso convocado para o quartel, contrariado, amedrontado, esmorecido.

III — O QUARTEL

Geralmente numa cidade, com maiores recursos que os do campo, mais conforto, mais higiene. Inicialmente, o recruta, enquanto aprende a se calçar, a se vestir, a andar e ganha muito pouco, pelo muito que faz, que anda, marcha e atira, éle não sente absolutamente encanto pela vida.

Um dia se arrisca, com um companheiro antigo ou um novo mais afoito, a dar uma voltinha pela cidade; entra num "poeira", não só para saber "que diacho é aquilo" como para repousar os pés caleçados pelos borzequins, que lhe pesam e lhe apertam.

Volta para o quartel, a tempo de responder a revista do recolher, onde o aguarda aquêle mesmo cabo, aquêle mesmo sargento que lhe amargura a vida o dia inteiro. Verifica desconsolado que a "voltinha" quase não valeu a pena; via de regra se transforma num "larranjetra" e assim éle vai ao seu fim de ano, isto quando não lhe antipatizam a cara ou o "geltão", de cabra desconfiado e "desabusado". E quando o licenciamento se aproxima, éle está pensando firmemente na volta para seu campo.

No quartel éle não só se instruiu, como se educou; foi alfabetizado, apreendeu um pouco de higiene, disciplinou-se; ampliou sua idéia de conforto e a sua visão das coisas também foi desenvolvida.

— E aqui, temos que considerar a exiguidade de tempo para transformar uma mentalidade. O ano de serviço não é suficiente para mudar o curso da vida de um campesino. A aspereza da vida militar também contribui para éle dar mais valor ao campo.

IV — CONSIDERAÇÕES SOBRE A VOLTA AO CAMPO

Não resta a menor dúvida sobre esta intenção de voltar; é preciso contudo, diferenciar o homem do campo, do homem ribeirinho aos centros urbanos, os suburbanos ou os nascidos nas cidades.

Estes são que em absoluto não vão ao campo. Mas o nascido no campo, mesmo que após o licenciamento perambule pela cidade algum tempo, mesmo que tente um emprêgo, um officio, via de regra se sente desajustado e acaba voltando para os pagos. Em 1931, às vésperas da revolução de S. Paulo, estávamos servindo na guarnição de Terezina — Piauí.

Para reorganização da 2ª Região foram mandados cerca de 5.800 homens, do Piauí, e por informações, soubemos que a estes se juntaram outros tantos cearenses. Pois bem, terminada aquela revolução, que na realidade foi uma briga de nortista contra nortista e não entre Carioca e Paulista, como se gritava até nas trincheiras, todos ou a maioria, voltaram aos seus campos do Piauí e do Ceará. Natural que uns tantos ficaram tentando a vida; conheço alguns que ainda perambulam pelas ruas do Rio e S. Paulo, mas como desajustados em grande parte, falta mais de uma assistência, de um poder que os obrigue a voltarem, já que a tentativa de fuga do campo foi frustrada, já que perderam direito à passagem de volta dada pelo governo.

Em 1933, quando servimos na fronteira do Amazonas com o Perú

e a Colômbia, constatamos que dissolvido o Destacamento de Observação e Ocupação das Fronteiras do Brasil-Perú-Colômbia, todos os amazonenses voltaram para suas barragens de rio, onde a vida lhes é mais fácil, com um anzol e algumas minhocas de isca. Outros nortistas voltaram resignadamente, mesmo no desconforto de uma 3ª classe de navio, para os seus Estados.

Não queremos negar totalmente, isto é, não queremos dizer que todo homem do campo volta inicialmente, findo seu tempo de serviço, para o seu torrão. Há exceções, mas estas são "exceções".

Não queremos dizer que ao voltarem ao campo, estes se sintam felizes. Também não. Sumariamente educados e instruídos, com noções de conforto e higiene superiores às que tinham, alfabetizado, em melhores condições do que o seria no campo onde via de regra o seu diploma é dado quando ele consegue tão somente "ferrar" o nome, com uma visão mais ampla das cousas pelo que ele viu na cidade, está claro que este homem luta um pouco para readaptar-se ao estado primitivo de onde partiu.

Mas, aí, a culpa cabe inegavelmente à falta de assistência ao campo, porque não temos dúvida de que se ali encontrasse recursos e ajudas que lhe facilitassem melhorar a vida, ou se manter pelo menos nas condições vividas no quartel, este homem seria mais útil ao campo; o trabalho educativo e disciplinante do Exército tornaria-se mais proveitoso.

Precisamos acrescentar mais três dados, antes de uma conclusão final.

Quando servimos em Curitiba, Paraná, todos os homens, colonos poloneses em sua maioria, que viviam de suas plantações, licenciados, que foram da nossa Companhia de Metralhadoras, depois mesmo que por intermédio de um sargento de origem polonesa, lhes ensinamos o português, em um ano, todos, sem exceção, voltaram ao campo.

Na época em que estivemos em S. Gonçalo, Estado do Rio, por

ocasião da organização do 14º R. I., a maioria dos recrutados, veio dos canaviais de Campos; todos eles, com raríssimas exceções, no fim do ano, voltaram para ali; desconhecemos os resultados, isto é, se eles tornaram à vida, mas somos levados a julgar que sim, com maiores visões, menos escravos, dados os movimentos de reivindicações que anotamos, a partir daquela época. Estes movimentos, também supomos, foram mais resultante das exigências de melhoria de vida no campo.

Finalmente, quando servimos no 2º Batalhão de Infantaria Blindado, na Quinta da Boa Vista, verificamos o seguinte:

— quem era do Morro do Pinto ou da Mangueira, voltou para ali, com a idéia melhorada de ser garagista, motorista de ônibus, de caminhão;

— quem era de Volta Redonda, voltou para a lavoura, declarando que assim fazia porque o abastecimento daquele centro lhes dava muitos lucros; voltaram com a idéia de arranjar um trator com arado para suas terras, o que indica uma melhoria de mentalidade;

— os do interior Fluminense, de modo geral, para lá voltaram, declarando que iam continuar nos seus antigos "que fazeres".

Estes dados são recentes e facilmente poderão ser conseguidos por quem se interessar pela questão.

V — CONCLUSÃO

Antes de concluirmos, queremos fazer claro, que a tese é tremendamente grande para um pequeno trabalho, feito ao correr da pena, sem tempo para consulta e meditação, sem outras fontes senão a da memória.

Finalmente, chegamos às seguintes conclusões:

— O homem do campo é averso à farda;

— O homem do campo não se aclimata ao quartel ou cidade no pouco tempo de serviço prestado ao Exército;

— O camponês volta ao campo, findo o seu serviço militar.

São fatores, que não o Exército, do despovoamento do Campo :

— A miséria, a falta de higiene, o analfabetismo, etc., etc., em suma, a falta de assistência social ao trabalhador rural ;

— O industrialismo, que precisando de braços, os agarra às portas do Quartel, que não tendo forças para impedir, esforça-se por facilitar a volta ao campo ou às suas antigas atividades ; há até mesmo uma tendência de aproveitar-se o homem na vida militar de acôrdo com suas antigas atividades, de modo a não desajustá-lo, a não desviá-lo de suas tendências naturais ;

— O encanto aparente da vida fácil, mais remuneradora, mais confortável dos grandes centros ; e dizemos aparente, porque via de regra é mais difícil, é mais cara e a miséria do campo é menos dolorosa que a miséria de uma Favela ou Mucambo.

VI — SOLUÇÕES

Sempre tivemos em mente trabalhar um pouco por solução para esta questão.

Julgamos que ela poderá surgir de duas fórmulas :

1ª) O Exército internando-se pelo interior, levando a sua ação educativa, instrutiva e disciplinadora ao próprio campo, ao mesmo tempo que prestava seus serviços de desbravamento, nos moldes da Fundação Brasil Central, ou com uma organização de Colônias Agro Militares (a exemplo do que fez o Gen. Liautey na Síria e no Mar-

rocos) ou ainda de mero aspecto de desbravamento, colonização e segurança, pela constituição de ca-deias de fortes (como se deu nos Estados Unidos da América do Norte). Esta solução necessitaria de valorização, pediria uma mudança de mentalidade da classe militar, gritaria por recompensas certas e à altura dos sacrifícios a serem feitos.

Bastaria talvez, que a exemplo de França, um soldado colonial fôsse mais considerado pelos seus pares e concidadãos do que qualquer outro.

É bem possível que tudo se conseguisse se fôsse possível acabar com a impressão de compaixão que nos inspira um colega chegado das fronteiras, onde vegetou por alguns anos na mais negra miséria.

2ª) O Exército continuando nas cidades, nos centros mais adiantados, aproveitando-se da escola natural, educando e instruindo o homem com conforto e higiene, mas tendo forças para retorná-lo ao campo, mediante uma obrigatoriedade ; e não somente facilidades, tendo recursos para levá-lo às suas antigas fazendas, aos seus campos de origem onde um "serviço de assistência" prosseguiria na obra civilizadora iniciada pelo Exército.

Poderia ainda levá-lo, obrigatoriamente, para campos de colonização, os que preferissem, onde teriam a assistência que o Governo dispensa atualmente ao colono estrangeiro, isto é, terra, ferramenta, etc., etc., e possibilidades de vencer na vida.

Os erros que venha a cometer, em minhas prédicas, poderão ser corrigidos, sem que daí resulte qualquer mal, enquanto que os feitos pelos generais de fato só podem ser avaliados após a ruína da Pátria.

(MACHIAVELLI — *A arte da guerra* — Prólogo).

* * *

Examinaí, o mais prolixamente possível, a capacidade de rendimento físico e de trabalho do oficial que incorporais ao quadro de oficiais de E.M. e alijai, sem contemplação, todo aquêl que tenha tido a infelicidade de ver diminuída essa capacidade ou a energia intelectual, seja qual fôr a causa.

General KRESS VON KRESSENSTEIN.

O ÍNDIO COMO SENTINELA DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Ten.-Cel. JOAQUIM VICENTE RONDON

Conferência realizada a 14 de abril de 1948, no Auditório do Colégio Militar, sob os auspícios do Conselho Nacional de Proteção aos Índios em comemoração ao DIA DO ÍNDIO

Desejo, inicialmente, manifestar o entusiasmo de que me acho possuído perante este distinto auditório, quando me cabe a honra de ser ouvido pelos ilustres Corpos Docente e Discente deste tradicional Colégio Militar; deste estabelecimento de ensino de tão elevado conceito nos círculos educacionais do País, cuja atuação eficiente e proveitosa na educação da juventude pátria tanto concorre para fixar, de maneira elevada, o alto descortino do grande estadista que foi o Conselheiro Tomás Coelho, o benemérito criador desta Casa, de cujo pórtico têm saído, para o serviço da Nação, tantos cidadãos úteis, que honram a atividade pública ou vencem em outros setores da vida ativa, cidadãos esses que tiveram seu caráter forjado nesta casa pelas mãos de ilustres chefes militares como Ribeiro Guimarães, Roberto Trompowsky, Alípio Costallat, Alexandre Barreto, Alexandre Leal, Odeardo Morais e Esperidião Rosas; e de consagrados mestres como Felisberto de Menezes, Laudelino Freire, Fausto Barreto, Barão Homem de Melo, Arêas Junior, Temístocles Sávio, Morais Carneiro, Sebastião Alves, Mário Barreto, Hemetério dos Santos, Maximino Maciel e Daltro Santos, para citar apenas alguns desse púgilo de verdadeiros pontífices do magistério e artistas da educação, príncipes na arte de ensinar e educar, a nobre arte que, no dizer de

Platão, tem por escopo ideal *incutir nos jovens o culto da verdade e da justiça.*

A VITÓRIA DE UMA IDEIA

Os mestres da filosofia afirmam que o mundo é dirigido pela ciência dos primeiros princípios e das primeiras causas, e que, se quisermos compreender a civilização de um povo, devemos examinar a origem, a natureza e o sentido de suas próprias idéias.

Em verdade, podemos dizer que, na doutrina de Sócrates ou de Aristóteles, havemos de encontrar a essência da história da Grécia antiga, assim como, nos estudos dos sábios que tiveram a fortuna de fixar épocas no calendário universal da cultura e da ciência, perceberemos a evolução mental da Humanidade, dos tempos mais remotos aos dias presentes, sejam esses mestres Descartes ou Leibnitz, Lavoisier ou Einstein.

Os acontecimentos que dinamizam os agrupamentos humanos e constituem a vida das Sociedades e das Nações têm sempre sua causa *mater* num pensamento diretor. Esses acontecimentos ou fatos sociais são gerados pelo desenvolvimento de uma idéia que, empolgando os espíritos e formando opiniões, transmuda-se em ação, tanto mais eficiente quanto continua, para, finalmente, consubstanciar a obra concebida.

Sem dúvida, o destino das Nações é a resultante desse conflito de idéias em consequência do qual os povos ou se enobrecem e se elevam ao plano grandioso da Glória Universal, quando guiados por estas vistas esclarecidas e consagradas como legítimos numes tutelares, ou se aviltam e se rebaixam, por entre escombros e destroços, ao terreno vil da miséria moral, uma vez conduzidos por déspotas e tiranos criminosos, feitos timoneiros nos colapsos da justiça e da razão.

Afloraram-me tais reflexões, ao examinar, no panorama da Civilização Brasileira, as causas e os efeitos de um pensamento vitorioso que hoje viceja, transformado nessa magnífica obra social que é o Serviço de Proteção aos Índios.

Essa benemérita instituição republicana não é senão o fruto de uma idéia, despontada há mais de um século, com o próprio surgir da Pátria Brasileira, nos albores de sua formação subjetiva, concebida e acariciada que foi no cérebro e no coração desse mesmo gigante-criador de nossa nacionalidade.

Essa idéia floresceu, engrandecendo o Brasil no concerto internacional, como obra prima do sentimentalismo espiritual do grande Patriarca JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA.

É essa uma idéia que avança vitoriosa, já se transformando em ação, crescendo e tomando vulto, empolgando o espírito nacional. É um pensamento que se consolida, dia a dia; e, ano a ano, mais se robustece, firmando seu conceito no julgamento da opinião pública.

A CAMPANHA MERITÓRIA

Todos os anos, consoante o acertado no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano de Patzcuaro, realizado no México em 1940, a entidade máxima das atividades amerígenas no Brasil — o Conselho Nacional de Proteção aos Índios — devota-se, com entusiasmo e dedicação, às comemorações da "Semana do Índio", expondo ao conhecimento da Nação o resultado dos trabalhos realizados pelos órgãos oficiais incumbidos da prote-

ção indígena e, ao mesmo tempo, no seio das classes culturais do país, propugnando pelo nobre ideal que constitui sua finalidade precípua.

A grande virtude destas comemorações periódicas reside no trabalho que visa despertar o sentimento cívico do povo pelo exame dos nossos problemas de brasilidade, orientar a consciência nacional no sentido da causa do índio e mobilizar os nossos valores morais para a grande cruzada cívica pela pacificação e incorporação do selvícola, como cidadão útil, livre e consciente, no quadro dos valores ativos da Nação.

Quando o povo brasileiro se constituiu em Estado, o importante problema humano da civilização dos índios foi pôsto em equação ao lado do não menos palpitante, relativo à extinção gradual da escravatura africana. Este último, empolgando a Nação, tomou logo a tríplice feição de problema político, econômico e social e foi lançado ao tablado das discussões, como assunto de primeira urgência, encontrando logo brilhantes e ardorosos defensores entre as mais destacadas figuras do jornalismo e das tribunas parlamentares.

A vitória abolicionista coincidiu com o advento da República, quando fechávamos com chave de ouro o ciclo de memoráveis lutas pela implantação do regime democrático no Brasil. Certamente, a ninguém seria lícito conceber um Estado republicano, cujo povo não pudesse gozar de completa liberdade, cujos cidadãos não tivessem igualdade absoluta nos seus direitos e deveres; uma democracia com diversidade de tratamento e com separação de raças, castas ou classes.

A Questão Indígena, relegada a plano secundário, não encontrou, de pronto, sua *Lei Áurea*, não obstante o esforço de abnegados idealistas que, somente no primeiro decênio deste Século, conseguiram chamar a atenção dos Poderes Públicos para o assunto, e lograram bater a primeira estaca da proteção oficial, com a expedição do Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910,

que aprovou o Regulamento para o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Sagraram-se, assim, como benfeitores da nobre causa os ilustres estadistas republicanos — Presidente Dr. Nilo Peçanha e o seu Ministro da Agricultura, Sr. Rodolfo de Miranda.

O problema da redenção do índio é vasto e de larga envergadura, demandando, por isso, para a sua execução integral, longo tempo, trabalho persistente, sacrificio pessoal e, sobretudo, sinceridade e patriotismo. É problema a ser resolvido lentamente, com critério e devotamento por parte dos executores, dentro dos princípios básicos já firmados como característica do sistema de assistência e protecção, os quais têm por objectivo:

1º, fazer justiça aos selvícolas, garantindo-lhes as terras que occupam e defendendo as suas pessoas contra espoliações ou ataques;

2º, ministrar-lhes tratamento brando, ainda que com sacrificio por parte do civilizado;

3º, manter seu sistema de vida, suas crenças e a organização de suas tribos e famílias, por que se não tumultui o processo de sua evolução moral e mental;

4º, facilitar ao índio os recursos de que necessita para melhorar suas condições de vida e de trabalho;

5º, estabelecer um sistema rudimentar de transações comerciais entre índios e civilizados, de modo que os produtos do trabalho daquelles possam ser trocados por utilidades que seu estado mental permita aproveitar convenientemente.

Em breves linhas, eis os postulados que, em face da nossa legislação, formam a estrutura da nossa "Questão Indígena".

É problema para o futuro, para o Brasil de amanhã, e, por isso, chamamos, para elle, a atenção da brilhante juventude da nossa Pátria, essa juventude cuja formação espiritual e cujo patriotismo constituem seguro penhor de nossas

justas esperanças nos dias vindouros.

Seremos um povo feliz e merecedor de todos os títulos de benemerência, quando conseguirmos encerrar esta Campanha meritória. Estaremos bem com a nossa consciência e teremos dado um grande passo a prol da nossa evolução politico-social, ao lograrmos realizar, por completo, esta magnífica obra ideal que já engrandece o Brasil, perante a cultura Universal, enchendo quase meio século de regime republicano, graças ao apostolado cívico do magnânimo coordenador das forças nacionais pela causa indígena, o eminente General Cândido Rondon — o estadista das selvas —, baluarte da protecção aos índios e insigne fundador da primeira Escola Indigenista brasileira, cuja dedicação, numa atividade sem esmorecimentos de quase 70 anos de serviços públicos, já o consagrou como um símbolo de brasilidade, apontando-o como um exemplo a ser imitado pela juventude pátria que amanhã responderá pelos destinos do Brasil.

A LUTA SECULAR

Vai para quase 450 anos a fase dos primeiros contactos, no litoral, entre o conquistador d'além mar e o homem de "Brônzea Cór", o homem que vivia tranquilo, enamorado da paisagem do seu amado "Pindorama", embevecido d'esse esplêndido espetáculo que é o eterno amor entre a terra e o mar; dessa maravilhosa cena com que a Natureza nos encanta os olhos, quando o verde oceano bravo, levantando-se, impetuoso e imponente, eriçado em grossas espumas, avança, célere e arrebatador, para vir beijar a areia branca das fimbrias elegantes e sinuosas do objeto de sua carícia.

E, assim, naquelas remotas eras do Brasil nascente, o índio vivia nesse constante êxtase, ante a encantadora formosura daquellas bizarras e selváticas paisagens.

Vivia feliz, na doce simplicidade de sua civilização infantil, como o

poeta Ernani Fornari tão bem expressou nestes lindos versos :

"Nã, como a pureza, forte, como as
trazendo sômente uma pena de ^{[raízes,}
[a enfeitar-lhe a cabeça,
e as flechas e o arco e o tacape na ^{[mão}
o bugre passava seus dias contentes,
amando, caçando, dançando e pes- ^{[as horas felizes,}
[cando,
inverno e verão."

Foi nesse estado d'alma, tomados de boa fé e da mais pura ingenuidade, que o nosso gentio acolheu os "Caraibas", isto é, os forasteiros componentes da Esquadra de Cabral. Sem o menor gesto de hostilidade, prestando mesmo aos navegantes valiosos auxílios, receberam-nos, fraternalmente, nesse primeiro encontro, pelo que mereceram do historiador esta singela, porém expressiva narração :

"Alí desembarcaram o dito Capitão (Pedro Álvares Cabral) com os seus soldados armados para pelejarem, porque mandou primeiro um batel com alguns a descobrir campo, e deram novas de muitos gentios que viram; porém não foram necessárias armas, porque só de verem homens vestidos e calçados, brancos e com barba (do que tudo elles carecem) os tiveram por divinos e mais que homens, e assim chamando-lhes "Caraibas", que quer dizer na sua língua cousa divina, se chegaram pacificamente aos nossos" (Fr. Vicente do Salvador — História do Brasil).

A docilidade do Índio, desde que não seja hostilizado, manifestou-se, assim, de início, bem como seu espirito de imitação e sua capacidade de absorção dos hábitos civilizados, conforme Vaz Caminha, o célebre cronista das primeiras páginas de nossa História, ao referir-se à missa que foi aqui celebrada por Frei Henrique de Coimbra, fixou nesta conchegida, porém sempre curiosa e bizarra descrição, pelo sabor clássico da linguagem :

"Alí disse missa o Padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por êsses já ditos. Alí

estiveram connosco, (assistindo) a ela, perto de cinquenta ou sessenta dêles, assentados todos de joelho, assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos de pé com as mãos levantadas, êles se levantaram connosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, êles se puseram todos assim como nós estavamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção."

Assim foi o começo d'essa longa e triste história do Pária Nacional, que, há quase cinco séculos, vem lutando pela defesa de sua família, de suas terras, de seus bens e de suas crenças.

Os primeiros tempos de convívio entre civilizados e aborígenes foram, realmente, de sossego, enquanto nem os expedicionários se haviam revelado conquistadores, nem perturbados em seu sistema de vida tinham sido os senhores da terra descoberta.

Caramurú, sem o querer, foi o primeiro sinal de alarma na placidez das tabas; pbis Diogo Álvares, com aquêles disparos de sua arma de fogo, conquanto tenha conseguido subjugar os nativos, naquêl momento tomados de tremendo pânico e de indescritível surprêsa, concorreu não só para convulsionar as tribos como também para estabelecer a dúvida no espirito simples do selvagem, que viu naquêl novo instrumento um terrível argumento de persuassão, que para êle valeria, nos seus efeitos morais, como a bomba atômica de Hiroshima, no ânimo dos guerreiros do Sol Nascente!

Depois disso, vieram as explorações, as Capitánias hereditárias, o sistema feudal, os senhores de engenho, as entradas no sertão, a caça ao Índio como mão de obra fácil e servil, a busca do ouro, o alargamento das posses. E a luta começou! Luta secular, luta fratricida, que passou do litoral para

o sertão a dentro, em nome da conquista da terra e do aproveitamento de suas riquezas. Guerra impiedosa! Muitas vezes, negação do altruísmo e apenas predomínio do egoísmo!

E assim foi, naquela longa fase de formação da nossa raça, a luta contra os nossos índios; tremenda luta contra os Tupinambá e Tupiniquin, os Aimoré e Carijó; guerra sem quartel aos valentes Tamoio; campanha de submissão contra os altivos de Guairá e contra os Guaicurú lendários, dos campos da Vacaria; ataques continuos aos Paiaguá, canoeiros temíveis do vale do Paraguai; luta ferrenha contra os bravos Potiguara, do Nordeste. E, mais recentemente, as perseguições contra os Caingangues, de S. Paulo, os Borôro e Chavante, de Mato Grosso, as arrancadas violentas contra os Urubú, do Maranhão e Jauaperi, do Amazonas, e, finalmente, a matança criminosa e tremenda, dos infelizes Parintintin, a tribo martir do vale do Madeira.

Eis porque ficamos tristes sempre que encontramos, nas páginas da história indígena, notícias dolorosas como esta, por exemplo, do nobre historiador Rocha Pita, na sua valiosa "História da América Portuguesa", referentes à bandeira de Domingos Afonso quando de sua entrada pelos sertões do Piauí:

"Entrou por aquelas terras, até allí não penetradas dos Portugueses, e só habitadas dos Genticos bravos, com os quais teve muitas batalhas, saindo de huma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos Genticos e fazendo retirar aos outros para o interior dos Certões."

E, quanto à crueldade praticada contra os "Parintintin", eis o que relata o Sr. Araujo Gondim, antigo funcionário do Serviço de Protecção aos Índios, no seu opúsculo intitulado "A pacificação dos Parintintin".

"Ferido na sua honra, atacado no seu habitat, espoliado nas suas terras, o "Parintintin" não podia

deixar de ter a alma acirrada por um ódio ferrenho contra os seus algozes."

"No período que decorreu de 1900 a 1915, elles tiveram de repellir, alias com grandes perdas, dada a desigualdade de armas, repetidos ataques de expedições armadas e de numerosos grupos de caucheiros incendiários, que operaram, de choFRE, sôbre as suas malocas, algumas situadas nos rios Maicy e Maicy-mirim, outras no rio Ipixuna e outras ainda nos centros de vários seringais do Madeira..."

E, mais adiante, acrescenta o mesmo autor:

"Não quero nem devo esboçar os tons desse quadro sombrio, que, na sua generalidade, constituiria um dos capítulos mais deprimentes da nossa história. Limito-me apenas à vaga recordação de um dos episódios, que bem justificam a phrase oportuna de Barbosa Rodrigues, quando disse que a vingança do índio é tida muitas vezes por crime, quando não é mais que a desafrenta da offensa que ficou impune."

É de um illustre historiôgrafo paulista, o Dr. José Tôrres de Oliveira, antigo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, este oportuno comentário que vem corroborar a nossa asserção sôbre as barbaridades praticadas contra a raça ameríndia, conforme o trabalho de sua lavra intitulado "Anchieta e a pacificação dos índios":

"Mesmo nós, paulistas, ficamos arripiados ao tomar conhecimento das crueldades outrora praticadas contra os pobres ameríndios pelos organizadores e condutores das nossas celebradas bandeiras.

Basta lembrar as bandeiras aqui formadas, em 1628, por Antonio Raposo Tavares e Manoel Preto, compostas de 1.000 homens brancos e mestiços e 2.000 índios escravos, as quaes, em 1639, arra-

zaram e destruíram as reduções fundadas e dirigidas pelos Jesuítas na região do Guairá, nas margens dos rios Paraná e Paranapanema.

Foram 30 povoações pacíficas e felizes, com cerca de 100.000 almas, que desapareceram; 20.000 criaturas humanas escapas e refugiadas nas matas; 20.000 assassinadas e 60.000 aprisionadas e "descidas" para S. Paulo como escravas dos conquistadores."

E, referindo-se ao mérito dos bandeirantes porque fizeram recuar a linha de Tordesilhas, dando ao território nacional cerca de 2/3 de sua atual grandeza, conclui o Dr. Tôrres de Oliveira:

"Não se lhes pode negar bravura, intrepidez e heroísmo inextinguíveis. Mas, em primeiro lugar, não era essa a sua intenção. O alvo de suas incursões e entradas no sertão, era apanhar ouro, prear e escravizar índios."

Mas, a verdade é que, se assim foi no Brasil, muito pior foi a guerra entre civilizados e nativos nos países dos Aztecas e dos Incas, no México e no Perú, onde sossobraram violenta e totalmente as civilizações que ali floresciam antes de Colombo.

Hoje, a conduta dos colonizadores é acremente condenada por todos os escritores modernos, muito embora não se possa inculpar diretamente a Espanha pelos males que a crueldade para com os indígenas representa.

"Crimen fué del tiempo, no de España."

São palavras de defesa ditas por um poeta hispano-americano.

A destruição do Império de Atualpa e de Hâscar comove ainda hoje o mundo culto, e, para prová-lo, transcrevo aqui as palavras iniciais da interessante obra "El Imperio Socialista de los Incas", de autoria do professor Sonis Baudin,

traduzido para o espanhol pelo Dr. José Antonio Arze:

"La conquista del Perú por los españoles no es solamente uno de los dramas mas impresionantes que el historiador pueda evocar; es también el más extraño espectáculo que se haya ofrecido jamás al economista. Dos civilizaciones, dos sistemas sociales, dos concepciones de vida chocaron entre si, y ese choque determinó el derrumbamiento de un imperio. Ese imperio es el de los INCAS."

Somos apologistas do progresso e bem sabemos avaliar o que representou para o Brasil a obra grandiosa da Colonização, principalmente o alto significado dessa marcha para o Oeste, no recálque do meridiano de Alexandre VI, mas essa circunstância não nos pode tolher, no julgamento livre e sereno dos fatos passados, para profligarmos os erros e assinalarmos os atos que fugiram da linha de elevação moral e ultrapassaram as ráias do senso de Humanidade.

MISSIONARIOS DO BEM

É por isso que, ao focalizarmos esse palpitante assunto da Questão Indígena, nossa admiração volta-se logo à obra generosa daqueles que hajam concorrido, ou que ainda concorram, para suavizar os efeitos dolorosos dessa luta secular entre "Branços" e "Índios", luta que já se vai cessando, felizmente, graças à vitória da mística da pacificação, essa força sutil que se firma no estoicismo, no desprendimento pessoal e no espírito de sacrifício dos servidores da Santa Causa, força que vale por um nobre sacerdócio, mística que as consciências aceitam como o único caminho verdadeiro para a redenção e incorporação do indígena ao convívio da civilização.

Merecerão sempre as bênçãos da gratidão os abnegados missionários que vão passando à História, na campanha redentora, como heróis que venceram batalhas, sem ar-

cabu
couro
de u
nobre
cerid

São
Bem
Las
Méxi
essa
difun
ment
dade
quir
alma
amor
mil
um t

"M
valor
Nobr
ximo
agita
chiet
"San
spóst
selva
esse
o sol
na P

"M
digen
solda
Sécul
já s
Selva
do in
viger
culo,
socia
civic
como
Cord
const
sobra
côr d

Os
cular
longe
país,
tanto
nor t
home
como
Toca
cuna,

abuz e sem fuzil, sem colete de couro e sem gibão, armados, apenas, e um coração bem formado, de sobreza de sentimentos e de sinceridade de propósitos.

São esses os "Missionários do Bem", como o Frei Bartolomeu de las Casas, a quem a História do México faz justiça quando diz que essa cândida figura de missionário *ifundiu seus radiantes ensinamentos e o exemplo de uma piedade edificante, logrando conseguir o domínio espiritual sobre as almas dos indígenas de quem foi amoroso protetor, chegando a lutar mil vezes por conseguir para eles um tratamento melhor.*

"Missionários do Bem" são esses valerosos jesuítas como Manoel da Nobrega, consagrado benfeitor mártir da raça brasileira na época agitada da Colônia, e José de Anchieta, justamente chamado o "Santo do Brasil", o incansável apóstolo evangelizador das nossas selvas, no século XVI, bem como esse abnegado Frei Pedro Palácios, o solitário da gruta de Vila Velha, na Penha espiritosantense.

"Missionário da Redenção Indígena" é, finalmente, esse nobre soldado do Brasil, Cavaleiro do Século XX — o General Rondon, já sagrado como o "Herói das Selvas", árdego defensor da causa do índio, a voz altiva, entusiasta e vigorosa que, há quase meio século, se levanta no cenário político-social brasileiro para a pregação eficaz da grande obra, cujo fim, como justamente fixou Montenegro Cordeiro, em magnífico poema, consiste em "*Arrebatá, num rasgo sobranceiro, o homem de cóbrea e o índio das parras do homem branco*".

O REDUTO DOS HERÓIS

Os remanescentes dessa luta secular espalham-se, hoje em dia, ao longo do litoral e pelo interior do país, reunidos em aldeamentos, tanto mais numerosos, quanto melhor tenha sido seu contacto com o homem civilizado, recebendo uns, como os Ticuna, Uanana, Tariana, Tocana, Macuxi, Uapixana, Jarituna, Xirianã, Carijó, Aimoré,

Guaicurú, Caiuá, Guató, Umutina (Barbado), Boróro, Parecí, Nhambiquara, Bacairi, Meinaço e muitos outros, os benefícios da proteção oficial, suplementada, em alguns casos, pela assistência da catequese religiosa, permanecendo, entretanto, numerosas nações nativas, quer completamente desconhecidas ainda, quer, embora reconhecidas e localizadas, bravas e erradias, como os já célebres Xavantes, os Boca-Prêta e Pacaás Novos, entregues à sua própria sorte, no seu primitivo modo de viver.

Esses agrupamentos de população selvícola são encontrados nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, bem como nos Territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá. São restos dos Tupi-Guaraní, Guaicurú, Aruaques, Caraíba, Gê e de tantos outros grupos indígenas que povoavam o Brasil na época do descobrimento e hoje vivem, quer completamente assimilados pela civilização, já em aldeamentos regulares, em franca evolução, já ainda, encerrados na floresta virgem, engastados nas serranias longínquas, ou em regiões ignotas, formadoras de nossa grande reserva territorial, ou melhor, para usarmos um termo da moda: *nosso espaço vital do futuro.*

Assim, os sertões de Golás e Mato Grosso, onde o planalto central do Brasil irrompe resolutamente para Oeste, prolongado pelo chapadão dos Parecís, definindo os mananciais amazônicos das fontes platinas; as florestas do maravilhoso vale do Amazonas e os campos do Rio Branco, fechados ao norte pelo paredão vistoso da Pacaraima e coroados, no ápice da fronteira triplíce: Brasil, Guiana Inglesa e Venezuela, pela imponência dessa admirável joia da nossa orografia, que é o lindo Monte Roro-Imã, formam, por assim dizer, o verdadeiro habitat, o paraíso da nossa já reduzida população indígena, que hoje, em sua totalidade, se não contará para além de 2.000.000, de vez que, só

no vale do Rio Negro, é avaliada em cerca de 100.000.

Entretanto, é sabido que na época colonial, só no Amazonas, ascendia para mais de 10.000.000 o número dos nossos patrícios das selvas!

Essa imensa área ora delimitada é o grande Império indígena brasileiro, o vasto Dominio dos Tucháuas e dos Pagés, é o monumental Reduto dos Heróis, onde estes bravos ainda mantêm o fogo sagrado da resistência contra o avassalamento de suas Pátrias, onde permanecem com as suas tradições, mantidas de geração em geração, no silêncio da vida solitária, quebrado, por vèzes, seja pela entrada de expedições civilizadoras e amigas, ou pelo assalto de aventureiros e desalmados.

EM VISITA AOS REDUTOS

Tive ocasião de conhecer de perto algumas dessas Nações indígenas remanescentes, visitando seus aldeamentos.

Em 1923, por exemplo, visitei a Colônia Indígena de S. Lourenço, onde se encontram os famosos Borôro, do vale do Poguba, em Mato Grosso.

Esses valentes selvícolas achavam-se completamente pacificados, entregues a trabalhos agrícolas, sob a orientação do encarregado da Colônia, conquanto ainda continuassem a manter o "Bahito", suas danças e seus ritos sagrados, dedicando-se também à pesca e às suas tradicionais atividades cinegéticas.

Em 1926, acompanhando o General Rondon, organizador do Serviço de Proteção aos Índios, numa de suas visitas de inspeção, conheci os "Cainá", descendentes dos lendários Guaicurú, localizados no sul de Mato Grosso, no vale do rio Dourados, na fronteira brasileiro-paraguaiá.

Eram êsses selvícolas utilizados, em sua maioria, nos serviços de construção da rodovia Campo Grande-Ponta Porã, que, então, estavam sendo executados pelo Ministério da Guerra.

Os velhos guerreiros da Maracajú, não perdiam a linhagem dos Guaicurú. Alguns já eram pequenos fazendeiros e, outros, empregavam sua atividade na confecção de arreamentos e de diversos outros artefatos de couro para montaria.

Ainda naquele mesmo ano, no mês de novembro, por ocasião do 8º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Vitória, tomei parte numa excursão de congressistas aos aldeamentos dos índios Aimoré e Crenaque, localizados, os primeiros, nas proximidades da Estação de Aimoré, da E. F. Vitória-Minas, nos limites deste Estado com o do Espírito Santo e, os últimos, às margens do Pancas, no vale do Rio Doce.

Os remanescentes da tradicional Tribo dos Aimoré vieram ao nosso encontro, com simplicidade e alegria, oferecendo-nos, em troca de "grin-grin" (moedas), seus artefatos, especialmente batoques ou *tambetás* — discos de madeira que usam nos lábios inferiores e nos lóbulos das orelhas, deformando-os grosseiramente.

No vale do Rio Branco, atual Território Federal, em 1927, travei conhecimento com inúmeras outras Nações Selvícolas, algumas das quais já civilizadas, como a dos Macuxi, Uapixana, Maiongom, Taurepã, Macú e Xirianã, que habitam os campos do Rio Branco e os vales do Uraricoéra, Tacutú, Maú, Amajari, Uraricaparã, Parimã e Cotingo, bem como os contrafortes da Pacará-Imã, o sopé de Roro-Imã e a Serra Parimã.

De tôdas essas tribos, a que melhor apreciei foi a dos Xirianã, localizada no alto Uraricaparã, afluente da margem esquerda do rio Uraricoéra, um dos formadores do Rio Branco.

Nessa ocasião, no pósto de 1º Tenente, integrava eu a Comissão Militar chefiada pelo General Rondon, que fôra incumbida de inspecionar as nossas fronteiras.

Tive por missão executar o levantamento topográfico do rio Ura-

ricapará, até suas nascentes, na Serra Piassu-hy, da Cordilheira Pacará-Imã, nas fronteiras com a Venezuela.

Nossa base inicial era a Fazenda Nacional de S. Marcos, situada na junção do rio Uraricoëra com o Tacutú, nas proximidades do antigo Forte de S. Joaquim, que D. José I mandara construir em 1775.

Terminados os preparativos indispensáveis para a organização das Turmas de inspeção, partimos daquela Fazenda, juntamente com a Turma chefiada pelo então Capitão Polidoro Barbosa, incumbida de subir os rios Uraricoëra e Pa-

perança, na extremidade leste da Ilha Maracá, onde o Uraricoëra limita a navegação às lanchas e motores e onde diversos colonos nordestinos, principalmente cearenses, se achavam estabelecidos com suas famílias.

Dal para cima, a viagem teria de ser feita em canoas a remo.

A 22, prosseguimos nossa marcha, pelo costão norte da Ilha Maracá e começamos a encontrar os primeiros obstáculos, constituídos pelas inúmeras cachoeiras e corredeiras que cortam o Uraricoëra até suas origens, bastando dizer que, somente da extremidade leste da Ilha Maracá até a foz do Uraricapará,



Um aspecto do rio Uraricoëra (alto rio Branco), nas proximidades da fronteira do Brasil com a Venezuela — Fotografia tirada pelo Tenente Joaquim Rondon — 1927

rimã. Saímos a 15 de setembro, em batelão rebocado, inicialmente, pela lancha "Dolly" e, posteriormente, pela "Amazonina".

Minha turma era constituída de um encarregado geral do pessoal e material, o Sr. Eduardo Menezes, forte caboclo cearense que habitava aquelas regiões, um auxiliar, o soldado Casimiro Alves do Rosário, do 26º Batalhão de Caçadores e de 9 índios canoeiros, sendo 7 Macuxis e 2 Uapixanas.

Subindo, primeiramente, o rio Uraricoëra, atingimos a 20 de setembro o porto da Fazenda Boa Es-

numa extensão de 70 quilômetros, encontramos quinze cachoeiras, entre as quais a Teporema, Arucaimã, Calecoelima, Ivanoiapong e Prumamã.

A 5 de outubro, a jusante de Prumamã, separei-me do Grupo Polidoro e, com a minha pequena Turma, entrei pelo Uraricapará acima, iniciando o levantamento desse rio.

Levávamos um batelão e uma canoa, além de 15 latas de gêneros alimentícios, uma caixa de conservas, um fardo de xarque, ferramenta, miudezas e muitos pre-

sentes para os índios, tais como colares, tecidos, facas, machados, terçados, anzóis, etc.

A subida do Uraricaparã foi feita com relativa facilidade, pois, em seu curso inferior, as cachoeiras encontradas foram transpostas sem grande esforço.

A 12 de outubro, às 15 horas, atingimos a boca do rio que os índios denominam Ericó, que é o

tavam a 3 quilômetros, apenas, da foz do Ericó.

Os Xirianã receberam-nos sem nenhum sinal de desconfiança e até com certa alegria, devido aos nossos canoeiros que com eles se puderam entender facilmente, embora não falassem a mesma língua usada pelos Macuxis.

Nossas primeiras relações com aquêles índios foram comerciais,



Índio Xirianã, da maloca do rio Ericó. Foi um dos guias da Turma Joaquim Rondon, durante os reconhecimentos realizados no alto Uraricaparã, em outubro e novembro de 1937.

maior afluente do Uraricaparã. Tínhamos percorrido 65 km, 250 do curso dêsse caudal.

Os meus canoeiros — índios Macuxi — estavam um tanto aprensivos, pois, desde 10, vínhamos notando diversos indícios de proximidades de malocas de selvagens, tais como, ubás emborcadas, tapiris abandonados, picadas à beira rio, etc.

A 13, resolvemos subir o Ericó, a procura dos Xirianã.

Sem demora, conseguimos localizar suas malocas, situadas que es-

porque os Xirianã, avisados de nossa presença, tomaram suas ubás e vieram ao nosso encontro, trazendo-nos beijos, bananas, abacaxis, que recebemos a trôco de terçados, anzóis e outros presentes que eles muito apreciaram.

Eram os Xirianã os únicos habitantes do alto Uraricaparã, na ocasião em que os visitamos.

Estavam eles muito reduzidos em número e divididos em duas grandes malocas, sendo que uma situava-se à margem esquerda do rio Ericó, também chamado Curicú, e

a outra, à margem direita do Coaimí, afluente do primeiro.

Em rápido recenseamento, apuramos nessas duas malocas o total de 79 pessoas, sendo 41 homens, 18 mulheres, 12 meninos e 8 meninas.

Os Xirianã são de mediana estatura, tendendo para a baixa, porém, fortes e saudáveis. São ótimos canoeiros, resistentes e destros no manejo do remo, principalmente nas passagens das "pancadas" das cachoeiras e corredeiras.

Excelentes pescadores e ativos caçadores, exímios no uso de suas armas, muito nos auxiliaram em nossa viagem ao alto Uraricaparã, suprindo constantemente o nosso rancho, com o produto da caça e pesca, oferecendo-nos, em abundância, antas e mutuns, bem como traíra e outros peixes.

Os homens tinham as orelhas e os lábios inferiores furados e enfeitados com pena de mutum. Usavam, como tanga, uma tira de chita vermelha; as mulheres, entretanto, ostentavam um lindo tecido de contas multicóres.

O material para a feitura dessas peças mínimas do vestuário indígena era adquirido pelos Xirianã, em troca de artefatos de sua indústria rudimentar, na Venezuela, no lugar denominado S. Vicente, conforme diziam. Esse comércio era feito por intermédio de índios venezuelanos, que cruzavam a fronteira constantemente, assim como os nossos que passavam do vale do Uraricaparã para o do Parágua, ou melhor, do vale do Rio Branco ao do Orenoco, pois o Parágua é contribuinte do Caroní, e este, afluente daquele grande caudal venezuelano.

As mulheres usavam brincos de contas e colares de dentes de cotia, caítitú e jaguatirica, bem como outros enfeites, confeccionados com penas de pássaros diversos que abundavam na floresta, tais como araras, papagaios, mutuns, cujubinã, etc.

As crianças, por sua vez, apresentavam seus enfeites, quer de penas de pássaros, quer de pêlo de macaco.

O arco e flecha tradicionais entre os índios e o tacape, tronco roliço de madeira que os Xirianã denominam "marasjoan" são suas armas prediletas.

O instrumento de música que encontrei com os Xirianã foi a flauta, feita de taboca, cujo som variava, conforme o diâmetro da taquara. Geralmente, faziam acompanhar a flauta com um chocalho feito de cabaça no interior da qual introduziam unhas de macaco e outras substâncias.

O governo da tribo era exercido pelo índio mais idoso, sob o título de Tuxáua.

Na vida diuturna da maloca, os homens ocupavam-se, normalmente, da caça, da pesca, da agricultura, da moagem da cana e do preparo de suas armas.

As mulheres preparavam o beijú, moqueavam as caças e o peixe, fiavam e teciam, preparavam o fumo e cuidavam dos curumís.

As roças dos Xirianã eram bem tratadas e muito me auxiliaram durante o resto da viagem, fornecendo-me recursos alimentícios para os meus comandados. Entre outros produtos, os índios cultivavam a banana dágua, cana de açúcar, abóbora, pimenta, algodão, fumo, mamão, macachera, etc.

A maloca principal dos Xirianã era constituída de um grande rancho de forma cônica, o qual comportava, a um tempo, mais de 40 pessoas. Cada família tinha sua área reservada, no interior da maloca, e a propriedade individual era absolutamente respeitada nesse curioso regime de vida em comum.

Para dormir, usavam rédes de fios de algodão e também de palha ou de embira bem trançadas. Nos pousos, durante a viagem, em plena mata, quando me acompanharam à Serra Piassu-hy, os Xirianã armavam suas macas, umas sobre as outras, e acendiam o fogo em baixo da primeira réde, de modo que todos se beneficiavam do calor e da fumaça, feita para combater as moscorócas ou carapanãs e as mutucas, servindo o fogo para espantar as feras.

O curioso é que, por ocasião do início dos trabalhos, ao amanhecer,

os índios despiam-se completamente e guardavam com muito cuidado suas roupas, nas ubás, até o fim da jornada, quando, então, vestiam-se novamente.

Apreciaram muito os presentes que lhes oferecemos, principalmente as roupas, terçados, machados, etc.

Levaram alguns dias para se acostumarem ao nosso regime alimentar, dando sempre preferência às frutas frescas e ao beijú. A carne seca, o feijão e a carne em

Acham-se elas localizadas no alto Uraricapará, já nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, nas proximidades de uma picada internacional lá existente, que liga o Igarapé Surubai, afluente do Uraricapará, ao rio Auapirá, da bacia do Parágua.

Essa picada era constantemente trafegada pelos índios que, desse modo, mediante a transposição da Serra Piassu-hy, passavam da bacia do Rio Branco, no Brasil, para a do Orenoco, na Venezuela.



O General Rondon entre os Pianacotó, do rio Parú de Oeste, por ocasião da viagem de inspeção que realizou à fronteira da Guiana Holandesa, em 1920

conserva, em princípio, causavam-lhe certa repugnância. Entretanto apreciaram muito, desde o primeiro dia, o nosso café com leite condensado, a marmelada e goiabada e o mingau de aveia que preparavamos constantemente. Contudo, não toleraram a banana frita, que servimos certa vez.

Essa era, em relato sumário, a situação dos Xirianã, quando tive oportunidade de lhes visitar as malocas.

Lá estão, ainda, os Xirianã, resignados e confiantes, à espera do auxílio e do amparo da assistência e proteção oficial.

SENTINELAS DA FRONTEIRA

Esses selvícolas, juntamente com as tribos dos Oiampi, do rio Oiapoque, e dos Paricurá, do rio Uaçá, dos Rangú, Pianecotó e Tirió, dos vales do Parú e Cuminá; Uanana, Tariano, Tocana, Deçano, Baré, Si-

o, Ticunas e muitos outros, dos Uaupés, Papuri, Tiquié, Solis povoam e vigiam a nossa extensa linha fronteiriça do setentocentral, com as três Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Perú, linha que vai do Oiapoque até Tabatinga.

ainda, como canoieiros, arrieiros, tropeiros, carregadores, caçadores e pescadores.

O geólogo Glycon de Paiva, que estudou o Alto Rio Branco, acompanhando a Comissão Militar incumbida de inspecionar as nossas fronteiras, em 1927, referindo-se



Tipos de índios da Tribo Planacotó do rio Parú de Oeste (alto Cuminá), na fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa

Guardam eles, instintivamente os pontos-chave da fronteira, conhecedores que são dos seus segredos, dos caminhos que dão acesso às serranias e das picadas de transposição do vale do Amazonas ao do Orenoco.

É por esse motivo que os índios são usados constantemente como guias das expedições que demandam as nossas linhas lindesiras, em missões de estudo.

O General Rondon e os membros da Inspeção de Fronteira, bem como as diversas Comissões de Limites do Ministério do Exterior, muito devem aos índios pelos auxílios deles recebidos, quer como trabalhadores, como guias, quer,

ao General Rondon, disse, em seu Relatório:

“Nêle me foi dado ver, pela primeira vez, um bandeirante de verdade, — de velha raça e de rija tẽmpera — brasileiro todo inteiro, e que, como um Budha do patriotismo e como um pródigo, vai semeando, por onde passa, mancheias de brasilidade.”

E, quanto ao valioso auxílio do índio, diz o Dr. Glycon, nesse mesmo documento:

“Sou grato ao índio pelo que êle fez por mim e por Von Lueltzberg (o botânico da Inspeção de

Fronteiras), meu companheiro. Sem êle, nada teria feito nas altas terras do Maciço Guiano e não vejo outro meio para responder à sua dedicação de amigo, senão mencionando-o ao lado do nome de Rondon."

No acesso ao Monte Roro-Imã, a Inspetoria de Fronteiras foi obrigada a empregar uma caravana de mais de 300 índios, homens e mulheres, para a condução da carga da Expedição.

Esses são os modestos mas dedicados operários das selvas, verdadeiras sentinelas da fronteira, soldados vigilantes da Pátria, que aguardam o momento de serem melhor compreendidos e aproveitados, quando incorporados definitivamente como obreiros da grandeza nacional.

É esse o magnífico material humano de que o Brasil dispõe no Grande Império dos Tuxáuas e dos Pagés.

E para essa obra de aproveitamento desse material, que desejamos o concurso de todos os espíritos verdadeiramente nacionalistas que sabem elevar em ideal o progresso do Brasil.

UM APELO A MOCIDADE

Em linhas gerais, eis o panorama, o quadro atual da "Questão Indígena", no Brasil, que de todos os problemas nacionais é, sem dúvida, aquêle cuja solução está a exigir maiores atenções de nossa parte, dado seu aspecto social e humano, além de seu caráter profundamente nacionalista.

O objetivo colimado é a transformação do índio, uma vez assimilado ao nosso meio, em trabalhador nacional.

Em verdade, o problema da colonização das nossas fronteiras necessita ser encarado com maior firmeza e resolução.

Mão de obra magnífica e praticamente inativa existe nos celeiros do Nordeste, nas populações sertanejas, nas aldeias, nas malocas e nos tapiris indígenas, necessitando, apenas, de coordenação inteligente, assistência, educação e direção.

Só entre os indígenas civilizados ou semi-civilizados, segundo cálculos oficiais, podemos contar, de pronto, com cerca de 200.000 trabalhadores aproveitáveis.

Por que abandonamos esses elementos para cuidarmos tão sómente da imigração difícil e dispendiosa, quando sabemos que o transporte de um imigrante não custa menos de 200 dólares, até os portos nacionais?

Eis a razão dêste apêlo às forças culturais da Nação para que se não deixe apagar êste fogo sagrado da causa do índio, mantido e alimentado por espíritos ardorosos e benfazejos que trabalham sob o signo sagrado do amor que todos devemos à grande Pátria Brasileira.

Este meu rebatê é, pois, um toque de reunir dirigido especialmente à mocidade brasileira, a essa parcela invicta das nossas reservas morais, a essa força concentrada da vitalidade nacional, ainda não atingida, mercê de Deus, pelo vírus do desânimo e da descrença nos destinos do Brasil. É um conchamar à juventude patriciã, a essa potência do nosso futuro, cuja pureza de ideais e cujo ardor cívico constituem as muralhas de brasilidade e os baluartes do nacionalismo, que tão bravamente têm resistido e, galhardamente vencido os embates furiosos do ariete das doutrinas estranhas às tradições e aos sentimentos do povo brasileiro.

O serviço de pacificação, assistência e proteção ao índio, dentro das nossas fronteiras, em face da nossa legislação, é um serviço oficial, de caráter leigo e puramente nacional.

Se desejarmos incorporar o índio à Sociedade Brasileira, a fim de transformá-lo em cidadão útil e prestante a serviço da Pátria, é óbvio que a brasileiros natos deve caber essa nobre tarefa de amoldá-lo e prepará-lo àquela finalidade, nos locais em que estiverem, em suas próprias terras, na pátria de seus ancestrais.

Estamos mais uma vez com o Civilizador dos Sertões, quando afirma: "Os brasileiros, só por corações brasileiros serão realmente amados e compreendidos", con-

form
Nac
por
Geo
N
silei
pú
par
gen

O

cab
ao
resp
teri

Foc
orig
ficc
rep
tem
tar

alia
vin
lon
em
Ser
ma

rme sua Conferência "Unidade Nacional", proferida em Vitória, por ocasião do 3º Congresso de Geografia.

No coração do nobre povo brasileiro, aqui representado por essa pujante juventude que se apresta para a luta de amanhã pelas mãos generosas do glorioso Exército de

Caxias, venho lançar a semente desse bellissimo ideal republicano — a "Redenção do Índio Brasileiro".

Para tal coração, afeito a causas puras e nobres, tal semente nobre e pura que, ao vicejar, enflorar e frutificar, redimirá os nossos selvicolas, glorificando o Brasil.

SACRIFICIO DOS CHEFES...

Conta-se que, certa vez, ao tempo em que se discutia a quem haviam verdadeiramente os louros da vitória do Marne, perguntaram ao Marechal Joffre quem havia, afinal, ganho a batalha; ao que elle respondeu; "Não sei bem quem a ganhou, mas sei muito bem quem a teria perdido..."

* * *

São do General Gamelin estas palavras:

"Posso dar como epigrafe a estas páginas uma frase do Marechal Foch em que exprimia seu pensamento numa dessas fórmulas vigorosas e originais de que elle possuía o segredo. Penso que vale a pena classificá-la entre os "ditos" dignos de ser registados pela História. Foi-me repetida pelo meu camarada, o General Desticker, que durante muito tempo exerceu as funções de sub-chefe de seu estado-maior, e mais tarde as de chefe, depois do General Weigand.

"Sala o Marechal Foch de uma das reuniões governamentais inter-nacionais em que se discutiram, após o armistício, as condições que continha impor à Alemanha. Desticker o havia acompanhado. Depois de longo silêncio, bruscamente, o Marechal lhe disse: "Tudo isto acabará em Conselho de Guerra". Desticker protestou: "Oh! mas não para vós, senhor Marechal". E o Marechal respondeu-lhe: "Não para mim, mas para um de meus sucessores".

Fui esse sucessor. (Referia-se ao processo de Riom).

O "Cartão do Pontoneiro"

Major SAMUEL A. A. CORREA

Errata do artigo publicado sob o título acima no nosso número de fevereiro

Pág. 37 — linha 26 :

Onde se lê : duma ponte de 1 via que tem 2...

Lêa-se : que tem 6...

Pág. 41 :

Suprimir os traços que enquadram as duas primeiras fórmulas,

Pág. 43 — Tabela 1 :

Completar a casa das polegadas : 6 — 8 — 10... 18 — 20 — 22 — 24.

Pág. 47 — linha 8 :

Onde se lê : Por meio da fórmula...

Lêa-se : Fórmula...

VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

ESTUDO DO TRECHO MÉDIO — ESTADO DA BAHIA

Maj. HEITOR DULCE LYRA

INTRODUÇÃO

I

O presente trabalho é um ligeiro estudo do trecho médio do Rio São Francisco, ao qual foram adicionadas as observações de uma rápida viagem de Juazeiro a Bom Jesus da Lapa.

Foi executado visando-se o estudo do vale e não o da bacia do rio, embora existam apreciações sob este último aspecto.

A viagem foi realizada em agosto de 1945 quando o rio achava-se na vazante, pouco faltando para chegar ao seu menor volume d'água.

II

A bacia do São Francisco, na maior parte do seu trecho médio, constituiu até a idade siluriana um vasto mar caracterizado, atualmente, por seus fósseis da Série Bambuí.

Houve um levantamento dessa bacia no fim daquela idade que perdurou até o período cretáceo. Os vestígios deixados são as camadas de arenito que constituem as serras formadas do divisor entre o São Francisco e o Tocantins. Esse mar ligava-se ao Mediterrâneo Amazônico e, ainda discutível, à bacia do Paraná, por cima da Série de Minas.

Além da regressão da idade siluriana ocorre outra no cretáceo, como podemos verificar nas inúmeras lagunas existentes na bacia do Rio Grande e na do São Francisco, nos seus trechos médio e baixo, as quais acham-se entu-

lhadas por sedimentos quaternários. Neste último trecho foram encontrados os restos de mamíferos fósseis dos gêneros *Megatherium* e *Cuverionis*.

No decorrer do quaternário e até a presente data, nos períodos das enchentes, são depositadas camadas de sedimentos, silico-argilosos, de grã muito fina, perfeitamente caracterizadas pelas suas diferentes tonalidades. A instabilidade do leito do rio faz com que essas faixas apareçam, nitidamente, nos barrancos por ele cavados.

O rio destruiu, para a formação da sua calha, os depósitos cretáceos do seu alto curso, sedimentando as lagoas que se achavam mais abaixo.

Na região percorrida, trecho médio, o São Francisco apresenta-se mais ou menos com o seguinte aspecto: — *margem esquerda* — ao lado da calha do rio cerros isolados, muitas vézes grupados, e uma grande planície aluvial que se estende até o rebordo do chapadão cretáceo divisor com o Tocantins; *margem direita* — aspecto idêntico, salvo os chapadões que aqui são substituídos pelas últimas elevações da Chapada Diamantina (Serras Açuruá, Frade, etc.), constituída provavelmente por formações algonquianas.

A partir de Mocambo dos Ventos para a foz, até Petrolina, prevalecem, na margem esquerda, junto à calha do rio, as formações quaternárias de dunas de origem eólica. (Fig. 1).

O arqueano aflora nas regiões das corredeiras de Curralinho e Sobradinho.



Fig. 1. — Dunas de origem eólica

O rio apresenta-se, na maior parte do seu trecho médio, com pouca profundidade, grande largura e leito divagante. Dois são os fatores mais importantes para isso: 1º, a pequena declividade da região, de Pirapora a Jatobá são 1.400 km. de extensão e a diferença de nível atinge apenas a 174 metros; e 2º, a horizontalidade das camadas duras de "macigno", impedindo o rio de cavar o seu leito mais profundamente, obrigam-no a espalhar-se nos depósitos sedimentares. (Fig. 2).

Ocorre a destruição das margens e o rio desmoronando os barrancos traz para o seu leito, enormes árvores. Estas, nas enchentes nem sempre são levadas até a foz e nas vazantes são vistas repousando nas praias, quando não permanecem no fundo do rio ocasionando, muitas vezes, naufrágios com a ruptura dos cascos das embarcações.

A instabilidade do leito traz a formação de meandros e ilhas ou depósitos de forma arredondada, de grandes extensões, muitas vezes, e pequeníssima altura denominados "coroas".

O trecho médio apresenta-se sob o aspecto de clima com uma certa uniformidade; a temperatura média é de 25º a 28º centígrados e as

chuvas de 500 e 800 mm. A estação seca corresponde ao inverno, maio a agosto, e a chuvosa ao verão indo, porém, de novembro a março.

Os ventos dominantes são os da corrente de retorno dos alizeos de SL, permitindo às embarcações subirem o rio com auxílio de velas. As nuvens transportadas, geralmente, sob a forma de cúmulus, passam em grande altura e muitas vezes em tal quantidade que escondem o sol, tornando o dia nublado. Isso ocorre durante dias seguidos sem que caia uma gota d'água nessa região, por vários meses. A maior quantidade de ventos ocorre a jusante de Sobradinho, particularmente, em Mocambo dos Ventos.

A vegetação é dividida em dois tipos: a ciliar e a caatinga. Aquela depende da altura em que normalmente a camada sedimentar fica da superfície das águas do rio, por ocasião das vasantes. Tanto mais escassa será a vegetação, quanto mais alto ficar o barranco nessa caatinga, havendo locais em que a caatinga debruça-se no rio. (Fig. 3).

Em outros terrenos mais baixos a vegetação ciliar estende-se mais, não chegando, mesmo quando exuberante, a aproximar-se da flo-

esta tropical. As vezes encontra-se uma vegetação intermediária entre a ciliar e a caatinga.

O rio recebe nesse trecho os seguintes afluentes permanentes: margem esquerda — o rio Grande que é o maior, o Corrente e o Cacinhanha; na margem direita — o Verde Grande e o Salitre, este, próximo de Juazeiro.

III

Constitui o rio o meio mais fácil de comunicações entre toda a bacia do São Francisco e a capital do Estado, portanto com as regiões mais importantes do país. Em virtude da inexistência de estradas, na verdadeira acepção da palavra, ao longo do vale, Juazeiro é um ponto

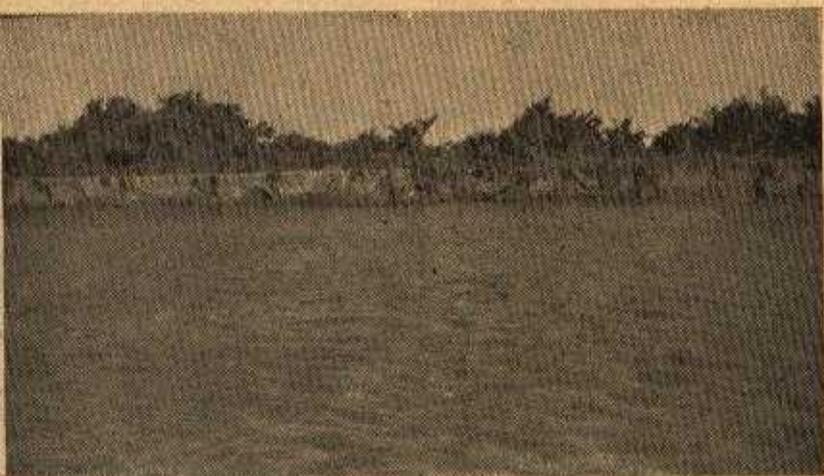


Fig. 2 — Ação do rio nos depósitos de enchentes anteriores

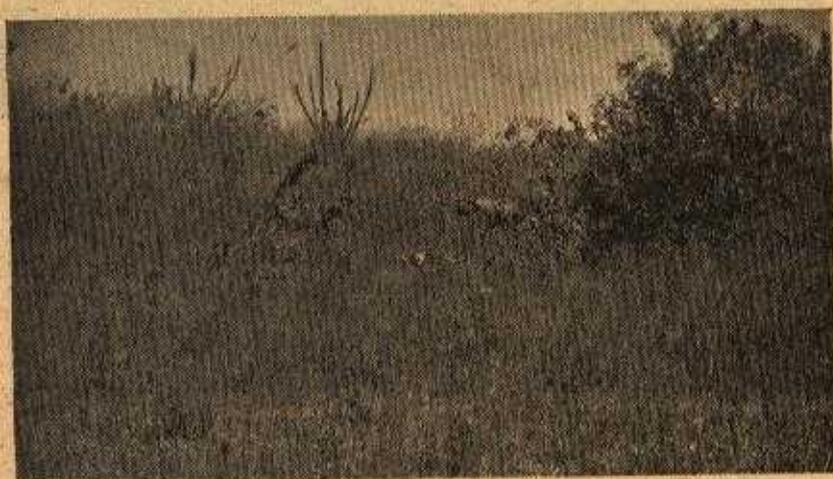


Fig. 3 — A caatinga próxima à margem do rio

intermediário obrigatório, apesar de sua situação excêntrica.

Juazeiro e Petrolina constituem um centro, único, de comunicações. Petrolina é a única cidade do vale que possui instalações portuárias (armazéns, rampas para embarque e desembarque e, em futuro próximo, guindastes, etc.). Juazeiro é praticamente o ponto terminal da estrada de ferro que vem de Salvador rumo ao sertão. A inexistência de uma ponte ligando-as é o obstáculo presente para completar essa simbiose, se assim podemos figurar. Ambas recebem e distribuem a produção tanto de Salvador como do rio São Francisco. Seus interesses estão pois intimamente ligados. (Fig. 4).

tana é precária pela deficiência das estradas e por ficar Xique-Xique isolada do rio durante o período da seca.

Remanso na margem esquerda liga-se ao sul do Piauí por meios rodoviários irregulares e deficientes.

Por outro lado a impossibilidade presente de aproveitamento das terras do vale, que se acham afastadas do curso d'água, salvo para pequenas indústrias extrativas, exige que o homem dê não se afaste. Porque só os terrenos que foram recentemente postos a seco, nas vazantes, é que permitem a agricultura e muitas vezes a própria pastagem para o gado. A área destas terras aproveitáveis varia, como já vimos, com a altura



Fig. 4 — A cidade de Petrolina vista de Juazeiro

As populações pobres, no entanto, que se deslocam a pé ou a cavalo, por léguas e léguas, enfrentam a caatinga entre o vale e a região costeira. A produção que não pode ser transportada por essas regiões só tem dois pontos de escoamento: ao norte Petrolina-Juazeiro e ao sul Pirapora. Daí a influência que o rio exerce em toda essa região constituindo uma artéria vital ou para melhor caracterizar — única.

A ligação Xique-Xique — Salvador passando por Feira de San-

das margens por ocasião das vazantes e, no trecho percorrido não se encontrou lavouras a mais de 1.000 metros do rio. A distância média de aproveitamento é até 200 a 300 metros da margem. Uma área diminuta como se vê.

As indústrias extrativas da caatinga, como a da casca de angico, para obtenção do tanino, e a da cera de carnaúba, não podem prescindir do rio para o transporte de produção.

As cidades por outro lado também sofrem a influência dominante do rio, estendendo-se ao longo de suas margens, tendo quasi todas 5 ou 6 ruas paralelas, no máximo, que se compreende muito bem quando se em conta a falta de abastecimento de água em todas as com exceção apenas de Sento. As populações não podem afastar-se demasiadamente do rio devido ao trabalho diário de carregamento de água. Não existem arroças para isso e poucos são os que possuem um jumento para esse serviço. Normalmente o carregamento é feito em latas transportadas na cabeça ou penduradas numa vara e levadas ao ombro, por mulheres ou crianças, estas em grande maioria. As latas preferidas são as de 20 litros, havendo crianças que passam arcadas ao péso de duas delas.

Em cidade alguma se pensa ainda na instalação de esgotos. É assunto absolutamente fora de cogitações.

A luz é em todas elas fornecida por uzinas termo elétricas sendo algumas regulares e outras más. Apenas a Cidade de Barra possui uma instalação adequada.

As casas apresentam o aspecto comum do interior, isto é, frente de rua, tijolos cozidos ou crus e telhas coloniais. Nota-se já em algumas cidades, um número ainda reduzidissimo de casas novas, aranjadas, dentro de jardins ou com janelas laterais e separadas, ao contrário do que se observa normalmente.

Paratinga (ex-Urubú e ex-Rio Branco), apesar de ser uma das mais antigas do vale, caracteriza-se pela limpeza de suas ruas e das fachadas de suas casas apresentando, apesar disso, o aspecto de uma cidade que lentamente se extingue.

Ibotirama (ex-Jardinópolis), é das menores, porém a de maior vitalidade depois de Petrolina, em face do número considerável de construções concluídas e em andamento.

Depois do conjunto Petrolina-Juazeiro a cidade de Barra é a mais próspera e mais populosa dessa região do vale.

Xique-Xique, acha-se localizada num braço do rio e durante a seca os navios, mesmo menores, não podem atingi-la, tornando-se necessário um transbordo de carga e de passageiros em pequenos botes.

Sento Sé, próxima ao local das corredeiras, onde ocorrem sempre inúmeros desastres, apesar de sede de município, não dispõe de telegrafo, médicos, nem dentistas.

Lapa vive apenas por ocasião da presença dosromeiros. Nessa ocasião conta-se de 12 a 15.000 forasteiros que deixam para os cofres da igreja local cerca de 300.000,00 a 400.000,00 cruzeiros. Apesar disso não possui um posto de higiene, estadual ou particular, nem prédios escolares ou instalações para abrigar osromeiros ficando a maior parte dessa população adventícia em pleno relento. (Fig. 5).

Quase todas as cidades são inundadas, anualmente, por ocasião das enchentes. Em Juazeiro vimos a marca de uma delas nos muros da praça de esportes local, a mais de um metro do solo. No entanto para esta cidade, como para várias outras, o problema seria facilmente resolvido com as construções de cais em determinados locais.

O homem da cidade parece menos desenvolvido que o da caatinga e do vale do rio. Enquanto as mulheres permanecem o dia inteiro dentro das habitações, com portas e janelas fechadas para a rua, os homens permanecem nesta, dando a impressão de que a conversa nas esquinas e nas casas comerciais constitui a principal preocupação. Apenas nos dias de feira ou nos mercados é que se verifica uma atividade maior.

Até para o esporte o homem do S. Francisco é pouco interessado, em vista da inexistência de campos para a sua prática, mesmo para a do futebol. Somente Juazeiro foge a esta regra.

Essa falta de interesse geral reflete-se também nas crianças, que não possuem a alacridade e a atividade comum das crianças do sul do país. Não se vê nas ruas, suas brincadeiras, seus grupos e nem mesmo indícios dos seus jogos.

Os estrangeiros são em número

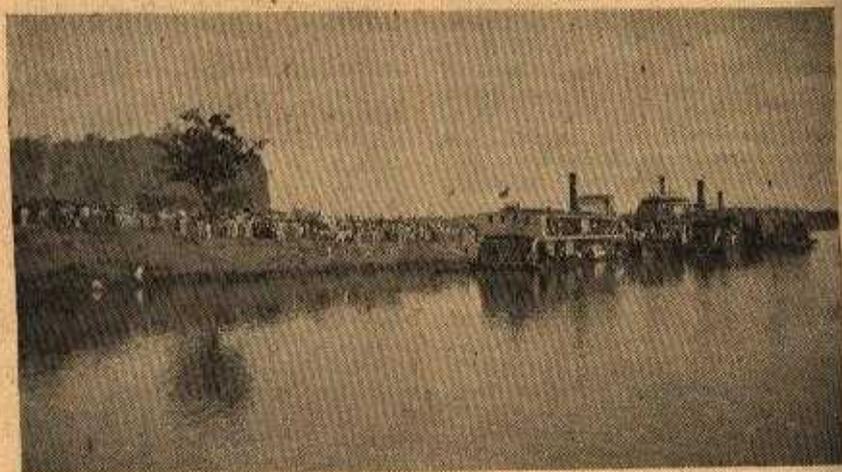


Fig. 5 — A cidade de Barra : o "pôrto", navios fluviaisromeiros e, ao fundo, a gruta do Bom Jesus da Lapa

mínimo e nunca chegam a uma dezena em cada cidade.

Existem mais três tipos característicos da região : o *barranqueiro*, isto é, o agricultor, o *barqueiro* e o *vaqueiro*. Podem-se distinguir perfeitamente estes dois últimos.

O primeiro é o que de fato luta contra a natureza. A instabilidade do leito do rio obriga-o, quase sempre a ter mais de uma choupana. Sua casa é uma armação de paus toscos, mal cobertos de barro, por um barro ressequido, gretado e tendo por teto palmas de *carnaúbeira* desfiadas. Na região *percorrida*, *raríssimas* são caiadas e não têm enormes buracos nas paredes. Não possuem absolutamente nada para um homem da cidade. Encontram-se quase sempre alguns peixes secos, cabaças vazias ou com sementes, um saco de farinha e uma trouxa de roupas, para melhor caracterizar, de trapos. Nada de malas de roupas, pois peças as que existem quase sempre são as que estão no corpo ou sendo lavadas na beira do rio. Um ou outro caldeirão de ferro, painéis de barro pelos cantos da casa ou no lado de fora jogadas pelo chão. Um girau de galhos grossos, nem sempre retos e, em

alguns, um pedaço de madeira como travesseiro, completa as camas de seus moradores. Até mesmo um fogão de barro encontra-se raramente.

A pesca é o meio mais fácil para obter alimentos.

Em torno da casa está a roça de onde tirará a outra parte do sustento. Normalmente à margem do rio e constando de plantações de feijão, milho, um pouco de cana de açúcar; próximo de Juazeiro, algumas aboboreiras, pequenas áreas com culturas de algodão, mamona, alguns canteiros de cebola; junto ao rio, aipim, enfim um pouco de cada cousa, ou melhor, "um de cada" como dizem.

Como auxiliar, em toda a parte, só o jumento, o "jégu". Raros carros de bois e nenhuma carroça para muares. Carroças só de tipo especial, em Sítio do Mato para a exploração do cedro existente no vale do rio Corrente.

O barranqueiro veste-se apenas de calça e camisa, encardidos, avermelhados, muitas vezes verdadeiros trapos. Tem-se a impressão de que pedaços foram arrancados para servirem de espantelho nas plantações.

As r
curas o
as dos
perman

O co
ranque
bitat"
rament
com a
a tez
sempre
redore
gem do
ranque
beber

Fina
Dono,
reside
até a

Ger
mal d
rio im
cem a
varejã
mador
identi

Qua
contra
por e
be-lhe
xar o
É um
a secc
num

Se
desde
de are
quena
ela nã
de pa
puxa-
mais
rinhel
se a
junto
gulha
leito
servir
movir
dura
jorna

Ess
dia t
o rio
rável
vê-se
não s
traba
alime
num

As mulheres usam roupas escuras ou vermelhas, tão sujas como os homens e cobrem a cabeça, permanentemente, com chales.

O companheiro de luta do barqueiro é o vaqueiro. Seu "hata" é a caatinga. Aparece raramente na margem do rio, sempre com a sua vestimenta de couro e tez ressequida. Nota-se quase sempre a sua presença pelos "corredores", espaços deixados na margem do rio entre as cercas dos barqueiros, e por onde o gado vem beber água.

Finalmente temos o barqueiro. Não tem um barco a vela, onde reside com a sua família e carrega a sua criação de galinhas.

Geralmente dada a direção normal dos ventos os barcos sobem o rio e são impulsionados por ele e descerem auxiliados pelos remos ou pelo arejão que deixa no peito do remador um calo permitindo logo identificá-lo.)

Quando o barco encalha ou encontra uma correnteza forte, como por exemplo nas corredeiras, caem-lhes também, das margens, puxar o barco com auxílio de cordas. É um trabalho insano, que durante a seca, pode ocorrer várias vezes em só dia.

Se no lugar do barco é um navio, desde que ele repouse num banco de areia, levam a âncora numa pequena embarcação, lançam-se com a náua e fixam-na com auxílio de paus. Com o guincho, então, puxa-se o navio para um lugar mais fundo. Enquanto isso os marinheiros caminham no leito do rio, e a profundidade é maior, nadam, junto do navio ou da âncora; mergulham, e muitas vezes firmam no leito varas compridas e procuram, servindo-se delas como alavancas, movimentar o navio. O trabalho dura horas e muitas vezes uma jornada inteira de trabalho.

Esses homens remam durante o dia todo, geralmente para descer o rio, quando o vento não é favorável. Pelo aspecto da embarcação nota-se que não tem onde dormir a não ser nos próprios bancos em que trabalham. Quando param, sua alimentação é feita na margem, num único caldeirão. As viagens

duram meses e os seus contratos são por viagem e numa absoluta promiscuidade vivem todo esse tempo. O barco comporta apenas três partes: o quarto do barqueiro e sua família, o depósito da carga e os bancos dos remadores. À noite em geral param na margem do rio e os homens dormem ao relento. Mesmo no pôr do dia o barqueiro pode-se observá-los dormindo no chão em torno de pequenas fogueiras. Nestas há uma tripeça que sustenta o caldeirão onde estão sendo cozidos os alimentos.

Seu trabalho é remar e fazerem-no durante todo o dia, desde o clarear até o escurecer, quando isso torna-se necessário. A sua sorte não é muito melhor que a do barqueiro.

IV

A produção animal é da caatinga, pois não havendo pequenas pastagens na margem do rio, o gado aproveita a época das chuvas para embrenhar-se em busca de alimentos e assim engordar e resistir depois ao período seguinte da seca.

Sua presença na margem do rio é maior durante a seca onde vem procurar água ou sal.

Um aspecto característico da região é o do gado que encontrando sal no barro das margens do rio vem lambê-lo, formando buracos que comportam perfeitamente uma pessoa dentro. (Fig. 6).

Há nas cidades uma indústria rudimentar de carne de sol. Em Remanso, num dos mercados era feita por vários pequenos fabricantes.

O gado da bacia, no trecho do Estado da Bahia, dirige-se para dois pontos mais importantes que são Feira de Santana e Amargosa. Tendo uma única finalidade, em ambos os casos, a de atingir Salvador.

O gado bovino é de porte muito menor ao que se encontra nos estados do sul do Brasil. Por deficiência de alimentação em certa parte do ano, por falta de cruzamento com elementos de melhor qualidade ou por condições naturais do solo o que acontece é que a carne é dura, pouco gorda, enfim de qualidade inferior.

A deficiência de alimentação chega a tal ponto que só conseguem atravessar o período da seca os animais que puderam acumular uma grande quantidade de gordura para suportar esse período de subalimentação. Ocasão há que terá que contentar-se com o capim seco, palma santa e plantas xerófilas.

Outra fonte de produção animal é a do peixe seco. Em certas zonas existem rudimentares organizações para a exploração desse produto. A pesca é abundante em certos locais denominados pesqueiros. Em Xique-Xique, na ocasião que passávamos, haviam pescado, na véspera, cerca de 45.000 peixes, e a

Encontram-se também couros, de pequenos animais, geralmente mal curtidos, em pequena escala.

A pecuária constitui uma preocupação constante para o agricultor. As plantações são cercadas, e muitas vezes mesmo no lado junto ao rio. As cercas resistem por sua construção peculiar às águas das enchentes, ocasião em que ficam completamente submersas.

A maior parte da produção é vegetal e caracterizada pelas culturas de vazante.

Os processos são os mais rudimentares possíveis.

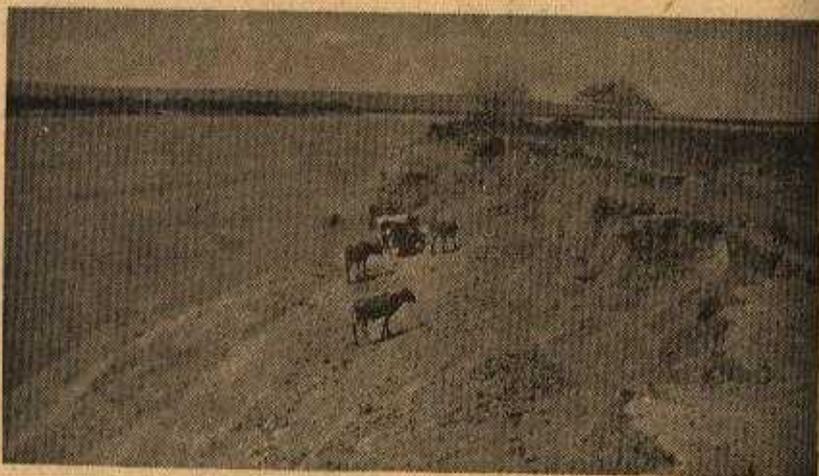


Fig. 6 — O gado procurando sal na margem do rio

quase totalidade de surubins. Em vista do vulto da pescaria perdeu-se uma parte por não ter sido possível a salga em todos os peixes por dois motivos: primeiro — concorreram para isso a falta de capital para a compra do sal ou financiamento e — segundo — a falta de instalações frigoríficas para a guarda do pescado em vista do pequeno número de pessoas que trabalhava na ocasião.

O peixe seco depois de enfiado, fica muitas vezes, semanas inteiras na margem do rio, ao tempo, esperando que um navio tenha espaço para transportá-lo.

No entanto o aproveitamento do vento, ainda que não resolvesse o problema da irrigação completamente, poderia facilitar esses trabalhos e mesmo para pequenas lavouras seria uma solução perfeitamente praticável.

Não há ignorância desse processo, o que lamentamos é uma falta de estímulo no aumento da produção criada, por uma série de fatores adversos ao homem, tais como: falta de transporte, estado sanitário e educação, etc.

Em mais de 1.000 quilômetros de percurso foram vistos apenas 3 moinhos de vento. Dois estavam

parados e quebrados, apenas um em funcionamento próximo a Remanso. Ao redor d'êste havia um verdadeiro oasis, com coqueiros e aranjeiras e outras árvores. Todos os moinhos haviam sido construídos com pedaços de lata e não tinham movimento rotativo para acompanhar a mudança da direção do vento.

Os arados ainda não são usados e todo o serviço é feito com auxílio da enxada.

Na bacia do rio Salitre, já próximo de Juazeiro, existe uma fazenda onde com a irrigação consegue-se resultados extraordinários.

Em Sítio do Mato existe uma grande produção de madeira, quase a totalidade de cedro, vinda da bacia do rio Corrente, mas prejudicada pela falta de transporte fluvial. Na ocasião da nossa passagem haviam cerca de 100 m³ empilhados há várias semanas, e os proprietários não tinham esperança de poderem transportá-los dentro de curto prazo.

A produção de lenha para consumo das Companhias de Navegação estende-se por todo o vale do rio. O seu preço em Juazeiro era de Cr\$ 6,00 por metro, que é uma medida arbitrária valendo aproximadamente 0,36 m. O preço aumenta à proporção que se sobe o rio, enquanto que a madeira também melhora de qualidade. O trabalho era feito por empreitada e pago a "metros" na base de Cr\$ 2,50 para corte e Cr\$ 1,30 para o transporte para a beira do rio.

Além da cêra de carnaúba já existe uma apreciável produção de algodão.

A produção mineral é tão desorganizada quanto as demais e toda proveniente da Chapada Diamantina. Na caatinga há alguma produção de cal para consumo das pequenas localidades próximas.

Nas proximidades de Xique-Xique há um garimpo com quase 4.000 trabalhadores. A produção aí é de ouro, pedras semi-preciosas e quartzo, esta já quase nula em vista de não poder competir com a de Minas Gerais que é de melhor qualidade.

V

Em seis cidades percorridas encontramos, apenas, em cada, uma escola estadual. Dessas todas só duas haviam sido terminadas enquanto que as demais achavam-se com as construções paradas, algumas já sofrendo a ação destruidora do tempo. Todas haviam sido iniciadas em 1935 ou 1936 portanto há cerca de 10 anos. Nada melhor para expressar o estado em que se encontra a instrução do vale do S. Francisco.

O índice de analfabetos varia no vale, e é maior do que no litoral.

Pilão Arcado, berço do cangaço até há poucos anos, ainda não possui uma escola, na verdadeira acepção da palavra. A sua escola estadual parecia estar antes em ruínas do que em construção.

Remanso foi mais feliz porque tem a sua escola estadual construída. É um grupo escolar de excelente aspecto. Tem grande frequência o que demonstra que a população do vale não é avessa a instrução, antes pelo contrário, está ansiosa por ela. Em todas as localidades havia sempre a queixa da falta de amparo estadual ou federal para a instrução do município.

Além das escolas estaduais existentes, nesse trecho médio, nada mais se encontra, sob esse aspecto, do que um colégio de freiras em Barra e alguns outros de particulares em Juazeiro e Petrolina.

Quanto à saúde notam-se já alguns postos de higiene, porém dotados de muito pequeno material e uma fraca dotação em dinheiro para as suas despesas. Por exemplo: o de Xique-Xique tinha uma verba de Cr\$ 40,00 segundo um médico da localidade, para as despesas mensais. A falta de medicação ante-palúdica era notada por toda a parte, mesmo em farmácias.

De prático, apenas, verifica-se o trabalho de religiosos, do Bispo da Barra, que percorrendo o rio distribui uma dose de medicação ante-palúdica à população ribeirinha.

VI

Depreende-se d'êste ligeiro estudo, mais particularizado sôbre o aspecto humano, que se acham inaproveitadas as grandes possibilidades que o vale oferece.

Se de um lado há a necessidade imperiosa do reaparelhamento dos meios de transportes fluviais, das construções de instalações portuárias e melhoria das condições de navegabilidade do rio, do outro há o fomento da produção. Problemas êsses que se acham intrinsicamente ligados.

Não se poderá pensar, naturalmente, no aproveitamento imediato de todo o vale, dada a pequena densidade de população existente, porém seria uma solução possível o início d'êsses trabalhos aproveitando-se os da população já existente. Aproveitamento êsse que se faria sob vários aspectos: educação, saúde, crédito aos produtores, irrigação e ensino agrícola-industrial.

A existência de energia elétrica viria concorrer para o aparecimento de inumeras indústrias cuja matéria prima existe em abundância. Para exemplificar podemos citar o beneficiamento da cera de carnaúba, operação que realizada no vale traria além da vantagem econômica para o produtor a de economia de espaço nos meios de transporte. Outra por exemplo a da pesca que exige a indústria do frio e muitas outras.

A iniciativa d'êstes empreendimentos dada a penúria em que se encontram os municípios, e a pequena renda do Estado, só poderá ser federal ou uma solução mista federal e estadual, ao mesmo tempo, o que seria mais aconselhável.

Quanto ao homem do S. Francisco tenho a impressão de que é material de excelente qualidade, desde que seja convenientemente preparado. Não será possível querer, de um momento para outro, transformar a mentalidade da população que já nasceu sob o jugo

impiedoso de uma natureza ingrata e viveu ao abandono das diversas administrações.

O aspecto do homem é muito bom, apesar do impudismo, da sub-alimentação e de outros fatores contrários. Os homens das nossas cidades não suportariam a árdua faina do vaqueiro, a jornada do remador e mesmo a lavoura de enxada, sob o sol inclemente, apesar das qualidades muito melhores que geralmente se lhes atribuí.

Que incentivo pode ter um indivíduo que nunca viu um posto agrícola com suas culturas racionais? que enfada algumas dezenas de quilos de peixe sêco e o vê ficar meses à espera de transporte, muitas vêzes à beira do rio, porque êle nunca sabe qual o navio que levará a carga?

Que podemos esperar de um agricultor que normalmente não possui dinheiro para comprar as suas sementes e mais do que isso é explorado por alguns poucos latifundiários que lhe negam a posse da terra? e assim por diante?

O problema é por demais complexo para caber neste pequeno estudo, mas merece a atenção de todos e exige a formação de uma mentalidade sadia e confiante para o aproveitamento dessa massa humana, de nosso próprio sangue. A elevação do seu nível de trabalho e de vida, perfeitamente possível evitará que, no futuro, êsses agrupamentos humanos fiquem em situação ainda mais deficiente, constituindo um encargo ao em vez de um apoio para a nação.

BIBLIOGRAFIA

O Rio da Unidade Nacional — Orlando M. de Carvalho.

Divisão Regional do Vale do S. Francisco — Prof. Orlando Valverde — Revista Brasileira de Geografia — Abril e Junho de 1944.

Vlagem Através de um Trecho do S. Francisco (Juazeiro a Pirapora) — Capitães Tácito Lívio Reis de Freitas, Newton Fontoura Oliveira Reis e Ubiratan Miranda — Revista Defesa Nacional — Maio de 1943.

Fotografias do Cap. Cyro Dentice Caldas.

Apostamentos para a História da 3ª Região Militar

Major RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

- I — Introdução.
- II — A "Galeria dos Comandantes da 3ª R.M."
- III — Duas palavras de explicação.
- IV — O primeiro comandante da 3ª R.M.
- V — O Rio Grande Militar anterior a 1809.

I — INTRODUÇÃO

Não tem sido salientado e proclamado sobejamente, por todos os nossos historiadores e escritores militares, o papel de indiscutível importância desempenhado pelo Rio Grande do Sul na história da formação da nacionalidade brasileira.

A situação geográfica da extrema meridional do território pátrio, contando com possessões e colônias outárias de nações européias, tornando nosso próprio país dependente ainda de uma delas, fez, sem dúvida, da antiga Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, desde os mais remotos tempos, a verdadeiro baluarte contra as investidas dos conquistadores estrangeiros. E, nas lutas contínuas e freqüentes então travadas, passaram a ser registados acontecimentos por vezes decisivos para a vida nacional, nos quais se destacaram vultos e figuras que hoje pertencem à História, por entre as glorificações merecidas e justas das façanhas que se têm sucedido no tempo.

No rol dessas personalidades celebradas, sempre se evidenciaram, naturalmente, os chefes e comandantes militares que dirigiram as operações desenvolvidas no Sul desse território, fazendo com que, ao assim dizer, se fundissem e confundissem, nos anais da posteridade, os registos dos feitos da gente riograndense com os peculiares ou inerentes ao Comando das operações empenhadas nas lutas.

Dessa forma, a história do Rio Grande e, em mais de um período, a própria história do Brasil como que se traduzem e se condensam nas páginas da história do Comando das Armas deste sector militar do País.

II — A "GALERIA DOS COMANDANTES DA 3ª REGIÃO MILITAR"

Ressalta assim, à evidência, o elevado interesse e o extraordinário valor histórico que apresenta a simples lembrança dos nomes dos Chefes militares que exerceram o Comando em aprêço, honrando-o e dignificando-o tanto na paz como na guerra.

A "Galeria dos Comandantes da 3ª Região Militar", incluindo todos esses nomes aureolados, revela, em consequência, todo um passado de tradições bélicas e patrióticas imperecíveis e gloriosas, bem como fases várias que poderão não ser tão brilhantes e apreciadas sob esse aspecto, mas que, de qualquer maneira, constituem períodos assinalados da nossa História, tão rica quanto empolgante. Aparecem ali, realmente, personalidades quase lendárias nos dias que correm, como aquêle circunspecto Conselheiro e Brigadeiro Dom Diogo de Souza, o fidalgo e conspicuo Marquês de Barbacena, o intrépido Marechal José de Abreu, Barão de Cerro Largo, e tantos e tantos outros; ao lado de figuras destacadas de Chefes mais recentes, podendo afirmar-se, mesmo, que os mais

ilustres soldados brasileiros de todas as épocas têm sua passagem registada no Comando Militar deste pedaço de nossa terra, muito justamente considerado o mais importante na divisão territorial militar do País.

É fácil avallar, por isso, o extraordinário valor histórico á que nos referimos anteriormente, apresentado pela "Galeria dos Comandantes da 3ª Região Militar". E eis porque nos pareceu prestarmos contribuição de utilidade aos estudiosos de nossas coisas militares com a divulgação, que ora fazemos, dos nomes de todos os distinguidos Chefes das nossas Forças Armadas que tão merecidamente a engalam.

III — DUAS PALAVRAS DE EXPLICAÇÃO

Queremos porém, antes de mais nada, dizer duas palavras de explicação, a respeito da organização dessa Galeria. Existiam no Quartel General da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, ainda há bem poucos anos, muitos quadros com os retratos de vários de seus antigos Comandantes, numa coleção iniciada pelo Tenente-Coronel Flaviano de Matos Vanique, então ainda Capitão. Achavam-se, no entanto, êsses quadros dispostos em diversas salas, sem ordem cronológica e com falta de muitas indicações indispensáveis, quanto aos retratados e aos períodos em que haviam exercido o comando. O Major Antonio da Rocha Almeida, exercendo as funções de Fiscal Administrativo do Q.G.R., tomou a iniciativa de reorganizar a coleção existente e começou a trabalhar no sentido de completá-la o mais possível, ao mesmo tempo que procurava estabelecer uniformidade nos quadros e até nas figuras fotografadas, de modo que a Galeria apresentasse aspecto atraente, pela harmoniosa disposição dos quadros e a maior homogeneidade nos retratos. Levado, então, pelo acentuado espirito de método que sabe imprimir á seus empreendimentos, assim como pelo gosto que tem aos estudos e investigações de assuntos de História, começou o Major Ro-

cha Almeida a realizar uma paciente reconstituição de fotografias antigas, a cargo do Estúdio Cánovas, no mesmo tempo que procedia a pesquisas demoradas, a fim de positivar dados já conhecidos, ou colher outros que lhe faltavam, tudo para poder perfeitamente assinalar e caracterizar a época correspondente a cada um dos muitos Comandantes da 3ª Região Militar. Ficou, em tais condições, quase completa a Galeria. E dizemos quase completa porque ainda não foram conseguidas as fotografias de dois comandantes — o Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado e o Marechal de Campo Elzeario de Miranda e Brito, bem como alguns dados sobre local e data do nascimento e morte de alguns outros mais. Entretanto, graças á iniciativa do Major Rocha Almeida, que contou, na ocasião, com todo o apoio do então Comandante da Região, General de Divisão Salvador Cesar Obino, o Quartel General da 3ª Região Militar apresenta régiamente á contemplação de quem o visita esplendida Galeria onde figuram os oitenta e tantos Marechais e Generais que passaram por seu Comando, desde os primórdios do Século 19, formando, talvez, a mais rica e mais numerosa Galeria de Comandantes de todas as nossas Regiões Militares. E não é só: — o trabalho do mencionado official foi ainda mais longe e reuniu em três albums artisticamente confeccionados reproduções nítidas, em tamanho reduzido, das fotografias que aparecem na Galeria, com indicações biográficas de cada Comandante e os períodos em que exerceram as funções inerentes ao importante cargo.

Quando procedia ás pesquisas exigidas pelo trabalho a que se dedicara, organizou o Major Rocha Almeida uma relação dos Comandantes da 3ª Região Militar, ainda incompleta, mas na qual foram incluídos não somente os comandantes efetivamente nomeados, como todos os que o têm sido em caráter interino, em virtude de substituições regulamentares. Embora sem ser completa, essa relação foi, não obstante, publicada pela revista

"Nação Armada" (n. 72, de outubro de 1945), sem nenhuma referência quanto a seu autor, nem quanto a sua origem, ou procedência. Para a divulgação que ora fazemos, os dados constantes dessa relação serviram-nos de subsídio valioso e indispensável, pois nos permitiram organizar uma lista em ordem cronológica e que inclui os comandantes efetivos e interinos, rigorosamente na sequência dos períodos em que se foram sucedendo, desde 1809 até 12 de abril do corrente ano, quando a 3ª Região Militar perdeu, com o falecimento do General de Divisão Gustavo Cordeiro de Farias, o seu 84º Comandante efetivo e o 114º entre interinos e efetivos.

IV — O PRIMEIRO COMANDANTE DA 3ª REGIÃO MILITAR

Os anais históricos da 3ª Região Militar assinalam, efetivamente, a passagem de cento e catorze oficiais pelo seu Comando, desde 9 de outubro de 1809, data em que assumiu o alto cargo de Governador e Capitão-General da Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul o Conselheiro e Brigadeiro Dom Diogo de Souza, posteriormente 1º Conde de Rio Pardo.

Era o Brasil, então, sede do Reino de Portugal e Algarves, pois que para nossa terra se trasladara o Rei D. João VI ante a invasão das tropas francesas, e a região do Sul fôra elevada a Capitania Geral por Carta Régia de 19 de Setembro de 1809, sendo Dom Diogo nomeado seu primeiro Governador e Capitão-General, com as funções de autoridade civil e de comandante militar, simultaneamente.

Passava, em tais condições, todo o denominado Território do Sul a ser uma Capitania independente, com governo autônomo e comando militar não mais subordinado ao de nenhuma outra das demais regiões do Brasil. O acontecimento marcava uma fase nova na vida política, administrativa e militar do velho Continente do Rio Grande de São Pedro. E o começo desse período de tanta significação, assinalado pela posse de Dom Diogo de Souza como Governador e Capitão-General em 9 de outubro de 1809,

representa, também, o marco inicial da história gloriosa da 3ª Região Militar, cuja criação oficial, em sua origem mais recuada, assenta, indiscutivelmente, na mencionada Carta Régia de 19 de Setembro de 1807. Por isso mesmo, afigura-se-nos de inteira oportunidade e da maior importância a reprodução dos termos dessa célebre Carta Régia, cujo texto integral colhemos dos "Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense", vol. I, na tese intitulada "Memórias Históricas e Comentários", apresentada pelo Tenente-Coronel José Otaviano Pinto Soares. Diz o seguinte a Carta de Dom João VI, erigindo o Governo da Capitania do Rio Grande do São Pedro do Sul em Capitania Geral:

"D. João por graça de Deus, príncipe de Portugal e dos Algarves daquém e daliém mar, em África, Senhor da Guiné, e da conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que atendendo a que a grande distância em que fica do Rio de Janeiro a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, e o aumento que tem tido há anos em população, cultura, e comércio, exigem pela sua importância quem possa vigiar de perto sobre os interesses de seus habitantes, e da minha Real Fazenda:

Sou servido desanexar este Governo da Capitania do Rio de Janeiro, a que até agora está sujeito, e erigi-lo em Capitania Geral, com a denominação de — Capitania de São Pedro, a qual compreenderá todo o Continente ao Sul da Capitania de São Paulo, e as ilhas adjacentes, e lhe ficará subordinado o Governo da ilha de Santa Catarina. E atendendo outrossim às luzes, zelo, e fidelidade, com que o Conselheiro D. Diogo de Souza se empregou nos dois Governos de Moçambique e Maranhão: Sou servido nomeá-lo Governador, e Capitão General da sobredita Capitania de São Pedro, por tempo de três anos, e o que eu fôr servido: esperando me continuará a servir da mesma forma na criação e Go-

vêrno desta nova Capitania Geral; com a qual haverá o sôldo de quinze mil cruzados em cada um ano na conformidade das minhas Reais Ordens, e gozará de tôdas as honras, poder, mando, jurisdição e alçada, que tem, e de que usam os meus Governadores e Capitães Generais que por instruções e ordens régias for concedido, com subordinação sômente ao meu Vice-Rei, e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil, como a tem os mais Governadores dêle. Pelo que mando ao Governador da Capitania do Rio Grande do Sul, que ora é, ou a quem seu cargo servir, dê posse ao dito Conselheiro D. Diogo de Souza do Govêrno da sobredita Capitania de S. Pedro, etc. Dada na cidade de Lisboa, aos 19 de setembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1807. — Príncipe com guarda. — D. Fernando José de Portugal, Presidente."

O Conselheiro e Brigadeiro Dom Diogo de Souza foi empossado no govêrno da nova Capitania Geral pelo Vice-Almirante Paulo José da Silva Gama, conforme o auto respectivo que inserimos noutro capítulo destes Apontamentos.

O futuro organizador e comandante do "Exército Pacificador da Banda Oriental", como primeiro Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro, vem a ser também, portanto, muito acertadamente, o primeiro comandante da atual 3ª Região. E sua figura nobre e austera aparece, assim, na primeira emolduração artística da preciosa "Galeria dos Comandantes da 3ª Região Militar", inaugurando brilhantemente êste Comando de tão destacado relêvo na vida da nacionalidade.

V — O RIO GRANDE MILITAR ANTERIOR A 1809

Antes da elevação do Rio Grande a Capitania Geral, no entanto, muitos chefes ilustres ali se salientaram e desenvolveram notável atividade na defesa do território brasileiro, num período longo e atribulado. A História guarda seus nomes carinhosamente e com respeitosa devoção, tributando-lhes tôda a benemerência a que fazem

jus. E nos feitos admiráveis que praticaram com denodo é que se podem achar as origens remotas do espírito de sacrifício e de patriotismo que sempre tem animado a gente riograndense e, bem assim, as raízes mais profundas das tradições magnificas e empolgantes que enriquecem as páginas brilhantes de nossas crônicas militares.

Remontar a essas origens, volver por um instante a essas raízes indestrutíveis é, por conseguinte, não apenas um elementar dever dos bons patrióticos, mas uma necessidade que os sentimentos civicos nos impõem, a fim de melhor nos retemperarmos em nossos ideais de bem e fielmente servirmos à Pátria, com dignidade, altivez e muito amor. Além disso, porém, no estudo que estamos fazendo, essa volta pelo passado nos vai permitir, ainda, encontrarmos algumas proveitosas indicações sôbre a evolução que veio sofrendo, no decorrer dos tempos, o Comando da 3ª Região Militar. Porque, se é exato que a verdadeira história da Região se deve contar, com precisão, dos princípios do Século 19, com a criação da Capitania Geral e a posse de Dom Diogo de Souza, seu primeiro titular, não menos certo nem mais justo parece considerarmos os períodos anteriores como as bases fundamentais em que se estrutura o rico patrimônio de glórias que constituem os anais históricos do atual Comando do principal teatro de operações da divisão militar do País.

Dentro dessa ordem de idéias, então, podemos considerar que o mais antigo e secular traço desta trajetória fulgurante reside, precisamente, no velho Presídio Jesus-Maria-José, fundado pelo Brigadeiro José da Silva Pais em 19 de fevereiro de 1737 e do qual se originou a atual cidade do Rio Grande.

O Brigadeiro Silva Pais comandou o Presídio até 11 de dezembro daquele ano de 1737 sendo substituído pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, que até então exercera o cargo de comandante da Praça de Montevideú, e cujo comando no Presídio durou até 22 de dezembro de 1740.

Foi nesse período e em virtude de ponderações de seu governador militar que, por ata de 11 de agosto de 1738, passou o Rio Grande a constituir com Santa Catarina uma única Capitania, desligada da administração de São Paulo, a que pertenciam desde 1710, dependente, porém, do Governo do Rio de Janeiro.

Ao Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho sucedeu o Coronel de Dragões Diogo Osório Cardoso. Durante seu comando, Gomes Freire de Andrade veio ao Sul, como representante do governo português na demarcação dos limites com a Espanha, em consequência do Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750.

Tinha o Rio Grande já, por essa época, dois núcleos de povoação em franco desenvolvimento: — um marítimo, denominado São Pedro, orlundo do Presídio Jesús-Maria-José, e outro no interior, Viamão, a antiga Capela Grande, criada em 1742. Não constituíam ainda esses núcleos os Distritos ou Fronteiras que se tornaram, depois, tão conhecidos e famosos pelas porfiadas pugnas de que foram cenário grandioso, mas a Zona de Viamão, como observa o Coronel Rego Monteiro na "Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul", onde colhemos estes e outros dados aqui mencionados, já reunia um grande número de estâncias, que atingiam o Gravataí e o Guaíba, então chamado "Rio de Viamão", pois o grande estuário era aproveitado como "Pôrto de Viamão" para as comunicações marítimas com São Pedro. E precisamente nesse pôrto, com a chegada de Gomes Freire, tinha começo o terceiro centro de desenvolvimento da Capitania: — o "Pôrto dos Casais", no local onde se haviam instalado os primeiros açorianos chegados ainda no tempo da Comandância do Coronel Diogo Osório Cardoso e de onde surgiria a futura cidade de Pôrto Alegre, atualmente capital do Estado e sede do Comando da 3ª Região Militar.

Exercia o cargo de comandante militar do Rio Grande, na época, o Tenente-Coronel Paschoal de Azevedo, nomeado em Carta Régia de 28 de junho de 1752 e substituído,

em 17 de janeiro de 1761, pelo Coronel Ignacio Eloy de Madureira.

Em virtude do florescimento de seus núcleos de povoação e graças ao desenvolvimento de suas terras, o Rio Grande acabava de sofrer, por essa ocasião, uma reforma importante em sua administração. A antiga Comandância Militar, que dependia de Santa Catarina, foi transformada em governo militar independente, por ato de 13 de agosto de 1760, e passou a formar uma Capitania a parte, subordinada diretamente ao governo do Rio de Janeiro. E o Coronel Ignacio Eloy de Madureira foi nomeado primeiro governador da nova Capitania por Carta Régia de 9 de setembro do mesmo ano de 1760.

O Coronel Madureira governou o Rio Grande e foi seu comandante militar até 1 de setembro de 1783, quando o substituiu nas funções o Tenente-Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, até então comandante do Distrito de Viamão.

Durante o comando do Coronel Ignacio Eloy de Madureira, ocorreu a invasão do território riograndense pelo exército espanhol sob as ordens de D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires (8 de abril de 1763). Iniciavam-se, assim, as lutas encarniçadas de que a raia meridional se tornou teatro e que se prolongaram pelo espaço de 14 anos, interrompidas apenas por ligeiros períodos de "paz armada", ou de "ensarilhar de armas". Em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso (1 de outubro), verifica-se um interregno pouco mais de 1800 sobrevém nova guerra entre Portugal e Espanha, trazendo, como sempre, agitações e reflexos sangrentos nas colônias sul-americanas. O Tratado de Badajoz (6 de junho de 1801) encerra a rápida contenda, porém seus termos só foram conhecidos e divulgados no Rio Grande em 17 de dezembro de 1801. E, enquanto isso, o pouco do território riograndense que ainda restava em poder dos espanhóis foi reconquistado galhardamente pelas tropas ao mando do Coronel Manuel Marques de Souza e do Tenente-Coronel Patrício José Corrêa

da Câmara, secundadas valentemente, na região das Missões dos Sete Povos, pelo denodo e intrepidez dos paisanos chefiados por Manuel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto.

Neste largo período de mais de trinta anos, cinco foram os chefes militares que se sucederam no comando das forças que estacionavam e operavam no território do Rio Grande de São Pedro, em tentativas vigorosas e repetidas para expulsar o estrangeiro invasor.

E, quando se realizavam as derradeiras jornadas dessa verdadeira epopéia de bravura, estava o governo confiado à perícia do experimentado Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, investido na administração da Capitania e no Comando Militar desde 31 de maio de 1780. Governou Veiga Cabral, portanto, durante vinte e um anos, mas veio a falecer na vila do Rio Grande, a 5 de novembro de 1801, exatamente quando as tropas portuguesas se movimentavam para coroar de maneira definitiva e brilhante suas continuadas vitórias contra o inimigo, partindo de Cerro Largo para atacar o Forte de Santa Teresa.

Com o falecimento do Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara assumiu o governo do território e o comando das forças o Brigadeiro Francisco João Roscio, que foi substituído pelo Chefe de

Esquadra, Vice-Almirante Paulo José da Silva Gama. Este governou até a elevação do Rio Grande do Sul a Capitania Geral, sucedendo-lhe o Brigadeiro e Conselheiro Dom Diogo de Souza, em 9 de outubro de 1809, como primeiro Governador e Capitão-General da nova Capitania de São Pedro.

Para completar estas ligeiras notas sobre o Rio Grande militar anterior a 1809, damos a seguir a relação dos Comandantes Militares que, em caráter efetivo, serviram no território riograndense, desde o Brigadeiro José da Silva Pais, compreendendo os reinados de D. João V, D. José I, D. Maria I e D. João VI. Esses Comandantes Militares, como já acentuamos, pelos trabalhos e serviços notáveis prestados na defesa do Rio Grande e do Brasil contra a invasão estrangeira, já têm seus nomes consagrados na História e não se torna necessário exaltar-lhes mais os merecimentos que possuem, para justificar a pequena homenagem que lhes tributamos muito justamente, como os antecessores ilustres e gloriosos dos Chefes que, sucedendo-os no comando das forças do território riograndense, formam a pleiade magnífica de Comandantes da 3ª Região Militar.

É a seguinte a relação dos Comandantes Militares do Rio Grande desde 1737 a 1809:

Número de ordem	Nome — Pôsto e Título	Comandou	
		de	a
1	Brigadeiro José da Silva Pais.....	19. 2. 1737	11. 12. 1737
2	Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho	11. 12. 1737	22. 12. 1740
3	Coronel de Dragões Diogo Cardoso Osório	22. 12. 1740	28. 6. 1752
4	Tenente-Coronel Paschoal de Azevedo...	28. 6. 1752	17. 1. 1761
5	Coronel Ignacio Eloy de Madureira.....	17. 1. 1761	1. 9. 1763
6	Tenente-Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto.....	1. 9. 1763	16. 6. 1764
7	Coronel Custódio José de Sá e Faria....	16. 6. 1764	23. 4. 1769
8	Coronel José Marcelino de Figueiredo...	23. 4. 1769	26. 10. 1771
9	Coronel Antonio da Veiga de Andrade...	26. 10. 1771	11. 6. 1773
8/2	Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo	11. 6. 1773	31. 5. 1780
10	Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara.....	31. 5. 1780	5. 11. 1801
11	Brigadeiro Francisco João Roscio.....	5. 11. 1801	20. 1. 1803
12	Vice Almirante Paulo José da Silva Gama	20. 1. 1803	9. 10. 1809

(Continua)

A LEI DE PROMOÇÕES

Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, do E.M.E.

Finalmente, a 27 de junho último, apareceram na imprensa da Capital, com títulos destacados, as "Promoções no Exército".

Corresponderam elas ao segundo trimestre de 1948 e foram supostas assinadas desde o dia 25, data para isso fixada em lei.

Desta vez, graças ao reajustamento de efetivos últimamente procedido, vieram bem numerosas, particularmente com referência a postos altos, nas armas de Infantaria e de Cavalaria.

Grande foi, também, o contentamento dos camaradas que ascenderam na escala hierárquica e, sem exagero, podemos afirmar que o Exército inteiro se movimentou na troca dos clássicos cumprimentos e na permuta dos abraços amistosos que apreciável aumento trouxeram aos serviços dos Correios e Telégrafos.

Mas, ao lado disso, ainda desta vez infortunadamente, não faltaram em abundância, comentários desfavoráveis que puseram em evidência profundas desilusões.

Primeiro a demora na publicação fazendo supor que algo de anormal estivesse acontecendo.

Depois, a infeliz coincidência, logo descoberta, de possuírem a amizade de personalidades ilustres e influentes, de dentro e de fora do Exército, alguns oficiais que preteriram a mais de dez, vinte e até quarenta camaradas.

Por fim, ainda, o surpreendente "por antiguidade" concedido a certos oficiais cujas fés de officio bem conhecidas e cujos altos conceitos de que gozam entre seus pares e seus superiores, impunham uma única forma de promoção, a "por merecimento".

Sentimentos de descrença e de desânimo não se puderam esconder ao se conhecerem os nomes dos preteridos e dos desprezados nos seus méritos.

Algumas narrativas e alguns diálogos, absolutamente verídicos, bem revelando a existência daqueles sentimentos, não escaparam aos nossos ouvidos.

* *

"O Major... é, ninguém nega, ótimo e competente oficial de Estado-Maior. Possui, além dos cursos normais, alguns não obrigatórios, pois, usava em outros tempos, a *espora de ouro*..."

Em todos esses cursos colocou-se sempre à cabeça das turmas. Tem servido com devotamento, discreção e eficiência em lugares de muito destaque tanto aqui no Rio, como no Sul e no Norte do País.

De que valeu tudo isso? Nas duas últimas promoções vem sendo preterido por companheiros até de uma turma posterior à sua."

* *

— "Você foi promovido?"

— "Não. Desta vez, porém, tive a sorte de não ser *caroneado*. Na próxima não escaparei. Disso estou certo. São vários os camaradas mais modernos do que eu que se encontram no quadro de acesso por merecimento e eu não entrei nesse quadro. Meu amigo General... já faleceu. Não tive a quem pedir."

* *

— "Agora vou trabalhar dois terços menos do que fazia."

— "Porque?"

— "Nestas promoções level várias caronas. Estabelece a lei que dois terços das promoções de Major são por merecimento e eu fiquei incluído naquele terço restante dos elementos inferiores... Há companheiros que têm obrigação de se esforçar mais dois terços do que eu."

— "Não fique desiludido. De há muito que as coisas se vêm passando da mesma forma. Veja o meu caso:

Sou Tenente-Coronel antigo. Fui sempre como você sabe um animado pela nossa profissão. Na minha turma da Escola Militar tirei o 6º lugar; na Escola de Aperfeiçoamento fui o 2º da turma; na Escola de Estado-Maior não fui dos últimos. Como Tenente e como Capitão tive a preocupação de satisfazer cedo a todas as condições estabelecidas em lei para o acesso por merecimento. Arregimentação, serviço fora do Rio (zona), cursos, enfim, cumprimento exato do dever em todas as situações. Nunca deixei uma função sem elogio e sem o interesse de meus Chefes diretos para que continuasse nela por mais tempo. Pois bem, quando chegou a ocasião de ser apurado o merecimento fiquei do lado de fora do quadro e na iminência de ser preterido por dois camaradas que, durante muito tempo, tinham sido subalternos da minha Companhia, eles ainda Tenentes e eu já Capitão. Foi a maior decepção da minha vida profissional. Continuei a trabalhar da mesma forma, porém, sem querer mais *nem ouvir* falar em promoção. E era esse ainda o meu ânimo quando, anos depois, servindo no Norte do País, recebi de um amigo, telegrama de felicitações por ter sido incluído na lista de merecimento para a promoção a Tenente-Coronel. Um crédito de boa vontade abriu-se novamente em meu espírito. Iria

ser reparada a injustiça que da outra vez me alcançara, da qual estava eu, ainda, intimamente convencido? Nova desilusão. Fui promovido a Tenente-Coronel por antiguidade. Alguns camaradas quiseram me explicar o motivo: Eu era número baixo alcançado, portanto, pelas vagas de antiguidade. Saindo por merecimento impediria a promoção de camarada mais moderno presente também no quadro de merecimento. Como se isto fôsse consolo!"

Sem dúvida que, em tudo isso, alguma coisa deve estar errada. E essa coisa, supomos, será a atual "Lei de Promoções".

Uma lei só é sábia quando não permite injustiças nem subversão de princípios na sua aplicação.

Felizmente que o assunto começa a ser novamente agitado no meio militar.

Escrito por brilhante oficial, insuspeito para tratar da matéria, por isso que, sendo já Coronel, pouco se beneficiará pessoalmente com o que de novo for estabelecido, encontra-se no número de junho da "A Defesa Nacional" interessante trabalho, no qual, novas bases se propõem para a organização dos quadros de oficiais e para a respectiva regulação do acesso nesses quadros.

Muito bem recebidas foram as idéias ali externadas e temos a certeza de que camaradas possuidores de outros estudos e de novas idéias, não tardarão a trazer sua contribuição ao debate do problema.

Naturalmente as páginas desta mesma Revista, que já tem tradições na defesa dos interesses justos da classe militar, estarão para isso sempre abertas.

Alguma coisa de útil se haverá de fazer por um Exército maior, por um Exército melhor.

A direção da guerra, como o comando, não se exerce somente quando rompem as hostilidades. É desde a paz, e principalmente durante esta, que se preparam as derrotas e as vitórias. — (CEL. J.B. MAGALHÃES).

A taro
ravam-se
e a fim
quanto
vales as
e azulad
haviam
gressiva
contro d
a terra r
o sono c
Sob o
do crep
mesma s
e das co
savam r
a cidade
e o mar
gloss e o

"Como
e o espir
da calma
tureza; e
tarde con
contemp
refletido
seu mur

Homen
ria rep
se de fat
existir.
téria é
um esta
parece
Açúcar,
mero de
incalcul
seu todo
cipita-se
a veloci
dos mov
translaç
próprio

UM POUCO DE BOM HUMOR... (*)

Cel. X.

A tarde ia morrendo... Dou-ravam-se os cimos das montanhas e a fimbria dos horizontes, enquanto desciam para o fundo dos vales as primeiras camadas tênues e azuladas do crepúsculo que se haviam de adensar e subir progressivamente para os céus, ao encontro da noite, como a envolver a terra num manto estrelado para o sono da natureza.

Sob o influxo da hora misteriosa do crepúsculo, que envolve na mesma suavidade a alma dos seres e das cousas, dois homens conversavam recostados, olhando do alto a cidade a seus pés, as montanhas e o mar distantes: — eram Pangloss e o Homem Insatisfeito.

"Como é repousante para o corpo e o espírito a contemplação superior da calma e da imobilidade da natureza, envolta na doçura de uma tarde como esta"... dizia Pangloss, contemplando o mundo exterior refletido no quadro optimista do seu mundo interior...

Homem Insatisfeito — "Como seria repousante, melhor dirias tu, se de fato tal tranquilidade pudesse existir... A imobilidade da matéria é uma aparência, ou antes, um estado relativo. Tudo quanto parece imóvel, como o Pão de Açúcar, é sede de inapreensível número de movimentos internos, de incalculáveis energias potenciais, e seu todo, majestoso e firme, precipita-se através do espaço com a velocidade fantástica resultante dos movimentos de rotação e de translação da Terra, somados à do próprio sistema solar, que se lança

vertiginosamente para determinado ponto do universo.

Pangloss — Que importa isto, se o espírito se conserva calmo, se não sente as vibrações e os movimentos que escapam aos olhos da matéria?

Homem Insatisfeito. — Tal como a matéria, o espírito humano jamais permaneceu inativo. Sua energia imanente o impele sempre para a realização de um ideal que, não raro, é tão inatingível como o próprio infinito, e tão indefinível como a perfeição. As causas primárias, a finalidade das cousas, como a perfectibilidade, são objetivos utópicos, cujo conhecimento sempre atraiu e martirizou os espíritos.

A inteligência é finita, só a imaginação não conhece limites. Imaginar, porém, não é saber, e somente a relatividade é acessível à compreensão humana. Ora, as causas primárias e a perfeição são cousas absolutas; conhecê-las, portanto, é um ideal utópico.

P. — Tens razão. Entretanto, o próprio conceito da utopia é também relativo, pois o progresso incessante dos conhecimentos humanos tem permitido transmutar muitas delas em realidades positivas. Por isso, os objetivos utópicos constituem, muitas vezes, a mais poderosa e constante das forças que impelem os espíritos no anseio de realizar o ideal. E dessa luta perene da inteligência aliada à imaginação, resultaram sempre progressos para a ciência e, quase

(1) Escrito em fins de 1946.

sempre, benefícios para a humanidade.

H.I. — Nem sempre, meu caro. Como o movimento, para a matéria, a atividade é a lei para os espíritos. A imaginação é a fonte de energia que a razão deve orientar objetivamente. A hipótese é um lance da imaginação; a inteligência a destrói ou confirma.

Na remota antiguidade, procuravam os homens entender-se com os deuses e, para torná-los propícios à realização dos seus designios, procuravam captar-lhes a boa vontade mediante ritos e sacrifícios que supunham ser do seu agrado. Depois, interrogavam também os astros. Mais tarde, quando consideraram a riqueza material como base da felicidade e do bem-estar humanos, encaneceram-se as cabeças dos sábios na porfada busca da pedra filosofal. Mas, por uma ironia atrás do destino, quando, afinal, o espírito humano conseguiu penetrar no mistério do átomo, foi para transformar a matéria, não no metal precioso, mas num metal vil, o chumbo...; não para garantir o bem-estar da humanidade, mas para destruí-la com a bomba atômica.

P. — Mas, por que negar preliminarmente que, embora perseguindo um ideal utópico, talvez se possa chegar à paz universal dos espíritos?

H.I. — Eis a moderna utopia, a mais humana e generosa das utopias, que impele os espíritos de escol para outro ideal tão inatingível quanto o infinito e a perfeição: — a paz universal.

O conagração dos homens é já uma condição de perfectibilidade. Entretanto, aos homens dentro de um povo, e aos povos no conjunto mundial, só uma força tem conseguido, por vezes, unir relativamente: — o perigo comum, — o que equivale dizer, o instinto de conservação, e não a inteligência.

P. — Não desesperemos, no entanto, que os esforços sinceros para encontrar um meio de evitar a guerra ou de, pelo menos, dificultar-lhe o desencadeamento, con-

sigam lograr êxito um dia. O tempo é a quarta dimensão das cousas, como é, também, o fator constante de tôdas as realizações. O instantâneo não existe.

H.I. — Sim, não desesperemos, pois a vida é uma esperança perene. Mas êsse dia a que aspiras, certamente não será dos nossos. Foi, com efeito, graças ao concurso de séculos de esforços contínuos que a humanidade veio do paganismo e do fetichismo aos sistemas filosóficos e às religiões espirituais; da alquimia e da metafísica pura à química e às demais ciências positivas; da astrologia à mecânica celeste, etc.

Hoje ninguém mais vê nas manchas solares ou nos quartos da lua motivos de superstição, mas não nega que a quantidade de luz emitida ou refletida, pode influenciar o subconsciente e a vida vegetativa. No domínio da moral, entretanto, as transformações não foram tão positivas. Não há épocas de barbaria, de feudalismo ou de civilização. O mundo atual é, a um tempo, bárbaro, feudal ou civilizado. Tudo depende da preponderância local ou temporária desses sentimentos, que só a educação pode impelir no bom sentido.

Ora, a guerra é um problema essencialmente da moral; nela ressurgem o selvagem primitivo que apenas uma camada muito superficial de verniz de civilização mal encobre.

P. — É bem possível, portanto, que se a humanidade se dispuser a reeducar várias gerações no horror à guerra e no culto da dignidade humana, as forças da razão consigam, um dia, banir a guerra da face do mundo. Quando o egoísmo, o mau egoísmo que nada constrói, deixar de ser o mais geral e enraizado dos sentimentos do homem, para ceder o lugar ao altruísmo e pôr um freio às ambições desmedidas e cegas, abrir-se-á, então, a nova era, a era da paz universal. O desarmamento geral será o corolário natural, porque o conagração dos homens substituirá o regime da paz armada e do assassinio legal.

Esse esforço gigantesco do mundo inteiro, em prol da implantação do sentimento de fraternidade universal, precisa ser iniciado sem perda de tempo, porque só assim poderemos livrar os porvindouros do flagelo das guerras no mais próximo futuro possível.

H.I. — É este, sem dúvida, um dos problemas essenciais do bem-estar da humanidade, ao qual não podem ser indiferentes os homens de boa vontade que tomaram sobre os ombros o formidável encargo de construir a paz universal. Eis aí, porém, onde reponta o caráter utópico desse ideal. Como conseguir elevar todos os povos do mundo ao mesmo grau de civilização moral? A maior força coercitiva da selvageria, que é a crença religiosa sincera e bem compreendida, desertou os corações e dela restou apenas o ritual, as exterioridades, a hipocrisia. Não vimos, mesmo, o estranho paradoxo das cruentas guerras "religiosas"?

P. — Será uma obra a refazer. Entretanto, para iniciá-la, as providências preliminares e preparatórias do advento da era da paz, não seriam muito numerosas nem de difícil compreensão. As fundamentais, as que deviam ser aceitas e praticadas, desde já, pela totalidade das nações, politicamente independentes ou não, poderiam ser definidas em alguns princípios gerais, mais ou menos assim:

1. — Restabelecimento das fronteiras fixadas depois da guerra de 1914-1918, com exclusão das regiões historicamente habitadas por outros povos, que não os da metrópole, ou segundo os desejos manifestados mediante rigoroso plebiscito em que só tomariam parte seus habitantes de antes da guerra;

2. — O problema da superpopulação, considerada esta como existente desde que a densidade demográfica excedesse de "tantos" habitantes por quilômetro quadrado das áreas cultiváveis de cada país, seria resolvido pela imigração voluntária para as colônias ou para outros países, obrigando-se estes a receber imigrantes de qualquer procedência, até o máximo de "tantos"

por cento de sua população, respeitadas os limites das áreas cultiváveis acima estabelecidos;

3. — Revisão, nessa base (superpopulação, áreas cultiváveis) da repartição das terras coloniais dos atuais impérios, ou abertura das mesmas à imigração de outros povos, até à saturação demográfica estabelecida para cada colônia, e de acôrdo com as particularidades de vida que lhe fôr peculiar;

4. — Educação moral, cívica, política e física, por todos os meios, estatais ou privados, da mocidade de todo o mundo, com o objetivo inflexível de incutir nos jovens o horror à guerra, o amor aos princípios da fraternidade universal, sob todos os seus aspectos, e o respeito absoluto à vida, à dignidade e aos direitos do próximo;

5. — Extinção de todos os exércitos de terra, do mar e do ar. Em cada país haveria apenas uma polícia terrestre (cassetete e revólver), para garantia da ordem pública; uma polícia marítima e aérea, para vigilância aduaneira, enquanto o regime da livre troca do que falta a uns pelo que sobra a outros não fôsse adotado por todas as nações. O efetivo da polícia terrestre seria rigorosamente proporcionado à população de cada país, e as duas outras ao número de portos marítimos ou fluviais a vigiar;

6. — Proibição absoluta da fabricação de armas de fogo e de outros engenhos que possam servir para a guerra. Cada govêrno manteria uma fábrica de armas e de munições destinadas às polícias, que produziria na justa medida das necessidades internas. Todos os govêrnos fiscalizariam as atividades e o aparelhamento das indústrias que pudessem transformar-se em produtoras de material de guerra (armas e explosivos), obrigando-se a admitir a fiscalização internacional sempre que fôsse solicitada por outras nações;

7. — As tarifas aduaneiras já-mais poderiam encarecer as utilidades importadas de mais de 20 %, e vigorariam durante o prazo máximo de 10 anos, e só seriam man-

tidas no caso de equivalência de qualidade entre os produtos nacionais bastantes e os estrangeiros ;

8. — Nenhum industrial ou explorador de serviços de utilidade pública poderia auferir lucros superiores a 30 % dos capitais realmente invertidos nessas empresas ;

9. — Nenhuma mudança de regime ou de governo seria reconhecida pelas demais nações, se não se processasse mediante plebiscito rigorosamente fiscalizado por comissões internacionais enviadas pelos governos das nações interessadas ;

10. — Uma Côrte Internacional de Justiça, constituída por um jurista e seu suplente, homens apolíticos de reconhecida idoneidade e escolhidos por seus pares, em cada nação, decidirá as pendências entre governos que não tenham podido chegar a uma solução. Seus arrestos serão inapeláveis, e somente um ano depois de pronunciados poderão ser revistos caso os interessados o desejem, e em face de novos argumentos ou razões.

E etc., etc...

Aceitos e praticados por tôdas as nações os princípios acima definidos, talvez em menos de um século tenham desaparecido da face da terra os mais remotos pretextos de lutas fratricidas, entrando o mundo, afinal, na era da paz universal ;

H.I. — Parece que exageras o teu optimismo...

P. — Serão absurdos ou inexecutáveis tais princípios? Não existem meios de pô-los em prática universalmente? Então, para que insistir na farsa da eliminação das guerras, da *decretação* da paz universal por *tratados solenes*?

H.I. — Vês? Anoiteceu, e com as sombras da noite parece que também se ensombraram teus pensamentos... Com efeito, meu caro Pangloss, o que se tem visto é que esses famosos tratados, quando não desencadeiam guerras imediatas, encerram os germens de uma futura guerra, cuja preparação se

processa à sombra deles, graças ao tempo que permitem ganhar.

Onde a base de sinceridade e de confiança garantidoras do respeito aos compromissos assumidos, quando das próprias discussões do *acôrdo solene* transparecem as desconfianças irredutíveis, as rivalidades de interesses de toda a natureza que se não harmonizarão jamais, e a intenção latente, da parte de alguns, de respeitá-lo apenas enquanto não houver outro remédio?

P. — Resta, então, ao que te parece, uma alternativa somente: esperar pela ação regeneradora do tempo, ou viver em perene paz armada?

H.I. — Talvez não haja mesmo uma alternativa. A ação do tempo será mesmo regeneradora por si só? Nos processos de combate, pelo menos, não o tem sido. O combate antigo era leal, os homens se batiam frente a frente, peito a peito. Do vigor físico e da coragem individual dependiam as vitórias. De então para cá, a maneira de combater tornou-se cada vez mais traiçoeira; a guerra moderna é o domínio da emboscada sob tôdas as formas imagináveis. Ora, isto é natural, porque a guerra é, em si, essencialmente amoral e desumana. O instinto de conservação não conhece leis humanitárias.

A solução única, portanto, sempre foi, é e será, por muito tempo ainda, a paz armada. Contra a guerra, só o temor de uma guerra pior. Não foi um homem, nem um grupo de homens que, num dado momento, instituíram o princípio do "si vis pacem para bellum". Foi a história dos povos através dos séculos.

P. — Contudo, seria insensato levantar qualquer objecção à generosa campanha em prol da paz universal.

H.I. — Certamente; mas é preciso bem distinguir e separar estes dois campos: — o das elites que perseguem o ideal da paz, e o dos que terão de bater-se, a qualquer tempo, numa guerra.

u me explico. Não são os os, mas os governantes que pre-am, ou que são compelidos a tar as guerras. Os povos as em, mesmo quando vitoriosos. consequente, nada poderá em- ar mais os espíritos do que o eroso ideal da paz. Nada, po- e, mais perigoso para a exis- cia de uma nação do que deixar semelhante conceito, que não sa ainda de simples anseio, sem uma base positiva e segura, se esse indistintamente de todos os mens a ponto de levá-los a re- ar para o último plano de suas citações o dever supremo de estar pre preparados, moral e ma- almente, para enfrentar com temor e confiança uma guerra não desejam, mas que lhes

pode ser imposta em qualquer mo- mento.

Era a esta conclusão que eu queria chegar. O lema é ainda este: — *não queremos a guerra, mas estamos preparados, moral e materialmente, para enfrentar a que nos fôr imposta, confiantes na vitória.* Fora dele, será o suicídio coletivo e preconcebido de uma nacionalidade.

Anoitecera. Uma poeira de dia- mantes espalhou-se pelo céu. Gotas de luz pintalgaram as sombras da terra. Uma aragem embalsamou o ar com o cheiro da floresta. Paz. Silêncio... Pangloss sus- pirou: "como seria bela a terra se não fôra o homem"... E calou-se.

SENTE-SE DOENTE?

VOCÊ JÁ PENSOU NO SEU FIGADO?

Esse mau estar, essas perturbações digestivas (azia, dis- pepsia, sensação de peso no estômago, gosto ruim na boca, etc.) ; intestinais (prisão de ventre, gases excessivos, cólicas, colites, etc.) e nervosas (neurastenia, insônia, sensação de constante cansaço, etc.) que tantos sofrimentos lhe trazem, certamente já fi- zeram você pensar em possíveis moléstias do estômago, dos intes- tinos ou do sistema nervoso. E naturalmente você até já usou remédios que lhe pareceram indicados para o seu caso. E tudo sem resultado, não é? Você já pensou no seu fígado? Pois saiba que um fígado doente, um fígado funcionando mal, pode perfeita- mente ser — e quase sempre é — a causa de todos esses males tão desagradáveis e martirizantes. Devido à sua importantíssima missão no equilíbrio geral do organismo é indispensável que ele funcione perfeitamente e qualquer perturbação que o atinja produz desde logo toda aquela imensa série de males. Se está doente, pense no seu fígado. E vá do pensamento à ação: recorra imedi- atamente ao Hepacholan — o remédio seguro, o remédio eficaz, o remédio capaz de assegurar ao seu fígado uma perfeita norma- lidade e um funcionamento perfeito. Hepacholan é saúde para o seu fígado, quer dizer: saúde para você. Hepacholan se apre- senta em líquido e em drágeas e em dois tamanhos: "Tamanho Normal" — a preço extremamente módico — ao alcance de qual- quer bolsa e "Tamanho Grande" — o tamanho justamente apeli- dado de econômico pois é o dobro do "Normal" e custa muito menos do dobro. Escolha o tamanho que mais convenha às suas finanças, mas não deixe de exigir o remédio que convem à sua saúde: HEPACHOLAN.

BOA VIZINHANÇA

ATIVIDADES DE ARTILHARIA NA COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL - ESTADOS UNIDOS

Pelo Ten.-Cel. WALTER J. BRYDE,
Artilharia de Campanha

Preparado sob a direção do Major General W. H. H. MORRIS, Jr., General Comandante da Seção do Exército Norte-Americano da C.M.M.B.E.U. (Tradução autorizada do FIELD ARTILLERY JOURNAL)

Com o passar de cada dia, os termos "solidariedade hemisférica" e "defesa hemisférica" assumem maior importância para os estadistas, militares e cidadãos das nações das Américas. Seria interessante considerarmos uma parte do nosso programa de auxílio militar às nossas repúblicas irmãs e boas vizinhas do sul. A finalidade deste artigo é falar sobre a história, a organização, e, a certo ponto, sobre o funcionamento da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, focalizando a Seção Terrestre do Exército dos Estados Unidos e em particular a Unidade de Instrução de Artilharia. Esta organização é um exemplo da maneira como estas duas grandes nações podem colaborar e cooperar militarmente para a segurança comum.

Antes de considerarmos a C.M.M.B.E.U., é lógico falarmos em breve sobre o Brasil. Qualquer referência sobre o Brasil necessita o uso contínuo de superlativos. Poucos norte-americanos sabem que o Brasil é maior do que os Estados Unidos, que é o quarto país do mundo em extensão, e que ocupa, aproximadamente, a metade do espaço do continente sul-americano. Estrategicamente, está mais perto da Europa e África pelo Atlântico do que qualquer outro país do he-

misfério ocidental, e domina as linhas de comunicação norte-sul vitais ao hemisfério. O Brasil tem uma população aproximadamente de 45 milhões. É riquíssimo em recursos naturais, muitos dos quais são indispensáveis à guerra moderna.

O Brasil e os Estados Unidos têm sempre gozado de relações amigáveis. Os Estados Unidos foi a primeira nação a reconhecer a república formada depois da dissolução do império. Em ambas as guerras recentes, o Brasil foi um participante ativo. Na Primeira Guerra Mundial, a marinha brasileira desempenhou um fator importante no Mediterrâneo e no Atlântico Sul. A contribuição do Brasil na Segunda Guerra Mundial é bem conhecida — particularmente a participação da FEB na campanha da Itália e o uso e a defesa conjuntos, do Brasil e os Estados Unidos, das bases estratégicas do nordeste do Brasil. O constante desejo do Brasil em progredir e modernizar-se militarmente é demonstrado pelo fato de uma missão militar francesa ter estado no Brasil durante muitos anos antes da nossa, no período em que o exército francês estava em evidência.

A colaboração militar dos EE.UU. começou depois da Primeira Guerra

Mundial com a chegada ao Brasil de uma missão naval americana. Missões de artilharia de costa e de aeronáutica seguiram-na e duraram até 1941.

Com a crescente importância de nossas linhas de abastecimento — África — Mediterrâneo — Este Central, um Teatro Americano de Guerra, USAFSA (Forças Armadas dos E.E.UU. no Atlântico Sul), foi estabelecido em 1942.

A Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos foi criada em outubro de 1942, e tem continuado, com alterações, até o presente. Durante a guerra, grupos de ins-

A atual C.M.M.B.E.U. data da desorganização das USAFSA, nos fins de 1945. Por determinação do Departamento da Guerra, as Seções Terrestres e Aéreas foram estabelecidas com comandos separados, dirigidas pela Divisão de Planos e Operações do Estado-Maior do Exército. Queremos acentuar que a Comissão é "Mista", consistindo de representantes americanos e brasileiros das forças do exército, aeronáutica e marinha, o oficial mais graduado de cada ramo é diretamente responsável perante seu respectivo departamento, em Washington ou no Rio. Neste ponto,



Instrutores da Unidade dando instruções sobre a observação do tiro, na Vila Militar, utilizando o FM Trainer M-3

trução do Exército dos Estados Unidos sob o Comando Geral das USAFSA, mas dirigidos pelo Adido Militar no Rio de Janeiro, auxiliaram a instrução e preparação da Força Expedicionária Brasileira e dos outros diversos serviços do Exército Brasileiro. Durante este período um grande número de especialistas americanos de todas as armas e serviços auxiliou o treinamento e embarque das forças brasileiras.

é diferente das outras missões americanas na América Latina, que operam sob direção do General Comandante da Defesa das Antilhas.

Sumariamente, a função geral da Seção Terrestre do Exército dos Estados Unidos é de auxiliar o Exército Brasileiro no seu desejo de adquirir padrões americanos de organização, doutrinas de instrução e métodos de operação, e de adotar equipamento americano. A Unidade de Instrução de Arti-

han
dad
tere
finc
à su
o co
rant
of
nas
tado
pess
riên
pedi
EE.U
tem
Terr
acor
mais
esco
vez
e in
balh
Gam
rant
fleul
Unid
men
mod
Pr
bras
tilha
com
Unid
Arti
o pe
panh
orga
nente
um
panh
Cam
de C
rea),
res
Na
cion
dade
sent
são
de I
sil.
Est
ment
por
Unid
licit
xílio
seu
O
da U

lharía, tanto quanto as outras unidades de armas e serviços, está interessada no desenvolvimento desta função geral, no que diz respeito à sua especialidade. Porém, desde o começo do auxílio americano durante o tempo da guerra, muitos oficiais brasileiros foram treinados nas escolas especializadas dos Estados Unidos. A capacidade deste pessoal — e dos outros, com experiência de combate na força expedicionária, equipada pelos EE.UU., na campanha da Itália — tem facilitado o trabalho da Seção Terrestre Americana que passou a aconselhar e auxiliar num nível mais elevado, particularmente nas escolas do Exército Brasileiro, em vez de ocupar-se com treinamento e instrução de unidades. O trabalho excelente feito pelo General Gamelin e a Missão Francesa durante as décadas de 20 a 30 tem dificultado o desenvolvimento da Unidade de Artilharia, particularmente na "venda" das doutrinas modernas americanas.

Para concordar à organização brasileira de uma só arma de artilharia e manter no mesmo nível com o do Exército dos Estados Unidos, a Unidade de Instrução de Artilharia foi organizada incluindo o pessoal de artilharia de campanha, de costa e anti-aérea. A organização consiste de um Tenente-Coronel (chefe da Unidade), um Major (Artilharia de Campanha), um Capitão (Artilharia de Campanha), um Major (Artilharia de Costa), e um Major (Anti-Aérea), com dois Sargentos auxiliares.

Não se pretende discutir o funcionamento em detalhe da Unidade, mas, ao contrário, apresentar algumas das atividades que são típicas do serviço da Unidade de Instrução de Artilharia no Brasil. O contacto é mantido com o Estado-Maior e outros departamentos do Ministério da Guerra por meio da Seção Terrestre, e a Unidade de Artilharia quando solicitada, oferece conselho e auxílio sobre assuntos pertinentes a seu ramo.

O tipo de atividade de campanha da Unidade é a colaboração e au-

xílio dados às escolas de armas e a unidades equipadas com material americano. A ligação é mantida com a Escola de Aperfeiçoamento dos Oficiais (EAO) e Grupamento de Unidades Escolas que a serve, com as Escolas de Artilharia Anti-Aérea e de Costa, oferecendo conselhos e auxílio. As técnicas e doutrinas americanas são usadas



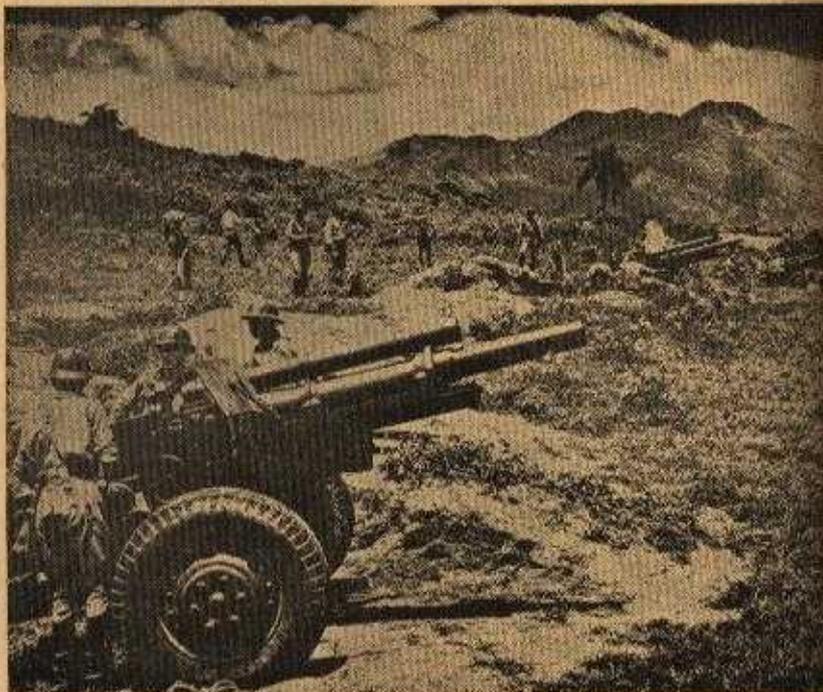
Demonstração do novo método de observação do tiro, utilizando o FA Trainer M-3

exclusivamente nestas organizações. A Unidade auxiliou a organização da Escola de Aperfeiçoamento dos Oficiais e da Escola de Artilharia Anti-Aérea seguindo os modelos americanos. Palestras e conferências são feitas ocasionalmente sobre tópicos especiais, mas a instrução presentemente não é função dos americanos. Auxílio para planejar cursos para unidades e escolas é dado frequentemente. Na Escola de Artilharia de Costa a existência de uma anterior missão americana tem ajudado materialmente. As doutrinas americanas foram aceitas e usadas na Artilharia Brasileira de Costa antes da existência da C.M.M.B.E.U. Planos estão sendo formulados para reorganizar o escopo desta escola em conformidade com as lições

aprendidas durante a recente guerra. Os métodos e técnica americanos de artilharia são agora ensinados na Escola Militar do Brasil onde até recentemente os métodos franceses estavam em vigor.

Assim como em todos os exércitos das nações democráticas, a redução a um orçamento de paz impõe problemas de instrução ao Exército Brasileiro. Está sendo incentivada a utilização de meios au-

utilizado para orientar o pessoal instrutor chave no novo processo simplificado de tiro observado. Para facilitar o treinamento da Artilharia Anti-Aérea, no papel anti-carro, um "stand" de tiro modelado de acordo com as normas americanas foi construído. Foi realizada recentemente uma viagem ao Panamá, promovida pela Unidade, com o fim de orientar o pessoal chave brasileira de Artilharia



Material americano em posição no Campo de Instrução de Gerclino

xiliares de instrução simples e econômicos. Como resultado da influência americana, muitos terrenos reduzidos de tipo americano, feitos no Brasil, são usados nas escolas e unidades de todo o país. A Unidade de Instrução de Artilharia recebeu há pouco tempo um FA Trainer M-3 (aparelho de treinamento M-3 de Artilharia de Campanha), e este moderno meio auxiliar de instrução está sendo

de Costa e Anti-Aérea no equipamento e métodos por enquanto não disponíveis no Brasil. A esse respeito, um programa demorado de continuar a mandar oficiais brasileiros às escolas militares americanas tem sido feito, e a Unidade faz as recomendações e dá as instruções necessárias ao pessoal brasileiro de artilharia escolhido para frequentá-las.

No que diz respeito a material de instrução, a ligação é mantida com as escolas militares dos E.E.U.U. e a documentação e material de instrução são obtidos e distribuídos às organizações brasileiras. Este breve resumo de algumas das funções típicas demonstra que as atividades da Unidade de Instrução de Artilharia são interessantes e variadas no ponto de vista profissional.

Agora, umas palavras sobre o Rio de Janeiro e a vida dos membros americanos da Comissão. A beleza do Rio de Janeiro é bem conhecida. Tem sido chamada, com razão, a cidade mais linda do mundo. O clima é agradável durante todo o ano e se pode gozar de quasi todos os meios de diversão que se acham nas estações americanas do litoral. No presente, o Brasil, como todo o mundo, está atravessando um período de inflação e o custo de vida é considerá-

velmente mais caro do que nos E.E.U.U. Apesar da falta de muitas coisas que os norte-americanos acham indispensáveis, a vida no Rio é agradável. O serviço, em geral, é aprazível e interessante, e o pessoal militar brasileiro é cooperador, atencioso e hospitaleiro, sendo um prazer trabalhar com ele. Um conhecimento de português como falado no Brasil é de virtual necessidade.

Com a colaboração e amizade continuas entre o Brasil e os Estados Unidos como exemplo, talvez num futuro não distante a Solidariedade Hemisférica para a Defesa será um meio verdadeiramente efetivo para manter a paz mundial. A C.M.M.B.E.U. continuará a fazer a sua parte em solidificar as relações e de auxiliar a aproximação dos exércitos e do povo das duas grandes nações.

A palavra "gênio" deve ser relegada aos acessórios do romantismo.

Cultivemos preciosamente em nossas escolas militares, de onde sairão os grandes chefes do futuro, estas três qualidades mestras: a Inteligência, a Vontade, o Método.

A inteligência... Descartes pretendia que ela existe, integral, em todos nós. Em todo caso, precisa nutrir-se.

A vontade... não a combatamos, como se tem feito freqüentemente. Respeitemos o caráter; auxiliemos sua formação, em vez de refré-la; recompensem a firmeza; não estimulemos, como se faz às vèzes, o baixo servilismo, que nada tem de comum com a disciplina.

O método... seus germens serão fecundos. Ensinemos nossos futuros chefes a fazer análises completas; a preparar suas decisões pelo trabalho de síntese. Desenvolvamos neles este espirito de organização que a complexidade da guerra moderna torna agora indispensável.

Formaremos assim, para a nação armada de amanhã, chefes completos, de visão lúcida, de idéias firmes, de raciocínio lógico, que dominarão os acontecimentos, e que saberão conduzi-los. — (CEL. PERRIER DE LA BÂTHIE).

* * *

"A coragem é procurar a verdade e dizê-la; é não aceitar a lei da mentira triunfante que passa e não fazer eco, com a nossa alma, com a nossa bôca e com as nossas mãos, aos aplausos imbecis e às assuadas dos fanáticos."

JEAN JAURÈS.

* * *

As instituições militares, as qualidades morais e intellectuais das tropas e dos quadros, em tempo de paz, têm suas raízes nos costumes públicos, na cultura e na mentalidade nacionais. — (CEL. PERRIER DE LA BÂTHIE).

APLICAÇÃO DA LEI DO SERVIÇO MILITAR

Ten.-Cel. de Inf. A. CASTRO NASCIMENTO

Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da Lei (art. 181, da Constituição)

Em boa hora resolveu o Governo, pelo Decreto-lei n. 9.500, de 23-VII-946, extinguir o "sorteio militar" e substituí-lo pela convocação das classes em idade militar.

A Lei visada se preocupa explicitamente com os indivíduos que devendo integrar os claros nas Forças Armadas, despreocupando-se, como é natural dos demais, sobre os quais deveria a administração militar prever à sua instrução.

O problema da Instrução Militar Obrigatória vem preocupando os governos de todos os países, especialmente dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Rússia.

A segunda consequência da guerra total, diz o General de Latre de Tassigny, em sua conferência realizada na Escola de Estado-Maior Francesa, é a transformação da noção do Serviço Militar — com suas exceções do tempo de guerra, com a "seleção dos especializados" — para ampliá-la até ao "Serviço Nacional".

Diz o mesmo General, durante toda a duração de sua existência ativa, cada homem ou mulher tem um dever eventual de guerra na produção, na administração ou no Exército, e as obrigações que daí resultam devem ser imperativas para todos. A execução deste princípio constituiria o Serviço Nacional. Por outro lado, o Serviço Nacional poderia acarretar obrigações sociais ou coletivas, notadamente no que concerne às empresas.

A aplicação do Serviço Nacional, tanto às necessidades civis quanto às militares, levaria à resolução de problemas novos para nós.

De vez que se torna necessário repartir os recursos de pessoal por dois setores, o das Forças Armadas, por um lado, o da produção, de outro, surge a obrigação de estabelecer-se um justo equilíbrio entre as necessidades de ordem militar e as necessidades gerais do país em tempo de guerra e em tempo de paz. Deve-se, igualmente, procurar para cada indivíduo ou coletividade, a utilização capaz de proporcionar o melhor rendimento de suas atividades em tempo de guerra, quer essa atividade seja de caráter psicológico, administrativo, econômico ou militar.

"O Plano Nacional" para o tempo de paz e para o tempo de guerra seria a base de toda a coordenação e de todas as previsões lógicas. É naturalmente obra de Governo.

O art. 1º da Lei diz: "O Serviço Militar consiste em atividades desempenhadas nas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — e compreenderá em caso de mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa Nacional".

Art. 2º. "Todos os brasileiros são obrigados a prestar à pátria, na forma desta lei e do respectivo regulamento, o tributo do serviço militar, segundo suas habilitações de capacidade".

O General Tassigny prossegue em sua conferência, explicando a idéa do Serviço Militar Nacional, da seguinte forma:

"Pode-se deduzir da noção de mobilização total que uma parte importante da população será utilizada, durante a guerra, no setor civil, produção ou administração. Esses "reservistas a título civil" só participarão da luta armada na defesa local, em caso de invasão. Sua qualificação militar não é, portanto, a mesma que a dos reservistas relativos às forças armadas. Sua instrução militar poderia, então, ser mais sumária, devendo-se, entretanto, impor-lhes novas obrigações de ordem civil.

"Uma segunda categoria seria a constituída pelos profissionais cujas aptidões possam ter aplicação imediata na organização militar — condutores de cargas pesadas, ou bons mecânicos de reparações, por exemplo, transformar-se-ão rapidamente em soldados de serviços de transporte ou operários de unidades de reparações.

Enfim, certas profissões podem ser, na paz, de interesse vital para a Nação — é o caso atual dos mineiros, amanhã outras atividades".

"Todas essas considerações levam à concepção de um Serviço militar ativo de vários graus, segundo as necessidades das Forças Armadas e do País. A desigualdade que daí resulta, poderia parecer contrária às nossas tradições, mas a aplicação do Serviço Nacional permitiria compensar com obrigações civis equivalentes, as obrigações militares de que os beneficiários fossem liberados. Dessa maneira, o Serviço Nacional seria igual para todos, mas admitiria dosagens diferentes de obrigações militares e civis".

O artigo acima citado prevê que o tributo do serviço militar, é prestado segundo suas habilitações e condições de capacidade. Exemplos, os técnicos nas fábricas, os médicos nos hospitais, os químicos e laboratoristas em seus laboratórios, os engenheiros em seus escritórios técnicos, etc.

Em caso de mobilização todo o cidadão deverá prestar o serviço militar de acôrdo com os encargos relacionados com a defesa nacional, não só nas Forças Armadas como em outros misteres civis.

O Serviço Militar em tempo de guerra é prestado também nas oficinas, na lavoura, nas fábricas, nos arsenais, nos serviços de transportes, nos laboratórios, nos hospitais, etc., que forem ou não mobilizados.

A lei estabelece que a obrigação do serviço militar, em tempo de paz, subsistirá durante o período de vinte e oito anos contados da data em que o cidadão houver completado dezoito anos de idade. Isto quer dizer que a partir dos 18 anos até os 46 anos todos os cidadãos estão sujeitos às obrigações do Serviço, seja reservista ou não.

O Serviço Militar será prestado por classes constituídas de indivíduos nascidos no mesmo ano civil e designados pelo ano de nascimento ou pela idade dos que as compõem (art. 5°).

"Todos os povos possuem as suas peculiaridades diferenciadoras, provenientes do solo, do próprio homem, do ambiente em que vivem, do seu passado histórico, da sua cultura e daí a necessidade ao se elaborar uma lei que englobe todo o organismo social de uma nação, de serem estudadas as reações que provoca sôbre a sociedade em que vai atuar, os benefícios que poderão advir de uma aplicação mais lata do que a sua finalidade precípua, embora essa ampliação de objetivos possa parecer, à primeira vista, esdrúxula e aberrante nos seus propósitos.

E' o caso da aplicação da nova Lei do Serviço Militar, ou a lei de convocação das classes, como instrumento acelerador da evolução social do povo brasileiro, facilitando e permitindo que as massas, e principalmente a sua fração rural, recebam de forma compulsória, metódica e acelerada, a instrução fundamental, a educação e o tratamento de que tanto carecem. (Humberto Melo, Gen.)".

A duração ativa ser os casos previstos, duração de (art. 98)

O alistamento, o pelo idade de junho, d

O alistamento, o prévia e exclusivamente a recrutamento de cada

Deve o

almo as

No ato é feito

dos Municípios ou muit

E' imp

ção distr

pêsto de

oficiais c

Existe

luntário

pleta de

Há o

listas en

tabelecin

presas o

particula

ensino e

A Lei

vocação

tados.

Todo

não, dev

A duração do serviço militar na ativa será de um ano, ressalvado em casos de redução ou de dilatação previstos na lei. A lei prevê a redução do tempo de serviço militar (art. 98).

O alistamento militar é feito pelo cidadão ao completar 17 anos de idade, de 1 de janeiro a 30 de junho, desse mesmo ano.

O alistamento, tendo em vista a utilidade do Certificado de Alistamento, como prova de quitação prévia e provisória, interessa exclusivamente ao indivíduo e quase nada ao Exército, visto como o recrutamento é feito à base de convocação geral e não mais nominal, e cada classe.

Deve o Exército facilitar ao máximo as operações de alistamento. No atual sistema o alistamento feito exclusivamente nas sedes dos Municípios, torna-se impossível ao cidadão que não mora na sede ou muito perto dela, alistar-se.

É imprescindível, criar um órgão distrital de alistamento, como posto de alistamento, a cargo de oficiais do recrutamento.

Existe ainda o alistamento voluntário quando o cidadão completa dezesseis anos de idade.

Há o alistamento por meio de listas enviadas às C.R. pelos estabelecimentos de ensino, as empresas ou companhias industriais particulares e estabelecimentos de ensino eclesástico.

A Lei prevê os Planos de Convocação para os brasileiros alistados.

Todo o brasileiro, alistado ou não, deverá considerar-se convocado para o serviço militar no ano civil em que completar dezoito anos de idade, independentemente de editais, avisos ou notificações.

Aos dezoito anos de idade o cidadão é considerado convocado para o serviço militar.

A convocação se processará dentro do território de cada Região Militar, isto porque o Serviço de Recrutamento é Regional.

Compete à Diretoria de Recrutamento organizar anualmente, o Plano Geral de Convocação. Este é feito depois de serem recebidas

dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica as suas necessidades em pessoal. Neste Plano serão incluídas as necessidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em face dos claros prováveis, em consequência de licenciamento da classe incorporada.

Compete aos Comandos Regionais a elaboração e direção de Planos Regionais de Convocação. Neste Plano deverão ser previstos, na seguinte ordem de urgência das necessidades:

I — para o serviço nos Corpos de Tropa, Unidades de Serviços, Contingentes especiais, escolas técnico-profissionais mantidas pelas Forças Armadas;

II — para receber instruções nos C.P.O.R., N.P.O.R., Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas.

Haverá duas épocas de inspeção de saúde:

a) Primeira época — geral — antes da convocação, na sede dos Municípios, em datas fixadas no regulamento desta lei, isto é, entre julho e dezembro do ano em que o cidadão completar 17 anos de idade;

b) Segunda época — complementar — nos Pontos de Reunião, para os refratários e para os que tenham sido julgados incapazes temporariamente.

As Juntas de Inspeção de Saúde serão constituídas por oficiais médicos do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

Poderão fazer parte das Juntas, médicos das Forças Auxiliares, ou civis.

A fim de facilitar as inspeções de saúde, estatui a lei duas épocas de apresentação dos convocados.

Se quisermos evitar os contratempos resultantes dessa organização, necessário se torna dotar os "postos de apresentação" de todos os requisitos necessários para o pessoal executor e convocados e bem assim de instalações adequadas às Juntas Militares de Saúde que devem possuir técnicos em número suficiente para a missão a desempenhar e um certo número

de especialistas para os casos duvidosos.

A Diretoria de Motomecanização em 1945 organizou juntas selecionadoras em todos os Postos de Apresentação dos convocados, dotados inclusive de material para aplicação do teste de aptidão para motorista e de pessoal habilitado para executá-lo enquanto que um controlador, junto à C.R. ajustava a redistribuição e reclassificação dos convocados, quando necessário.

O Ministério do Trabalho organizou um "Código de Funções" para o pessoal das Indústrias, que muito servirá para as C.R. organizarem a distribuição dos contingentes pelas diversas unidades.

As unidades blindadas precisam para preencher os seus claros de 100 % de homens que satisfaçam determinados requisitos de eleição, podendo as unidades motorizadas ter pelo menos 70 % e as demais 50 % de homens nessas condições.

Torna-se necessário, de acordo com as estatísticas de profissões, que se estabeleça como condição mínima, ser o convocado alfabetizado, se possível com o curso primário completo, ser do grupo A, ser motorista ou aprovado no Teste de Aptidão para Motoristas, ou mecânicos, ou estudante secundário, ou possuidor dos officios ou profissões correlatas citadas. Com ótimos resultados.

O lema deve ser "Quadros e Especialistas", pouco e ótimo, dentro das nossas possibilidades econômicas, sem prejudicar as finanças que devem ser empregadas melhor nas fontes produtivas e, tornando o país mais rico, tornando o Exército mais forte.

Estabelece ainda a lei cláusulas de isenção que podem atingir até municípios inteiros (art. 37), que atende aos interesses econômicos do país, visando impedir o êxodo da população das zonas rurais.

Impõe-se a adoção de medidas que fixem à terra que cultivam, as populações rurais, sempre atraídas pelas luzes e ilusórias facilidades dos grandes centros; ao inevitável crescimento desta deve

corresponder um proporcional acréscimo na produção agropecuária. Em nossas cidades litorâneas, comprimem-se populações cada vez maiores e cada vez mais expostas às dificuldades de toda ordem, criando-se o problema dos desajustados e dos párias.

Um dos pontos capitais que a Lei criou foi o que trata das Isenções do Serviço Militar. Se combinarmos o art. 54 com o art. 85 da mesma lei citada, veremos que, haverá indivíduos que desejarão ser expulsos para conseguirem o Certificado de Isenção do Serviço Militar, a fim de deixarem as fileiras das Forças Armadas.

Houve grande liberalismo por parte da lei neste ponto, permitindo a indisciplina nos corpos. Os adiamentos de incorporação são previstos para os candidatos às Escolas de Formações de Oficiais, C.P.O.R. e Institutos de ensino destinados à formação de sacerdotes.

Para fins de incorporação, a convocação para o Serviço Militar é feita em todo o Território Nacional em três épocas sucessivas, correspondente às três Zonas de Recrutamento previstas:

- a) para a 1ª Zona, no mês de janeiro;
- b) para a 2ª Zona, no mês de fevereiro;
- c) para a 3ª Zona, no mês de março.

Nas Regiões Militares a incorporação nas Unidades, processar-se-á por turma de convocados que na inspeção de saúde tiveram sido classificados nos grupos A e B.

Terão prioridade para a constituição das primeiras turmas a incorporar:

- a) os convocados pertencentes às classes anteriores que tiverem obtido adiamento de incorporação;
- b) os convocados residentes em locais mais próximos dos Corpos de Tropa ou Estabelecimentos Militares;
- c) os alfabetizados;
- d) os da segunda época de inspeção de saúde.

A incorporação normal em cada Região Militar deverá ser ultimada na segunda quinzena do mês correspondente ao seu início.

Conclui-se que o período de incorporação nos Corpos e Estabelecimentos é apenas de 15 dias, durante este período os homens que se forem apresentando serão incorporados em boletim da Unidade.

No Plano de Convocação Regional organizado pelas Regiões Militares, dever-se-á prever para incorporação, apenas homens alfabetizados e que tenham profissões correlatas previstas no Código citado acima, feito pelo Ministério do Trabalho, com isso, facilitar-se-ia o preparo dos homens na tropa, a formação de graduados, especialistas e de homens especializados, tão necessários nas unidades e na reserva.

No relatório da Comissão Consultiva do Presidente da República dos Estados Unidos sobre a instrução militar obrigatória, de 20 de novembro de 1946, publicado na "Military Review" de dezembro de 1947, n. 9, consta o seguinte:

"Devemos fundar a segurança nacional na vitalidade de nossa democracia; precisamos combater a instabilidade econômica, a discriminação racial e os conflitos sociais, que fomentam a propaganda hostil".

"O primeiro requisito apontado é uma população forte, sadia e educada."

Diz textualmente "precisamos ter reservas eficientes, cuja manutenção deverá ser um dos objetivos primordiais do plano de instrução militar obrigatória".

"Para fazer face a um ataque generalizado, precisamos ter homens instruídos por toda a parte; não acreditamos que haja outra maneira de assegurar às Forças Armadas a obtenção convenientemente rápida de homens preparados para ganhar a guerra."

"A guerra de amanhã, exigirá maior quantidade de homens instruídos."

"A instrução obrigatória prevendo seis meses de instrução fundamental nos campos militares, ou a bordo de navios, seguido de um estágio na reserva das Forças Armadas."

"Produzirá chefes (oficiais da reserva) e fornecerá continuamente novos contingentes de jovens fisicamente aptos e instruídos, espalhados por toda a nação, prontos para a defesa e o socorro em caso de catástrofe e constituindo uma fonte de potencial humano para as Forças Armadas em tempo de guerra."

"O sistema de recrutamento seletivo, que funcionará ligado à instrução obrigatória, permitir-lhes-á manter em dia o registro de habilidades militares, aptidões e qualidades de comando, facilitando o eficiente aproveitamento do pessoal em tempo de guerra."

"A instrução deve ser obrigatória para todos, a não ser no caso dos que não podem concorrer útilmente para a segurança nacional."

"A instrução será primordialmente militar, devendo os incapacitados receber treinamento de natureza especial."

"A instrução prevista será dividida em dois períodos, sendo o primeiro de seis meses de treinamento regular, nos campos militares ou a bordo dos navios, e o segundo treinamento em horas determinadas e por tempo variável."

Verifica-se pelo acima exposto a preocupação dos Norte-Americanos na Instrução obrigatória de todos os homens válidos.

E' possível fazer-se o mesmo no Brasil?

Respondemos que sim, se forem criados os "Campos de Preparação e Recompilamento de Recrutas" preconizados pelo Gen. Dr. Humberto Martins de Melo, em seu magnífico trabalho publicado na Defesa Nacional, em 1946.

E' possível se fazer esse treinamento obrigatório da classe anual dentro da lei atual?

Sim, desde que se façam:

a) duas incorporações anuais, com a duração de 6 meses cada uma;

b) criar os Centros de Formação de Reservistas, previstos no art. 61 da Lei em vigor;

c) ampliar os Tiros de Guerra;

d) aproveitár os oficiais adidos nesses misteres;

e) permitir a matrícula dos excedentes dos C.P.O.R. na Escola de Instrução Especializada;

f) manter apenas com quadros e material, uma unidade de cada Região Militar, para receber convocados a fim de serem formados graduados e especialistas;

g) criar Centros de Formação de Reservistas, anexos aos C.P.O.R.;

h) reorganizar o Serviço de Recrutamento, dando-lhe os meios (pessoal e material) para poder cumprir a sua missão.

A Lei do Serviço Militar prevê o serviço militar na reserva, como serão incluídos na reserva, etc.

Conclusão :

Se todos os homens úteis devem ser aproveitados na guerra, como a experiência prova, é de convir que o sistema militar de paz permita a utilização desses homens em curto prazo, para corresponder à instantaneidade das ações futuras (Gen. T.A.A.).

"O Gen. Marshall bate-se por um sistema de Instrução Militar Universal — que não é o antigo Serviço Militar Universal — por meio do qual todo o cidadão se prepara para uma determinada tarefa em caso de guerra."

A Força Permanente deve poder dispor de órgãos especiais de treinamento da reserva, de maneira a preparar o cidadão-soldado para a tarefa que lhe couber na segurança da Nação. Serão os grandes centros de recrutamento, seleção e treinamento que prepararão, sobretudo, quadros, especialistas e homens para a Força Permanente e, de algum modo, para as organizações civis.

Dispor de órgãos para recrutamento, seleção de todo o elemento humano, de maneira a poder orientá-lo e distribuí-lo, quer para as atividades das indústrias e de outros serviços públicos". Urge

uma nova divisão territorial para fins de Recrutamento, tendo em vista a base de dois milhões para cada C.R. (art. 13 letra c).

Novas Delegacias, Distritos e Municípios de Recrutamento, devem ser criados.

Lotar as C.R., Delegacias e Distritos de Alistamentos com pessoal habilitado, e mantendo os seus quadros de efetivos completos.

Aplicar na seleção dos conscritos incorporados o preconizado pelo Capitão Médico da Reserva Dr. Araud Brêtas, um dos nossos mais abalizados técnicos em assunto de psicologia, que é a seguinte :

I

Seleção dos absolutamente aptos.
Seleção dos relativamente aptos.
Orientação dos incapazes.
Orientação dos desincorporados.

II

Secção médica e física.
Secção pedagógica.
Secção psicotécnica.
Classificação estatística.

III

A) Secção Médica :

- 1) Classificação biotológica (biometria médica).
- 2) Classificação física (registro fotométrico, etc.).
- 3) Recenseamento torácico, verminótico, dentário, alimentos, etc.

B) Secção Pedagógica :

- 1) Provas coletivas para alfabetizados.
- 2) Provas coletivas para analfabetos.
- 3) Provas individuais para anormais.
- 4) Pesquisas sociais, económicas, culturais, ambientais.

C) Secção Psicotécnica :

- 1) Provas coletivas para analfabetos.
- 2) Provas coletivas para alfabetizados.
- 3) Provas individuais para anormais.
- 4) Pesquisas caracterológicas.

D)

1)

2)

3)

4)

Apl

cação

Unida

pelo

Benni

Coron

n. 399

vereir

Res

dros

mero

incorp

Org

todos

exist

Pre

Reser

ções

a fim

pecia

veitar

incorp

tecim

tecim

um r

a

d

S

D) Secção de Estatística :

- 1) Registro de fichas.
- 2) Correção e apuração de provas.
- 3) Apuração, estatística, levantamentos gráficos, etc.
- 4) Projeção dos dados estatísticos.

Aplicar o método de classificação dentro do Regimento e de Unidades Subordinadas, prescrito pelo "The Mailing List" de Fort Benning, traduzido pelo Tenente-Coronel Adalardo Fialho, em o n. 393 da Defesa Nacional, de fevereiro de 1947.

Restabelecer as Unidades-Quadros para aproveitar o maior número dos excedentes da classe a incorporar.

Organizar os Tiros de Guerra em todos os Municípios em que não exista corpo de tropa.

Prever Centro de Formação de Reservistas em tôdas as Guarnições onde houver Corpo de Tropa a fim de formar graduados e especialistas para a reserva, aproveitando os excedentes da classe a incorporar.

Pensamos poder cumprir a Lei do Serviço Militar, com as adaptações necessárias, que o Regulamento da Lei deverá prever.

Trabalhos consultados :

Lei do Serviço Militar — 1946.
Military Review n. 9, de dezembro de 1947.

A Reestruturação do Exército — Gen. Dr. Humberto Martins de Melo.

Método de Classificação dentro do Regimento e de Unidades Subordinadas — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.

Defesa Nacional, novembro e dezembro de 1947 — n. 402.

Ensaio de Adaptação da Organização Militar às condições futuras da guerra — General de Lattre de Tassigny.

Recrutamento Selecionado — Cap. Hugo M. Bethlem.
Revista Defesa Nacional n. 393, de fevereiro de 1947.

Tendências das Organizações Militares dos Tempos Novos — General Tristão A. Araripe.

Defesa Nacional de Janeiro de 1947 — N. 392.

Na guerra não existem leis. Há, unicamente, circunstâncias e acontecimentos. O chefe dominará sempre essas circunstâncias e êsses acontecimentos se, a uma inteligência viva, juntar uma vontade inflexível e um método impecável. — (CEL. PERRIER DE LA BÂTHIE).

Medicina Militar

Esta revista tem a satisfação de informar aos seus assinantes do Serviço de Saúde que no próximo número de outubro iniciará uma secção concernente a êsse Serviço.

DA "A ARTE DA GUERRA"

De SAN TZU (500 A. C.)

A arte da guerra é governada por cinco fatores constantes, que são :

- 1°. A Lei Moral ;
- 2°. Céu ;
- 3°. Terra ;
- 4°. O Comandante ;
- 5°. Método e Disciplina.

A *Lei Moral* põe os povos em completo acôrdo com os seus governos, e só assim êles os seguem sem se preocuparem com suas existências, fortalecidas contra quaisquer perigos.

Céu, significa noite e dia, frio e calor, tempos e estações.

Terra, compreende distâncias, grandes e pequenas ; perigo e segurança ; campos abertos e estreitas passagens ; os riscos de vida e morte.

O *Comandante* representa as virtudes de sabedoria, sinceridade e benevolência, coragem e precisão.

Por *Método e Disciplina* deve-se entender : a direção do Exército em suas próprias subdivisões ; a graduação de classes entre os oficiais ; a manutenção de estradas pelas quais os suprimentos podem alcançar o Exército ; e o contrôle das despesas militares.

Esses cinco pontos devem ser familiares a todos os generais ; aquêl que os conhecer será vitorioso ; o que os ignorar será vencido. Portanto, em vossas deliberações, quando procurardes determinar as condições militares, estabelecei as bases de comparação tendo em vista os seguintes pontos :

1. Qual dos dois oberanos está imbuído da lei moral ?
2. Qual dos dois generais tem mais habilidade ?
3. Com quem permaneceram as vantagens provenientes de Céu e Terra ?
4. De que lado é a disciplina mais rigorosamente exigida ?
5. Qual é o Exército mais forte ?
6. Em que lado são os oficiais e soldados mais altamente treinados ?
7. Em que Exército há maior constância em recompensas e punições ?

Com o auxílio dessas sete considerações posso prever vitória e derrota.

AOS REPRESENTANTES

A Direção desta revista solicita aos seus representantes as providências necessárias para o pagamento das assinaturas do corrente ano.

Um Estudo sobre a Bibliografia Militar Oficial do Exército Norte-Americano

Cap. WALDYR DA COSTA GODOLPHIM

I

As principais normas que dirigem o Exército Americano com força de leis são :

- 1 — Constitution.
- 2 — Manual for Courts — Martial Articles of War (A W).
- 3 — Army Regulations (A R).
- 4 — Department of the Army Circulars (D/A Cir).
- 5 — Regulations of Service Branches.
- 6 — Department of the Army Technical and Training Publications.

II

Constitution — É a própria Constituição dos Estados Unidos.

Manual for Courts — Martial — É o Código de Justiça do Exército. Trata detalhadamente das leis militares; é dividido em duas secções, o Manual propriamente dito e os Apêndices. Estabelece os vários tipos de Côrtes Marciais e regula os assuntos que a elas dizem respeito, tais como pessoal, atribuições, processos, arquivos, poderes, etc.

Os Apêndices contêm disposições gerais e os A W (Articles of War) relacionam os crimes da alçada das Côrtes Marciais.

Army Regulations — São os regulamentos básicos de administração para todo o Departamento do Exército e contêm matéria administrativa que diz respeito às armas e serviços. Uma única exceção se encontra no A R

850-18 que traça normas técnicas sobre armazenagem de veículos a motor.

Os A R são classificados por números e sub-números a fim de facilitar a referência e a catalogação. O número básico indica a repartição ou o assunto geral de que trata o A R. Os sub-números são números de ordem, indicando o número do regulamento dentro da série definida pelo número básico.

Os números básicos são os seguintes :

- 1 a 199 Autoridade ou Armas
- 200 a 299 Instituições
- 300 a 399 Sistemas administrativos e Arquivos
- 600 a 699 Pessoal
- 700 — Miscelânea.

Dentre os números básicos destacam-se :

- AR 1 Índice
- AR 5 Sub-secretário do Exército
- AR 30 Intendência
- AR 35 Fundos
- AR 40 Saúde
- AR 45 Material Bélico (Ordinance)
- AR 50 Guerra Química
- AR 60 Serviço Religioso
- AR 70 Cmts. de Armas
- AR 75 Infantaria
- AR 80 Cavalaria
- AR 310 Publicações
- AR 340 Correio
- AR 345 Arquivos
- AR 600 Pessoal, geral
- AR 605 Oficiais
- AR 615 Praças
- AR 620 Funcionários civis.

Para o manuseio fácil dos A R é mister que se consulte os A R 1, particularmente os A R 1-5, 1-6 e 1-10. O primeiro traz o índice alfabético dos assuntos dos A R. O A R 1-6 consta do índice alfabético com os títulos de todos os A R imprimidos. O mesmo regulamento pode entrar no índice várias vezes, se o seu título aconselhar tal medida. Por exemplo, o A R "Discharge of Enlisted Men" entra no índice na letra D — "Discharge", e na letra E — "Enlisted Men". Ao lado do título vem o número do A R.

O A R 1-10 compreende o índice numérico dos A R existentes com as observações sobre as alterações que os mesmos sofreram. Como todo regulamento traz a data da distribuição no canto superior direito da 1ª página, esta data deve coincidir com a que está assinalada no A R 1-10. O A R 1-10 traz, além disso, todos os dados sobre as mudanças sofridas nos regulamentos e as circulares que têm relação com os mesmos. Um sistema de folhas amovíveis permite a flexibilidade de tal método. Cada alteração é numerada serialmente precedida pela letra "C" (change). Os A R entretanto são revistos e substituídos de tempos em tempos.

Department of the Army Circulars — As Circulares do Departamento do Exército são de natureza diretiva, de aplicação geral e de duração temporária. São comumente empregadas para fornecer informações de ordem administrativa. Numeradas serialmente em ordem cronológica, uma série cada ano.

As Circulares são substituídas por outras circulares ou por A Rs; para permitir o controle das mesmas, é publicado mensalmente um Resumo mensal das Diretivas do Departamento do Exército que indica as que ainda estão em vigor e as que não mais vigoram. O Resumo mensal é publicado sob a forma de um índice por assuntos.

Trimestralmente os Resumos mensais são consolidados num Índice de Ordens Gerais, Boletins e

Circulares, também por assunto, e contendo uma lista numérica das Circulares indicando as que estão em vigor, as que perderam o valor por terem entrado num texto de A R ou por terem sido substituídas por outra Circular

Estudadas sumariamente as publicações referentes à Justiça e à administração vamos, embora fugindo à ordem seguida e enunciada no início do trabalho, nos deter nas publicações que dizem respeito à Organização e Suprimento das forças de terra, pois que elas completam os regulamentos administrativos. Tocaremos também nas publicações do mesmo assunto a cargo do Ordnance Department, cujo caráter técnico o obriga a possuir uma bibliografia detalhada sobre o material, seus métodos de manutenção, suprimento, etc.

III

Publicações do Departamento do Exército sobre Suprimento e Organização.

São as seguintes:

- Tables of Organization (T/O).
- Tables of Equipment (T/E).
- Tables of Basic Allowances (T/BA).
- Tables of Allowances (T/A).

Tables of Organization (T/O) — As tabelas de organização prescrevem a estrutura orgânica das unidades militares, organização, força e funções que não estão sujeitas a frequentes modificações. Prescrevem o pessoal e suas qualificações e mostram, a título de informação, as dotações autorizadas de armamento, viaturas, e os itens principais de equipamento. Existem Tabelas de Organização especiais para as unidades especiais. Uma Tabela de Organização é preparada para cada tipo de unidade do Exército, assim como para cada subdivisão dessa unidade; dá a quantidade de oficiais e praças previstas, com respectivos postos e graduações.

Tôdas as T/O são numeradas de acôrdo com o sistema geral que será estudado adiante. As T/O das unidades superiores à Divisão (incl. só têm números básicos; as organizações menores são designadas por sub-números (ex: T/O 7-11 — Regimento de Infantaria). Os sub-números dos T/O também indicam o tamanho das Unidades (p.ex.: os sub-números dos T/O para Btl. ou equivalente sempre terminam em 5). Os números dos T/O são os mesmos para as Tabelas de Equipamento correspondentes.

Tables of Equipment (T/E) — Há uma Tabela de Equipamento correspondendo a cada T/O e com o mesmo número indicativo. As T/E prescrevem as dotações de equipamento para as unidades constantes das T/O, exceto: o equipamento de uso temporário e de fins especiais, as peças de vestuário e o equipamento individual, incluídos em outra tabela, as partes constitutivas, acessórios, sobressalentes e material de consumo, que fazem parte dos catálogos de suprimento e circulares de serviço de suprimento.

As T/E relacionam todo o equipamento que uma unidade deve possuir; são divididas em várias seções, uma para cada serviço distribuidor.

Tables of Basic Allowances (T/BA) — As Tabelas de Dotação Básica, (T/BA) publicam os créditos de equipamento necessário para que uma unidade possa operar em campanha, com eficiência. São um documento para uso dos escalões superiores, de Divisão (incl.), para cima. Os escalões mais baixos usam T/E. As T/BA são entregadas para fins de planejamento e por isso são feitas para cada arma ou serviço em vez de o serem para cada tipo de unidade.

As T/BA especificam as dotações separadamente por repartições fornecedoras incluindo a munição que uma unidade deve possuir ao entrar na zona de combate. Elas não trazem: 1) o equipamento de uso temporário e os de uso es-

pecial; 2) partes componentes, sobressalentes, acessórios, e material de consumo já tabelados em catálogos de suprimento e circulares sobre suprimentos; 3) equipamento para unidades de serviço, de comando, e instalações; 4) roupas e equipamento individual. Este último item constitui uma T/BA especial, de número 21 e que serve para tôdas as armas e serviços requisitarem ao Serviço de Intendência (Quarter master) as peças de uniforme e do equipamento individual.

O sistema de numeração das T/BA fica muito facilitado devido ao pequeno número das mesmas. Não há sub-números porque para cada arma ou serviço há somente uma T/BA que inclui tôdas as unidades. Os números básicos são os mesmos das T/O.

Tables of Allowances (T/A) — As tabelas de Dotação completam as T/E e relacionam os artigos que são necessários a uma unidade quando na sede, porém que não acompanham a unidade quando em campanha. Os artigos tabelados são tais como camas, louças, mobílias, etc. As T/A tabelam os utensílios e mobiliário que devem ter:

Os postos, campos e estacionamentos;

Os centros de treinamento e os de recompletamentos;

As escolas;

A Academia Militar dos Estados Unidos;

As unidades disciplinares;

As atividades especiais.

Além desses T/A, existem também os T/A para equipamento de instrução de tiro e tabelas de dotação para material de limpeza e preservação. Os T/A são numerados segundo o sistema geral.

IV

Publicações do Departamento de Material Bélico (Ordnance) sobre suprimento e organização.

Uma das principais fontes de informações técnicas são as "Ord-

nance Field Service Publications (OFSP). Elas compreendem:

Ordnance Provisions System Regulations (OPSR)

The Ordnance Catalog, incluindo:

Introduction to the Ordnance Catalog (IOC)

Ordnance Publication for Supply Index (OPSI)

Standard Nomenclature Lists (SNL)

Schedules of Stores Reports (S of SR)

Ordnance Storage and Shipment Charts (OSSC)

Ordnance Equipment Charts (OEC)

Ordnance Provisions System Regulations (OPSR) — O sistema de suprimento de material bélico é o sistema pelo qual todos os estabelecimentos de material bélico na zona do interior recebem os seus estoques. Os OPSR descrevem detalhadamente o sistema, os processos de controle, as atribuições dos chefes de serviço, e dos oficiais de depósito. Os OPSR permitem o controle dos estoques em depósito e da sua distribuição.

Ordnance Catalog — É um catálogo do material bélico, como se apresenta pronto para funcionar, acessórios e sobressalentes. O Ordnance Catalog consiste de três partes, o IOC, o OPSI, e todas as SNL. Não é distribuído como uma única publicação, e em consequência, assim não é considerado. As três partes que o compõem são consideradas independentes, o que justifica o estudo separado de cada uma delas.

Introduction to the Ordnance Catalog (IOC) — A Introdução ao Catálogo de Material Bélico, explica a finalidade, o uso e o conteúdo das SNL.

Ordnance Publication for Supply Index (OPSI) — A OPSI contém o índice das publicações de material bélico e é considerada a segunda parte do Catálogo. As publicações abaixo entram no índice:

Introduction to the Ordnance Catalog (IOC)

Ordnance Provision System Regulations (OPSR)

Ordnance Storage and Shipment Charts (OSSC)

Schedules of Stores Reports (S of SR)

Standard Nomenclature Lists (SNL)

Para cada publicação a OPSI traz título, número, data da publicação e alterações ocorridas. A principal matéria da OPSI são as SNL; também contém a divisão do material bélico por grupos.

Standard Nomenclature Lists (SNL) — As SNL são listas de partes e equipamento usadas para trabalhos de requisição, suprimento e procura de material. Constituem também um sistema de nomenclatura uniforme para o material bélico; completam as T/O, T/A, T/BA, e T/E. As SNL são os catálogos para o suprimento do material. Elas contêm:

1) Identificação de todas as partes, incluindo nomenclatura, marcas e números de fabricação.

2) Fotografias das partes e dos conjuntos.

3) Preços.

4) Listas do equipamento e das partes que devem ser entregues para emprego.

5) Adendos, mostrando a quantidade de partes e equipamento necessários ao pessoal de manutenção para a manutenção do material durante um certo e determinado tempo.

6) Notas sobre certos itens e partes.

7) Instruções sobre embalagem, marcação e dados sobre munição.

O material, segundo seu emprego e características, é classificado em grupos, crismados em ordem alfabética, e dentro dos grupos, subdivididos nas SNL; as SNL formam duas classes; a primeira necessária aos combatentes e serviços que empregam o material, e a segunda, de distribuição limitada, necessária somente ao pessoal especializado do Serviço de Material Bélico.

Toda
sificad
de A
tipos
ponent
mente
grupos
grupos
especif
Os gru
muniçã
terial
(Obsol
bela o
declar

Os
guinte

Grup
cathõe
57 mm

Grup
autom
semi-a

Grup
panha,
obuses

Grup
panha
155, a
dos ca

Grup
e ferr
platafo

Gr
contrô
metros

Gr
veicul
tratore
especie
de rec

Grup
materi
avulsa

Grup
máqui

Grup
peça,
para s

Grup
de tire

Grup
acces
de un
de ma

Todo o material bélico é classificado em 19 grupos. Os grupos de A a G (incl.) contêm todos os tipos de armamento, partes componentes e veículos. Normalmente a primeira SNL de cada grupo é o índice do material do grupo e indica a SNL que trata especificamente de cada material. Os grupos P, R, S, e T tratam de munição. O grupo Z lista e material inimigo capturado e os OGS (Obsolete General Supplies) tabela o suprimento para o material declarado obsoleto.

Os grupos de SNL são os seguintes:

Grupo A: Armas automáticas, canhões de calibre menor que 57 mm, morteiros 60 e 81.

Grupo B: Armas portáteis não automáticas, pirotécnicos, fuzis semi-automáticos, etc.

Grupo C: Artilharia de Campanha, leve e média, canhões e obuses, de 75 mm até o obus 153.

Grupo D: Artilharia de Campanha pesada, a começar do canhão 155, artilharia pesada antiaérea dos canhões de 3" para cima.

Grupo E: Artilharia de costa e ferroviária, locomotivas, carros, plataforma, etc.

Grupo F: Equipamentos de controle de fogo, de visada, telêmetros, de observação, etc.

Grupo G: Equipamento de veículos a motor, incluindo "tanks", tratores, caminhões de uso geral e especial, carros de meia lagarta, de reconhecimento, etc.

Grupo H: Ferragens diversas, material elétrico diverso, peças avulsas de material.

Grupo J: Ferramentas comuns, máquinas e ferramentas.

Grupo K: Material de limpeza, lubrificantes, suprimentos para solda, etc.

Grupo L: Material de provas de tiro.

Grupo M: Aparelhos elétricos, acessórios e peças comuns a mais de um grupo, conjuntos diversos de material especial, etc.

Grupo N: Equipamentos de uso especial e material não classificado. Este grupo se refere, quando necessário, a outros grupos.

Grupo P: Munição de todos os tipos para a artilharia de costa de calibre médio e pesado, artilharia sobre via férrea, artilharia anti-aérea e artilharia pesada de campanha.

Grupo R: Munição de todos os tipos para artilharia de pequeno e médio calibre e para morteiros.

Grupo S: Granadas, pirotécnicos, bombas de aviação.

Grupo T: Munição de armas portáteis e automáticas.

Grupo Z: Material de todos os tipos capturado ao inimigo.

Grupo OGS: Suprimento de material obsoleto.

O OPSI é o regulamento que estuda estes grupos em detalhe. Para cada peça completa ou componentes de peças de montagem complexa, há uma SNL.

Schedules of Stores Reports (S of SR) — Os relatórios dos estoques, são os inventários periódicos dos arsenais, depósitos, e outros estabelecimentos que depositam ou distribuem material bélico. As S of SR são uma relação de todo o material relacionado nas SNL indicando as datas nas quais devem dar entrada os relatórios sobre o material constante de cada lista separadamente.

Ordnance Storage and Shipment Charts (OSSC) — As Cartas de embarque e armazenagem de material bélico são publicadas a fim de fornecer as informações e os dados essenciais necessários à determinação do espaço de carga e outras necessidades para o embarque de material bélico. Todos os detalhes sobre as OSSC são estudadas na *Introduction to Ordnance Storage and Shipment Charts (IOSSC)*.

As OSSC são divididas por grupos paralelos às SNL, isto é, existem OSSC para o grupo A, para o grupo B, etc.

As OSSC dão informações sobre: nomenclatura correta, marcas e

números das peças, número da SNL, péso, classificação do frete, preço do despacho nas várias tarifas; número da publicação que explica o método apropriado da embalagem; número de caixotes necessários à embalagem, o que deve conter cada um, quantidade de caixotes que podem ser empilhados, pressão sobre o solo; notas diversas.

Ordnance Equipment Charts (OEC) — As cartas de equipamento referem-se a cada tipo de unidade do Exército, Divisões, Regimentos, Batalhões, etc. Relaciona detalhadamente todo o material bélico que a Unidade deverá ter, incluindo o conteúdo específico de cada uma, ferramentas, cargas, etc. São as TE descidas a grandes detalhes.

V

Regulations of Service Branches — São os regulamentos especializados de cada serviço. Na Ordnance Department os regulamentos se enfeixam nos OFSB e OFSC.

Ordnance Field Service Bulletins (OFSB) — Os Boletins para o material bélico em campanha são uma das mais importantes fontes de informações técnicas. Têm caráter permanente e constituem uma sólida base para ordens e diretivas sobre a administração e suprimento do material bélico em campanha.

A numeração das OFSB é semelhante à dos AR, com números e sub-números. Entretanto só há seis números básicos que são os seguintes:

N. 1: Informações e instruções de aplicação geral para todos os elementos em campanha. Os OFSB 1-1 contêm o Índice Alfabético de todos os OFSB, indicando os números básicos e os sub-números. O OFSB 1-2 é uma lista numérica de todos os OFSB mostrando a data da publicação e o número de alterações sofridas por cada OFSB.

N. 2: Armazenagem, distribuição, transferência e venda de

material bélico, exceto munição e partes componentes da munição.

N. 3: Armazenagem, distribuição, venda, vigilância, inspeção, manutenção e medidas de proteção de munições, alto-explosivos e material correlato.

N. 4: Manutenção dos suprimentos de material bélico, incluindo cuidados, métodos de preservação, assim como informações e dados que não estejam nos Manuais Técnicos (TM) ou em outras publicações.

N. 5: Diversos. Boletins não classificados e não aplicáveis aos materiais dos outros números básicos.

N. 6: Instruções sobre lubrificação do material bélico.

Ao lado dos números básicos seguem-se os sub-números que distinguem os boletins uns dos outros.

O sub-número da série 6 (Lubrificação) é o número da SNL do material correspondente. Por exemplo, as instruções sobre a lubrificação do obus de 8" sobre transportador M 1, e cujo SNL é D-29, estão no OFSB 6-D29. Os OFSB sobre lubrificação em geral são numerados 6-1, 6-2, etc.

Ordnance Field Service Circulars (OFSC) — As circulares sobre o material bélico em campanha, contêm informações de natureza temporária porém de interesse geral para o pessoal em campanha, sobre assuntos de administração, suprimentos e outros de natureza não técnica. Os assuntos tratados nas OFSC são todos de caráter geral, porquanto os de caráter especializado ou técnico são publicados nos T/B — Boletins Técnicos — de que falaremos adiante.

As OFSC são numeradas em ordem numérica, de acordo com a data da publicação. Cada ano começa uma nova série, que anula automaticamente as do ano anterior; aquelas que não estejam canceladas oficialmente e as que estejam ainda em vigor são incorporadas na nova série ou entram nas OFSB.

A OFSC 1 dá um índice em ordem numérica de todas as OFSC

em vigor ou rescindidas num prazo de 6 meses, dando para cada uma, número, título, data, número das modificações em vigor, e se rescindidas, datas e motivos da rescisão. A OFSC 1 é completamente revista e editada em janeiro e julho de cada ano, ou mais vezes se for achado necessário.

As modificações nas circulares são numeradas seguidamente colocando-se o número de série precedido pela letra C (Change) em seguida ao número da OFSC. Por exemplo, a primeira modificação da OFSC 100, vem classificada OFSC 100-C1.

VI

Publicações técnicas e de treinamento do Departamento do Exército. São classificados nas seguintes categorias:

Field Service Regulations
Field Manuals (FM)
Technical Manuals (TM)
Training Circulars (TC)

Estas publicações compreendem os textos de instrução para as escolas, casernas, centros de treinamento, e para o pessoal em campanha.

Field Service Regulations (FSR) — Os regulamentos para o serviço em campanha constituem a base da instrução de todas as armas e serviços nas operações de guerra e expõem as doutrinas básicas que são analisadas e difundidas nas outras publicações. Contêm considerações fundamentais sobre o emprego combinado das armas e dos serviços, assim como o emprego tático, estratégico e administrativo das grandes unidades e dos comandos territoriais. Os regulamentos de serviço em campanha são numerados dentro das mesmas séries dos FM.

Field Manuals (FM) — Os Manuais de Campanha são as publicações que analisam e difundem as doutrinas básicas expostas nos regulamentos para o Serviço em Campanha. São livros de explicações e referências visando o treinamento militar particularmente

para o serviço em campanha. As informações técnicas sobre o material contidas nos FM são restritas ao mínimo necessário para as operações de manutenção elementar das armas.

Os FM são organizados dentro de três divisões gerais a saber:

Basic Field Manuals
Field Manuals
Staff Officer's Field Manual (SOFM)

Basic Field Manuals — Os Manuais Básicos de Campanha contêm informações gerais para os soldados e as unidades, não importando qual seja a arma ou serviço. Trazem dados e referências gerais, particularmente sobre as unidades elementares. O FM 21-100, Livro do Soldado é distribuído a todos os soldados no ato da incorporação. O FM 21-6, Lista das Publicações de treinamento contêm a lista das principais fontes de informações publicadas, tais como manuais, livros, filmes, etc. Para uma consulta mais completa sobre filmes, é distribuído paralelamente ao FM 21-6 o FM 21-7 List of Training Films, Film Strips and Film Bulletins.

Field Manuals (FM) — Contêm informações sobre as diversas armas e serviços, juntamente com dados necessários nos teatros de operações.

Staff Officer's Field Manual (SOFM) — é uma compilação de dados e informações para serem usados como Memento pelos Estados-Maiores de todas as unidades, em paz ou em guerra.

Compreende-se bem a organização dos FM, quando se estuda o sistema de numeração que os mesmos obedecem. As publicações do Departamento do Exército e do Departamento de Material Bélico (Ordnance) são organizados em várias séries, designadas por números, letras ou ambos. Há vários sistemas distintos de numeração. O sistema mais comum é o usado para os TM e FM. Compreendem os números básicos e os sub-números. Cada série é designada por dois números

separados por um traço e prefixados pelas iniciais da publicação. O primeiro número é o básico e indica o assunto tratado; o segundo é o sub-número que vai de 1 a 199 para os FM e de 200 em diante para os TM. A numeração dos TM será estudada posteriormente. Os números básicos abaixo se aplicam tanto aos TM como aos FM:

- 1 — Forças Aéreas;
 - 2 — Cavalaria;
 - 3 — Serviço de Guerra Química;
 - 4 — Corpo de Artilharia de Costa;
 - 5 — Corpo de Engenharia;
 - 6 — Artilharia de Campanha;
 - 7 — Infantaria;
 - 8 — Departamento Médico;
 - 9 — Departamento de Material Bélico;
 - 10 — Corpo de Intendência (Quartermaster);
 - 11 — Corpo de Sinaleiros;
 - 12 — Departamento do Ajudante Geral;
 - 13 — Departamento do Inspetor Geral;
 - 14 — Departamento de Finanças;
 - 15 — Departamento de Justiça;
 - 16 — Capelães;
 - 17 — Força Blindada;
 - 18 — Destruidores de "Tanks";
 - 19 — Polícia Militar.
- Os FM têm mais números básicos, como se segue:
- 20 a 30 — Manuais Básicos de Campanha;
- 20 — Ainda não preenchido;
- 21 — Livros de instrução e de referência para assuntos militares fundamentais (leitura de cartas, profilaxia militar, defesa contra ataques químicos, etc.);
- 22 — Instrução a pé;
- 23 — Armamento básico (funcionamento, manutenção elementar e técnica de emprego de todo o armamento usado por duas ou mais armas ou serviços);
- 24 — Comunicações;
- 25 — Transportes;
- 26 — Deveres de Guarda;
- 27 — Leis militares e assuntos correlatos;
- 28 — Música militar;
- 29 — Polícia Militar;

30 — Informações militares (Inteligência);

31 — Operações sob condições especiais (em frio extremo, na selva, no deserto, operações aeroterrestres);

100 — Regulamentos de Serviço em Campanha (FSR);

101 — Manual de Campanha para os Oficiais de Estado-Maior (SOFM);

105 — Manual de Arbitragem.

Technical Manuals (TM) — Os Manuais Técnicos suplementam os FM e, como o nome indica, explicam a técnica de certos assuntos considerados essenciais para a melhor execução do treinamento prescrito pelos FM. Os TM descrevem o material, modos de operá-lo, cuidados, manejo; guia para os instrutores e especialistas, livros de referência, dicionários, tabelas, etc.

A munição de manejo e de festim para o armamento básico vem explicado na série 23.

A numeração dos TM, conforme foi dito acima, tem os mesmos números básicos dos FM. Os sub-números vão de 200 (incl.) em diante. Os TM da série 9 (Material Bélico) obedecem à seguinte organização:

Sub-números de 200 a 999 — para as tropas que empregam o material. Contêm informações necessárias ao uso e manutenção do armamento, veículos, etc., assim como a maneira correta da execução de pequenos reparos e substituições permitidas à tropa. Podem ser considerados como os manuais para os operadores. Geralmente trazem um sumário das operações e as características militares do material, o modo de operação, inspeções, cuidados, preservação, lubrificação e pintura, depanagem, listas de ferramentas e equipamento e instrução para o 1º e 2º escalões de manutenção.

Sub-números de 1000 a 1999 — Para uso privativo do pessoal de manutenção do 3º e 4º escalões. Esta série dá uma descrição mais detalhada e os métodos de inspeção e reparos no material. Podem ser

considerados como manuais de manutenção.

Sub-números 2.000 a 2.999 — São usados pelas escolas ou pelos especialistas e instrutores. Podem ser considerados como livros didáticos para as escolas de especialistas.

Training Circulars (TC) — A finalidade das circulares de treinamento é estabelecer, para experiência, novas doutrinas; fazer pequenas alterações nos FM e TM ou outras publicações de treinamento e disseminar periodicamente a orientação da instrução seguida pelo Departamento do Exército.

VII

Publicações técnicas e de treinamento do Departamento de Material Bélico (Ordnance)

São as seguintes:

Firing Tables (FT)

Bombing Tables (BT)

Field Service Modifications

Work Orders (FSMWO)

Ordnance Field Service Technical Bulletins (TB)

Notes on Material.

Firing Tables (FT) — As tabelas de tiro contêm informações de ordem balística para o controle do tiro da Artilharia. São consideradas como acessórios do material. Para uma descrição detalhada das tabelas de tiro procurar o SNL F-69.

Bombing Tables (BT) — As BT contêm informações balísticas sobre as bombas. São colocadas nos visores de bombardeio dos aviões. Para informações detalhadas procurar a "Introduction to Bombing Tables" BT1 e SNL F-69.

Field Service Modification Work Orders (FSMWO) — As Ordens para a modificação do trabalho são instruções que autorizam ou descrevem modificações ou trocas no material bélico; mudanças de características, de métodos de trabalho, pequenas alterações no material. Tais modificações só podem ser feitas de acordo com o

Chefe do Departamento do Material Bélico.

Cada FSMWO estabelece: finalidade das modificações, peças a serem substituídas, novas peças necessárias, ferramentas especiais necessárias ao trabalho, modo de execução das modificações, tempo consumido para o trabalho de modificação. Cada ordem expedida tem uma cor apropriada que indica o tempo concedido para todas as unidades fazerem as modificações ordenadas.

Ordnance Field Service Technical Bulletins (TB) — Os Boletins Técnicos têm por fim levar informações técnicas à caserna antes de serem incorporadas aos TM ou FM. Os TB são cancelados quando são publicadas as informações em TM ou FM, adquirindo caráter de permanência. Os TB não trazem informações que digam respeito a outras publicações que não TM ou FM, substituições de TM ou FM, assunto não técnicos, de administração, ou de suprimentos.

Os TB são numerados de acordo com o número dos TM cujos assuntos são os mesmos. A numeração compreende um número e um sub-número. O número básico corresponde ao sub-número do TM ou FM. O sub-número seria os diversos TB correspondentes ao mesmo TM ou FM. Os TB que se aplicam a mais de um Manual tomam números múltiplos correspondentes. Por exemplo um TB que se aplica tanto ao TM 9-981 como ao TM 9-290 é numerado TB 290-981. Quando um TB se aplica a três ou mais TM dentro do mesmo grupo do TM, dá-se-lhe um número básico correspondente aos grupos das SNL, e não a numeração segundo o processo explicado. Por exemplo:

TB 200	Grupos A e B
TB 300	Grupos C e D
TB 400	Grupo E
TB 500	Grupo F
TB 700	Grupo G
TB 900	Grupos P, R, S, T.

Notes on Material — As notas sobre o material são preparadas e publicadas pelo fabricante e dis-

tribuídas somente aos interessados no desenvolvimento, experimentação e testes do material. Trata somente de material e equipamento ainda em fase de experiências. A literatura sobre o material em uso é encontrada, não nas Notas sobre o Material e sim nos TM, FM, TC e TB.

* * *

Talvez este trabalho, que chega aqui ao seu término, possa dar uma pequena orientação aos militares brasileiros que se debruçam sobre os regulamentos americanos em suas investigações profissionais. Procuramos dar informações gerais

sobre o método das publicações regulamentares do Exército Norte-Americano; entramos um pouco no estudo das publicações afetas ao Ordnance Department, porque pensamos que as informações de ordem técnica só se completam após a consulta à bibliografia desse Departamento, principalmente às SNL.

Para quem precisar se socorrer dos Regulamentos Americanos, é interessante a consulta, em primeiro lugar, aos índices das diferentes espécies de publicações em uso: os AR 1-5, 1-10, o OPSI, OFSB 1-1, OFSB 1-2, FM 21-6, etc., de que falamos neste trabalho.

Seleção e Classificação

Ter.-Cel. ADALARDO FIALHO

O título do artigo publicado à pág. 151 do nosso número de junho é SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, e não SELEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO, como saiu publicado.

(Nota da Redação)

Candidatos à Escola Técnica do Exército

Muito breve esta revista iniciará a publicação em suas páginas de assuntos referentes ao concurso para a E.T.E., tal como vem fazendo para o concurso à E.E.M.

DEVEMOS MARCHAR UNIDOS

Coronel S. LEGREE, em "Infantry Journal",
transcrito na "Revista Militar" — Argentina
Tradução do 1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA
(Aluno do C.O.R.)

Um oficial da reserva dos Estados Unidos elucida alguns problemas que revelam erros existentes na relação que une o exército permanente e a reserva. Além disso, o referido oficial sugere alguns conselhos destinados a melhorar as relações e a cooperação entre esses dois componentes do Exército Norte-Americano

A *hostilidade latente entre os oficiais do exército permanente e os do corpo da reserva*, teve um começo completamente desnecessário. O ritmo da batalha ofereceu tôdas as nuances, desde o conflito agudo e doloroso até um estado de trégua que, no entanto, não levavam ao mútuo entendimento. Ela terminará, pelo menos assim o esperamos, em conclusão feliz e rápida.

Geralmente, quando se discute sobre esse assunto, é costume traçar dois quadros, mas nenhum deles é acertado. Nem tudo é dorçura e luz, como tampouco se devem perder tôdas as esperanças. É muito comum se encontrar oficiais da reserva (e também ex-officiais do próprio exército), cujo estribilho favorito é: "Ao diabo com os profissionais!" De outro lado, não faltam oficiais de carreira que consideram o da reserva como algo superior a um soldado raso japonês, porém, inferior a um presidiário comum dos Estados Unidos.

Grande parte dessas dificuldades tem origem, sem dúvida, em uma grande dose de excessos, da qual ambas as partes são culpadas. É muito mais fácil recordar uma simples e fugaz indelicadeza ou insulto do que considerar centenas de exemplos agradáveis de serem recordados. Também é fácil des-

culpar as próprias falhas, mediante o comentário já muito batido: "Tem-me ogeriza, porque sou um oficial da reserva". Quanto aos profissionais, eles se acham imbuidos do despeito de que "aquêles incompetentes acreditam que se acham em condições de poder dirigir o exército".

Não obstante, devemos notar que também existem dificuldades mais fundamentais que não são sanadas pelo simples fato de ignorá-las; muito pelo contrário, é necessário trazê-las à luz do dia de uma maneira objetiva e desapassionada. É muito importante, não para a reserva e nem para o exército permanente, mas sim para a segurança nacional e o próprio país, que os componentes das forças armadas nacionais entrem em acôrdo entre si, aplainando suas diferenças, e colaborem com o coração aberto que caracteriza os membros de um mesmo conjunto. Tentaremos assinalar as profundas razões que corroboram essa opinião.

SOLDADOS DE CHUMBO OU SOLDADOS VERDADEIROS

Um de meus amigos, oficial da reserva desde 1927, tornou a desembaraçar o fio que haveria de conduzir a um entendimento mútuo. Acabava de regressar de

e totalmente ignorantes do significado de um exército em guerra, eram tratados com rudeza pelos oficiais da ativa que se julgavam hostilizados, em inferioridade numérica, esgotados e demasiado atarefados para compartilhar dos sentimentos daquela gente rara que acabava de abandonar seu ambiente civil peculiar, pretendendo arrogar a si os privilégios de um oficial, sem possuir a necessária preparação para isso.

A brecha dos mal-entendidos foi ampliada ainda entre as duas guerras, período em que os oficiais da reserva, chamados ao exército para se submeterem a um treinamento de 14 dias, notavam que o programa de treinamento em vigor para o ano de 1931 era o mesmo empregado durante 1930, e que o mesmo programa seria repetido novamente em 1932. Estavam submetidos a rigores excessivos em comparação com a alimentação recebida; se lhes determinavam trabalhos regulares cuja execução jamais fôra por eles praticada; eram tratados como recrutas ineptos... e até conheciam o controle da cama! (2) Tinham de marchar de um lugar a outro sob o comando de suboficiais de categoria inferior e, às vezes, esses mesmos forneciam as informações que serviam de base para a elaboração da "informação de eficiência". Comumente eram obrigados a ingressar nos clubes de oficiais (naturalmente, mediante o pagamento de jóias elevadas) e tudo era feito para que imediatamente ali se sentissem até incomodados.

O exército permanente, sem dispor de pessoal suficiente e bastante necessitado de recursos, considerava como aceitas suas desculpas, sem dúvida algumas delas boas... , porém nem por isso o ressentimento dos oficiais da reserva diminuía.

A criação do Corpo Civil de Conservação equivaleu a um golpe de

misericórdia no entendimento mútuo. O exército, debilitado pelas flutuações econômicas, tinha de enfrentar os golpes que sobrevieram. Numa época em que os fundos escasseavam e a moral escasseava mais ainda, foi-lhe exigido um serviço cuja execução lhe teria sido difícil ainda em melhores condições. Soldados do exército ativo, com cinco anos de serviço e vencimentos mensais de 21 dólares, repentinamente se viram desempenhando as funções de 1º sargento nas companhias do Corpo Civil de Conservação, enquanto os membros desse mesmo corpo recebiam vencimentos mensais que variavam de 30 a 45 dólares mensais. Por outro lado primeiros tenentes do exército (e segundos tenentes), comumente foram encarregados do comando de campos, tendo como auxiliar um capitão da reserva. O oficial da ativa não podia deixar de pensar na desproporção entre o pagamento e a responsabilidade; enquanto o oficial da reserva se considerava lesado em sua dignidade. Depois, quando o subcomandante assumia o comando do campo, a situação piorava mais ainda, pois o dano já estava feito. Em alguns casos, o comandante do campo de reservas procurava aproveitar todos os meios e subterfúgios para dificultar a situação do outro, indiretamente.

Após a modificação de organização do Corpo Civil de Conservação, os oficiais da ativa ficaram desligados dos campos, conservando, porém, o comando hierarquicamente superior ao correspondente dos postos de supervisores. Com a razão ou sem ela, os oficiais da reserva que desempenhavam o comando dos campos, dispoñdo de poucos recursos, equipamento e autoridade (não estavam amparados por regulamentos de guerra), consideravam que os da ativa lhes exigiam demais, o que somente se explica tendo em conta que esses

(2) Provavelmente o autor se refere à exigência feita aos soldados e alunos de Escolas Militares para que suas camas sejam devidamente arrumadas, sendo tal arrumação controlada, havendo punição para os transgressores de tal ordem. (Nota do tradutor).

últimos tinham recentemente voltado da China, ou não havia muito se encontravam na 3ª Seção (G-3) da rigorosa Zona do Corpo. Aos oficiais da ativa era fácil insistir para que o sistema de transporte automóvel se mantivesse com a eficiência máxima possível, que os alimentos fossem os melhores e que a correspondência dirigida às autoridades superiores não contivesse erros nem rasuras. Para eles isso era fácil, sobretudo porque nunca haviam procurado lidar com a própria companhia do Corpo Civil de Conservação; por nunca haver dado, em tempo de paz, ordens a seus homens para que trabalhassem à temperatura de 10º abaixo de zero e por nunca haver enfrentado uma situação em que os homens estivessem protegidos por organismos de beneficência, podendo abandonar seus encargos ou o próprio campo, sem temer punições.

Os oficiais do exército permanente, por sua vez, davam-se ares de importância em face das desculpas dos oficiais da reserva, quando estes não podiam cumprir o que lhes havia sido determinado. Como de costume, ambas as partes eram culpadas.

REPROVAÇÕES NÃO OFICIAIS, MAS IRRITANTES

Uma fôlha do meu livro assinala que o reprovar oficiais da reserva não constituía verdadeiramente uma determinação oficial. Em um renomado posto de infantaria, onde 40 oficiais de nosso corpo serviam temporariamente, ocupando-se do alistamento para o Corpo Civil de Conservação, foram publicadas três ordens no prazo de vinte e quatro horas que quase provocaram um verdadeiro motim. A primeira delas determinou que todos os oficiais que serviam temporariamente, teriam de comer no cassino dos oficiais, ou pelo menos pagar a quantia equivalente ao preço das refeições, sem interessar que as tivessem consumido ou não. A segunda ordem consistiu em um memorandum apresentado pelo cas-

sino dos oficiais, no qual se fazia finca-pé no fato de que a hora da refeição estava fixada entre as 17.00 e 17.30 horas constando ao mesmo tempo que os oficiais que chegassem depois das 17.30 não seriam atendidos. A terceira ordem exigia que todos os oficiais que se achavam servindo temporariamente, inspecionassem a refeição de suas próprias companhias, precisamente entre as 17.00 e 17.30. Uma vez, um bilhete anexado a um bife, enviado por um oficial ao cassino, tinha os seguintes dizeres: "Alguém tem de sustentar este cassino e bem poderiam ser vocês". Posso atestar a autenticidade desta afirmativa, pois fui eu mesmo o oficial que recebeu a resposta.

O General comandante do posto, um soldado de infantaria que gozava de alta estima, tendo desempenhado posteriormente os mais altos cargos do Departamento da Guerra, ao ser submetido o assunto à sua decisão, considerou a situação durante o pequeno espaço de uns 30 segundos. Não obstante este fato, o dano já tinha sido feito, e 40 oficiais da reserva ficaram convencidos de que todos os oficiais do exército permanente, sem exceção alguma, tinham uma mentalidade idêntica à do oficial encarregado do cassino. A decisão rápida do general foi considerada como um gesto bizarro de justiça, enquanto que a malícia e má vontade, demonstradas pelo encarregado do cassino, eram tidas como norma de conduta atribuível a todos os oficiais do exército.

A Segunda Guerra Mundial fez sua parte para agravar mais ainda este nojento problema. Apesar da afirmação de superioridade que favorecia consideravelmente aos da reserva, os oficiais de média hierarquia e ainda mais os de postos inferiores, desbarataram a maior parte das inúmeras coisas boas ambicionadas pelos postos superiores. A Escola Fort Myer, para oficiais da reserva, tão famosa agora e que havia sido organizada durante o verão de 1943, constitui uma clara evidência com respeito ao assunto que estudamos.

Durante o ano de 1943 era pequeno o número de oficiais que, desempenhando serviços em Washington, tinham tempo disponível. A maioria trabalhava ainda durante as noites e os domingos, além das 48 horas semanais regulamentares. Se não faltavam alguns preguiçosos, o restante não podia se responsabilizar por eles, pois se dedicavam com afã a seus serviços. Alguém — não sei quem foi (mas, sem dúvida, era de um alto posto) — concebeu a brilhante idéia de criar uma escola de infantaria onde se ensinaria disciplina e bons costumes para oficiais que se encontrassem servindo no distrito militar de Washington.

Os oficiais do exército permanente foram automaticamente excluídos destes cursos. Igualmente foram dispensados os oficiais da guarda nacional e os oficiais da reserva que haviam assistido os cursos ministrados nas escolas de serviços, como também de algumas outras categorias.

O restante, cujo número ascendia a uma centena, desde coronéis até tenentes, passavam oito tardes dedicados a tarefas que se supunha haver sido por eles aprendidas antes de terem recebido suas respectivas cartas patentes. Não foi feita nenhuma tentativa para selecionar aqueles que verdadeiramente se achavam necessitados dos ensinamentos ministrados nesses cursos. Tenentes do CMP, recentemente comissionados do OCS e suboficiais do CMP, com menos de um ano de serviços, demonstravam muito boa instrução perante seus oficiais de maior hierarquia, que haviam colaborado na confecção dos manuais de campanha referentes aos assuntos tratados. O 2º Instrutor, um major do CMP, fez uma pergunta a um oficial referente a um problema sobre fatos corriqueiros, e logo após receber a resposta do mesmo, se dirigiu a um suboficial, pedindo-lhe seu parecer sobre a correção da resposta dada pelo oficial. Para ilustrar a desorientação reinante e que era generalizada, basta acrescentar que, enquanto

meu coronel (pertencente ao exército ativo) se achava no Departamento da Guerra, absorvido por seus afazeres, pois não me faltavam informações e fundamentos para supor que lhe sobravam razões para isso, eu, por minha parte, estava no campo de treino de Myer, distribuindo vozes de comando como "Meia-volta, Volver!", ou ocupava minha poltrona no salão de conferências, escutando a exposição do tenente do CMP, na qual dava conselhos a todos os oficiais para comprarem capotes compridos, quando já havia ficado resolvido que essa peça seria eliminada no futuro.

CULPABILIDADE DE AMBOS

A menos que estas referências pareçam ser tendenciosas, no sentido de induzir o leitor a acreditar que os oficiais do exército permanente procuram lançar tôdas as culpas sobre os da reserva, apresso-me em assegurar que isso é aplicável a ambos os lados. As bebedeiras e as desordens nos hotéis de categoria; os oficiais que adotavam medidas extralegais para impôr disciplina (com uma única exceção memorável), os que cometiam desmandos e os que levavam uma vida sexual censurável, pertenciam quase sempre à reserva e à AUS. (Nós, oficiais da reserva, não podemos desculpar a condição de pertencer à AUS, pois todos aqueles da AUS que desejavam conservar seus cargos, atualmente pertencem à reserva, seja para seu bem ou mal).

Devemos acrescentar que muitos oficiais da reserva eram nitidamente incompetentes. Alguns, o eram porque não produziam nada, outros porque não estavam dotados da capacidade mental indispensável para a vida militar, mas também temos de incluir entre os incompetentes os que não tiveram nenhuma oportunidade para se treinarem, ainda quando o tivessem desejado.

Também temos de levar em conta o reverso da medalha. O lastimavelmente pequeno núcleo

de oficiais de carreira, em torno do qual conseguimos organizar um muito bom exército, se pensarmos bem, nos deve maravilhar pela maneira como conseguiram essa transformação, pois em caso contrário deveríamos admitir que a II Guerra Mundial não foi senão um sonho. O precário quadro que completava aquele núcleo, só contava com 14.000 oficiais, 230.000 soldados, 120.000 oficiais da reserva em condições muito diferentes, tanto por seu treinamento como por sua competência e uma guarda nacional corajosa, mas descuidada; este conjunto devia servir por sua vez de núcleo de um exército gigantesco composto de 900.000 oficiais e 8.000.000 de homens, com que se contava no dia da vitória na Europa. Se a maioria dos oficiais de carreira só se houvesse limitado a se impôr aos civis e houvesse demonstrado inépcia no manejo dos cidadãos-soldados, ainda Adolfo estaria ululando ante o microfone e Hirohito ainda montaria seu cavalo branco.

Segundo minha opinião, quatro em cinco oficiais do exército permanente tinham plena consciência do valor dos oficiais da reserva; viam estes atuando individualmente, demonstrando condições variáveis e rendiam tributo a essas condições com toda lealdade. Mas durante o curso real da vida do exército durante a guerra, todos os oficiais da reserva, em uma ou em outra oportunidade, se achavam sob o comando de algum oficial do exército que fazia parte daquela minoria a que nos referimos anteriormente e dessas experiências datam as queixas, de que ainda hoje dão mostras. Por outro lado, durante a mesma guerra, cada oficial do exército teve sob suas ordens uma maioria de oficiais da reserva que, pelo menos, se desempenhavam satisfatoriamente (por favor, não o tomem no sentido dado a este termo nas informações de eficiência), mas aqueles oficiais do exército que tinham sob sua autoridade os da reserva, possuíam um caráter tão azêdo que os méritos

mencionados eram geralmente esquecidos.

ALGO QUE PODE SER FEITO

Tais são as causas da animosidade existente entre as duas partes. A menos que esses sentimentos se desarraiguem totalmente — e isso é urgente — deveremos enfrentar uma situação extremamente grave. Dentro do conceito tradicional de um exército democrático, no caso das duas partes não poderem cooperar de forma respeitosa e cordial, produzir-se-á um terrível choque entre elas, precisamente quando o exército tiver de enfrentar uma nova prova.

No entanto, há algo que apesar de tudo pode ser tentado.

Podemos treinar as reservas: Não me refiro somente às cinquenta conferências destinadas às unidades da reserva, como tampouco ao treinamento de campanha de quatorze dias de duração por ano, mas à possibilidade de submetê-las a um treinamento verdadeiro. É necessário dar-lhe instrutores do exército que sejam bons, entusiastas e competentes. Estes deverão ser nomeados em número apropriado para que se aproveite devidamente o tempo destinado ao treinamento planejado. É necessário o seguinte, como exemplo: trabalho com material moderno; conferências a cargo de pessoas (equipes móveis, se se desejar), que estejam enfrontadas no que ocorre no mundo militar, como também, das causas dessas novidades e de que modo elas deverão ser postas ao alcance dos atarefados oficiais da reserva (e dos alistados); treinamento em unidades cujo nível ultrapasse o obtido em 1934; programa de treinamento e a experiência dos elementos a treinar. Tudo isto deve ser previsto com antecedência e completamente, pois em caso contrário perderemos o melhor pessoal da reserva, aqueles que não se podem permitir delapidar seu tempo... aqueles que se afastarão definitivamente do exército, se os ineficazes métodos de

treinamento continuarem esbanjando seu tempo. E já se estão afastando.

Na reserva, podemos nos livrar dos mentecaptos, dos engraçados, dos namorados do uniforme, dos beberrões e dos tarados. Fariamos bem nos desfazendo desses. Esses são precisamente aqueles elementos que predispoem os oficiais da ativa contra os da reserva; são culpados em grande parte dessas rixas próprias de um sistema de castas que no ano passado suscitaram tantos comentários desalrosos da imprensa. Esses são os clássicos retrógrados que pretendem deter a obra dos oficiais sinceros e inteligentes, cujo propósito consiste em converter os efetivos a seu cargo em sólidos bastiões da defesa nacional. Tal é a tarefa que devem iniciar os instrutores do exército e que logo deve ser prosseguida com a ajuda dos oficiais da reserva de hierarquia mais elevada.

Devemos fazer compreender aos da reserva, que uma vez eliminados os elementos mencionados no parágrafo precedente, eles chegarão a constituir um dos sustentáculos do tripé sobre o qual descança nossa defesa nacional. Na marinha as coisas se passam muito melhor. A recente ordem de dar ao corpo de reserva da marinha um pessoal PX e privilégios de comissário, constitui um assunto que não queria mencionar, pois supunha que se diria: "Já lhe disse que aqueles da reserva só se alistam pelo dinheiro." No entanto, a referida ordem põe claramente de manifesto que a marinha realiza um esforço consciente para inculcar nos da reserva o sentimento de que constituem os membros de um organismo e não desempenham o papel de parentes pobres desprovidos de toda consideração. Também, o reservista dos fuzileiros é um fuzileiro e seus camaradas o respeitam como tal. "Uma vez que foste fuzileiro, serás sempre fuzileiro", expressão usual que vem a ser algo mais que um dito corriqueiro. Isto explica

a razão da lealdade dos reservistas dos fuzileiros.

Podemos instruir aquele precário vinte por cento dos permanentes, a que nos referimos anteriormente ao mencionar a escassa proporção dos mesmos, que demonstram uma intolerância manifesta em suas apreciações com referência à reserva. Devemos inculcar-lhes, através de incessantes e infatigáveis repetições, se for necessário, que o corpo da reserva deve continuar existindo como tal, que eles devem aprender o manejo de seus efetivos e que, se lhes aborrecem a reserva, seus componentes, seus métodos e seus resultados, os próprios oficiais de carreira têm a culpa desse estado de coisas. Como os do exército tinham a responsabilidade do treinamento dos da reserva, a quem compete recriminar as deficiências desse treinamento? A orientação pessoal da reserva foi traçada pelos da ativa; se a referida orientação não dá resultado, a quem cabe a responsabilidade por isso? Podemos explicar a esse setor do exército permanente, que também os oficiais da reserva são seres humanos e que reagem como os demais face aos elogios e às censuras. Igualmente reagem com violência frente às indignidades, sem que importe resolver no momento, se as reações são estudadas ou inconscientes, ou ainda espontâneas. As altas autoridades podem meter-lhes na cabeça, ainda que seja com a ajuda de um cano de chumbo, que só um demente ou um péssimo matemático viria servir na reserva pelo dinheiro que ali pagam e que o tempo que o oficial da reserva passa no serviço militar, o perde em sua experiência civil, onde tudo se realiza em uma esfera de alta competência, sem finalidade alguma.

Podemos explicar ao coronel do exército que classificou a um oficial da reserva como "bem satisfatório", depois de haver admitido que aquele era o oficial mais eficiente dentre todos que já comandara, que a referida informação significa algo para o oficial da re-

serva. (O coronel explicou depois ao mesmo oficial da reserva, que os de carreira obtinham qualificações mais altas, porque senão ficariam prejudicados na sua carreira). Podemos revelar o erro cometido pelo coronel do exército, ao expor "minúcias" de seu comando aos oficiais da reserva. Podemos rebater os argumentos do coronel do exército que classificou o oficial da reserva, a quem nunca tinha visto, na ordem do mérito com o n. 16, admitindo jovialmente esse fato em uma declaração de que aquilo constituía uma prerrogativa sua, não obstante outro coronel do exército, que tinha trabalhado durante quarenta e oito horas semanais com o mesmo oficial da reserva, o haver classificado com o n. 2 ou 3, caso lhe houvesse competido o encargo de formular a referida classificação.

E, finalmente, no exército deveria ser eliminada totalmente a frase corrente: "Ao diabo com os oficiais da reserva". Bastante elevado foi o número de oficiais da reserva cujos tímpanos foram feridos por esse vitupério, quando os que o proferiam acreditavam não haver sido ouvidos.

POSTOS DEMAIS

Podemos aprofundar o tema, que se acha vinculado a uma série de melindres desnecessários que podem se agravar em um futuro próximo. Precisamente agora, há postos em demasia no "Corpo da Reserva". Tenho o mesmo direito de ser um coronel de carreira, que um veado pode ter para comer caviar. Quando chegar a época e quando as hierarquias passageiras obtidas no exército constituam recordações de felizes dias passados, muitos oficiais da reserva ostentarão seus distintivos de águia, enquanto seus antigos superiores

terão folhas douradas. (3) Isso não deixará de causar malquerença entre os oficiais do exército (e com toda razão), produzindo nestes um sentimento de aversão para com os soldados de "véspera de guerra", o que por sua vez redundará no pioramento das possibilidades de uma compreensão mútua entre os dois componentes.

O grande G-1 deve estar capacitado, em todos os sentidos, para organizar um processo equitativo para atingir a cooperação entre os oficiais da reserva e os do exército regular. Ele deve ser levado a cabo mediante um sistema de "equiparação" dos oficiais da reserva com os do exército, criando hierarquias para o tempo de guerra, ou então, empregando uma fórmula matemática que leve em conta a hierarquia temporária, a idade, a duração do serviço comissionado, etc. Aviso, a esse respeito, que não me considero um técnico em acomodar regulamentos a situações especiais, razão pela qual deixo este assunto a cargo dos entendidos. De todas as maneiras, é indispensável imaginar um sistema melhor.

Agrada-me imensamente esse par de águias brilhantes (3) que luzem em minha camisa e não posso ocultar a pena que sentirei ao ter que me despedir delas. Mas, o farei com gosto por uma causa tão importante como é a do entendimento mútuo entre a reserva e os oficiais do exército permanentemente, e, sobretudo, se isso se realizar dentro de uma norma cavalheiresca e equitativa. Talvez as veja brilhar novamente um dia, quando eu for um pouco mais calvo ou tenha os cabelos mais encanecidos, e quando alguns de meus bravos camaradas do exército possuírem de forma permanente, suas águias e estrélas. (3) E, se surgir outra guerra extemporânea,

(3) Refere-se o autor aos distintivos dos postos militares no Exército Americano, que são os seguintes: General de Exército: cinco estrélas prateadas; General: quatro estrélas prateadas; Ten.-General: três estrélas prateadas; Maj.-General: duas estrélas prateadas; Gén. de Brigada: uma estréla prateada; Coronel: uma águia prateada; Ten.-Cel.: uma folha prateada; Major: uma folha dourada; Capitão: duas barras prateadas; 1º Tenente: uma barra prateada; 2º Tenente: uma barra dourada. (Nota do tradutor).

creio que poderei reintegrar-me em meu posto com possibilidades de atingir todos os demais postos como qualquer um de meus camaradas. Qualquer pessoa que afirmar não lhe interessar os postos, mente, não só a si próprio, como também a seus semelhantes.

É POSSÍVEL UMA COOPERAÇÃO EFETIVA

Tracei no presente artigo um esboço geral com respeito a certas situações equívocas que entravam bastante a ligação entre os militares profissionais e os da reserva, ligação que deve ser melhorada a todo custo se desejarmos que nossa defesa nacional se assente sobre bases mais sólidas. Mediante uma determinada ação vigorosa, baseada na compreensão do problema e no sincero desejo de sepultar para sempre os prejuízos pessoais em favor de uma forte potência militar, podemos lograr essa tão desejada cooperação efetiva entre os dois componentes mais importantes do exército: o permanente, que fornece o núcleo e traça as diretivas, e a reserva, que supre o grosso da oficialidade.

A reserva, constituída por cidadãos de vastas influências, na sua maior parte, pode criar ambiente favorável no Congresso e na população em geral, para expropriações razoáveis e para a necessária legislação militar. Em virtude do egoísmo que caracteriza o ser humano, e sendo o reservista um ser humano (apesar da opinião contrária de alguns), só pode redundar em proveito dos profis-

sionais, se os reservistas forem levados a acreditar que serão tratados com todas as considerações que merecem e que seus esforços serão altamente apreciados. Entretanto, os profissionais podem provar para ver, qual é o máximo — e não o mínimo — que podem fazer em benefício dos da reserva.

Por outro lado, os da reserva devem se esforçar para obter progressos em determinados sentidos. Devem se dedicar de todo o coração a seu treinamento, induzindo os profissionais, caso seja necessário, a lhes proverem de todos os elementos necessários para isso, e que lhes concedam oportunidade para tal. Devem cooperar na obtenção de leis adequadas e da necessária legislação em favor do exército; devem colaborar na educação de seus concidadãos relativamente às necessidades da defesa nacional; devem refutar os ataques irresponsáveis contra o exército, com argumentos convincentes, efetivos e irretorquíveis.

Avizinham-se dias críticos para a defesa nacional. Medidas econômicas tomadas com estreiteza de vistas, idéias pobremente concebidas com relação a mudança no quadro do serviço militar, como, finalmente, a apatia pública, podem deixar amplamente abertas as portas do país ante inimigos potenciais. Procederíamos mais avisadamente fechando as portas e elevando a pressão para obter mais energia. Devemos marchar unidos, esquecer e ultrapassar as rivalidades e prosseguir a obra da defesa nacional.

Os êxitos de um Comandante não surgem de regras ou modelos. Eles nascem de uma compreensão absolutamente nova dos fatores dominantes no momento e de todas as forças que estão no trabalho. O que se necessita é de uma apreciação profunda dos acontecimentos da época. Não há caminho mais seguro para o desastre do que a imitação dos planos de heróis passados e sua adaptação às novas situações.

WINSTON CHURCHILL.

• • •

Com teu igual, a vingança é duvidosa; com teu superior, uma loucura; com teu inferior, uma covardia.

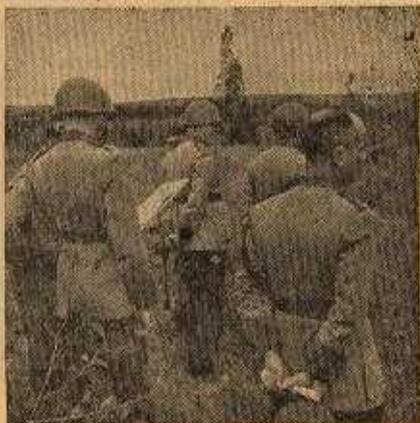
DDEROT.

MANOBRAS DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

A Escola de Estado-Maior realizou em maio último, na região de RIO CLARO, suas manobras do segundo ano. As fotografias abaixo registam aspectos dessas manobras, que constaram do estudo de operações ofensivas no escalão Divisão de Infantaria e Unidades subordinadas e tiveram em vista:

— pôr em evidência a influência considerável — muitas vezes decisiva — do terreno na concepção da manobra e na conduta do combate;

— permitir aos Oficiais-Alunos aplicarem conhecimentos adquiridos em sala,



Um "giro do horizonte" assistido pelo Exmo. Sr. General Milton de Freitas Almêida, Chefe do Estado-Maior do Exército

na Escola, e apreciarem a diferença entre a idealização pela carta e a realidade imposta pelos elementos naturais.

Nessa ordem de idéias muitos foram os ensinamentos alcançados.

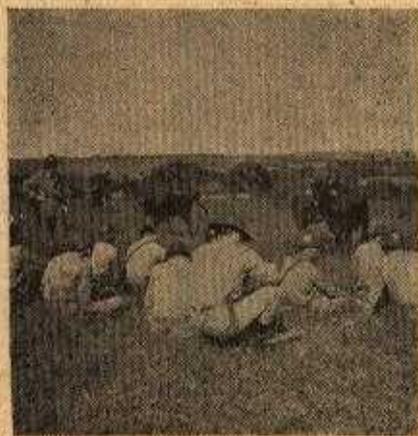
O exercício decorreu integralmente dentro da previsões estabelecidas e num ambiente de disciplina, trabalho e dedicação profissional, tendo ficado bem patenteada a rapidez com que se podem desenvolver as operações numa guerra em que os Exércitos lutem armados com os meios modernos.



Discussão de uma "decisão", em presença dos Exmos. Srs. Generais Milton Araripe e Morris Junior, este, do Exército dos Estados Unidos



O Exmo. Sr. General Tristão de Alencar Araripe, Comandante da Escola, entre instrutores e assistentes, vendo-se também o Ten.-Cel. Harvey, do Exército Norte-Americano



Uma "decisão" tomada, por escrito, no terreno frente ao "inimigo"

NOTÍCIAS MILITARES

Regiões polares

No momento atual em que se fala na problemática terceira guerra mundial, as regiões polares conseguiram grande evidência, estando as grandes potências empenhadas em estudos acurados não só de seus aspectos geológicos e climáticos como também das necessidades em armamento e abastecimento de tropas que porventura venham a se empenhar em operações nessas regiões.

O almirante Richard Byrd, o primeiro a percorrer em vôo aéreo os polos sul e norte, é de opinião que futuramente poder-se-á explorar com proveito as regiões antárticas, que, segundo suas revelações são tão extensas quanto a América do Sul, possuindo enormes jazidas carboníferas, além de prováveis mananciais petrolíferos.

Em trabalho publicado na *National Geographical Magazine*, revista científica editada em Washington, o referido almirante declara que a expedição por ele comandada e que procedeu a estudos no Ártico, em 1946, foi de grande valia para o aumento de conhecimentos científicos relativamente ao planeta. Com relação ao terreno em que a mesma se realizou, declara que a região constitui um gigantesco laboratório aberto aos estudos de biologia, física, química, etc.

Do trabalho citado, destacamos o seguinte trecho: "logramos descobrir uma zona costeira de mais de 1.400 milhas, dez cordilheiras montanhosas com alguns picos elevadíssimos, arquipélagos, penínsulas, ilhas e mares".

Energia atômica

O contra-almirante Gordon McLintock, superintendente da Academia de Marinha Mercante de King's Point (New York) anunciou a formação de um Comitê Técnico para a Navegação nos Espaços Interplanetários e na Super-Atmosfera, destinado a proceder a estudos relativos à possibilidade de viagens interplanetárias por meio de foguetes.

O Instituto de Navegação, que é uma sociedade científica destinada à navegação marítima e aérea declarou que "é óbvio a possibilidade de utilização da energia atômica para a propulsão de foguetes. Tal fato torna o sonho da viagem interplanetária menos remoto do que era há cinco anos".

Na inauguração da exposição de invenções e materiais de investigação científica do falecido Robert Hutchings Goddard, fundador do vasto campo de investigações da propulsão foguete e a jato, exposição essa realizada há pouco tempo em New York, usou da palavra o ex-general das Forças Aéreas Norte-Americanas, James H. Doolittle, famoso por haver dirigido o primeiro bombardeio-a Tóquio, declarando que os projéteis-dirigidos serão aperfeiçoados e impulsionados pela energia atômica. Tal progresso permitirá levar os próprios petardos atômicos a uma distância de quatro mil e oitocentos quilômetros da base de lançamento.

Doolittle declarou ainda: "Talvez seja possível aos passageiros irem em aviões foguetes de New York à Europa numa hora, ou de New York a Buenos Aires em duas horas."

• •

Informações de Berlim, indicam que diminutas quantidades de urânio têm sido extraídas de minas da região de Marienberg, Alemanha, e que se encontram sob controle soviético. As minas em redor de Marienberg foram abertas em 1934 para a extração de bismuto, prata e cobalto, porém, a extração de urânio teve início no verão de 1946.

Acredita-se que 4.000 homens estão trabalhando nas minas de Schneeberg, 3.000 em Johann Georgenstandt, 2.000 em Annaberg e 1.200 nas minas de Marienberg.

+

O fator humano

Apesar de todos os progressos da técnica, continua a ser o homem o fator decisivo das guerras. De vários chefes militares tiramos as seguintes afirmativas:

O General Eisenhower, em julho de 1945, em sua Informação aos chefes do Estado-Maior Combinado sobre a invasão da Normandia e subseqüentes operações realizadas na França e na Alemanha, culminando com a rendição do III Reich, declarou: "No entanto, mais importante ainda que as armas, foi o indomável espírito combativo dos homens das Nações Unidas que as empunhavam".

O Sr. James Forrestal, secretário da Defesa dos Estados Unidos, ao solicitar o aumento de efetivos das Forças Armadas Americanas, em virtude da "muito grave situação internacional", no dizer do General Marshall, declarou ao Congresso: "Que não caia nas tentadoras ilusões das armas atômicas guiadas por controle remoto, que, segundo alguns círculos, tornaram desnecessário o emprego de grandes

forças bem treinadas. Desde a substituição da lança pelo fuzil, tem-se tornado mais e mais necessário o emprego do potencial humano".

Ainda o General Eisenhower, ao deixar a Chefia do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em seu relatório final, declarou: "O avião e a bomba atômica não eliminaram a necessidade da infantaria".

O General Marshall, ex-chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, durante a última Grande Guerra, em seu relatório bial (1939-1941), declarou: "O requisito fundamental de todo exército é contar com pessoal bem treinado e disciplinado".

+

Transportes e serviços

Nunca é demais salientar a grande importância dos transportes e serviços nas guerras modernas. Para aquilatarmos o esforço exigido dos serviços na última guerra mundial basta levarmos em consideração que o consumo médio diário de uma única divisão blindada é de aproximadamente 74 (setenta e quatro) toneladas de gasolina, lubrificantes e outros combustíveis, e de 31 (trinta e uma) toneladas de alimentos.

+

Missões das Forças Armadas

Em entrevista secreta realizada pelos chefes do Estado-Maior Misto, em Key West, Estado da Flórida, ficou definitivamente assentado, segundo declarações posteriores do Sr. Forrestal, Secretário da Defesa Norte-americano, quais seriam as atribuições das diferentes Forças Armadas Nacionais.

A Força Aérea ficou com a responsabilidade de, cooperando com a Marinha, defender o território dos Estados Unidos contra os ataques aéreos, além de planejar a estratégia aérea, e a forma como de-

verão ser executados os bombardeios em massa contra os alvos industriais inimigos, cidades, comunicações, etc.

O primeiro objetivo da Marinha ficou sendo a guerra anti-submarina, e ficou assentado que ela possa construir seus porta-aviões de 80.000 toneladas, e efetuar bombardeios para a "obtenção dos objetivos da campanha naval".

Os fuzileiros navais terão como missão principal a guerra anfíbia.

Cada uma das três Forças Armadas terá seus próprios serviços secretos, e o Exército terá a seu cargo, além de suas atribuições normais, o estudo e utilização das armas contra os ataques aéreos.

Segundo as palavras do Sr. Forrestal, agora existe um acordo geral relativamente aos assuntos sobre os quais até há bem pouco tempo

havia divergências entre os Chefes das Forças Armadas.



Forças Armadas Norte-Americanas

Do relatório enviado ao Congresso pelo Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, podemos extrair os seguintes dados sobre os atuais efetivos e correspondente distribuição, além do projetado aumento:

O efetivo atual do Exército Norte-Americano é de 542 mil homens, tendo sido feito o projeto de aumentar as referidas forças para 782 mil homens. Cogita-se, por conseguinte, de um aumento da ordem de duzentos e quarenta mil homens.

É a seguinte a distribuição das forças americanas:

LOCAL	Efetivo atual	Efetivo proposto
Guarnição dos EE.UU.....	284.000	510.000
Trieste.....	5.000	5.000
Alaska.....	7.000	15.000
Zona ocupada do Japão, Coréia, Ilhas Marshall, Bonin e Filipinas.....	127.000	136.000
Alemanha e Austria.....	96.000	93.000
Hawai.....	9.000	9.000
Caribe.....	14.000	14.000
Totais.....	542.000	782.000

O General Bradley declarou que, das forças estacionadas nos Estados Unidos, apenas 54.000 podem ser consideradas como *tropa de combate*, pois as restantes são compostas de tropas em *treinamento*, e forças auxiliares.

Segundo o Secretário da Guerra, Sr. Royall, provavelmente as cifras referentes à Alemanha e Austria serão alteradas, pois foram calculadas antes da anulação do primitivo plano de transferência do

confrôle da ocupação dos aludidos países, do Exército para o Departamento de Estado.



Transportes

Constituem assunto atual e de grande interesse para o Exército, não só encarado sob o seu aspecto essencialmente militar, como também sob o aspecto mais geral de poderoso agente impulsor do

progresso de um país, influenciando grandemente os estudos procedidos pelas altas autoridades não só nacionais como também militares, em busca de soluções para problemas seculares que continuam a nos afligir.

"A Defesa Nacional" tem publicado valiosos trabalhos sobre o assunto, dentre os quais podemos destacar ultimamente:

Os Transportes no Exército — Major Victor Hugo Alencar Cabral (Nov.-Dez. 1947); O Problema dos Transportes no Brasil — General Juarez Távora (Fev. 1948); A Ligação do Sul com o Norte do País pelo Tocantins — Major Alípio Ayres de Carvalho (Abril 1948).

Na *Revista Brasileira de Geografia*, no número correspondente ao período de julho-setembro de 1947, encontramos interessante e útil artigo do Engenheiro Moacir M.F. Silva (Consultor Técnico do C.N.G.) intitulado "Expansão dos transportes interiores (alguns planos de viação, à luz da geografia)", em que o mesmo, após estudar diversos planos já apresentados para a solução de tão importante problema de nosso país, desde o *Plano Ramos de Queirós* (1874) até o *Plano do D.N.E.R.* (1937), conclui concitando os responsáveis pelos nossos destinos para solucionarem de maneira decisiva, tão importante e inadiável problema.

Da parte final de seu trabalho, destacamos o seguinte trecho: "Os bandeirantes, sem dispôr dos recursos técnicos e industriais de que hoje dispomos, vararam todo o território, dilatando-o, ultrapassando-o... "Para a frente!" parecia ser o seu lema. E nós, seus descendentes, podemos ficar parados?"



Tropas aéreo-transportadas

O lançamento de material pesado está sendo praticado pelas tropas aéreo-transportadas britânicas, por meio de quatro pára-quadras de 18 metros de diâmetro. Tendo em vista que jeeps e canhões atingem o solo a uma velocidade de, aproximadamente 25 quilômetros por

hora, criaram-se apoios para as peças mais pesadas, horizontalizadores e amortecedores que deverão ser colocados sob as rodas, com a finalidade de prevenir possíveis danos que possam ocorrer ao material.



A primeira divisão aéreo-terrestre a receber efetivo desde que terminou a guerra, nos Estados Unidos, foi a 82ª Divisão Aéreo-terrestre, reorganizada com o efetivo completo constante dos novos quadros para unidades dessa especialização.



Aviação

Segundo estatísticas do Departamento de Estado, o primeiro lugar como nação importadora de aviões dos Estados Unidos foi ocupado pela Argentina, que em 1947 importou 385 aviões no valor de 1.268.631 dólares (aproximadamente Cr\$ 24.103.989,00). Além disso, ainda em 1947 a Argentina ocupou o primeiro lugar, dentre os países do Continente americano, como nação importadora de aviões da Grã-Bretanha, e também o primeiro posto nas importações de maquinário canadense.



* A Fábrica Militar de Aviação da Argentina, ou Instituto Aerotécnico de Córdoba, silenciosamente, porém, de maneira constante e progressiva, tem mantido um elevado nível de construção, experimentação e investigação no campo aeronáutico, tendo obtido já apreciáveis frutos. Assim é que podemos destacar os seguintes aparelhos construídos na Argentina, na Fábrica referida, pelos competentes técnicos do progressista país amigo:

Boyero: — Aparelho escola e de turismo.

DL-22: — Aparelho militar de treinamento avançado, dois tripulantes.

Calquin ou DL-24: — Aparelho militar de combate, dois tripulantes.

Pulque : — Aparelho militar de combate, a jato. Um piloto.

Colibri : — Aparelho escola e de turismo. Dois passageiros.

* *

A Secção de Informações do Campo de Wright, segundo noticiário fornecido pela *Associated Press*, apreciou, classificou, catalogou e relacionou, divulgando por meio de microfilmes, cerca de 1.500 toneladas de documentos alemães, referentes às pesquisas aeronáuticas realizadas de 1933 a 1945.

*

Novas Divisões Norte-Americanas

O efetivo de guerra da divisão de infantaria norte-americana do futuro será de 17.000 a 18.000 homens, entre soldados e oficiais sofrendo assim um aumento de aproximadamente 3.000 homens sobre o número dos que compunham o efetivo das divisões que lutaram na Segunda Grande Guerra Mundial.

São as seguintes as mais importantes modificações que sofrerá a Divisão de Infantaria :

1. Acréscimo de um Batalhão de Tanques como unidade orgânica ;
2. Um Batalhão de Artilharia Antiaérea, também como unidade orgânica ;
3. Aumentar a potência de fogo da Artilharia Divisionária de cinquenta por cento, acrescentando dois obuses para cada uma das baterias de tiro ;

4. Reduzir o GC (esquadra de infantaria) de 12 a 9 soldados ;

5. Acrescentar ao Batalhão de Engenharia uma quarta companhia e uma secção de construção de pontes.

Além dessas modificações, ainda tivemos outras, dentre as quais destacamos, o número de aviões que de dez passou a dezesseis. Durante a Guerra todos os aviões de ligação estavam distribuídos à Artilharia Divisionária, porém, atualmente com o aumento sofrido pelos mesmos, foram distribuídos um a cada Regimento, e os três restantes ao QG da Divisão.

O Radar que era distribuído à Divisão em caráter provisório, agora constitui equipamento orgânico do QG da Artilharia Divisionária e do Comando de cada Regimento, com a finalidade de facilitar a localização dos morteiros e da artilharia do inimigo.

Relativamente aos moderníssimos canhões sem recuo, a Divisão recebeu quarenta e dois do calibre de 75 mm e oitenta e um de calibre 57 mm.

Sobre a mudança no número de obuses componentes das Baterias de Tiro da Artilharia Divisionária das novas Divisões do Exército Norte-Americano, a "A Defesa Nacional" nos seus números 408 e 409 correspondentes aos meses de maio e junho do corrente ano, publicou interessante trabalho sob o título "Possibilidades de Fogo das Unidades de Artilharia constituídas à base de Baterias a 4 e a 6 Peças", de autoria do Capitão Nilton Freixinho, Instrutor da Escola de Estado-Maior.

Ten. D.V. Silva

Preparação moral e preparação material do país para a guerra, são encargos do governo. Exigem esforço longo e paciente, cujos resultados nada têm que ganhar com a discussão pública. Ao contrário, a preparação intelectual dos quadros, obra de instrução da qual devem participar todos os educadores da nação, pode e deve ser estudada a portas e janelas inteiramente abertas. — (PERRIER DE LA BATHIE).

* * *

A fonte de nossos erros está no hábito de nos servirmos das palavras, sem ter determinado as idéias que elas traduzem. — (CONDILLAC).

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos Oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 20 de maio a 20 de junho de 1948

SITUAÇÃO DE MOTORISTAS

(Solução de consulta)

1. Consulta o Chefe do E.F. da 4ª Região Militar, como devem ser considerados os motoristas das unidades motorizadas ou motomecanizadas, para efeito da classificação prevista no art. 387, do R.I.S.G.

2. Em solução declaro que o assunto se acha regulado pelos arts. 8º, parágrafo único, e 26 do Regulamento do Motorista Militar (B.E. número 40, de 26-IX-1942).

(Aviso n. 436 de 21-V-948 — "Diário Oficial" de 24-V-948.)

* *

INSTRUÇÕES PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO A ESCOLA TÉCNICA DO EXERCÍTO EM 1949

(Revalidação das de 1948)

São revalidadas para 1949, com as modificações abaixo, as "Instruções para o concurso de admissão à Escola Técnica do Exército em 1948", aprovadas pela Portaria n. 237, de 7-XI-947 (B.E. n. 47 — Suplemento — de 27-XI-1947) :

1ª — Onde se lê 1948, leia-se 1949.

2ª — O parágrafo único do art. 3º passa a ter a seguinte redação :

"Art. 3º

Parágrafo único. A efetivação da inscrição dos primeiros Tenentes ficará dependendo da aprovação de projeto de Lei, em andamento no Congresso, sobre modificação do § 3º do Decreto-lei n. 8.097, de 18-X-1945".

3ª — Calendário das provas.

As provas serão realizadas no mês de janeiro, de 8 às 12 horas, nos seguintes dias :

a) para o Curso de preparação (art. 5º) :

1ª prova — Álgebra Complementar — dia 3 ;

2ª prova — Geometria e Trigonometria Retilínea — dia 5 ;

b) para as especialidades (artigo 19) :

1ª prova — Análise Matemática — dia 3 ;

2ª prova — Física (escrita) — dia 5.

3ª prova — Química (escrita) — dia 7 ;

4ª prova — Geometria Descritiva (gráfica) — dia 10 ;

5ª prova — Física (prático-oral) — dia 12.

(Aviso n. 437 de 21-V-948 — "Diário Oficial" de 24-V-948.)

* *

AJUDA DE CUSTO A OFICIAL

(Solução de consulta)

Em ofício n. 531-Tes de 4 de setembro de 1946, diz o Diretor de Engenharia que "Surgindo dúvidas quanto ao direito de recebimento de uma ajuda de custo a um oficial em serviço naquela Diretoria, que entrando em trânsito em 22 de agosto de 1945, por motivo de sua transferência do Q.-G. da 4ª R.M., onde se achava adido para efeitos de vencimentos, teve o trânsito interrompido, em face de ter dado parte de doente. Julgado apto, entrou novamente em trânsito definitivo em 9 de janeiro e apresentou-se para o ajuste de contas em 11 de fevereiro, tudo de 1946, quando já estava em pleno vigor a

nova tabela de vencimentos que acompanhou o Decreto-lei n. 8.512, de 31 de dezembro de 1945 e consulta qual o exercício financeiro em que deve ser considerado o ajuste de contas, se o de 1946 ou de 1945".

Em solução, declaro:

a) Não há como considerar pertencente ao exercício de 1945 o ajuste de contas de um oficial que antes de efetuá-lo, dá parte de doente e interrompeu o trânsito;

b) O ajuste de contas em apêço pertence ao exercício de 1946, pois foi nesta em que se realizou o 2º desligamento do oficial que logo após seguiu para o novo destino.

(Aviso n. 462 de 28-V-948 — "Diário Oficial" de 31-V-948.)

* *

GRATIFICAÇÃO E DIARIAS "PRO-LABORE"

(Solução de consulta)

Consulta o Tesoureiro do Quartel-General da Artilharia Divisionária-2, se aos oficiais médicos radiologistas e praças (sargentos), enfermeiros e manipuladores de radiologia, quando em férias, cabe direito à percepção de gratificação e diárias "pro-labore", previstas nos arts. 122, letra d) e 139 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

Em solução, declaro:

As diárias em férias deverá ser aplicado o disposto no art. 30, letra e), do C.V.V.M.E., não lhe podendo pagar vantagens "pro-labore", pois estas, como se vê do art. 115 são "atribuídas aos militares pelo desempenho de comissões ou pelo exercício das funções do próprio cargo ou posto".

As situações especiais em que os militares afastados do serviço continuam a perceber vantagens além dos vencimentos integrais, estão previstas nos arts. 23, 59, 60, 72, 73 (parágrafo único, letra a) e 83 § 4º do Código acima referido.

(Aviso n. 463 de 28-V-948 — "Diário Oficial" de 31-V-948.)

* *

COMISSÕES DE AVERIGUAÇÕES E EXAME DE MATERIAL

(Solução de consulta)

Consulta o Chefe do Serviço de Intendência da 8ª R.M., em radio-

grama n. 37-S.I.R., de 31 de março de 1948, como deverão ser constituídas as comissões de averiguações e de exame de material nas Subunidades de Fronteira, em face do que prescreve o art. 136, § 1º, do Regulamento n. 3, quando nas mesmas Subunidades só houver um oficial (o Comandante) e a designação de oficiais de outras unidades tornar-se difícil ou dispendida em virtude da precariedade dos meios de transporte.

Em solução, declaro:

a) nas Subunidades de Fronteira, quando o seu efetivo em oficiais não permitir que sejam organizadas as comissões de três membros, a que se refere o § 1º do art. 136 do Regulamento n. 3, serão elas constituídas pela forma estabelecida no parágrafo citado do art. 126 do dito Regulamento, isto é, por dois oficiais, ou mesmo por um, com a presença do subtenente, nas duas hipóteses, ou de sargento que fizer as suas vezes, na falta de subtenente, assinando estes também os termos;

b) em tais casos, os termos de exame ou de averiguações e exame, antes de qualquer outra medida, serão submetidos ao Comando da respectiva Região, o qual, se com eles estiver de acordo, autorizará o Comando da Subunidade interessada a tomar as providências decorrentes, dentro das normas prescritas pelo mesmo Regulamento n. 3.

(Aviso n. 464 de 28-V-948 — "Diário Oficial" de 31-V-948.)

* *

EXAME E RECEBIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Exmo. Sr. Presidente da República em despacho exarado em Exposição de Motivos que lhe dirigiu acerca da interferência de autoridades sanitárias estaduais no exame de gêneros alimentícios destinados ao consumo do pessoal do Exército, determinou o seguinte:

"Considerando as informações e pareceres constantes deste processo e, ainda, que as unidades militares dispõem de órgãos competentes para exame e recebimento dos gêneros alimentícios que lhes são exclusivamente destinados e não ao consumo público, determino que os mesmos, quer sejam transportados por via férrea, marítima ou aérea, fiquem isentos de quaisquer exames, verificações e outras exigências por parte

de acordo com Instruções que serão baixadas oportunamente.

(Aviso n. 474 de 31-V-948 — "Diário Oficial" de 3-VI-948).

* * *

REENGAJAMENTO DE SGTs. ESPECIALISTAS — DACTILOGRAFOS

(Solução de consulta)

1. Consulta o Comandante do Contingente da Diretoria do Pessoal se os Sargentos classificados Especialistas — Dactilógrafos podem reenajar na forma do parágrafo único do art. 89 da Lei do Serviço Militar.

2. Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que os Sargentos classificados Especialistas — Dactilógrafos possuidores do curso respectivo, em face do Aviso n. 1.396, de 8 de novembro de 1946 têm o seu curso equiparado aos de Comandante de Pelotão ou Secção, para fins de promoção à graduação de 1º Sargento e estão portanto amparados pelo § 2º do art. 88 da Lei do Serviço Militar, quanto ao 1º reenajamento, não se lhes podendo aplicar, porém, o disposto no parágrafo único do art. 89, dessa lei.

(Aviso n. 486 de 2-VI-948 — "Diário Oficial" de 4-VI-948.)

* * *

SUBORDINAÇÃO DE UNIDADE AO COMANDO DA E.M. REZENDE

De conformidade com o que dispõe o Comando da Zona Militar de Leste e da 1ª Região Militar, fica subordinada ao Comando da Escola Militar de Rezende, para os fins do art. 300 do R.L.S.G., a unidade sediada na localidade de Barra Mansa.

(Aviso n. 491 de 5-VI-948 — "Diário Oficial" de 8-VI-948).

* * *

VANTAGENS A SUBTENENTES E SARGENTOS

De conformidade com o que prescreve o art. 50 da Lei de Movimento de Quadros (Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944) e tendo em vista os princípios gerais que presidiram à elaboração dessa Lei (artigo 1º, letra c), resolveu determinar que sejam concedidas aos Subtenentes e Sargentos em serviço nas guarnições especiais, as vantagens por ela

conferidas aos oficiais (art. 40, letras a) e b).

(Aviso n. 492 de 5-VI-948 — "Diário Oficial" de 8-VI-948).

* * *

VANTAGENS A MILITARES E CIVIS QUE PARTICIPARAM DE OPERAÇÕES DE GUERRA

LEI N. 283 — DE 8 DE JUNHO DE 1948

Concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O oficial das Forças Armadas que serviu no teatro de operações da Itália, ou tenha cumprido missões de patrulhamento de guerra em qualquer outro teatro de operações, definidas pelo Ministério respectivo quando transferido para a reserva remunerada, ou reformado, será previamente promovido ao posto imediato, com os respectivos vencimentos integrais.

Art. 2º. Os Subtenentes Suboficiais e Sargentos da FEB, FAB e Marinha de Guerra, que preencherem as condições exigidas no art. 1º, gozarão das mesmas vantagens concedidas aos oficiais.

Parágrafo único. Os Sargentos que possuírem curso de comandante de pelotão, secção ou equivalente, quando transferidos para a reserva ou reformados, serão promovidos ao posto de 2º Tenente, com os vencimentos integrais deste.

Art. 3º. Os militares que já tenham sido transferidos para a reserva remunerada, ou reformados, gozarão destas vantagens, desde que satisfaçam as exigências dos artigos anteriores.

Art. 4º. Os militares, inclusive os convocados, incapacitados fisicamente para o serviço, em consequência de ferimentos recebidos, ou de moléstias adquiridas no teatro de operações da última guerra, serão promovidos ao posto imediato ao que tinham quando receberam os ferimentos ou adquiriram a moléstia, e reformados com os vencimentos da última promoção, na forma estatuída pelo Decreto-lei n. 8.795, de 1946.

As Grandes Realizações da Indústria Nacional

As condições de vida geradas em todo o mundo pela expansão do trabalho industrial inculcaram necessidades que não concernem, hoje, a grupos mais ou menos numerosos de indivíduos, mas que se ampliam a massas e se caracterizam como um fenômeno social do século. Não tardaria que o sentimento de um desencontro de interesses, mais aparente que fundamental, exacerbado, quanto aos trabalhadores, por insuficiência de seu padrão de vida, desassossegasse os espíritos e alastrasse uma falsa mentalidade de luta, para a conquista de soluções que só a harmonia de idéias e disposições favorece.

A indústria nacional lutou durante muito tempo contra a falta de operários especializados. Para resolver suas necessidades de ordem técnica, tornava-se mister procurar o artífice no estrangeiro.

A falta de estímulo, a juventude não se interessava pelo ensino profissional, e o que lhe importava era a rotina do escritório ou do balcão. O ofício, na sua complexa distribuição, preocupava apenas a restrita minoria, que herdava as profissões dos pais.

Uma nova concepção do progresso alterou, entretanto, a mentalidade dos moços; e hoje, felizmente, as escolas profissionais estão repletas de jovens que aproveitam suas aptidões para o estudo de numerosos ramos do trabalho.

A instituição do Senai modificou, de forma eloqüente, o panorama da vida trabalhista no país. A idéia errônea sustentada em relação ao trabalho das fábricas e das oficinas, sucedeu o pensamento

otimista, de que o progresso se realiza por todos e que de nenhum modo o esforço se distingue consoante as profissões. Organizado há seis anos, o Senai demonstrou, em pouco, que o Brasil poderia em curto prazo criar uma multidão de artífices, à altura de elevar a nossa indústria às culminâncias do prestígio. Um surto de entusiasmo conduziu a juventude em demanda de novos horizontes. Encheram-se as escolas do Senai, disseminadas através de todo o Brasil. E à medida que o tempo passa, novos estabelecimentos de ensino são inaugurados, não só nas capitais, como também nas cidades do interior.

No sentido de ministrar aprendizagem aos menores empregados na indústria, o Senai instalou 68 escolas no país, com capacidade para 30.000 jovens em cursos diurnos e número equivalente de operários adultos em cursos noturnos. Dos edifícios previstos, 24 já foram concluídos; 16 estão em fase adiantada de construção. O ensino ministrado consta dos cursos de aprendizagem, de aspirantes à indústria, preliminares, vocacionais, formação de adultos, rápidos, aperfeiçoamento, ferroviários e de curso para trabalhadores menores.

Integrados nesses cursos, os aprendizes têm um campo vasto à sua frente, podendo optar entre as numerosas profissões. Tanto será possível o preparo para os ofícios da mecânica e da madeira, como também para os trabalhos das fábricas. A vontade de cada um, o aprendiz tanto poderá ser laboratorista, mecânico, eletricitista, serralheiro, impressor, como tecelão, alfaiate, sapateiro, pedreiro, ferreiro ou marceneiro.

Segundo os dados fornecidos pelo Senai, milhares de indivíduos estão matriculados nos diversos ramos do aprendizado. Basta salientar que só no quadro de torneiro mecânico, 1.824, e no de tecelão, 778.

Um golpe de vista sôbre a vasta organização do Sési e do Senai, em boa hora criada pela Confederação Nacional da Indústria, demonstra que o trabalhador soluciona o problema de sua existência. O Senai forma a mentalidade do homem para os múltiplos ramos do trabalho, e o Sési estabelece as condições de apoio moral e material para o proletariado.

Obra dos industriais, ela só tem um ponto de vista : prestigiar o operário e elevar o progresso do Brasil. Isto constitui um programa, e programa que soluciona um problema.

Apêlo aos Capitães e Tenentes

Inúmeras têm sido as cartas e sugestões verbais que temos recebido sôbre a qualidade da matéria que publicamos. Entre elas, quase generalizada, aparece a idéia da matéria que interessa ao subalternos e sargentos. Realmente notamos nos trabalhos que recebemos a ausência completa de matéria objetiva para os escalões de baixo. Confessamos, todavia, que é uma falha a corrigir, pois, entre nossos assinantes, 50 % são oficiais subalternos e sargentos.

Há oito ou dez anos atrás isto não acontecia ; havia abundante matéria para os quadros subalternos.

Perguntamo-nos agora, porque esse retratamento ?

Porque não mais se escreve sôbre organização da instrução, sôbre processos de execução, sôbre combate de pequenas unidades (pelotão, grupo, secção, bateria) ?

Dentro da situação acima é que a Direção apela para os companheiros, particularmente para os que estão trabalhando diretamente com a matéria prima, a fim de que nos enviem seus trabalhos, tais como, pequenas notas, observações, exercícios realizados, programas, notas sôbre competições, concursos, resultados de exercícios de qualquer matéria, etc.

A ESA e a EIE dirigimos um apêlo especial, pois, todos os subalternos e sargentos, de qualquer arma ou serviço, têm a atenção voltada para estas duas Escolas que hoje são como dois laboratórios empenhados em experimentar processos novos.

TRANSPORTE COLETIVO URBANO

A Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo tem a seu cargo um dos serviços de maior importância para a vida da cidade, qual seja o de facilitar o deslocamento da população em seus movimentos diários normais, seja para os locais de trabalho, seja para fins de recreação.

Em uma cidade como S. Paulo, com mais de 1.800.000 habitantes essa função assume grandes proporções, pois, à medida que cresce a população de uma cidade, aumenta o número das viagens feitas por habitante num dia e aumenta também o número de viajantes. Além disso, o crescimento da cidade em extensão acarreta o alongamento da viagem média, o que significa a necessidade de maior número de carros x quilômetros.

Cumprir observar que nem todo o transporte da população é feito pelos transportes coletivos propriamente ditos, pois uma parcela dos cidadãos se utiliza de automóveis particulares ou de aluguel e de outros meios de locomoção.

Entre os transportes coletivos teríamos ainda que considerar, além dos bondes e ônibus, os trens suburbanos, os auto-lotações, etc.

O serviço de bondes é feito exclusivamente pela CMTC, mas, quanto aos ônibus, até agora não se concretizou a unificação do serviço com exclusividade da CMTC, existindo ainda três empresas que operam no transporte coletivo urbano e várias outras que exploram linhas rurais de ônibus dentro do município.

Para se ter uma idéia do volume do transporte realizado pela CMTC damos abaixo alguns dados referentes ao mês de maio de 1948.

Passageiros transportados em bondes por dia.....	1.050.492
Passageiros transportados em ônibus por dia.....	588.199
Total de passageiros transportados por dia.....	1.638.691
Carro x km por dia — bondes.....	118.944
Carro x km por dia — ônibus.....	105.503
Carro x km por dia — total.....	224.447
Viagens por dia — bondes.....	9.028
Viagens por dia — ônibus.....	8.051
Viagens por dia — total.....	17.079
Passageiro por viagem — bondes....	116,3
Passageiro por viagem — ônibus....	73,1

Para realizar esse serviço a CMTC contava com os seguintes veículos (em maio de 1948) :

Ônibus.....	758
Bondes motores de passageiros	560
Reboques.....	61
Total de bondes.....	621
Total de veículos.....	1.379

O quadro de operadores de veículos (motorneiros, motoristas, condutores e cobradores) é bastante numeroso. Em 30-VI-948 esse quadro se compunha de 5.027 operadores, assim distribuídos :

951 motorneiros
1.746 condutores
1.052 motoristas
1.278 cobradores

Total : 5.027 operadores

O consumo de combustível para ônibus foi, em maio de 1948, de 1.188.420 litros, o que corresponde a um consumo específico de 0,363 litros por km.

Assim se se quisesse armazenar o combustível necessário para 3 meses de operação seria necessário um recipiente de cêrca de 3.600 m³, ou seja um cubo de 15,3 m de aresta.

O consumo mensal de lubrificante subiu em maio a 52.950 litros, o que corresponde a 61,8 km por litro.

O consumo de energia elétrica, no mesmo mês foi de 8.409.700 kw x h, correspondendo a 2,27 kw x h por km.

Deficiência do serviço

É fato notório a deficiência do serviço de transportes coletivos em São Paulo. Apesar das melhorias já realizadas pela CMTTC, uma simples observação nos pontos centrais de embarque em certas horas revela claramente o quanto é necessário ainda aumentar a capacidade dos transportes coletivos, para atender satisfatoriamente às necessidades da população. Aliás, os números atrás apresentados de passageiros por viagem, nos dão uma medida aproximada dessa deficiência.

Parece-nos interessante observar como o serviço de transporte coletivo, bastante razoável até os meados do terceiro decênio dêste século, veio piorando até se constituir no grave problema que hoje êle representa para a cidade.

Até 1925 o bonde atendia, sozinho, às necessidades de transporte da população. Mas nesse ano o serviço de bondes teve que ser restringido em virtude da falta de energia elétrica, decorrente de prolongada estiagem.

Essa deficiência do bonde estimulou o desenvolvimento do serviço de ônibus, aparecido nesse ano de 1925.

Em 1926 a "Cia. Light" pôs em tráfego os primeiros carros fechados (camarões), com o que, praticamente, se encerrou o desenvolvimento da frota de bondes.

Dai para diante o aumento do material rodante se verificou quase que exclusivamente no setor "ônibus", o que entretanto se deu em grau insuficiente para atender ao aumento da demanda. De qualquer modo, observa-se um aumento da contribuição relativa do ônibus, que em 1946 atingiu a 36,7 %.

O quadro abaixo nos apresenta, a partir de 1915, um panorama geral do transporte realizado nos dois tipos de serviço.

Crescimento da população e desenvolvimento dos serviços de bondes e ônibus :

Ano	População	Passageiros transportados		
		Bondes	Ônibus	Total
1915	472.728	50.512.580	—	50.512.580
1916	464.223	54.017.925	—	54.017.925
1917	501.237	57.760.741	—	57.760.741
1918	509.236	62.252.820	—	62.252.820
1919	526.437	74.760.280	—	74.760.280
1920	575.000	90.931.206	—	90.931.206
1921	599.300	102.008.124	—	102.008.124
1922	624.500	116.791.269	—	116.791.269
1923	650.700	129.710.312	—	129.710.312
1924	678.100	134.520.595	—	134.520.595
1925	706.600	147.849.207	—	—
1926	736.400	159.384.970	—	—
1927	767.400	175.465.890	—	—
1928	799.600	194.210.677	—	—
1929	833.300	211.651.194	—	—
1930	868.400	216.027.709	—	—
1931	904.900	209.527.702	—	—
1932	943.000	214.103.371	—	—
1933	982.700	235.990.910	44.471.697	280.462.607
1934	1.024.000	230.694.973	61.849.188	292.544.161
1935	1.067.100	255.752.574	80.068.557	335.821.131
1936	1.112.000	282.458.688	84.842.012	367.300.700
1937	1.158.800	293.861.134	100.563.711	394.424.865
1938	1.207.500	288.083.924	131.129.527	419.213.451
1939	1.258.300	313.954.037	155.200.289	469.154.326
1940	1.319.000	333.225.151	177.568.537	510.793.688
1941	1.393.000	347.246.475	199.534.216	546.780.691
1942	1.450.000	377.813.315	218.955.406	596.768.721
1943	1.522.000	429.027.814	231.555.561	660.583.375
1944	1.598.000	453.841.306	213.328.094	667.169.400
1945	1.676.000	440.148.233	216.783.989	656.932.222
1946	1.760.000	423.329.764	244.457.001	667.786.765
1947	1.850.000	—	—	—

NOTAS :

- (1) Até 1935 não houve serviço de ônibus urbanos.
- (2) Não existem dados sobre serviço de ônibus até 1932.
- (3) A população em 1940 corresponde ao resultado do recenseamento, corrigido para 31-XII-940; a de 1947 é aproximadamente avaliada pela Prefeitura; a dos anos intermediários resulta da interpolação.

Em julho de 1937 a Cia. Light comunicou à Prefeitura a sua intenção de abandonar a prestação do serviço de bondes, ao final do prazo do seu contrato a expirar em julho de 1941.

Em face disso, a Municipalidade constituiu a Comissão de Estudos de Transportes Coletivos para estudar e propor a solução que deveria ser dada ao problema.

Esse órgão, após exaustivos trabalhos, apresentou minucioso relatório, indicando nêle quais seriam as medidas legais que se faziam necessárias para apoiar todo o programa técnico então apresentado e, analisando objetivamente o caso particular de São Paulo, inspirada nos exemplos similares estrangeiros, concluiu :

- 1º. Que se impunha a coordenação dos vários sistemas de transportes empregados ou a empregar ;
- 2º. Que essa coordenação só poderia ser eficazmente conseguida mediante a unificação da propriedade e da gestão direta dos vários serviços ;
- 3º. Que a unificação deveria ser feita por uma entidade semi-oficial (autarquia administrativa), ou seja um órgão de administração municipal gozando da autonomia que reclama o caráter industrial do serviço a gerir.

Preparava-se a Municipalidade para chamar a si a exploração do serviço público de transporte coletivo quando, pelo Decreto-lei n. 3.366, de 25 de junho de 1941, dentre outros considerandos, tendo em conta o estado anormal que vivia o mundo em guerra, que desaconselhava então a efetivação de tal projeto, de transcendental importância, o Governo Federal obrigou a Companhia Light & Power a continuar compulsoriamente a prestação do serviço de viação urbana sobre trilhos, nas mesmas condições em que o vinha prestando, após o término

de seu contrato de concessão, que se daria em 17 de julho de 1941.

Desta forma, a antiga concessionária continuou a prestar o serviço de bondes, sob protesto, sem contudo cuidar de renovar seu material, ou introduzir qualquer melhoramento em suas linhas.

Tal situação perdurou, cada vez pior, até que, pelo Decreto-lei n. 8.268, de 3 de dezembro de 1945, revogando o Decreto-lei n. 3.366, de 1941, determinou o Governo Federal à Municipalidade de São Paulo que estabelecesse os entendimentos e tomasse as providências que se tornassem necessárias para assegurar a continuidade dos serviços de transporte coletivo urbano, atendendo aos interesses da coletividade e às necessidades técnicas, econômicas, administrativas e financeiras de sua execução.

Reunida novamente a Comissão de Estudos de Transportes Coletivos, foram reencetados os estudos e reexaminadas as anteriores conclusões a que se havia chegado. O princípio da *"unificação para coordenação"* foi unânimemente mantido, tendo ocorrido à Comissão que melhor seria, ao invés de serem confiados a uma entidade semi-oficial, fôssem os serviços de transportes coletivos de São Paulo executados, com exclusividade, por uma sociedade de economia mista, sob a forma de sociedade anônima, a que se denominaria COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS.

Quanto aos sistemas a adotar, seriam, no início, o de bondes em coordenação com os de ônibus e tróleibus (*"trolley-bus"*) e, futuramente, o de trânsito rápido, em coordenação com os outros três sistemas, em proporções que iriam variar com o decorrer do tempo.

Como resultado dos estudos e das conclusões da Comissão, em 14 de agosto de 1946, promulgou o Governo do Estado o Decreto-lei n. 15.958, concedendo à Municipalidade de São Paulo a necessária licença para dar em concessão, à Sociedade Anônima por ela constituída, com exclusividade,

por prazo não superior a trinta anos, o serviço público de transporte coletivo de passageiros dentro do Município da Capital. Dispõe, ainda, o mesmo Decreto-lei que a Sociedade Anônima referida seja constituída com o capital de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), devendo a Municipalidade subscrever ações em número e espécie que lhe assegurem a maioria de capital com direito a voto. Posteriormente, o Decreto-lei Municipal n. 365, de 10 de outubro de 1946, estabeleceu as medidas complementares às determinadas pelo Decreto-lei Estadual n. 15.958.

Em obediência ao que dispõem os citados Decretos, em 13 de março de 1947, por escritura pública de constituição de sociedade anônima, lavrada a fls. 58 e seguintes do livro n. 83, do 22º Tabelionato da Capital do Estado de São Paulo, foi constituída a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS, com o capital de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dividido em 1.250.000 (um milhão e duzentas e cinquenta mil) ações nominativas de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma, sendo 750.000 (setecentas e cinquenta mil) ordinárias e 500.000 (quinhentas mil) preferenciais. O Estado de São Paulo subscreveu 350.000 ações (150.000 ordinárias e 200.000 preferenciais), no total de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros); o Município de São Paulo subscreveu 700.000 ações (400.000 ordinárias e 300.000 preferenciais), no total de Cr\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros). O restante do capital, correspondente a 200.000 (duzentas mil) ações, no total de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) foi subscrito por 17 das empresas que exploram o transporte coletivo urbano por meio de ônibus.

Essas 17 empresas, no regime anterior, prestavam os serviços, a título precário, sob a forma de licenciamento renovável anualmente.

O capital da Companhia, excetuada a quota subscrita em dinheiro pelo Estado de São Paulo, foi realizado em bens, para cuja avaliação foram, preliminarmente, nomeados peritos, que submeteram o laudo pericial à aprovação da Assembléa Geral dos subscritores do capital.

Atualmente, porém, tem a Companhia duas outras importantes entidades como subscritores do capital realizado : a *Caixa Econômica Estadual*, organização de crédito para incrementar a economia popular, garantida pelo Governo do Estado e *The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited*, subsidiária da *Brazilian Traction Light & Power Co.*, antiga concessionária dos serviços de transportes coletivos por meio de bondes e concessionária dos serviços públicos de luz e força elétrica.

O Governo do Estado transferiu, da quota que subscivera, para a Caixa Econômica Estadual, ações no valor de Cr\$ 50.000.000,00.

A Municipalidade de São Paulo, por sua vez, transferiu à Companhia Light & Power ações no valor total de Cr\$ 60.000.000,00, para pagamento do acervo constituído por todo o material de viação sobre trilhos, que havia adquirido da antiga concessionária, conforme laudo de avaliação pericial, recebido e aprovado pela Assembléa Geral.

Assim, atualmente, é a seguinte a relação dos acionistas da Companhia Municipal de Transportes Coletivos :

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
	Cr\$	Cr\$
1 — Governo do Estado de São Paulo.....	20.000.000,00	—
2 — Prefeitura Municipal de São Paulo.....	76.000.000,00	4.000.000,00
3 — Caixa Econômica Estadual....	—	50.000.000,00
4 — Companhia Light & Power... .	14.000.000,00	48.000.000,00
5 — Antigas Empresas de Ônibus..	40.000.000,00	—
	<u>150.000.000,00</u>	<u>100.000.000,00</u>

Constituída, como se disse, em 13 de março de 1947, a Companhia, todavia, somente começou a operar em 1º de julho do mesmo ano, na base das tarifas então vigentes, de vinte centavos a passagem de bonde e as passagens de ônibus variando de quarenta centavos até um cruzeiro e quarenta centavos, conforme a extensão das linhas e estas divididas em secções.

No mês seguinte, já no primeiro dia, começaram a vigorar as novas tarifas, atualmente em vigor, de cinquenta centavos a passagem de bonde (excetuada a linha de Santo Amaro, de grande percurso, que foi taxada em um cruzeiro para todo o trajeto e este dividido em duas secções de cinquenta centavos cada uma) e de um cruzeiro a passagem de ônibus, em tôdas as linhas e para qualquer percurso.

Lamentavelmente, no dia 1º de agosto de 1947, elementos desordeiros, à guiza de protesto contra a elevação dos preços das tarifas, puseram em polvorosa a laboriosa população da cidade, que lhes negou apoio e lhes reprovou o gesto, com ataques e depredações do material rodante da Companhia. Muitos bondes e ônibus foram depredados, poucos dentre os quais foram queimados pela sanha dos malfeitores.

Não se pode negar que êsses acontecimentos criaram alguns embaraços à administração da Companhia que, havia muito pouco tempo, tinha iniciado suas atividades. As condições de transportes foram sensivelmente prejudicadas e mesmo agravadas, porém, a normalidade foi pouco depois restabelecida, embora dentro da precariedade de funcionamento que caracterizava os serviços quando foram transferidos para a Companhia.

Em 24 de janeiro de 1948 e na conformidade dos Decretos-leis Estadual n. 15.958, de 14 de agosto de 1946 e Municipais ns. 901, de 10 de setembro de 1946 e 365, de 10 de outubro de 1946, foi assinado

pela Companhia e pela Municipalidade o contrato de concessão da execução do serviço de transporte coletivo de passageiros no Município da Capital de São Paulo.

Por esse contrato é garantida à Companhia, com exclusividade, no território do Município da Capital, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de sua assinatura, a execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros por meio de bondes, ônibus e tróleibus ("trolley-bus") e bem assim por meio de outra qualquer espécie de veículo em superfície, em subterrâneo, ou em elevado, desde que previamente aprovados pela Prefeitura Municipal.

O contrato estabelece o regime de "Serviço pelo custo", conforme dispõe a Cláusula 3ª :

"De acôrdo com o disposto no Decreto-lei Estadual n. 15.958, de 14 de agosto de 1946, e no Decreto-lei Municipal n. 365, de 10 de outubro de 1946, será a presente concessão explorada no regime de serviço pelo custo, mediante cobrança de tarifas justas e razoáveis que permitam adequada remuneração do capital efetivamente empregado e reconhecido pela Prefeitura, nos têrmos dêste contrato."

Dêste modo, os transportes coletivos de São Paulo, passam a ser regulados pelas normas mais eficientes e racionais que se possam estabelecer para a execução de um serviço público de caráter industrial.

Esse regime mantém uma administração autônoma e responsável, capaz de adotar as providências administrativas com a presteza que a natureza do serviço requer.

Por outro lado, são evitados os inconvenientes da exploração privada de serviços públicos, os quais, pelo seu caráter monopolístico, não comportam um

regime de exploração em que seja visado precipuamente o lucro do capitalista, interesse esse nem sempre conciliável com o bem da coletividade.

No regime adotado, o pensamento dominante é o da prestação de serviço adequado. Da renda do serviço se cogita apenas como condição, importante sem dúvida, que possibilite atingir o fim colimado.

A participação preponderante dos Poderes Públicos estadual e municipal na propriedade da empresa são mais uma garantia de que o interesse coletivo primara na orientação do serviço.

A situação calamitosa a que tinha atingido o transporte coletivo em S. Paulo é uma demonstração prática dos inconvenientes da exploração desse serviço nos moldes em que vinha sendo executado.

Um dos males mais evidentes era a multiplicidade das empresas, impedindo as medidas de coordenação e outras providências de grande alcance econômico que só a unificação da propriedade condiciona.

Outro inconveniente do antigo regime, bem evidenciado no caso dos bondes, era o natural desinteresse do concessionário pela manutenção e desenvolvimento do serviço ao se aproximar o término do prazo de concessão.

A execução dos transportes coletivos de São Paulo nos moldes agora adotados é uma experiência de grande significação, que virá certamente demonstrar que, neste terreno, sempre se colhe melhor resultado para a coletividade "quando se procura prestar bom serviço mediante remuneração adequada" do que "quando se visa a obtenção de lucro mediante a execução do serviço".

Seleção dos operadores

Parece oportuno ressaltar aqui um dos grandes benefícios resultantes da unificação dos serviços,

qual seja o de possibilitar a seleção e formação dos operadores de ônibus.

Este serviço dificilmente poderia ter existência no antigo regime, pois nenhuma das empresas concorrentes arcaria de bom-grado com os ônus de sua execução, desde que os motoristas, uma vez selecionados e formados poderiam ir servir em outra companhia.

O Serviço de Seleção e Formação Profissional da CMTC no seu primeiro ano de funcionamento, selecionou e formou os seguintes números de operadores de bondes e ônibus.

Motoristas.....	819
Cobreadores.....	499
Motorneiros.....	344
Condutores.....	1.339
	<hr/>
Total.....	3.001

Com a manutenção dêste serviço a Companhia conseguirá ir gradativamente melhorando o padrão dos seus operadores. E isto, além de representar, em tempos normais um benefício para os usuários do transporte coletivo, resulta ainda, no caso de uma emergência, na criação de uma reserva de motoristas, perfeitamente aptos para prestar serviços às Forças Armadas, em funções condizentes com as suas habilitações.

Melhoria do serviço

De acôrdo com a cláusula 9^a do contrato, deverá ser estudado um plano geral de transportes coletivos a ser executado pela CMTC.

Independentemente das conclusões a que se chegar nesse estudo, pode-se desde logo assegurar que um grande progresso poderá ser conseguido em

prazo relativamente curto, com a entrada em serviço de novos veículos já encomendados pela CMTC.

Quanto aos bondes, estão já em tráfego 66 dos 75 carros "Centex" adquiridos pela Companhia.

Ainda este ano deverá ser inaugurado o serviço de ônibus elétricos "tróleibus", que vai operar com 30 carros com lotação de 70 passageiros.

Em relação aos ônibus a melhoria será ainda mais sensível. Até 30-VI-948 foram postos em tráfego 228 carros novos, tendo sido retirados de serviço 87 veículos em más condições. Entretanto deverão ser recebidos ainda, mais 372 carros novos, já encomendados. A comparação com o efetivo da frota inicial de 642 ônibus (julho de 1947) deve ser feita levando em conta que a lotação dos carros novos é quase o dobro da dos antigos.

A efetiva realização deste programa, já em andamento, está, contudo subordinada ao preenchimento de algumas condições essenciais, entre as quais citaremos as facilidades de importação de veículos e outros materiais necessários à manutenção do serviço, a garantia de abastecimento de combustível e lubrificante, e o apoio dos poderes públicos e dos particulares no fornecimento dos capitais necessários ao desenvolvimento do patrimônio pôsto ao serviço do público.

E' de se esperar que tôdas estas condições se realizem, pois, como já observamos, o serviço de transportes coletivos é essencial à vida da cidade, e quando se trata de assegurar o bem-estar de uma coletividade como a população da Capital Industrial do Brasil, todos os esforços devem ser empenhados com a maior boa vontade, no próprio interesse da segurança e da paz social.

Colaboram neste número :

Cel. Renato B. Nunes
Ten.-Cel. Alberto Eibeiro Paz
Ten.-Cel. Altair Franco Ferreira
Ten.-Cel. Aluizio de Miranda
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento
Ten.-Cel. Joaquim Vicente Rondon
Ten.-Cel. Walter J. Bryde
Ten.-Cel. A. Castro do Nascimento
Ten.-Cel. Enio da Cunha Garcia
Major Ubratan Miranda
Major José Campos de Aragão
Major Dr. Luiz Paulino de Melo
Major João Paulo da Rocha Fragoso
Major Samuel A. Corrêa
Major Victor Hugo Alencar Cabral
Major Heltor Dulce Lyra
Major Riograndino da Costa e Silva
Cap. Waldir da Costa Godolphim
Cap. Nilton Freixinho
Cap. Albisio Gondim Guimarães
1º Ten. Diógenes Vieira Silva



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00